

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA

TAYANE ROGERIA LINO

Psicólogas, Cientistas e Feministas: a produção de si e de uma ciência psicológica
posicionada

Belo Horizonte

2019

TAYANE ROGERIA LINO

PSICÓLOGAS, CIENTISTAS E FEMINISTAS
a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Andréa Mayorga Borges

Belo Horizonte

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

150

L758p

2019

Lino, Tayane Rogéria

Psicólogas, cientistas e feministas [manuscrito] : a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada / Tayane Rogéria Lino. - 2019.

242 f.

Orientadora: Claudia Andréa Borges Mayorga.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Teoria feminista – Teses. 3. Mulheres na ciência - Teses. 4. Psicologia social - Teses. I. Mayorga, Claudia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



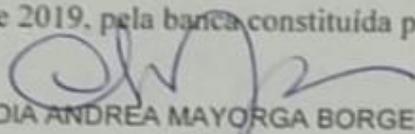
FOLHA DE APROVAÇÃO

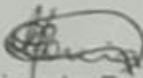
Psicólogas, Cientistas e Feministas: a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada

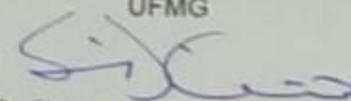
TAYANE ROGÉRIA LINO

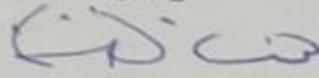
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

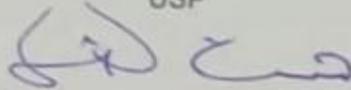
Aprovada em 28 de fevereiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). CLAUDIA ANDREA MAYORGA BORGES - Orientador
UFMG


Prof(a). Lisandra Espindula Moreira
UFMG

P/ 
Prof(a). Karla Galvão Adrião
UFPE

P/ 
Prof(a). Viviane Angélica Silva
USP

P/ 
Prof(a). Lenise Santana Borges
PUC GO

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Taina e William, que me ensinaram a não colocar limite nos meus sonhos.

À Claudia Mayorga cujo o compartilhamento, tanto de referências teóricas, éticas e estéticas, quanto de afetos, memórias e informações pessoais, trouxeram efeitos permanentes sobre a minha escrita, meu pensar e os desejos de futuro. E, principalmente por me incentivar a ser livre.

Ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes pelas infinitas conexões que ele me proporcionou, aos entrelaçamentos de ideias, as interferências, pela sinceridade no processo, pelo reconhecimento. Foi nas relações diárias que aprendi a não ter medo dos dissensos e também dos encontros.

À Sandra Azerêdo pelo profundo compromisso com a vida e a ciência, e principalmente, por ter uma potência de solidariedade que me forçou a abandonar os ressentimentos.

À Paula Bacellar que me trouxe um desassossego que nunca deixou de rondar e me sacudi as certezas profundamente.

À Jaileila Pereira por me ensinar a subverter o óbvio e pela coragem em compartilhar sua história.

À Elcimar Pereira pelas lições e subversões, por me apresentar a Psicologia Africana e por revelar-se no curso do tempo para esta tese.

À Marielle Franco por ter ousado dizer seu nome. Mulher preta e pobre que burlou a fome de saber e se saber, e fez crescer dentro dela o conhecimento e a sede de equivalência social.

À Adriana por nunca largar a minha mão, pela presença e companheirismo, me ajudando a me manter firme, segura e serena. Por ser o que é, e por me permitir ser o que desejo ser.

Aos meus companheiros de doutoramento, Sara, Deolinda, Debora, Alberto, Sérgio, Juliana, Marcela, Daniela e Éder que fizeram deste processo muito menos solitário.

Às minhas amoras, Alexsandra, Eliane, Henriqueta, Michele, Thamara, Thais, Vivi e aos bebês que nasceram para alegrar, movimentar e renovar nossas energias, João Pedro e Vinicius.

Aos meus colegas e amigos do Centro Universitário UNA – Bom Despacho.

Aos meus alunos e alunas que me receberam em sala sempre com o brilho inconfundível nos seus olhos, perguntas na ponta da língua e projetos de transformar a realidade pessoal e social.

À equipe incrível do Ser Núcleo de Psicologia por compreender meu distanciamento e por proporcionar o sossego necessário para o meu pensamento.

Aos meus colegas e amigos da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO Minas pelo compartilhamento do amor, da luta e da força necessária para a agência diante dos retrocessos.

Aos meus amigos de infância, Leo, Nayrane e Silvia, pela parceria, suavidade e leveza.

À Dani e Claudia pela amizade sincera e amor reconfortante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que contribuiu para tornar possível todo o processo, de pesquisa e encontro comigo mesma e com a ciência.

A todas as minhas ancestrais. Dediquei-me para, em um processo de escrita, trazer a fala e o ato dos que me antecederam.

A todas e todos que estiveram presentes em meu percurso e que foram fundamentais para a dimensão de construção coletiva que esse trabalho carrega.

E o risco que assumimos aqui é o de falar com todas as implicações (Lélia González, 1983).

Ao poeta que nos nega

Enquanto a inquisição
Interroga
a minha existência
e nega o negrume
do meu corpo-letra
na semântica
da minha escrita,
prossigo.

Assunto não mais
o assunto
dessas vagas e dissentedas
falas.

Prossigo e persigo
outras falas,
aquelas ainda úmidas,
vozes afogadas,
da viagem negreira.

E apesar
de minha fala hoje
desnudar-se no cálido
e esperançoso sol
de terras brasis, onde nasci,
o gesto de meu corpo-escrita
levanta em suas lembranças
esmaecidas imagens
de um útero primeiro.

Por isso prossigo.

Persigo acalentando
nessa escrevivência
não a efígie de brancos brasões,
sim o secular senso de invisíveis
e negros queloides, selo originário,
de um perdido
e sempre reinventado clã.

Inquisição – Conceição Evaristo

RESUMO

Lino, Tayane Rogeria (2019). *Psicólogas, Cientistas e Feministas: a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A presente tese de doutorado buscou compreender como mulheres cientistas psicólogas feministas têm integrado o campo científico, com atenção a como e por que têm produzido ciência psicológica. Nestes termos buscou-se investigar as contribuições da inserção da perspectiva feminista no como fazer ciência, se atentando ao campo disciplinar da psicologia. O presente problema de pesquisa desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos: 1) investigar a inserção e a participação das cientistas feministas no campo psicológico no que se refere às tensões entre o fazer científico e a experiência de ser mulher no mundo; 2) Analisar a produção científica das intelectuais a partir das concepções de ciência e sujeito científico, presentes em seus discursos; 3) Conhecer o aparato epistemológico e metodológico das produções acadêmicas das cientistas, com especial atenção para a relação sujeito e objeto; 4) Compreender o horizonte de transformação de si e social proposto pelas teóricas feministas em suas produções. Em busca de trilhar caminhos para respostas, as interlocutoras desta pesquisa foram as professoras: Sandra Maria da Mata Azêredo (UFMG), Jaileila de Araújo Menezes (UFPE), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFSB) e Elcimar Dias Pereira (UFG). A entrevista semiestruturada e a análise da produção acadêmica fundamentaram metodologicamente a investigação. Esta, por sua vez, compreendeu a experiência como uma categoria de análise para a compreensão da realidade social. O tecer das histórias, ditas e escritas, formam teias de sentidos, e podem ser entendidas e interpretadas a partir de uma perspectiva feminista. As conclusões apontam que as cientistas investigadas têm anseios de construir outros modos de ciência na prática cotidiana de suas pesquisas, nas formas de compactuar e romper com os ritos da ciência tradicional, no estabelecimento dos moldes de produção/divulgação dos conhecimentos produzidos, no comprometimento com a transformação social, com especial atenção à realidade de mulheres e na relação com os sujeitos pesquisadas/os. Em um movimento de invenção de si a intelectuais, constituem uma trama aberta de sentidos para a compreensão das relações sociais, dos processos de subjetivação e significação dos sujeitos em suas pesquisas. Em um exercício analítico visam estabelecer uma dinâmica entre as necessidades sociais e científicas. Convidam a pensar a prática científica em psicologia a partir da ideia de posicionalidade. Problematizar a tradição hegemônica na prática cotidiana de ensino, pesquisa e extensão, para elas, passa por um comprometimento ético com o sujeito investigado a partir da horizontalidade e do reconhecimento de que o saber só se produz em relação. O que se materializa em uma implicação social de pesquisadoras e pesquisadoras no *campo psi*, exige posicionamentos políticos, engajamento social e dúvidas em uma persistente hermenêutica da suspeita sobre o próprio processo investigativo. Para elas, posicionamento, criticidade e saberes localizados compõe uma outra tríade epistêmica que compactua com o rigor científico e a coerência metodológica, epistemológica e ontológica que constituem os pressupostos que sustentam o processo investigativo em Psicologia.

Palavras-Chave: Ciência Psicológica, Experiência, Teoria Feminista, Mulheres na Ciência, Psicologia Social.

ABSTRACT

Lino, Tayane Rogeria (2019). *Psychologists, Scientists and Feminists: the production of herself and a positioned psychological science*. PhD thesis, Graduate Program in Psychology, Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte.

The present PhD thesis sought to understand how female scientists, feminist psychologists have integrated the scientific field, mainly, how and why they have produced psychological science. In these terms, we sought to investigate the contributions of the insertion of the feminist perspective for how to do science, taking into account the disciplinary field of psychology. The present research problem unfolded in the following specific objectives: 1) to investigate the insertion and the participation of the feminist scientists in the psychological field with regard to the tensions between the scientific doing and the experience of being a woman in the world; 2) to analyze the scientific production of intellectuals from the conceptions of science and scientific subject present in their speeches; 3) to know the epistemological and methodological apparatus of the academic productions of scientists, with special attention to the subject and object relationship; 4) understand the horizon of self and social transformation proposed by feminist theorists in their productions. Sandra Maria da Mata Azêredo (UFMG), Jaileila de Araújo Menezes (UFPE), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFES) and Elcimar Dias Pereira (UFG) were the participants in this research. The semistructured interview and the analysis of academic production based methodologically the research which understood the experience as a category of analysis for the understanding of social reality. The weaving of the spoken and written stories that form webs of meaning that can be understood and interpreted from a feminist perspective. The conclusions point out that the investigated scientists are eager to construct other modes of science in the daily practice of their research, in the ways of compacting and breaking with the rites of traditional science, in establishing the production/dissemination patterns of the produced knowledge, in compromising with the social transformation with special attention to the reality of women and the relationship with the researched subjects. In a movement of invention of themselves, the intellectuals constitute an open network of meanings for the understanding of the social relations, of the processes of subjectivation and signification of the subjects in their researches. In an analytical exercise, they aim to establish a dynamic between social and scientific needs. They invite us to think about the scientific practice in psychology from the idea of positionality. For them, problematizing the hegemonic tradition in the everyday practice of teaching, research and extension is related to an ethical commitment with the subject investigated from the horizontality and the recognition that knowledge only takes place in relation. What is materialized in a social implication of researchers in the psi field, demands political positioning, social engagement and doubts in a persistent hermeneutics of the suspicion about the investigative process itself. For them, positioning, criticality and situated knowledges compose another epistemic triad that compares with the scientific rigor and methodological, epistemological and ontological coherence that constitute the presuppositions that underpin the investigative process in psychology.

Keywords: Experience, Feminist Theory, Women in Science, Social Psychology.

RESUMEN

Lino, Tayane Rogeria (2019). *Psicólogas, Científicas y Feministas: la producción de si y de una ciencia psicológica localizada*. Tesis de doctorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia y Ciencias Humanas, Universidad Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

La presente tesis de doctorado buscó comprender como mujeres científicas, psicólogas y feministas tienen integrado el campo científico, con atención a como y por qué producen ciencia psicológica. En estos términos se buscó investigar las contribuciones de la inserción de la perspectiva feminista en como se hace ciencia, atentando al campo disciplinar de la psicología. La presente cuestión de pesquisa se desarrolló en los siguientes objetivos específicos: 1) investigar la inserción y la participación de las científicas feministas en el campo psicológico en el que se refiere a las tensiones entre el hacer científico y la experiencia de ser mujer en el mundo. 2) Analizar la producción científica de las intelectuales a partir de las concepciones de la ciencia y el sujeto científico presentes en sus discursos; 3) Conocer el aparato epistemológico y metodológico de las producciones académicas de las científicas, con especial atención para la relación sujeto y objeto; 4) Comprender el horizonte de la transformación de si y social propuesto por las teóricas feministas en sus producciones. En busca de recorrer caminos para obtener respuestas, las interlocutoras de esta pesquisa fueron las maestras: Sandra Maria da Mata Azêredo (UFMG), Jaileila de Araújo Menezes (UFPE), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFSB) y Elcimar Dias Pereira (UFG). La entrevista semiestructurada y el análisis de la producción académica fundamentaron metodológicamente la investigación. Esta, por su vez, comprendió la experiencia como una categoría de análisis para la comprensión de la realidad social pues el tejer de las historias, dichas y escritas, hacen redes de sentidos que pueden ser entendidas e interpretadas a partir de una perspectiva feminista. Las conclusiones apuntan que las científicas investigadas tienen aspiraciones por construir otros modos de ciencia en la práctica cotidiana de sus pesquisas, en las maneras de participar y romper con los ritos de la ciencia tradicional, en el establecimiento de los moldes de producción/divulgación de los conocimientos producidos, en el comprometimiento con la transformación social, con especial atención a la realidad de las mujeres y a la relación con los sujetos pesquisadas/os. En un movimiento de invención las intelectuales constituyen un entramado abierto de sentidos para la comprensión de las relaciones sociales, de los procesos de subjetivación de los sujetos en sus pesquisas. En un ejercicio analítico buscan establecer una dinámica entre las necesidades sociales y científicas. Invitan a pensar en la práctica científica en psicología a partir de la idea de posición. Problematicar la tradición hegemónica en la práctica cotidiana de ensino, pesquisa y extensión para ellas pasa por un comprometimiento ético con el sujeto investigado a partir de la horizontalidad y del reconocimiento de que el saber solo se produce en relación. Lo que se materializa en una implicación social de pesquisadoras y pesquisadoras en el campo *psi*, exige posicionamientos políticos, compromiso social y dudas en una persistente hermenéutica de la sospecha sobre el propio proceso investigativo. Para ellas, posicionamiento, criticidade y saberes localizados componen una otra triada epistémica que actúan en complicidad con el rigor científico y la coherencia metodológica, epistemológica y ontológica que constituyen los presupuestos que sostienen el proceso investigativo en psicología.

Palabras Clave: Ciencia Psicológica, Experiencia, Teoría Feminista, Mujeres en la Ciencia, Psicología Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 –	Sandra Maria da Mata Azerêdo (Universidade Federal de Minas Gerais)	65
Figura 2 –	Jaileila de Araújo (Universidade Federal de Pernambuco)	76
Figura 3 –	Paula Rita Gonzaga Bacellar (Universidade Federal do Sul da Bahia)	90
Figura 4 –	Elcimar Dias Pereira (Universidade Federal de Goiás)	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
AMO	Associação Mulheres de Odun
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IES	Instituição de Ensino Superior
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
ODUN	Odun Formação e Produção
PUC/GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	COLECIONANDO PERGUNTAS: EM BUSCA DE UM ENCONTRO TEÓRICO, EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO	15
1.1	Ética feminista – apontamentos para escolha dos procedimentos	37
1.2	O exercício de tornar-se compreensível – Notas as leitoras	53
2	MAS, AFINAL COMO FALAR DELAS?: A APRESENTAÇÃO DAS CIENTISTAS	58
2.1	Muito Prazer meu nome é: Sandra, Jaileila, Paula, Elcimar	64
2.1.1	A aventura de tornar-se uma acadêmica negra: Sandra Azerêdo	65
2.1.2	Ciência, maternidade e a invenção de si: Jaileila Menezes	76
2.1.3	Uma trajetória acadêmica além dos “padrões classificatórios”: Paula Gonzaga	90
2.1.4	Conhecer, intervir e transformar a partir da ancestralidade: Elcimar Pereira	100
3	CIÊNCIA, MULHERES E PSICOLOGIA	110
3.1	A história da Psicologia – uma história de dissensos e disputas	115
3.2	A Psicologia como uma ciência posicionada	127
4	A EXPERIÊNCIA COMO CATEGORIA ANALÍTICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E ÉTICAS	153
4.1	Mulheres cientista e a escrita de si	171
4.2	O que é lugar de fala?	179
5	ENSINEM-ME A TRANSGREDIR	188
5.1	Notas sobre um encontro	202
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
	APÊNDICE I – Roteiro de Entrevista	234
	APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	237

1. COLECIONANDO PERGUNTAS: EM BUSCA DE UM ENCONTRO TEÓRICO, EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO

Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida (Gloria Anzaldúa, 2000).

Muitas horas foram gastas para que estas linhas começassem a se desenhar na tela com o deslizar dos meus dedos pelo teclado. Pensei em muitas formas de iniciar o texto, desde as mais tradicionais, próximas aos moldes de uma ciência positivista, até as formas hoje ditas como subversivas que parecem apontar para uma ‘ciência sem rótulos’. A escolha por uma delas exige, não raras vezes, o explicitar de uma perspectiva epistemológica. Se de um lado vislumbro a possibilidade de uma posição, relativamente confortável, refletida em uma tradição científica, de outro, mais ao longe, vislumbro um olhar sobre o fazer ciência que exigiria de mim explicações e causaria desconfiança no diálogo entre pares. Nestes termos, me percebi entre a ilusão do lugar de conforto em que podia me esconder e o *locus* de uma enunciação que me exporia e me retiraria certezas poderosas. A resposta, talvez, tenha surgido no abismo entre estas duas perspectivas – um modo de pensar, agir e escrever formal, pretensamente universal e neutro em disputa com um outro contextual, corporificado, narrativo e reflexivo. O que busco evidenciar é a tentativa de traçar um caminho em busca de ‘fronteiras não colonizadas’, as ‘terras de ninguém’.

Esta busca por novos horizontes foi marcada por esclarecimentos/escurecimentos que fui fazendo a mim mesma e que gostaria de compartilhar, já que marcam a feitura desta tese, no que se refere aos meus encontros e desencontros com os desejos de diálogo e contribuição com uma ciência psicológica posicionada e corporificada. Aventurar-me no ato de escrever sobre mim e sobre ‘elas’, não é o resultado de certezas inabaláveis, mas ao contrário, da tentativa de assumir as dúvidas que se tornaram audíveis no meu processo científico e percorrer o caminho em busca de certezas temporárias.

Vale ressaltar que dois pontos estão interligados e servem como uma trama de sentidos na compreensão sobre a minha relação ético-estético-política com a produção de ciência no contexto brasileiro. O primeiro ponto diz respeito a uma produção feminista em que ciência, política e transformação social se entrelaçam nas disputas por sentidos e verdades sobre o mundo e os sujeitos. O pensamento crítico feminista tem origem no questionamento de uma racionalidade machista a qual estava/está submetida à ciência, e na denúncia do *ethos masculinista* na ciência. Assim, as críticas feministas versam em torno da naturalização da ciência como um lugar de homens e para homens, da suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuídas a este saber. Nestes termos, a proposta feminista consiste na recusa de balizas fixas, na não aceitação de totalidades universais interpelando ao dualismo entre sujeito/objeto, objetivo/subjetivo, pensamento/sentimento (Margareth Rêgo¹, 1998; Laura Arrazola², 2002). Somado a outras vertentes críticas, historiciza seus conceitos e compactua com uma ciência comprometida com a realidade social e com as implicações políticas da produção científica. Acaba ainda por desafixar parâmetros permanentes de poder-saber e incorpora a dimensão da subjetividade aos pilares da produção científica. Assim, o que antes foi tido como pertencente ao âmbito do privado passa a fazer parte do campo público, político e científico.

Nestes termos, sujeito e objeto estão diluídos um no outro (Maria Odila Dias³, 1994; Diana Maffia, 2002). A proposta feminista apresenta um campo estético em que o corpo deixa de ocupar o *locus* das margens e vai para o centro de uma discussão científica. Olha para as resultantes das investigações como uma produção contextual, histórica e relativa, além de

1 Margareth Rêgo é historiadora e Doutora em História pela UNICAMP (1990). Professora titular aposentada do Departamento de História da UNICAMP, desde 2015. Pesquisa temas relacionados a sexualidade, gênero, subjetividade, feminismo; anarquismo, teoria da História e História do Brasil República, pós-estruturalismo, Foucault e Deleuze. Publicou, entre outros trabalhos: *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar* (1985); *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930* (1991); *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013). Atualmente coordena a coleção Entregêneros da Editora Intermeios, São Paulo.

2 Laura Arrazola é socióloga e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Ciências Domésticas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, tempo integral. Membro e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/NUPEM/DCD/UFRPE. Tem se debruçado em estudos sobre Sociologia, com ênfase em questões sobre o Camponato, Gênero, Participação, Políticas Sociais, Estado, Mulher e questões do Consumo, Violência de Gênero e identidade.

3 Maria Odila Dias é historiadora e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1972). Atualmente é Professora Titular aposentada da Universidade de São Paulo, onde mantém atividades de orientação de mestrado e doutorado. Publicou os artigos: *Novas subjetividades na historiografia feminista: hermenêutica das diferenças* (1994); *Corpo, natureza e sociedade nas minas, 1680-1730* (2002) e o livro intitulado *Power And Everyday Life. The Lives Of Working Women In 19th Century Brazil* (1995). Suas investigações versam pelo campo da História do Brasil Colonial e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: historiografia, teoria da história, escravidão, relações de gênero, da cultura.

“historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar” (Maria Odila Dias, 1994, p.375). Propõe, assim, uma produção de saberes localizados (Donna Haraway⁴, 1995) que abandona a pretensão da universalidade e da verdade única, em outras palavras, não pode ser compreendida como a única forma de construir o conhecimento. Introduce novos sujeitos como atores e outros sujeitos como objeto de pesquisa (Lourdes Bandeira, 2008), além de possibilitar a inserção de novos temas e questões. Podemos, rapidamente, nomear alguns: a sexualidade, o gênero, o corpo, a emoção, a discriminação, o preconceito, a experiência, entre outros (Haudrey Calvelli⁵ & Maria de Fátima Lopes⁶, 2011), apontando para uma ciência posicionada, reflexiva e crítica.

O que conduz para o segundo ponto, a radicalização da ideia de que a ciência é um campo de disputa (Pierre Bourdieu, 1983) em que as mulheres foram estrategicamente excluídas e/ou invisibilizadas da história da ciência (Michelle Perrot⁷, 1992), sendo que uma das formas de ação foi a incorporação dos sobrenomes de seus cônjuges e o não uso do primeiro nome para marcar a produção de um sujeito desgenerificado (Lúcia Tosi⁸, 1998). Esta

4 Donna Haraway, nascida nos Estados Unidos da América, é bióloga, cientista e professora emérita no Programa de História da Consciência da Universidade da Califórnia em Santa Cruz. É uma das pensadoras mais instigantes das últimas décadas. Principalmente nas leituras feministas da ciência hegemônica, na proposição de novos conjuntos metodológicos e epistêmicos além da elaboração de uma perspectiva crítica sobre a tecnociência contemporânea. Algumas obras da autora que marcam seu pensamento: *O humano numa paisagem pós-humanista* (1992); *Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80* (1994), *Ciência, cyborgs e mujeres: la reinención de la naturaleza* (1995a), *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectivaparcial* (1995), *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX* (1994).

5 Haudrey Germiniani Calvelli é cientista social e tem doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2006). Na atualidade é professora de Sociologia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABI, campus Bom Jesus da Lapa no estado da Bahia. Tem investigado temas ligados ao turismo religioso, as relações de gênero, e as políticas públicas rurais.

6 Maria de Fátima Lopes é bacharela e Licenciada em Economia Doméstica e Pós-Doutorado em Antropologia Social/Teoria Feminista (UFRJ). Fundou o Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero-NIEG/UFV. Atua com orientação e consultoria técnica na perspectiva analítica de gênero. Tem atuado a partir de uma perspectiva interdisciplinar tendo como referencial a indissociabilidade pesquisa, ensino, extensão. Orienta trabalhos de monografias, de estágios supervisionados, de iniciação científica e dissertações ancoradas analiticamente nas teorias de gênero. Tem como temas de interesse as relações de gênero, corpo, sexualidade e a agricultura familiar. Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV), lotada no Departamento de Ciências Sociais (DCS).

7 Michelle Perrot, é francesa, historiadora com ênfase na história das mulheres na sociedade ocidental. Professora emérita de História Contemporânea na Universidade Paris-VII. Organizou, juntamente a Georges Duby, a coletânea *L'Histoire des femmes en Occident de l'Antiquité à nos jours*, publicada em cinco volumes, entre 1991 e 1992, traduzido para o português com o título abreviado *História das Mulheres no Ocidente*, entre 1993 e 1995. Publicou também, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1988).

8 Lucia Piave Tosi é argentina, graduou-se em Química pela Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e Naturais da Universidade de Buenos Aires, onde também, desenvolveu seu doutoramento em Eletroquímica (1945). Sua graduação e atuação em Química e sua incisiva participação no movimento feminista foram demonstradas em seu interesse pelos estudos da participação das mulheres na Ciência, tema ao qual se dedicou por muitos anos. Faleceu no dia 27 de fevereiro de 2007, aos 89 anos, deixando significativas contribuições as áreas de Espectroscopia e a

constatação, mesmo que desrespeitando normas nacionais e internacionais de padronização, me conduziu à escolha de sempre citar nome e sobrenome das autoras e dos autores com quem dialogo e debato nesta tese. E por último, esclareço/escureço que as autoras e os autores com quem eu estabeleci um diálogo epistêmico-teórico-metodológico, através de compartilhamento ou dissenso de suas teorias, serão localizados em notas de rodapé ao longo do texto no âmbito da escrita da tese.

Neste movimento, não isento de tensões, uma escolha epistemológica foi feita. Busco, dessa forma, alinhar os retalhos do tempo para contar uma história, a história de como e por que me tornei feminista, e de como as lentes feministas – que ultrapassam em muito o uso de *instrumentos* para enxergar a realidade, sendo uma forma de sentir, viver, interpretar, compreender e analisar o mundo, os problemas sociais, delinear intervenções e construir proposições teóricas – me fizeram construir o problema de pesquisa desenvolvido nesta tese e me tornaram uma colecionadora de perguntas. O ato de contar as minhas vivências e os acontecimentos reafirma a presença das mulheres como figuras pensantes no campo científico e reivindica a experiência como uma categoria de análise no campo psicológico, opondo-se à concepção de subjetividade como a investigação da interioridade, da individualidade.

Se hoje, nomear-me feminista e afirmar o feminismo⁹ na minha prática científica é parte essencial da construção do meu pensamento e da estrutura de compreensão do conhecimento, outrora não fora assim. Por vezes me recusei a fazê-lo. Dizer-me feminista era, nos anos finais da minha escolarização básica e princípio de graduação, assumir uma postura radical acerca dos meus possíveis fazeres científicos, domésticos, familiares, sociais e políticos. Era, em certa medida, assumir minha capacidade de subversão, logo eu que venho de uma tradicional família mineira que emerge do contexto de pobreza através da educação e que valoriza princípios religiosos e morais conservadores.

Sempre fui ‘protegida’ no que se referia às vivências de discriminações, cerceamentos ou questionamentos subjetivos relacionados à experiência racial. Assim, aprendi, desde muito cedo, que ser negra no mundo seria um ato de constante resistência social e política, mas, em

Química Inorgânica, especialmente, a Química Bioinorgânica, e história da Ciência a partir de uma perspectiva feminista, com ênfase no papel das mulheres na Ciência.

⁹ No decorrer da tese utilizarei, majoritariamente “feminismo” no singular, não porque, entendo que não há UM feminismo no singular, mas justamente, porque o pressuposto do feminismo enquanto prática teórica, científica, política e *práxis* é sua multiplicidade e compreensão da realidade a partir do olhar das mulheres em sua diversidade. Assim o “feminismo” afirma a existência de várias linhas, dentre as quais podemos destacar: o feminismo do sul, feminismo negro, o feminismo liberal, o feminismo da diferença, o feminismo radical, dentre muitos outros.

contrapartida, o mesmo não foi feito no que se refere a outras experiências, principalmente em relação às vivências de gênero e sexualidade. Fui ensinada a me esconder, me resguardar, me responsabilizar se algo saísse do prescrito – “não se vista assim”, “não fale ou porte-se desta maneira”, “não se aproxime destas pessoas”, “nunca tenha este comportamento”. O “não” sempre esteve posto na minha experiência como mulher. Cabia, então, a mim ser a exceção, boa aluna e religiosa, questionadora, mas ‘temente a Deus’, destemida e recatada, inteligente e boa administradora do lar. Fui percebendo que, em muitos momentos, era impossível ocupar os dois lados, havia um hiato entre questionar a comum afirmativa “o homem é a cabeça e a mulher é a calda” nos encontros de jovens da igreja que cresci e a afirmativa de que eu era tão boa quanto todos os meus colegas homens no cursinho pré-vestibular.

Todo este contexto que, hoje, enxergo tão além da linha do horizonte, produziu efeitos duradouros sobre o meu corpo e minha vivência no mundo. Parecia-me mais simples recusar o feminismo. Até porque, naquele momento, ele havia se materializado como o oposto do feminino, marcando um enfrentamento familiar, religioso e social significativo. Mas eu tive dúvida, muitas dúvidas, sobre as antigas prerrogativas que me foram impostas e que lidei por muito tempo como se elas fossem naturais e as únicas explicações possíveis. Eu comecei a ler, ler sobre mulheres, ler sobre feminismo para construir uma posição para além do que eu ouvi dizer por aí. Eu queria saber quem eram estas mulheres que faziam suas vozes ecoarem. Li, e em muitos momentos não me identifiquei. As mulheres que eu conhecia sempre estiveram no mercado de trabalho, nunca tinham sido poupadas do trabalho pesado porque eram em sua maioria chefes de família, politizavam o privado e exigiam reorganizações, mesmo que temporárias. Tentei contextualizar em um dado tempo e local, mas comecei a notar que aquelas mulheres pareciam muito diferentes das minhas mulheres, minhas avós, bisavós, tias, vizinhas, amigas e muitas outras.

Neste momento a recusa era outra. Se no momento anterior não me nomear feminista tinha a ver com a manutenção de vínculos sociais e, em última instância, ser uma ‘boa menina’, agora tinha a ver com a ideia de que o feminismo não me contemplava, parecia uma história distante de mim, uma história sobre as outras, não sobre um *nós*. Apesar de uma postura e de lentes compatíveis com os feminismos, eu não me sentia uma feminista, não estava pronta para alcançar a ruptura com a ordem social vigente a partir do feminismo.

Entretanto, foi ao longo do meu processo de graduação em Psicologia, quando fui bombardeada de teorias e abordagens psicológicas, estando imersa em um certo jeito de fazer ciência e imbuída de um pensamento cartesiano, em busca do conjunto teórico que balizaria

minha prática, que me deparei com a multiplicidade de teorias psicológicas e perspectivas feministas, principalmente no diálogo com a Psicologia Social Crítica e Psicologia Social Comunitária. Assim como Cláudia Alves¹⁰ (2013), ouvi, com frequência, dos meus professores que era necessário fazer uma escolha epistemológica que, certamente, seria balizada pelo aparato ontológico e metodológico. Esta escolha deveria ter como horizonte a resposta a perguntas voltadas à concepção de sujeito, de sociedade, de ciência ou ainda transformação da realidade. Esse movimento que se dava no meu processo de profissionalização também operava fora dele, no privado. E com o passar do tempo, percebi que vida pública e privada estavam conectadas, que uma não existia sem a outra. Nesse sentido, pensar no conjunto teórico que comporia meu olhar sobre os sujeitos com os quais interagiria como psicóloga era, também, pensar sobre como olharia para a realidade para além dos muros da ciência. A cada incursão teórica, me deparava com as proposições das teorias feministas e estas, por sua vez, representavam muito da minha compreensão do mundo, mas ainda havia muitas dúvidas, questionamentos e angústias.

Foi nesse momento que, na Universidade, me deparei com um mundo novo. Com o que, naquele instante, me parecia a minha Ítaca¹¹. Apaixonei-me pela investigação acadêmica, me encontrei em um grupo de pesquisa em que a dúvida era bem recebida, o Núcleo de ensino, pesquisa e extensão Conexões de Saberes. Deparei-me com temas que antes me eram negados – gênero, orientação sexual, identidade de gênero, processos de subjetivação racial, participação política. Encontrei-me com mulheres negras, lésbicas, mulheres travestis e transexuais, mulheres rurais, mulheres pobres, mulheres jovens, mulheres reclusas em centros de reeducação social, mulheres militantes, mulheres faveladas. Fui, assim, convocada a lidar com os meus privilégios e com os meus silenciamentos, que eram e ainda são muitos. Desnaturalizei coisas que eu via como normais, desconfiei da normalidade, experienciei o novo, enfim, instalei-me

10 Cláudia de Oliveira Alves é psicóloga e doutoranda em psicologia clínica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Tem interesse em estudos de saúde mental, violência doméstica, gênero, relações étnico-raciais, feminismos e sua inserção na psicologia clínica. Atualmente é professora Adjunta da Universidade Paulista - UNIP/ Campus Brasília.

11 Em o mito da Odisseia, Ulisses, rei de Ítaca, uma ilha grega do mar Íônio foi um dos responsáveis pela tomada de Troia como os outros generais gregos. Com o fim da guerra e a conquista de Tróia, todos os gregos tiveram uma viagem de regresso à sua pátria atribulada. Ulisses levou dez anos para regressar a Ítaca. Devido à animosidade de alguns deuses, tempestades que o desviaram da rota, tentações de mudar o seu destino, mas mesmo com difíceis escolhas Ulisses só desejava voltar para sua sonhada e desejada realidade e finalmente viver em paz a partir dos seus sonhos e horizontes.

num campo em que a hermenêutica da suspeita (Célia Amorós¹², 2000) me desestabilizava ao mesmo tempo em que me produzia como crítica e contextualizada. Deparei-me com Patrícia Collins, Gloria Anzaldía, bell hooks, Conceição Evaristo, Judith Butler, Daphne Patai, Sandra Harding, Londa Schiebinger, Gayle Rubin, Angela Davis, Beatriz Preciado, Betty Friedan, Margareth Rago, Monique Witting, Celi Pinto, Sueli Carneiro, Ochy Curriel, e muitas outras. Foi justamente aqui que me encontrei com o que se convencionou chamar de terceira onda do feminismo. Não mais me sentia contando a história das outras, mas, a nossa história. Enfim, as lentes do feminismo se manifestam na minha “teoria sobre tudo”, sobre tudo? A aproximação com estas feministas e suas teorias me desenharam novas perguntas: por que trilhei caminhos tão incertos no feminismo? Em que medida ele me proporciona uma compreensão da realidade? Por que, muitas vezes, senti o feminismo como um reproduzidor de desigualdades? Por que não me identifiquei com alguns olhares feministas e sobre o feminismo? Como pensar a relação entre a experiência, o feminismo e a ciência? Existe uma ciência feminista? Uma Psicologia feminista? Muitas outras perguntas foram se desenhando neste encontro, nada ingênuo, com o pensamento feminista. Precisei pensar os porquês do meu sentimento de inadequação ao feminismo e da necessidade de nomear o feminismo em sua multiplicidade. No diálogo com estas tantas autoras percebi que estava em busca de ‘um lugar ao sol’, ou dito de outro modo, desejava me sentir parte de um pensamento, de uma história do mundo a partir do lugar social das mulheres. Já pensava na importância do tripé experiência, ciência e feminismo, e, principalmente, se os feminismos eram para mim, se seria possível me identificar como uma cientista, quiçá uma cientista feminista no campo psicológico.

Bastante imbuída nesta busca, fui presenteada com um dos livros, da popular autora feminista norte-americana, best-seller do The New York Times, Roxane Gay¹³ (2016). O li, ou

12 Celia Amorós é uma historiadora nascida na Espanha. Foi professora titular de História de la filosofía na Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED). Em 1985 se torna professora de filosofia na Universidad Complutense de Madrid, vinculada ao Departamento de Filosofia IV. Dedicou-se à investigação da relação entre o feminismo e a filosofia, tendo como compromisso a *praxis* no movimento feminista. A partir de uma perspectiva feminista tem pensado os fundamentos da história das ideias e realizado críticas à ciência e à estruturação da intelectualidade no contexto do ocidente. Dentre suas produções estão *Hacia una crítica de la razón patriarcal* (1985), *Feminismo: igualdad y diferencia* (1994), *Feminismo y Ética* (1992), *El feminismo: senda no transitada de la Ilustración* (1990), e *Patriarcalismo y razón ilustrada* (1991).

13 Roxane Gay é uma escritora, professora, editora, comentarista e ativista norte-americana. É uma analista das questões raciais, de gênero e de identidade. Gay é autora da coleção de ensaios best-sellers do The New York Times *Bad Feminist*, bem como da coleção de *Contos Ayiti*, do romance *An Untamed State*, da coleção de contos *Difficult Women* e do livro de memórias *Hunger*. Assim como do livro *Fome: uma autobiografia do (Meu) Corpo* (2017) livro em que expõe suas memórias, experiências e significações diante da vivência de um estupro coletivo, aos 12 anos. Atualmente é professora universitária em Purdue. Tem colunas publicadas regularmente no The New York Times e no The Guardian.

melhor, o devorei em minhas férias em companhia do mar, e tive a certeza que não sairia ilesa daquelas páginas, pois, sob o efeito do diálogo que estabeleci com ela, passei a me perguntar se seria eu uma ‘má feminista’. Feministas já foram chamadas de bruxas e queimadas por estabelecerem outras formas de ser e estar no mundo, muitas vezes exaltamos nossas ‘bruxarias’ e nos automeamos bruxas em uma reapropriação interpretativa. Assim como a nomenclatura bruxas, de séculos atrás, má, também, não me parece ruim. Roxane Gay (2016) pontua que ser uma má feminista, ou no meu entender, uma ‘feminista má’, tem a ver com o direito da dúvida, dissensos e a vivência de contradições internas e externas aos feminismos. Se ser uma feminista má, tem a ver com a recusa de uma proposta única, unilateral e inflexível, se assim for, eu sou uma má feminista/feminista má. Se me aproximar de uma multiplicidade de experiências de nós, eu sou uma má feminista. Se viver na fronteira das experiências sociais que compõe múltiplos corpos, como pontua Gloria Anzaldúa¹⁴ (1987), eu sou uma má feminista. Desejo viver e experienciar o trânsito (Beatriz Preciado, 2002), o lugar sem nome (Beth Friedan, 1971), a fronteira, *la conciencia de la mestiza/towards a new consciousness* (Gloria Anzaldúa, 1987).

Aquele feminismo que não me cabia, passou a fazer sentido quando percebi que os feminismos permitiam, potencializavam e possibilitavam minhas contradições, minhas dúvidas e incertezas. Que os conhecimentos podiam ser questionados e que eu podia me refazer a partir das interações cotidianas. Os feminismos e seu diverso conjunto de teorias me proporcionava lidar com consensos temporários e dissensos permanentes.

Em cada investida nas leituras feministas, debates, congressos, reuniões, eu me sentia desafiada e confrontada, nem sempre de forma agradável, mas era constantemente convidada a negociar, a pensar. Os feminismos potencializaram as inquietações que eu já possuía, me apresentaram um mundo mais complexo e, também, mais desigual, do que minha experiência me possibilitava enxergar e os preconceitos me impediam de ‘ver’ que ‘não via’ e o que é que não via (Marco Prado & Frederico Machado, 2008). E foi no tecer das linhas de sentido que percebi que as teorias feministas representam muito da minha compreensão sobre o mundo e sobre a ciência.

O primeiro passo para o estabelecimento deste contínuo entre público e privado,

14 Gloria Evangelina Anzaldúa, por sua vez, foi escritora e teórica cultural, faleceu no ano de 2003. Versátil, publicou poesia, ensaios teóricos, contos, narrativas autobiográficas, entrevistas, livros infantis e antologias de vários gêneros. Foi uma das primeiras autoras americanas, de origem mexicana, assumidamente lésbica. Teve considerável relevância na redefinição de identidades chicanas, lésbicas e *queer*. Gloria Anzaldúa desempenhou um papel vital no desenvolvimento de um movimento feminista de inclusão.

científico e político, feminismo e ciência, certamente, foi dado no mestrado quando cursei a disciplina Psicologia e Teoria Feminista ofertada pela professora Dr^a. Claudia Mayorga. A proposta da disciplina consistia em abordar aspectos do debate feminista que tem acontecido no e com o feminismo, acerca das questões epistemológicas e metodológicas na produção do conhecimento científico, com ênfase nas perspectivas denominadas pós-coloniais, pós-estruturalistas, sul asiáticas e do feminismo negro. Como pano de fundo do debate proposto, tomamos a reflexão sobre as questões epistemológicas e metodológicas que orientam a construção de conhecimento acerca de experiências sociais subalternizadas, desqualificadas, marginalizadas. O que resultou no desenvolvimento da dissertação intitulada, "O *locus* enunciativo do sujeito subalterno: uma análise da produção científica de bell hooks e Gloria Anzaldúa", em que me debrucei sobre a possibilidade de enunciação das mulheres na ciência. As conclusões encontradas no meu estudo apontam para a necessidade de uma ruptura epistemológica e metodológica da ciência hegemônica, explicitam a ciência como um espaço capaz de produzir desigualdades de gênero, e, além disso, evidenciam que as intelectuais investigadas transitam entre a enunciação e o silenciamento desenvolvendo formas distintas de existência neste 'entre lugares'. Neste contexto, identifiquei lacunas e pontos que mereciam maior atenção por parte das Ciências Humanas, que foram se transformando em novas perguntas de pesquisa no meu processo. São elas: a ciência tem se apresentado como um espaço de equidade entre homens e mulheres no contexto brasileiro? Quais formas as cientistas têm desenvolvido para ser e estar neste campo? Quais embates epistemológicos, políticos e teóricos mulheres cientistas, que ocupam lugares institucionais de grande poder, têm enfrentado? Quais processos psicossociais estão envolvidos na percepção de si e do espaço em que se inserem as mulheres cientistas? Como estas mulheres percebem a ciência e como a desenvolvem? Como vivenciam as relações sociais no âmbito do trabalho? Ser uma pesquisadora feminista altera a forma de construir um problema, se relaciona com seus sujeitos ou as conclusões encontradas nos seus estudos? É certo que a proposta desta tese não tem como objetivo final responder todas as inquietudes, desconfortos, dissensos que emergem durante o processo dissertativo, mas sem sombra de dúvidas, contribuiu para o desenho de um novo interesse. As questões supracitadas são alguns dos questionamentos que me auxiliaram a construir um novo caminho na tese.

Se em um momento anterior me debrucei sobre a produção científica de duas teóricas feministas, relativamente conhecidas no campo feminista mundial, no tempo presente me interroguei sobre os processos de produção de si e de conhecimento de mulheres cientistas do campo psicológico que se intitulam feministas. Neste encontro com mulheres cientistas

psicólogas feministas, a hipótese era que me depararia com o indisciplinado – o reconhecido como infame, impróprio, inapropriado – a fim de saber como elas têm se integrado ao campo científico, quais relações elas estabelecem neste espaço, e como e por que têm produzido ciência.

Assim, a partir das muitas questões que emergiram neste desejo investigativo, surgiu um interesse, pano de fundo, de manter um olhar sobre as formas de articulação, enfrentamentos, produção, subalternizações e/ou resistências que as cientistas feministas do campo das ciências psicológicas buscam estabelecer como estratégia no desenvolvimento de espaços de fala e enunciação científica – como nas experiências do cotidiano se tornam sujeitos vocais e se suas produções são capazes de vocalizar outros sujeitos.

Nestes termos, o problema desenhado apontou para alguns objetivos específicos: 1) Investigar a inserção e a participação das cientistas feministas no campo psicológico no que se refere às tensões entre o fazer científico e a experiência de ser mulher no mundo; 2) Analisar a produção científica das intelectuais a partir das concepções de ciência e sujeito científico presentes em seus discursos; 3) Conhecer o aparato epistemológico e metodológico das produções acadêmicas das cientistas, com especial atenção para a relação sujeito e objeto; 4) Compreender o horizonte de transformação de si e social proposto pelas teóricas feministas em suas produções.

O percurso em busca de um tema não foi simples, nem rápido e muito menos revestido de prazeres. Ao estabelecer um diálogo mais amplo com suas diferentes correntes teóricas e áreas de concentração da ciência psicológica no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, por vezes, fui questionada sobre a relevância desta pesquisa. E me senti, em muitas e muitas ocasiões, uma acadêmica e uma professora universitária indisciplinada. Esse sentimento me atravessou, e ainda atravessa, de tal maneira, que ou eu me condicionava a assumir minhas amarras acadêmicas e institucionais a que estava, e ainda estou submetida ou me deixava ser tomada por essa insubordinação que exigirá de mim que, constantemente, me explique, me posicione, me desvele e me exponha. Sim, eu fiz a escolha pela segunda posição, em um claro diálogo com a Psicologia social crítica (Silvia Lane¹⁵, 1985; Ignacio Martín-Baró, 1998, 2005; Adriano Nuernberg, 2005; Pedrinho

15 Silvia Tatiana Maurer Lane, filósofa de formação, exerceu grande influência no desenvolvimento da Psicologia Social. Pós-Doutorada pela EHESS, na França. Foi uma das precursoras da Psicologia Comunitária, sócio-histórica no contexto brasileiro. Tem uma vasta produção, entre as quais estão: *O que é psicologia?*, *O que é Psicologia Social?*. Contribuiu para a ruptura com a tradição elitista da Psicologia, assim como, para a estruturação de um

Guareschi, 2012; Claudia Mayorga¹⁶, 2014; Conceição Nogueira¹⁷, 2013; Lenise Borges¹⁸, 2014; Mary Jane Spink¹⁹ & Peter Spink, 2014; Henrique Nardi, 2016). Mesmo sabendo que, por vezes, serei questionada, desautorizada em uma busca de me impedir de ocupar esta ‘terra de ninguém’, que a muito, foi proclamada pelos homens, em sua maioria, heterossexuais, brancos, pertencentes às classes mais abastadas e do norte, como solo masculino. Eles nomearam esta terra como Ciência, o que me remete à velha história de Cabral e do descobrimento do Brasil quando gritou: ‘terra à vista’, ao avistar as ‘terras tupiniquins’.

Esta constatação me conduziu, por um tempo, ao confortável e adocedor *locus* do silêncio acadêmico, me escondi atrás da resposta “eu ainda não sei o que vou pesquisar” ou “ainda é cedo demais para definir um problema científico, eu tenho tempo”, sempre que questionada sobre minha proposta para o doutoramento. Mas, após um longo sono, posso dizer que eu sempre soube. Sempre soube o que desejo pesquisar, mas tive medo, medo dos esquemas referenciais da ciência que me afastam de uma excelência acadêmica, de reconhecimento científico e, muitas vezes, de um respaldo na comunidade científica. Ao mesmo tempo, minha

novo projeto para a ciência e para a profissão. Acreditou e lutou pela união latino-americana no campo da Psicologia. Fundou a ABRAPSO e foi precursora da Psicologia Comunitária. Faleceu no ano de 2006 após intensa contribuição para a configuração do pensamento crítico em Psicologia e para o desenvolvimento de uma psicologia comprometida com as urgências da sociedade brasileira.

16 Claudia Mayorga é psicóloga, nascida no Chile, doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri - Espanha com foco em estudo sobre gênero, política e feminismo. Atualmente é professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-graduação em Psicologia e coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. Tem desenvolvido suas intervenções e investigações no campo da Psicologia Social com ênfase na teoria feminista com os seguintes temas: gênero, relações raciais, sexualidade e política; análise interseccional da desigualdade social brasileira; psicologia comunitária, favela e intervenção psicossocial; juventude e participação; democratização da universidade e ações afirmativas; epistemologia feminista e metodologias participativas.

17 Conceição Nogueira é portuguesa, doutora em Psicologia Social, na área dos Estudos de Gênero (1997), e Professora Associada com Agregação da unidade orgânica de Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Tem publicações a nível nacional e internacional – tendo publicado em revistas como a “Feminism and Psychology”, o “Journal of Women and Politics” e a “Psicologia e Sociedade”. E livros como *Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero* e *Uma perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*.

18 Lenise Santana Borges é psicóloga, tem doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). É professora do curso de Psicologia na PUC-GO, atuando na graduação e pós-graduação (PSSP). Atualmente integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas Psicossociais (NEPSI) e co-fundadora e coordenadora do Grupo Transas do Corpo, organização feminista, desde 1987. Tem se dedicado à pesquisa, ensino e extensão na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, com atuação principalmente nos seguintes temas: práticas discursivas, mídia, gênero, sexualidades, DST-Aids e diversidade sexual.

19 Mary Jane Paris Spink é graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1969) e doutorado em Psicologia Social - University of London (1982). Filiada à Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, à Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO e à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP. Experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: práticas discursivas e produção de sentidos, risco como estratégia de governamentalidade e saúde coletiva. Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos.

escolha investigativa me aproxima de um compromisso ético-político na produção científica, vislumbrando a superação das desigualdades e subalternidades no campo científico e social, tendo como horizonte a transformação de realidades sociais (Silvia Lane & Wanderley Codo, 1984; Paulo Freire, 2011; Maritza Montero²⁰, 1982, 1984; Ignacio Martin-Baró, 1986, 2012). Aqui se estabelece uma diretriz epistemológica: uma prática que vise combater ‘a displicência científica’ em relação ao seu compromisso social que acaba por compactuar com a dominação das classes subalternas e produzindo subclasses na ciência, assim como a banalização de seus fazeres. O que, por sua vez, tende a ser minimizado. Isso não implica em uma produção de conhecimento neutra-objetiva-universal, mas sim, que ratifica a manutenção das problemáticas sociais, tal como se verifica na modernidade.

Vale ressaltar que pensar sobre o meu percurso tem me ajudado a configurar e direcionar meu interesse sobre o percurso das sujeitas da minha pesquisa. A busca pelos sentidos no processo de construção de uma prática científica tem me assombrado e me movido. Hoje, perguntas como "Qual a relação entre o feminismo e a construção do campo psicológico no contexto brasileiro?"; ou, "Como pensar a ciência e sua íntima relação com a sociedade brasileira para cientistas feministas?"; ou, "Se, e de que maneira, as inquietudes elaboradas pelo feminismo movimentam e colaboram para a escolha de teorias e metodologias investigativas de cientistas psicólogas?"; ou ainda, "Quais posicionamentos teórico-metodológicos caracterizam a produção acadêmica de psicólogas feministas no contexto científico da Psicologia brasileira?".

Tais questionamentos vislumbram a importância de pensar a produção científica (Alexandre Koiré, 1973; Pierre Bourdieu, 1983, 2004; Michel Foucault, 1986, 2002) como a própria vida (Michel Foucault, 1992; Margareth Rago, 2013; Margaret McLaren²¹, 2016).

20 A psicóloga venezuelana Maritza Montero tem importância significativa no desenvolvimento da Psicologia Social, Psicologia Política e da Psicologia Comunitária na América Latina a partir de uma perspectiva libertadora e politicamente comprometida com a transformação da realidade social. Graduou-se inicialmente em Direito e posteriormente em Psicologia pela Universidade Central da Venezuela e em 1982 doutorou-se em Sociologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales da Universidade de Paris. Desenvolve reflexões no campo da prática científica como uma intervenção no contexto social com finalidade transformadora e uma práxis psicopolítica emancipatória essencialmente comprometidas com as urgentes locais. Possui uma ampla produção científica principalmente no campo ético-político e no desenvolvimento de aspectos metodológicos e teórico para uma psicologia comunitária para uma ação psicossocial orientada para a transformação social. Atualmente é professora titular da Universidade Central da Venezuela.

21 Margaret A. McLaren é uma filósofa norte-americana e doutora em filosofia da Northwestern University. Publicou os livros *Feminismo, Foucault e Subjetividade* (2002), *Feminism and the Final Foucault*, *Feminists Doing Ethics* e *Florida Without Borders: Women at the Intersections of the Local and Global*. E artigos sobre questões de gênero, mulheres e direitos humanos, multiculturalismo, foucault, feminismo e ética. É professora na Rollins College em Winter Park, onde leciona Filosofia e no programa de Sexualidade, Gênero e Estudos da

Sendo assim, este projeto parte do princípio de que os processos de produção de mulheres cientistas feministas psicólogas tramam uma rede subjetiva de tecidos sociais, culturais, acadêmicos e políticos que ganham contorno a partir da lógica desse campo científico hegemônico (Adriano Nuernberg, 2005).

Em outras palavras, ou em palavras feministas, declaro meu engajamento e implicação com a temática selecionada e busco que este fique evidente em todas as linhas e entrelinhas deste projeto, sendo possível perceber a iniciativa de me posicionar e de explicitar minhas lentes e lugares políticos de fala, o que espero que transmita aos leitores e às leitoras não apenas uma história de quem pesquisa, mas também, do meu posicionamento teórico, epistemológico e político. E assim, me implicar no processo de produção e, também, nos efeitos sociais da minha *práxis*.

Acho que na mesma direção das proposições de Andréa Zanella²² (2013), me sinto uma colecionadora. Uma colecionadora de perguntas, perguntas científicas e problemas de pesquisa.

Foi com o profundo desejo de ouvir, ler, sentir, falar, deglutir estas mulheres cientistas que me assumi como uma indisciplinada. Vivendo em uma indisciplinada “que não significa recusar o rigor do pensamento, pelo contrário, apresenta a possibilidade de não ficar acrítica no lugar concluso e fechado, para assim viajar e viajar-se além do disciplinado” (Máximo Canevacci, 2013, p.12).

É em busca do indisciplinado, do infame, do impróprio, do inapropriado que procuro compreender como mulheres cientistas psicólogas feministas têm integrado o campo científico me atentando às relações que estabelecem, como e por que têm produzido ciência. No trilhar deste percurso investigativo, um constante alinhavar de experiências e inquietações científicas foram tecidas. Nestes termos, as questões de pesquisa que orientam esta investigação versam pelas problemáticas da inserção da perspectiva feminista no como fazer ciência, e como as cientistas feministas do campo psicológico descrevem sua prática, e em que medida os feminismos contribuem para a construção dos interesses de pesquisa e no desenvolvimento das

Mulher (SWAG). Atualmente, tem investigado, a partir do feminismo, a justiça social e suas causas sistêmicas de opressão e desigualdade.

²² Andréa Vieira Zanella é psicóloga, com doutorado em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem como área de atuação a Psicologia Social com os temas relações éticas, estéticas e processos de criação; psicologia social e arte; educação estética; questões metodológicas na pesquisa em psicologia social. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina.

mesmas. Estes questionamentos dão tom e constituem o objetivo geral desta investigação.

Assim, discorri sobre o entrecruzar de quatro grandes temas – mulheres, ciência, Psicologia e feminismos –, ou dito de outro modo, a encruzilhada que rompe uma história tradicional e se apresenta como um conjunto de *histórias infames* (Maria Ravazzola, 1997; Michel Foucault, 2003). O tecer das histórias, ditas e escritas, os trabalhos acadêmicos, as publicações, cursos, graduações e pós-graduações vão formando teias de sentido que podem ser entendidas e interpretadas a partir de uma perspectiva feminista e psicossociológica à luz da categoria experiência.

O indisciplinado, infame, inapropriável a que me refiro —nos termos propostos por teóricas feministas negras, latino-americanas, africanas e outras tantas —baseia-se em uma vontade de tomar nas mãos o próprio destino da produção científica baseada em lógicas que rompem com normativas sexistas, heterossexistas, LGBTfóbicas, racista, classistas e na descrença nos canais institucionais como única fonte de produção e circulação científica, produzindo novas maneiras de organizar-se e agir cientificamente.

Percebe-se, da mesma forma, que o modelo científico tradicional/ hegemônico/ dominante, em sua visão cartesiana, a partir de pilares positivistas baseados na reiteração da neutralidade, objetividade e universalidade, apresenta uma capacidade de reiterar-se e construir-se como uma norma vigente ao mesmo tempo em que produz fissuras para a incorporação de suas partes dissidentes. Foi justamente esta dissidência que busquei nesta pesquisa. Uma indisciplina de mulheres pesquisadoras em um campo tradicionalmente reconhecido como do cuidado, e conseqüentemente, de mulheres. Composto majoritariamente por mulheres em sua expressão enquanto prática científica e profissional, mas que não tem a produção científica de mulheres como principal conjunto teórico (Louise Lhullier²³, 2013).

Nesta perspectiva, a investigação se deu a partir do anseio de oferecer a um conjunto de outras mulheres psicólogas que estão, desejam estar ou estiveram no diálogo com as teorias psicológicas, um espaço para conhecer mulheres psicólogas cientistas feministas que tem pensado e tematizado as questões de mulheres que reconhecem a ciência como símbolo por excelência do espaço público, e lutam por espaços não essencializados e não colonizados (Darlane Andrades & Helena dos Santos, 2013). Mulheres cientistas que levam o corpo

23 interesses são psicanálise, arte, sinthoma, invenção, sexuação e a Psicologia enquanto ciência e profissão. Dentre os livros organizados por ela estão *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia, trabalho* do Conselho Federal de Psicologia (2013); *Psicologia e Práticas Sociais e Estudos Sobre Comportamento Político: Teoria e Pesquisa*.

indisciplinado à ação pública no campo científico. Agir de maneira inusitada, não prevista: romper com a disciplina do sistema.

Enquanto algumas autoras escolhem discorrer, com relativa certeza, sobre as contribuições feministas à ciência (Lourdes Bandeira²⁴, 2008), outras se perguntam se o feminismo teve algum impacto na produção científica, ou ainda, se o feminismo mudou a ciência (Londa Schiebinger²⁵, 2001). Mesmo não havendo um consenso em torno de uma mudança no projeto hegemônico de ciência a partir das críticas feministas, há, invariavelmente, o sentimento de que “avanços” aconteceram, principalmente nas ciências das humanidades, para além do aumento da presença de mulheres na ciência. Ainda que não tenha sido da forma como muitas imaginavam, de várias maneiras, as teorizações feministas mudaram a percepção das mulheres na ciência e, em consequência, sua posição na mesma (Evelyn Fox Keller²⁶, 2006).

A indisciplina aqui apresentada se estabelece no diálogo com o que Jeanne Marecek (2001) apresenta com o termo Psicologia Hegemônica. O que a autora enfatiza com isso é a relação entre o conhecimento em Psicologia, fruto de um modelo em que os pilares recusam a priori, e a investigação a partir do lugar social das mulheres (Catriona Macleod, Jaenne Marecek & Rosw Capdevila, 2014). Esta seria uma das contribuições do feminismo à Psicologia, a reconfiguração, proposta pelo feminismo, das relações sujeito-objeto. Nesta perspectiva a Psicologia precisa do feminismo para desenvolver um estudo qualificado sobre as experiências de mulheres (Alexandra Rutherford, 2012). No caminho para o explicitar das contribuições do feminismo à Psicologia, Lourdes Bandeira (2008) aponta também que uma das mais

24 Lourdes Maria Bandeira é cientista social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS (1973) e Pós-Doutora na área de Sociologia do Conflito, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales-EHESS. Sua área de atuação é a Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e da Cultura - Gênero, Feminismo, Violência de Gênero, e Políticas Públicas. Atua principalmente nos seguintes temas: conflito e violência nas relações de gênero, cidadania, mulheres, feminismo e políticas públicas. É professora Titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente exerce, também, o cargo de Sub-Secretária de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

25 Londa Schiebinger é norte-americana, historiadora, professora de história da ciência, no departamento de história, da Universidade Stanford. É doutora pela Universidade Harvard, tendo recebido o título em 1984. Em seu trabalho tem se dedicado a separar três peças analiticamente distintas, mas interligadas do enigma do gênero e da ciência: a história da participação das mulheres na ciência; gênero na estrutura das instituições científicas; e o gendering do conhecimento humano. Dentre suas publicações estão *Women and Gender in Science and Technology*; *Gendered Innovations: How Gender Analysis Contributes to Research*; *Nature's Body: Gender in the Making of Modern Science*; e *Has Feminism Changed Science?*

26 Evelyn Fox Keller norte-americana, física (1957) e doutora em física pela Universidade de Harvard (1963). Foi professora nos Departamentos de Retórica, História e Estudos da Mulher da Universidade da Califórnia, além de lecionar na Northeastern University e na New York University. Sua pesquisa é focada na história e na filosofia da biologia moderna e no gênero e na ciência. Ela é autora de vários livros, incluindo *Reflexões sobre Gênero e Ciência* (1985).

significativas inovações das teorias feministas na ciência é o conceito de gênero²⁷, na medida em que apresenta a perspectiva de gênero como uma categoria analítica. Esta é, também, uma importante contribuição à Psicologia, já que, possibilita compreender como corpos designados como femininos ou masculinos assumem um conjunto de comportamentos e papéis normativos culturalmente estabelecidos e desiguais em termos de poder e importância (Lígia Amâncio²⁸, 2001; Conceição Nogueira, 1997, 2001, 2004; Jeanne Marecek, 2001; Adriano Nuernberg, 2005). Em outras palavras, como sujeitos são corporificados como resultado de um produto de tecnologias sociais, discursos, epistemologias e de práticas institucionalizadas que produzem, subjetiva e objetivamente, sujeitos (Teresa de Lauretis, 1984).

Surge, então, uma lista de pesquisadoras que diziam do meu desejo de sabê-las e a minha vontade epistêmica de contribuir para um campo psicológico com lentes feministas. Mas, quem foram elas? Sandra Azerêdo (Universidade Federal de Minas Gerais), Jaileila Menezes (Universidade Federal de Pernambuco), Paula Gonzaga (Universidade Federal do Sul da Bahia) e Elcimar Pereira (Universidade Federal de Goiás). É certo que o que produzimos foi a resultante de um nós que se produz no exercício de pensar sobre as experiências delas, de tantas outras que são apresentadas ao longo do texto e também em notas de rodapé, a fim de fazer pensamento se associar com vivência, transformando em significação e experiência pessoal, social, política e científica. Dito isso, a seguir, apresento brevemente cada uma das participantes da pesquisa.

Sandra Maria da Mata Azerêdo, psicóloga, negra, mineira, mãe de dois filhos, militante do movimento feminista, avó, uma apaixonada por literatura e artes. Professora adjunta, recém-aposentada, do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduou-se em 1969 em Psicologia pela UFMG, desenvolveu seu mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no ano de 1975 e concluiu o processo de doutoramento em 1986 na University of California at Santa Cruz —History of Consciousness. Apresenta seu interesse nos estudos de gênero, feminismo, relações raciais e violência contra as mulheres, alocando-se no campo da Psicologia Social.

27 Vale ressaltar, como apontam, Claudia Mayorga, Ana Beraldo, Julião Amaral, Larissa Borges e Luana Carola (2016) gênero enquanto um campo de análise não é homogêneo quanto a perspectiva epistemológica, teórica e metodológica.

28 Lígia Amâncio estudou Psicologia e Ciências da Educação na Universidade de Paris VIII. A sua carreira de investigação marcou o início dos estudos de gênero em Portugal, tendo-se centrado no estudo dos processos de construção social do masculino e do feminino e das suas implicações para a discriminação baseada no gênero, com particular destaque para a integração das mulheres em profissões de visibilidade pública e qualificadas, como a política, a ciência e a medicina.

Jaileila de Araújo Menezes, cearense, aguerrida questionadora das desigualdades de gênero, geração, origem geográfica e raça. Uma mãe jovem, de origem popular, negra, sem um histórico familiar intelectual, muito ligada à produção estética do corpo, o que resulta na sua produção corporal como instrumento de fala e ato. É professora associada nível III da Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, lecionando e desenvolvendo pesquisa e extensão no Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e no Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduou-se em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará no ano de 1997, dois anos depois concluiu seu mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorado em Psicologia pela mesma instituição em 2004. Seu interesse científico passa pela Psicologia social e política, com foco nos temas da Participação política juvenil, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Paula Rita Bacellar, baiana, negra, jovem, questionadora das normativas familiares. De língua solta, é uma pensadora e aficionada pelo direito a não maternidade e à legalização do aborto. Uma mulher que rompe com rótulos e se produz na recusa aos pilares tradicionais ligados à experiência do feminino. É professora assistente do magistério superior na Universidade Federal do Sul da Bahia — UFSB, recém-inserida. Possui graduação em Psicologia também realizada na Universidade Federal da Bahia — UFBA, e desenvolveu seu mestrado entre 2014 e 2016 no programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela mesma instituição. Está em fase de concluir seu doutoramento pela Psicologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Tem desenvolvido suas práticas acadêmicas a partir do diálogo com as teorias decoloniais, feminismo negro e feminismo decolonial, com especial interesse no campo dos direitos reprodutivos e direitos sexuais.

Elcimar Dias Pereira, nascida no centro-oeste do Brasil, tem orgulho de ser da zona rural. Jovem, de origem popular, negra, investigadora das metodológicas participativas, amante do cinema e do teatro, se pensa a partir dos marcadores principalmente os de negritude e de gênero. Foi professora substituta no curso da Psicologia da Universidade Federal de Goiás — Campus Jataí e atualmente coordena projetos de extensão na mesma instituição. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás — PUC/GO, em 2004; mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2008. Concluiu seu Doutorado em 2014, também pela PUC/SP. Atuou na Fundação Getúlio Vargas como pesquisadora e coordenadora de pesquisa. Desenvolve atividades que extrapolam os muros das instituições públicas de ensino superior atuando na Associação Mulheres de Odun — AMO na

Odun Formação e Produção — ODUN. Tem como foco de sua atuação científica e profissional a pesquisa e extensão em Políticas Públicas, saúde, relações étnico raciais, relações de gênero e sexualidades, ações afirmativas e metodologias participativas.

Estas mulheres psicólogas cientistas e outras tantas, no contexto brasileiro, têm nos convidado, de maneira consistente, a pensar uma comunidade acadêmica no campo psicológico, sendo muitas vezes reconhecidas como inapropriadas e/ou inapropriáveis com suas histórias e experiências que, supostamente, a partir do modelo hegemônico científico, não apresentam contribuições significativas para a produção do saber (bell hooks²⁹, Avitar Brah; Clela Sandoval; Gloria Anzaldúa, 2004). Ou seja, estas mulheres inapropriáveis integram uma comunidade de pesquisadoras e pesquisadores que reconfiguram a produção científica em Psicologia.

As experiências dessas mulheres sobre e na ciência, são constituídas por muitas histórias, vivências e acontecimentos. São historicizações de si, polifônicas e multifacetadas, sem necessariamente um ponto de chegada ou início prescrito, construídas por muitas vozes. Vozes essas que ecoam em suas falas, que silenciaram e produziram seus ruídos. São as vozes de muitas que expressam os discursos, signos e práticas que as constituem. As cientistas pesquisadas, e acima mencionadas, foram convidadas ao ato de contar-se. Compreendendo a enunciação das próprias vivências como uma prática social que produz os sujeitos e suas significações e ações como o experienciar, pois é no processo de contar-se que elas vão construindo tanto os sentidos de si, de suas experiências, quanto da ciência psicológica.

Nesse sentido, circulam mitos em torno do sujeito da ciência, ou dito de outro modo, sobre o cientista. No que se refere à ciência psicológica, é ainda mais grave, uma vez que esta é uma área do conhecimento tradicionalmente reconhecida como feminina, tanto no seu exercício, na produção de conhecimento, quanto no ensino, divulgação e propagação. Dessa maneira, a priorização do masculino, ao pensarmos quem produz ciência em Psicologia, é arbitrária em função de uma construção linguística, gramatical, social, científica, cultural, baseada na lógica patriarcal. Vale ressaltar que o cientista não marca apenas uma questão

29 bell hooks (Gloria Watkins) é uma mulher negra nascida em 1952, professora de inglês no City College, em Nova York. Graduada pela Universidade de Stanford, em 1973, fez mestrado em 1976 na Universidade de Wisconsin e seu Ph. D. em 1983 pela Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Hooks é uma pensadora feminista, que dedica seus escritos a uma ampla gama de temas, sendo eles: gênero, raça, ensino e a importância da mídia para a cultura contemporânea. Para tanto, sempre trabalhou estas temáticas de forma articulada. Ela acredita firmemente que esses temas não podem ser tratados separadamente, mas, sim, devem ser entendidos como sendo interligados.

linguística, em que a presença de um único exemplar do masculino faz com que tratemos todos a partir da desinência (-o, -os), e assim por diante. Mas, baseia-se na afirmativa de que o universo científico foi produzido para ser um espaço de homens, em uma sociedade desigual no que se refere às relações de gênero.

Isso porque, como aponta Tomaz Tadeu da Silva (2005), ao discorrer sobre a representação social, esta não se apresenta como um reflexo de uma realidade anterior, é, isto sim, nomeada e significada no discurso. Dessa forma, a ideia do cientista como o homem também se ancora na construção sexuada dos corpos. A partir desta afirmativa, a representação é uma constante produção de sentidos que são imersos em relações de poder (Michel Foucault, 2004) onde as mulheres, por muitas vezes, encontram-se em uma condição de subordinação. Assim, a representação da mulher como parte da vida doméstica, de capacidade intelectual reduzida, afasta as mulheres da representação de uma cientista. Enquanto a representação do cientista como o homem branco, veiculada no contexto social, produz efeitos na constituição dos sujeitos, delimitando e ensinando quem pode produzir ciência. Em outras palavras, o modo como falamos das coisas as constitui, ou seja, o modo como representamos a cultura científica produz os sujeitos da ciência.

Nesta direção, os preconceitos, os imaginários e as representações acerca das mulheres cientistas dificultaram o acesso dessas ao conhecimento, e aos seus reconhecimentos como sujeitas produtoras de conhecimento científico, o que corrobora para uma produção científica intelectual masculina, branca, das classes mais abastadas. O que me leva a questionar, dentre outras coisas, se parte da dificuldade do reconhecimento científico da Psicologia e, posteriormente, da atividade profissional, não tem a ver com o fato de ser esta uma profissão de mulheres, majoritariamente. Com atividades de mulheres, tal como escuta, auxílio psicológico, cuidado.

Isso fez com que, durante um longo tempo, me perguntasse se a participação das mulheres na ciência era uma ficção, uma realidade ou uma representação (Joliane Cruz³⁰, 2007). Esta pergunta não é apenas minha. Ela ainda se faz presente nas perguntas científicas das e dos pesquisadores/as, mas, também, nos imaginários das mulheres que produzem ciência (Fabiana

30 Joliane Olschowsky da Cruz é física pela Universidade de São Paulo e doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação e Estética do Audiovisual, atuando principalmente nos temas: fotografia, representações sociais, turismo cultural e interdisciplinaridade. Com atenção às dinâmicas de gênero na ciência. Atualmente é professora de Fotografia e pesquisadora da Universidade Estadual de Santa Cruz.

Silva, 2008, 2012, 2013; Joliane Cruz, 2007; Leopoldina Menezes, 2013) e vem ganhando outras roupagens, tais como: a participação das mulheres em espaços científicos produz a reconfiguração dos mesmos? Generificar a experiência de pesquisa interfere na produção da mesma? Nomear a ciência como um espaço masculino e de reprodução do sistema de desigualdade de gênero questiona os seus pilares epistêmicos, metodológicos e ontológicos? Ter o homem como o centro de todas as coisas produziu como efeito uma ciência de homens, e que ao ser questionada altera suas premissas básicas? Sei que um extenso caminho foi traçado no desejo de responder a essas perguntas, o que resultou na configuração de novos questionamentos. Para algumas delas já temos respostas, que caminham para um sim. O que configura, no desenvolvimento do percurso desta tese as perguntas: Como a participação das mulheres na ciência reconfigura o saber científico? E ainda, essas reconfigurações têm contribuído para as estruturas da ciência hegemônica?

Ora, visto desta maneira, voltar-se para a mulher cientista implica em afirmar desigualdades de gênero na produção/condução da ciência. O mundo científico como um lugar laborativo com condições iguais para ambos os sexos não se sustenta nesta proposta. Dito de outro modo, reconhecer que existem diferenças estruturais entre ser o cientista e ser a cientista é um passo inicial na trilha desta pesquisa. Neste sentido, minhas proposições buscam investigar a ciência sob ponto de vista feminista e psicológico. Psicológico? Sim, uma investigação sob uma ótica da ciência psicológica sobre o ponto de vista feminista, numa Psicologia feminista.

Historicamente, a Psicologia ocupou-se com o binômio homem/mulher (Conceição Nogueira, 1997, 2000; Luísa Saavedra & Conceição Nogueira, 2006; Marlene Strey, 2002; Maria Quintal de Freitas, 2000; Elizabeth Bomfim, 2003; Ana Jacó Vilela Marisa da Rocha & Deise Mancebo, 2003; Lenise Borges, 2014; Maria Chaves Lima & Ana Uziel, 2013; Martha Narvaz³¹ & Silvia Koller³², 2006, 2007; Martha Narvaz, 2009; Sofia Neves & Conceição Nogueira, 2003). Foi, com frequência, nomeada como a ciência do indivíduo responsável por se pronunciar sobre diferenças sexuais e consultada sobre os marcadores sociais, biológicos,

31 Martha Giudice Narvaz é psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1987) e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Professora adjunta da Uergs, onde coordena, atualmente, o Curso de Pedagogia do Campus Alegrete. Tem desenvolvido projetos de pesquisa e extensão com ênfase na área da Psicologia, da Educação e dos Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mulheres, feminismo, educação, direitos humanos, violência, articulação comunitária, movimentos sociais e políticas públicas.

32 Silvia Koller é psicóloga e doutora em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Sua pesquisa tem foco no desenvolvimento humano, abordagem bioecológica, gênero, direitos das crianças e adolescentes, resiliência e pró-socialidade. Lecionou em diversas universidades ao redor do mundo. Na atualidade é professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

genéticos e culturais que poderiam constituir/produzir olhares sobre corpos sexuados. Trouxe explicações que caminham em torno, desde o domínio da biologia até as relações de poder entre os gêneros, destas perspectivas, que ainda hoje marcam a produção no campo psicológico na interface com investigação de mulheres (Luísa Saavedra³³ & Conceição Nogueira, 2006).

A Psicologia feminista, neste contexto, nasce comprometida com a transformação social e se une ao feminismo neste enfrentamento (Karla Galvão³⁴, 2015). Sendo uma vertente menos conhecida da Psicologia, compõe uma prática científica com enfoque social que se atreve a conciliar prática científica e política buscando horizontes emancipatórios (Marília Saldanha, Helena Scarparo & Marlene Strey³⁵, 2013).

Neste sentido, conhecer a trajetória das cientistas que se autodeclaram feministas é, tanto se debruçar sobre os aspectos conceituais que elas elaboram, compartilham e reproduzem em suas produções, articulações teóricas que fazem e as que contestam, as temáticas de interesse, as metodologias que utilizam, as formas de se relacionar com seus sujeitos de pesquisa, quanto conhecer os aspectos institucionais, participação em comitês de pesquisa, cargos administrativos, disciplinas ministradas, parcerias institucionais, núcleos e grupos de pesquisa, entre outros.

Além disso, a busca implícita, ou melhor, explicitada nesta proposta, é a de entender que os processos de construção de um olhar científico são, também, uma construção de si. Assim, compreender como se dá a participação destas mulheres cientistas psicólogas feministas na configuração de um campo de pesquisa feminista em Psicologia no Brasil é uma investigação sobre elas, suas vidas, trajetórias acadêmicas e institucionais, seus escritos,

33 Luísa Maria Saavedra é europeia, psicóloga e doutora em Psicologia da Educação pela Universidade do Minho, Portugal. Se interessa pela relação entre gênero, feminismo e psicologia. Dentre suas publicações estão o livro *Aprender a ser rapariga, aprender a ser rapaz: teorias e práticas da escola* e os artigos *Psicologia feminista em Portugal: dificuldades e conquistas* (2010) e *Gênero e Currículo* (2010). Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia Aplicada da Escola de Psicologia na Universidade do Minho.

34 Karla Galvão é psicóloga, com doutorado em Ciências Humanas- área de concentração em estudos de gênero (2008) e realizou pós-doutorado na Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY). Tem interesse nos estudos de gênero, estudos feministas, políticas públicas, juventudes, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Como eixos transversais de interesse estão: teorias feministas, teorias do sujeito e teorias da linguagem numa perspectiva pós-estrutural. Professora do departamento de Psicologia da UFPE e da Pós-Graduação em Psicologia da mesma universidade.

35 Marlene Neves Strey é psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1977), doutora em Psicologia pela Universidad Autónoma de Madrid (1994) e pós-doutorado pela Universitat de Barcelona. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mulher e Trabalho. Possui uma vasta produção, dentre os livros que organizou estão *Corpo e Relações de Gênero na Contemporaneidade* (2017); *Teorias de Gênero: feminismos e transgressão* (2016); *Gênero, cultura e Família: perspectivas multidisciplinares* (2015); *(Des)ensaio temáticos. Construções sobre teses em psicologia* (2014) e *Caminhos de homens: Gênero e movimentos* (2014).

revisões, proposições, significações e sentidos subjetivos.

Nessa perspectiva, aponto a importância de que a construção do conhecimento tenha como horizonte o aprimoramento do saber científico e das relações de poder imbricadas nos espaços de produção da ciência. Dessa maneira, é também papel da Universidade contribuir para processos de democratização de si mesma, podendo esta pesquisa servir como uma ferramenta, no que tange o auxílio da compreensão da conjuntura psicopolítica da ciência.

De um modo geral, esta proposta visou contribuir com o campo transdisciplinar de estudos da Psicologia social, sob uma perspectiva em que não distancie a relevância teórico-metodológica da relevância sócio-política (Silvia Lane, 2000; Sandoval Salvador, 2000; Conceição Nogueira, 2000; Neves & Conceição Nogueira, 2003), uma vez que, ao analisar as dinâmicas envolvidas na relação da participação das mulheres na ciência e os processos de subalternização no Brasil, buscarei, também, os processos referentes a como podemos articular esse fenômeno com a busca por justiça social, tentando identificar formas de superação das desigualdades sociais.

1.1 Ética feminista – apontamentos para escolha dos procedimentos

(...) el trabajo ético es imaginativo ya que ninguno de nosotros ha vivido dentro de un contexto en el cual las mujeres fueron tomadas en serio como agentes morales. Necesitamos trabajar nuestras imaginaciones hasta su límite e intentar alcanzar aquellas imágenes, ejemplos e instancias donde justicia de género es la norma. Entonces, podemos imaginar nuestro camino a la revolución ética que será la realidad de nuestros hijos (Mary Hunt, 1992).

Discorrer sobre o conjunto de reivindicações, denúncias e ações de mulheres que se mobilizavam por mudanças nas relações sociais baseadas nas desigualdades de gênero, relacionadas ao ambiente público e doméstico, assim como em outros aspectos que dizem respeito ao convívio social, não é uma novidade (Michelle Perrot, 1995). Ou, pelo menos, não deveria ser. Como aponta Michelle Perrot (2007), falar da luta das mulheres não é novo, mas apresenta um caráter inovador. O que quero dizer, a partir do diálogo com a autora, é que quando historicizamos sobre as mulheres, o que temos é que elas revelam a necessidade de uma profunda alteração no sistema hegemônico vigente. Nestes termos, o que há de inovador são os processos de transformações e mudanças sociais decorrentes desta luta. Que, por sua vez, está diretamente vinculada ao reconhecimento das mulheres na história e da constatação de que estas têm uma história, sendo elas agentes históricas imprescindíveis para a configuração do social (Michelle Perrot, 2007). A história das mulheres, nesta perspectiva, é uma resultante das ações cotidianas, ou dito de outro modo de uma historicidade das relações de gênero em todas as suas instâncias (Michelle Perrot, 2005).

Nestes termos, a luta dos corpos femininos é datada a partir do momento histórico em que se tem o início dos sistemas de dominação, normatização, discriminação, subalternização, exclusão e opressão contra a mulher ao longo do percurso da humanidade. Deste mesmo modo, as críticas feministas ao modelo científico hegemônico há muito identificam a (in)visibilidade da mulher no campo do conhecimento, ao mesmo tempo em que reivindicam que admitamos que esta mulher seja reconhecida em sua pluralidade (Margareth Rago, 1998; Antônio da Conceição & Lina de Aras³⁶, 2013).

36 Lina de Aras é historiadora pela Universidade Federal da Bahia (1983), doutora em História Social pela

Sem sombras de dúvidas, esta contestação tem uma relação direta com a história da sociedade e do conhecimento científico. História esta que em um determinado momento se perguntou sobre a existência da “alma” nos corpos designados como femininos. Todavia, se foi constatada a existência do espírito em mulheres, isso não necessariamente resultou no reconhecimento da capacidade cognoscente destas. Foi apenas no século XVII que teóricos começaram a pontuar a ideia de uma igualdade cognitiva entre corpos machos e corpos fêmeas, a partir da afirmativa descartiana de que o espírito não seria dotado de um determinado sexo (Michelle Perrot, 2007). O reconhecimento da possibilidade criativa e inventiva das mulheres sempre foi posto à prova.

Mas as mulheres são suscetíveis de criar? Não, diz-se frequente e continuamente. Os gregos fazem do *pneuma*, o sopro criador, propriedade exclusiva do homem. "As mulheres jamais realizaram obras-primas", diz Joseph de Maistre. Auguste Comte as vê como capazes apenas de reproduzir. Como Freud, que lhes atribui, entretanto, a invenção da tecelagem: "Estima-se que as mulheres trouxeram poucas contribuições às descobertas e às invenções da história da cultura, mas talvez elas tenham inventado uma técnica, a da trançagem e da tecelagem". Por que isso? Alguns dão para essa deficiência um fundamento anatômico. Os fisiologistas do final do século XIX, que pesquisam as localizações cerebrais, afirmam que as mulheres têm um cérebro menor, mais leve, menos denso. E alguns neurobiólogos da atualidade continuam a procurar na organização do cérebro o fundamento material da diferença sexual. Catherine Vidal e Dorothee Benoist-Browaeys expõem e discutem essas hipóteses num livro recente: *Cerveau, sexe et pouvoir*.²⁴ Recusam-se às mulheres as qualidades de abstração (as ciências matemáticas lhes seriam particularmente inacessíveis), de invenção, de síntese. Reconhecem para elas outras qualidades: intuição, sensibilidade, paciência. Elas são inspiradoras, e mesmo mediadoras do além. Médiuns, musas, ajudantes preciosas, copistas, secretárias, tradutoras, intérpretes. Nada mais (Michelle Perrot, 2007, p. 96-97).

A suspeita acerca da capacidade cognitiva e intelectual das mulheres sempre fez parte da história das mulheres no ocidente. A primeira onda do feminismo pautava justamente o direito a ser reconhecida como capaz de escolher um/a governante ou representante e ser

Universidade de São Paulo (1995) e pós-doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (2010). Na Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, rebeldias, região, literatura e gênero. Na atualidade é professora titular do Departamento de História, da Universidade Federal da Bahia.

escolhida como tal, assim como, o direito à educação e, conseqüentemente, à vida acadêmica (Ático Chassot, 2003).

Os discursos legitimados pela ciência, pelo Estado e pela Igreja — até o início do século XX — da ciência como um espaço de homens e mais, que a carreira de cientista era imprópria para as mulheres, têm íntima relação com as estruturas de poder. O que era reforçado através da construção do imaginário social era a ideia de que as pioneiras da ciência estavam traindo a própria natureza ao participarem da produção do conhecimento científico. Nestes termos, na medida em que a significação discursiva vai se construindo, ganha sentido social, e produz, conseqüentemente, interdições que atingem os corpos femininos e revelam sua ligação com a vontade do poder (Michel Foucault, 2004).

Consoante a isso, o ato de resgatar a história de mulheres cientistas e de produzir modelos interpretativos da sociedade, que contrapõe uma ciência desigual, tornou-se uma tarefa central para as teorias feministas da segunda metade do século passado. O desejo que norteava esta interpelação passava pela contraposição da compreensão de que as mulheres não tinham a capacidade de pensar e fazer ciência, ainda que esta afirmação estivesse respaldada por teorias do campo das biomédicas, baseadas nas diferenças individuais anatômicas e/ou fisiológicas entre homens e mulheres. E além disso, para criar outros rumos que possibilitassem o ingresso de mulheres na ciência.

Diante disso, o papel de uma perspectiva crítica é essencial, em que os lugares de fala são explicitados e a luta pela pluralidade do discurso e dos corpos, do direito ao uso da fala, compreensível. Então, não por acaso, ou de maneira desinteressada, a crítica feminista à ciência tem como um de seus principais pontos explicitar, denunciar e questionar a exclusão e invisibilidade das mulheres no espaço científico.

Desde a sua emergência, uma das principais missões da investigação feminista tem sido desenvolver um projeto interdisciplinar de análise crítica dos pressupostos epistemológicos e dos princípios e procedimentos metodológicos da ciência dita *mainstream* e *manstream* (Maria Pereira & Ana Santos, 2014). Entramos aqui em um terreno minado, mesmo sabendo que as mulheres e as teorias feministas não foram as primeiras nem serão as últimas a questionar o sistema científico moderno, a crítica feminista à ciência sofreu, e ainda sofre, duras interpelações e tem sua legitimidade questionada (Londa Schiebinger, 1999).

No campo das contribuições das teorias feministas, principalmente de segunda e terceira onda, é inegável que as críticas que emergiram do embate direto das feministas com o modelo hegemônico de se fazer ciência, geraram, ao longo das últimas décadas, questionamentos e

proposições importantes para a ciência no contemporâneo, resultando na produção e invenção de novos conceitos e, não menos importante, de um novo conjunto de métodos de investigação com a elaboração da experiência como uma categoria de análise, reestruturando os paradigmas dominantes de conceitualização da ciência e do sujeito do conhecimento (Maria Pereira & Ana Santos, 2014).

A escolha pelo conjunto teórico explicativo dos feminismos buscou focar exatamente no dilema referente a como se pensar a construção de um projeto contra-hegemônico feminista, na conjuntura da ciência contemporânea, caracterizada pela pluralidade de sujeitos pesquisados e pesquisadores, a partir de concepções de ciência, cientista, sujeito de pesquisa e de transformação social. Tal escolha teórica vai de encontro ao campo da Psicologia, ao interpelar o hiato mulheres/ciência/sociedade, possibilitando reconhecer uma intrínseca relação entre subjetividade e objetividade.

Toda essa extensa discussão parece se afastar de uma construção metodológica, mas ao contrário, o que estou trazendo é uma discussão de metodologia. A proposta aqui foi, justamente, constituir a história de um encontro com um conjunto metodológico e um encontro com o método. Este processo de pesquisa e de construção teórica feminista, não se deu de maneira ingênua ou despreziosa. O que se tem é a configuração da pesquisa de um ‘outro sujeito’, que historicamente buscou emergir enquanto sujeito da ciência, deixando de ser sujeito na ciência, desfazendo hiatos entre sujeito e objeto. O que resulta na passagem de uma condição de subordinação para o reconhecimento da opressão (Marco Prado & Frederico Machado, 2008) passando a nomear invisibilidade e ausências na constituição de outros/novos conjuntos epistemológicos. Mas se as teorias feministas elaboram uma crítica ao modelo hegemônico, fazendo um convite à alteração ontológica, epistemológica e metodológica, não há de se perguntar sobre ‘outros’ métodos? Ou dito de outro modo “Como estudar realidades invisibilizadas? (...) ou ainda, como propor e realizar enfrentamento a problemas que não são reconhecidos como problemas?” (Claudia Mayorga, Joana Ziller, Manuela Magalhães & Silvia Silva, 2010, p. 152-153).

Ao colocarmos a questão acima destacada, a busca, muitas vezes, caminha em torno do como fazer. Sim, esta é uma pergunta que deve ser respondida, mas não é a única. É necessário se atentar para uma análise mais crítica, contextualizada e complexa dos problemas a frente. Quando não temos cautela e em suspeita tem conduzido:

à reprodução de velhas e outras hierarquias sociais, ao predomínio, em

alguns contextos, de lógicas tecnicistas, e isso deve ser objeto de nossa atenção. Assim, propomos uma discussão, de forma mais cuidadosa, sobre a partir de quais lentes teórico-analíticas estamos enxergando os problemas que dizemos querer transformar (Claudia Mayorga, 2014, p.222).

Diante dos desafios trazidos/produzidos pelas críticas feministas, seria reducionista pensar metodologias como simples procedimentos técnicos (Jose Mendes, 2003; Maria Minayo, 1994, 2001, 2006). O desafio que se apresentou aqui é o de dialogar com sujeitos, que historicamente, foram sendo produzidos como sujeitos implícitos, ‘sem voz’ – negligenciadas, inferiorizadas, e subalternizadas (Gayatri Spivak³⁷, 2010) – e de traçar caminhos metodológicos que nos possibilitem ouvi-las, sentindo a vibração de vozes que, há muito, teimam em ecoar. O que está posto, neste caminho reflexivo, é a pergunta acerca de como se ancorar em metodologias que tenham como efeito potencializar a capacidade de ouvir, sentir, tocar e olhar para sujeitos feministas na ciência como indivíduos vocais (Jeroen Dewulf, 2006). A partir destes dilemas comecei a delinear meus procedimentos metodológicos, que se manifestam como um desejo. Um desejo de uma ciência da *práxis* (Ignácio Martín-Baró, 1985, 1986) que se olha, (re)escreve e inscreve novos fazeres e saberes sobre o mundo (Margareth Rago, 1998).

Desenvolver uma pesquisa científica a partir dos princípios teórico-explicativos da teoria feminista, principalmente no diálogo com as abordagens críticas dos feminismos à ciência, pressupôs encarar o desafio de investigar a mim mesma. Reconhecer os processos que contribuíram para o encontro com o tema envolveu investir em outras disposições epistemológicas, no estabelecimento de interlocuções com teorias e perspectivas não hegemônicas. E, principalmente, em outras possibilidades de me constituir como investigadora e me relacionar com as investigadas, ou dito de outro modo, de romper com a dinâmica estanque e distante entre estes dois lugares. Neste movimento de desestabilização proposto pelos feminismos, vivi travessias instigantes, encontros e desencontros científicos, estive no limiar entre a prerrogativa da ciência tradicional e uma ciência em que o caminho foi, também, inventivo. O que não só provocou a complexificação do pensamento, como redimensionou os

37 Gayatri Spivak é uma teórica crítica de origem indiana, cujo trabalho tem sido particularmente influente no campo do pós-colonialismo. Entre seus interesses de pesquisa estão o feminismo, o marxismo, a desconstrução e a globalização. Desconstrucionista, Gayatri Spivak sofreu grande influência do pensamento de Jacques Derrida. A autora questiona o colonialismo e a forma como este sistema condicionou a forma de pensar sobre literatura, ciência e sociedade. *Pode o subalterno falar?* Publicado em 1988, parece ser uma das obras mais importantes de seu percurso intelectual. O texto foi traduzido e discutido, debatido e criticado.

limites entre a própria vida, a ciência e a técnica ou, mais simplesmente, o olhar sobre a interconexão entre a produção científica e a experiência vivida.

Nestes termos, a escolha metodológica foi antes de tudo uma escolha política, que marcou a radicalização de um conhecimento local, temporal e experiencial (Donna Harway, 1995; Sandra Harding³⁸, 1992, 1996). Esta escolha se deu em decorrência do interesse de lidar com uma metodologia que “possa traduzir em informações uma situação para qual se dirige o olhar científico” (Claudia Mayorga, Joana Ziller, Manuela Magalhães & Silvia Silva, 2010, p. 163), auxiliando a aguçar outros sentidos, complexificar os olhares e desvendar os processos de poder e saber na ciência do contemporâneo.

Se por um lado, não há um consenso³⁹ no que se refere à proposição de um ‘outro’ método, por outro, há uma escolha de quais lentes usaremos para identificar os métodos, analisar os dados e realizar os procedimentos. De outro, uma questão está posta: como pesquisar a partir das críticas feministas à ciência e a proposta de uma ética da vida e uma ética feminista científica? O que está em questão, são quais teorias vão subsidiar os procedimentos de investigação (Sandra Harding, 1987, Margareth Rago, 1998; Sofia Neves⁴⁰ & Conceição Nogueira, 2004; Sandra Harding & Elizabeth Norberg 2005; Maria Pereira & Ana Santos, 2014). Foi a partir de um referencial teórico feminista, que se pretendeu local, não neutro, do sul, das margens com a experiência como conceito estrutural de investigação, que esta tese se desenvolveu.

Margareth Rago (1998), em referência a Helen Longino (1995), pontua que a reflexão no campo feminista se deu em uma prática do cotidiano, o que foi seguido por uma teorização filosófica.

Portanto, o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas

38 Sandra Harding é uma filósofa norte-americana. Tem trabalhado, majoritariamente, com a teoria feminista e pós-colonial. Investiga a epistemologia, metodologia e a filosofia da ciência. Publicou de maneira significativa, tendo discutido o reconhecimento científico e seus pilares. *The Science Question in Feminism* (1986), *Whose Science? Whose Knowledge?* (1991), *Is Science Multicultural?* (1998), e *Science and Social Inequality* (2006). Na atualidade é professora de educação e estudos feminino em UCIA.

39 Nem desejo, de acordo com algumas perspectivas é, justamente, a possibilidade de pensar o método de forma plural o resultado dessa da crítica feminista e de outras correntes críticas.

40 Sofia Neves é portuguesa, graduada em Psicologia e doutora em Psicologia Social na Universidade do Minho, sob a orientação da pesquisadora Conceição Nogueira. Faz das contribuições feministas para a prática psicológica, principalmente no contexto português. Tem investigado questões ligadas a produção científica em psicologia e ruptura epistemológica e metodológica com o modelo científico hegemônico. Sua produção científica em psicologia tem matriz construcionista social e reconhece a metodologias feministas como um dos conjuntos teóricos de interpeleção ao positivista que tem caracterizado a psicologia.

inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade (Margareth Rago, 1998, p.11).

Este foi o horizonte desejado, e através do qual busquei lidar com a subjetividade como forma de conhecimento, e a partir de ‘histórias infames/malditas’ pensar a ciência como um espaço de produção de si e de outro mundo possível.

Margareth Rago (1998), ao realizar uma reflexão sobre em que momento estamos na relação entre feminismo e ciência, busca se haver com a questão sobre o projeto de ciência feminista versus um modo feminista de pensar. Para a autora, e também para mim, temos uma proposta epistemológica. A autora apresenta a historiografia feminista como metodologia para alcançar a história (Margareth Rago, 1998, 2011, 2013). Busquei, entretanto, uma maior parcimônia na definição dos procedimentos. Acredito que os procedimentos e análises se deram no fazer da pesquisa.

As reflexões sobre o conjunto teórico e epistemológico, passando pela metodologia e a técnica/método que seriam utilizados, trouxeram à tona a inevitável pergunta: mas como estabelecer este processo investigativo? O como durante algum tempo me paralisou e só consegui retomar a tese quando compreendi que “o como” passaria pelo reconhecimento de uma prática ética em que os métodos e a metodologia desta tese precisavam favorecer a interlocução, o diálogo, a interpretação, o emergir dos desejos, a prática argumentativa, assim como o direito a não revelar tudo.

Neste exaustivo exercício de combinar a proposta de pesquisa a uma ou mais técnicas, me propus atuar em duas frentes: entrevista semi-estruturada presencial e/ou a distância, e análise da produção acadêmica das intelectuais em associação com análise do *currículo lattes*. As entrevistas foram o recurso metodológico escolhido com o intuito de possibilitar a investigação das experiências das investigadas como acadêmicas. Já a análise da produção acadêmica das intelectuais escolhidas teve como finalidade compreender como falam, onde falam, o que falam e quando falam. Para tanto, foram desenvolvidas diferentes técnicas a fim de estabelecer conexões capazes de ampliar o campo do possível no processo de investigação.

Cabe ressaltar que mais “do que seguir protocolos analíticos rígidos e pré-formatados, há que manter abertas sempre as alternativas interpretativas e, num processo lento e estruturado, por sucessivas aproximações, procurar estabelecer as possibilidades de proximidade significativa contidas nos dados a trabalhar” (Jose Mendes, 2003, p.20). Assim, elegi metodologias que buscam uma proximidade com a dinâmica própria de vivência da experiência das interlocutoras, sempre ciente da complexidade do campo de estudos no qual me lanço, e de

suas proposições teóricas acerca das metodologias qualitativas que, segundo Maria Minayo (2006), se aproximam do reconhecimento da subjetividade e do simbólico como partes integrantes da realidade social, do indissociável imbricamento entre subjetivo e objeto, entre atores sociais e investigadoras/es, entre fatos e significados, entre estruturas e representações.

Entendo que a escolha do objeto, bem como o modo que este seria abordado, ou com quais instituições científicas ele se filiaria, ou ainda, quais seriam os instrumentos e recursos utilizados, não se trata de uma simples escolha científica (Pierre Bourdieu, 1974, 1983), mas, certamente, estará permeada pelos efeitos de uma luta de poder no campo específico feminista. Assim, o delineamento dos procedimentos foi diretamente influenciado pelas mudanças que o campo trouxe e do meu pensamento ao longo do processo de pesquisa.

A ideia me veio à cabeça num dia, após o diálogo com professoras, amigas, pesquisadoras, universitárias e profissionais. Nesta conversa, partilhamos sentimentos, sensações, nos reunimos em torno de consensos e dissensos sobre ser mulher no *campo psi*. Partilhamos experiências emocionais que tinham como pano de fundo a vivência de dinâmicas de gênero no interior de instâncias de poder e saber, nas práticas científicas e profissionais, na Psicologia brasileira. Aquele dia talvez tenha sido um dos dias mais difíceis para mim, pois me vi imersa em uma conversa sobre nós que me atingia de maneira crua e dura, e me vislumbrava sobre o quanto pode ser complexo, o campo de pesquisa feminista. Percebi naquele momento que minha pesquisa seria sobre um *nós* que precisa produzir saídas; e de um eu, que há muito, já integrava este nós.

Quero crer que novembro de 2017, durante o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, marcou um giro do meu interesse científico, me arrancou algumas lágrimas e produziu silêncios temporários que buscavam compreensão. Senti-me paralisada ao me dar conta de que a experiência de ser pesquisadora no *campo psi* nunca seria simples ou afastada de reinvenções de mim. Eu me encontrava na linha tênue entre o falar delas, sobre elas, com elas ou sobre nós. Um nós que me desvelaria e nos traria luz/escuridão para o cotidiano profissional e acadêmico.

As evidências acerca do problema me colocaram, mais uma vez, num novo campo de dúvidas: mas quais seriam as cientistas psicólogas feministas brasileiras? Eu definiria alguma área específica? Seriam psicólogas que pesquisam mulheres? Ou mulheres cientistas que pensam/fazem os feminismos? Ou mesmo, mulheres cientistas feministas psicólogas? E o que justificaria qualquer uma destas escolhas? Eu precisava caminhar para respostas, e o fiz. Escolhi, então, as mulheres feministas cientistas na Psicologia.

A primeira justificativa para esta escolha foi o desejo. Obviamente, um desejo que foi também inventado e submetido à possibilidade de desejar sob um sistema de dominação de gênero. O que pretendo com isso é dizer que os desejos, ideias e percepções não são inatos ou mesmo privados. Nestes termos, meu desejo científico nasceu do referencial teórico-explicativo escolhido, que é o feminismo, local onde tenho ancorado minha *práxis* no campo psicológico. Dito de outro modo, é uma busca por um encontro entre um conjunto teórico, o meu conjunto teórico, e o meu campo de formação ensino e pesquisa. Assim, desenvolvi esta tese em um programa de pós-graduação em Psicologia com o interesse de pensar, inclusive o campo *psi*.

Em uma íntima relação com a afirmativa de que o “pessoal é político”, ou seja, que a vida pessoal reflete valores e dimensões da cultura, e que estes são impactados pelas vidas pessoais, digo que a Psicologia como ciência da vida privada foi questionada. Instituiu-se, assim, a possibilidade de pensar a experiência como parte de um sistema que generifica e constitui possibilidades interpretativas e interpelativas (Claudia Mayorga, 2014), e neste momento me encontro com um problema, um conjunto teórico e um campo científico. As questões que até então eram observadas e tratadas como específicas do mundo interno, privado, ou seja, relacionadas à vida doméstica, familiar, sexual e identificadas com o pessoal, são trazidas para o espaço da discussão política e científica. O ponto central aqui é o explicitar do caráter eminentemente político da opressão sofrida pelas mulheres no âmbito acadêmico que, muitas vezes, é vivenciado de forma isolada, individualizada e privatizada (Claudia Alves, 2013).

A segunda justificativa passou pelo meu constante questionamento da Psicologia enquanto uma ciência de subjetividades privatizadas, que distancia, por vezes, indivíduo e sociedade (Luiz Cláudio Figueiredo & Pedro Santi, 1997). Sabemos que a Psicologia se estabeleceu como disciplina da investigação do comportamento humano, desenvolvimento normal ou patológico e cognição:

No início, predominou a preocupação com seu estatuto de ciência. Apresentou-se então como uma ciência objetiva, quantitativa, empírica e livre de valor. Experimentos laboratoriais foram conduzidos com animais com o objetivo de entender e prever comportamentos humanos. Assim, os resultados, eram geralmente tomados como verdades e leis universais que poderiam ser aplicadas a uma grande gama de indivíduos e situações (Claudia Alves, 2013, p.21).

A história do desenvolvimento das teorias feministas no campo científico, entretanto,

questionou este, tão ansiado, conjunto de certezas que marcou a ciência (Londa Schiebinger, 2001; Attico Chassot, 2004). Áreas como história, antropologia, sociologia, ciência política e Psicologia passaram a ser questionadas e a repensarem sobre conceitos com os quais operava (Margareth Rago, 1984; Luísa Saavedra & Conceição Nogueira, 1996, 2006; Sofia Neves & Conceição Nogueira, 2005; João Oliveira & Lígia Amâncio, 2006; Marlene Strey, 2013). Vê-se emergir com estas críticas um campo fértil de conexão entre Psicologia e feminismo, a ideia de construção de uma Psicologia feminista, toda essa nutrida pelas discussões propiciadas pelo feminismo em suas expressões política, social e acadêmica (Judith Worell⁴¹, 2000).

Assim, uma crítica a este modelo de prática/ciência psicológica está dada, ou seja, a interpelação a uma ciência psicológica, que colonizou experiências, individualizou questões públicas e privatizou respostas, foi desenvolvida por várias instâncias, inclusive do próprio *corpus psi* (Claudia Mayorga, 2013). A Psicologia social crítica, a Psicologia latino-americana, a Psicologia comunitária e a Psicologia política são algumas das vertentes que têm tensionado as relações entre Psicologia e compromisso social, produzindo práticas que publicizam e pensam subjetividades, abordam fenômenos psicológicos como fenômenos psicossociais, mas é certo que ainda temos um longo trajeto.

Neste cenário, lancei mão das entrevistas e análise da produção como método, mas o *como* foi desenvolvido no durante, e o que tentarei fazer a seguir é a apresentação deste processo, estando em conformidade com os referenciais teóricos e epistemológicos desta pesquisa.

O primeiro passo foi construir os critérios de inclusão e exclusão de possíveis mulheres feministas psicólogas inseridas no ambiente das instituições públicas de ensino superior no contexto brasileiro. Pelo menos, esse era o interesse inicial, mas a inserção no campo e o início das entrevistas foram gerando reposicionamentos em relação ao uso desta delimitação. Mas, este fato será descrito mais adiante.

Inicialmente, o meu interesse era me encontrar com uma mulher de cada região do Brasil. A minha certeza era de que nós, feministas, pesquisadoras do campo psicológico,

41 Judith Worell é psicóloga norte-americana e doutora em psicologia pela Ohio State University. Integra a Southeastern Psychological Association (SEPA). Através de seu relacionamento com outras mulheres em psicologia, o pessoal se tornou político. Tem investigado mulheres a partir do campo psicológico com ênfase no feminismo e investido na constituição da Psicologia Feminista como um campo na Psicologia. Reconhece o feminismo como inegavelmente instrumental em como a psicologia. Dentre suas produções estão, *Sex roles and psychological well-being: Perspectives on methodology. Journal of Consulting and Clinical Psychology* (1978), *Opening doors to feminist research. Psychology of Women Quarterly* (1996) e *Feminist interventions: Accountability beyond symptom reduction. Psychology of Women Quarterly* (2001).

estávamos em todos os lugares e em números cada vez mais significativos. Ledo engano. É certo que avançamos muito, mas ainda há um caminho longo a se percorrer. Iniciei, então, por conversas informais, em um certo estilo mineiro, com pesquisadoras que faziam parte do meu ciclo pessoal e acadêmico — se é que estas duas esferas andam separadas — conversas tentando mapear estas “tantas” mulheres.

O desejo era acessar mulheres psicólogas feministas que pensam sobre o lugar social das mulheres, em instituições públicas de ensino superior, e que se debruçassem sobre o como, ou dito de outro modo, sobre os pressupostos metodológicos e epistemológicos. Alguns nomes surgiram, mas era um número infinitamente menor do que eu imaginava. Em seguida, em um movimento de bola de neve, comecei a perguntar, insistentemente, sobre essas mulheres pesquisadoras e, assim, outros nomes foram aparecendo e de uma em uma fiz uma lista de cerca de 50 nomes.

O próximo passo foi a busca em bancos de tese e dissertações das instituições públicas e privadas a partir das plataformas de acesso ao acervo online das instituições, com as palavras-chave: feminismo, teoria feminista, Psicologia, epistemologia feminista, ciência feminista, Psicologia feminista, metodologias feministas. Isso gerou um amplo número de possíveis nomes, entretanto, poucas pesquisadoras pertenciam ao *campo psi*, sendo majoritariamente das ciências sociais, ainda, muitas do campo psicológico não eram brasileiras e/ou não produziam sobre a realidade brasileira. A lista, conseqüentemente, foi reduzida para aproximadamente 30 nomes.

Seguindo o desejo de alcançar “minhas mulheres”, fui a: 1) *plataforma lattes*; 2) sites dos eventos consolidados que são organizados no Brasil, tais como, Fazendo Gênero, Desfazendo gênero, Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero, Colóquio de Estudos Feministas e de Gênero; 3) plataformas de busca de revistas científicas de circulação nacional que tematizam gênero e feminismo: Revista interdisciplinar Cadernos Pagu alocada no Núcleo de Estudo de Gênero Pagu/Unicamp; Revista Gênero vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense; Estudos Feministas da Universidade Federal de Santa Catarina; Revista Gênero do Programa de Estudos pós-graduados em política social da Universidade Federal Fluminense; Revista Ártemis associada aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba; e Revista Feminismo ligada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade

Federal da Bahia; e, por fim, 4) sites de premiações de agências de fomento científico públicas e privadas, que visavam propiciar o debate sobre gênero e feminismo, promover a igualdade de gênero ou premiações específicas para mulheres cientistas, foram elas: "*Construindo a Igualdade de Gênero*", e "*Mulher e Ciência*" fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e "*Para Mulheres na Ciência*" promovido pela L'Oréal em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a UNESCO.

Após esse longo mapeamento de fontes, iniciei o percurso de busca por palavras chaves nos sites referentes às fontes supracitadas. Em algumas destas, reconheci a presença mais recorrente de pesquisadoras, sendo que parte delas, com atuação no *campo psi*. Foi neste momento que a lista foi reduzida, passando dos aproximados 30 nomes, para apenas 15, dentre os quais se concentravam teóricas do sudeste brasileiro. Neste momento, começo de 2018, eu também me perguntava se a construção destas como fontes prioritárias não agravaria uma questão, já percebida por mim, que era o fator geracional e ligada ao território. O que havia percebido era que, quanto maior a minha exigência no critério de produção, premiação, vinculação com instituições públicas de Ensino Superior e participação em eventos de âmbito nacional ou internacional que aconteciam em território brasileiro, mais distante minha pesquisa ficava das pesquisadoras feministas psicólogas de diferentes regiões do país. Estas questões me interpelaram profundamente.

Retomei, a partir disso, a minha pergunta inicial sobre como e por que fazemos ciência em um momento político em que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem sido e será alvo de constantes ataques políticos, científicos e teórico. Pensando sobre meus anseios teóricos e políticos com o desenvolvimento da pesquisa, retomei ideias que pareciam de menor valor e reconfigurei o objetivo geral e o como alcançá-lo. A partir da vontade de saber, nos termos propostos por Michel Foucault (Michel Foucault, 1984), como minhas interlocutoras têm pensado, produzido conhecimento e se integrado ao campo científico. Neste movimento, retomei o desejo pela delimitação do escopo e pela afirmação de quais seriam as "minhas" mulheres cientistas psicólogas, feministas e que lecionem e/ou tenham lecionado em instituições públicas do ensino superior. Desejava, ainda, que fossem cientistas de diferentes regiões do Brasil, alocadas em distintas instituições. Por detrás desse desejo, estava o interesse em compreender como professoras e divulgadoras científicas, em uma tarefa epistêmica feminista, desenvolviam conhecimento em diferentes lugares do Brasil.

Deparo-me, então, com o momento em que se configurou o perfil das minhas interlocutoras de pesquisa e como encontrá-las. Retomo contatos iniciais e, como bola de neve,

cada entrevista inicial me oferece horizontes para a próxima. Até então, desejava conseguir uma entrevistada por região do país, mas isso não se consolidou. Após a primeira entrevista, que aconteceu, presencialmente, com a professora aposentada Dr. Sandra Maria da Mata Azerêdo, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, uma pequena lista de novos nomes surgiu. Nesta ocasião, ainda não tinha outras entrevistadas em mente, mas associei os nomes sugeridos por Sandra e retomei os nomes que haviam emergido da minha busca inicial. Acionei, então, outras pesquisadoras que acabaram não atendendo ao escopo, mas de onde novos nomes surgiram. Após este primeiro passo, iniciei uma varredura nas plataformas de pesquisa por produções com as temáticas supracitadas e pesquisas aprovadas pelas agências nacionais de fomento, o que resultou em quatro nomes.

De maneira bastante livre, e baseada no desejo de me encontrar no mundo científico — em um cenário acadêmico que, há muito, tem uma função bastante desagregadora e dura para mulheres em suas interfaces não brancas, não heterossexuais, não ricas, não oriundas dos países do norte — escolhi o diálogo com mulheres em cuja escrita me reconheço. Mulheres que, no cenário atual, me auxiliam, e certamente a tantas outras jovens pesquisadoras, na busca de um conhecimento que nunca cale a minha própria voz e a de tantas outras mulheres pesquisadas ou pesquisadoras.

O que quero dizer com isso é que, a exemplo da minha relação com a professora Sandra Azerêdo, que além dessa troca em sala de aula, foi ainda orientadora de estágio no período da graduação e, posteriormente, durante o mestrado e o doutoramento, sempre me proporcionou experiências, ora pulsante de doer na carne e na construção do autorreconhecimento, ora sensível, latente e transpessoal durante as muitas horas de leitura extenuante e deliciosa. Dessa relação, pude perceber que o privilégio acadêmico de falar com vozes que ecoam na escrita é, também, o meu jeito de romper com a solidão. O ativismo intelectual de Sandra na minha vida significou, como pontua Maria Rita Kehl, caminho de reconhecimento, ruptura com ressentimentos e construção de respostas e de uma posição científica. Azerêdo fez com que eu me deparasse com o feminismo, com barreiras geracionais, comigo mesma. Com a apresentação do feminismo negro, me fez pensar o quanto é importante olhar pelo meu próprio ponto de vista.

Em seguida, desenvolvi o levantamento bibliográfico, exaustivo, das teóricas e a seleção das produções que tematizam a experiência de mulheres na ciência brasileira. Aqui, tem-se início uma vereda de sensações em um percurso que, em si, resulta na descoberta destas outras da ciência, na ciência e em alguma medida em mim (Edward Said, 1983, 2007). O narrar destas

trajetórias e experiências, é composto por um tecer de fios que formam uma colcha de retalhos que contribui, em muito, para a compreensão da relação entre ciência e experiência. Nestes termos, falei sobre elas, dos seus escritos, dizeres, saberes e fazeres. Foi no ato de escrever sobre essas mulheres que, em alguma medida, me reinventei. Foi a partir do revirar das entranhas dessas histórias, que pude revirar minhas próprias concepções feministas e científicas e, principalmente, sobre ser psicóloga feminista na produção de saber. Eu me deixei invadir. Neste sentido, se escrevi o que senti e sinto, foi porque busquei diminuir essa febre de sentir, compartilhar um *locus* do fazer e um experienciar que passou e passa pela corporificação de si e da produção científica.

No que se refere às narrativas escritas, as consideradas mais aprazíveis, compreensíveis e prazerosas são as que se aproximam da vida cotidiana e menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros sujeitos (Walter Benjamin, 1994). E foi no exercício da reinvenção da possibilidade de tornar-se compreensível que optei por contar histórias. Histórias nada infames de mulheres que se apropriaram da ciência e a ressignificaram, e que, para muito da comunidade científica (Tomas Kuhn, 1975), rompem com o pacto e o *ethos* cientificistas, se tornando a margem do saber legítimo e legitimado por tal comunidade, sendo por eles consideradas impróprias e inapropriáveis. É sobre estas mulheres, que se reinventam ao produzir uma ciência fora do centro, que tratarão as próximas linhas. Linhas escritas com lágrimas nos olhos que saltaram de mim, delas e de um nós que se configurou nas entrevistas e na leitura de suas produções. Sensações, desejos, fúria, amor e tudo mais possível quando se escuta uma história verdadeiramente interessada em seu sujeito.

As produções acadêmicas das teóricas, são aqui compreendidas como espaços pertencentes às esferas públicas, que ocupam lugar prestigiado de reconhecimento e é a partir da ciência que me pergunto quem pode falar. E, posteriormente, as publicações selecionadas serão submetidas à análise feminista, com o foco na experiência como categoria.

O passo seguinte foi a realização das outras três entrevistas. Jaileila de Araújo Menezes foi a segunda entrevistada, seguida por Elcimar Dias Pereira e, para compensarmos a distância, foi utilizado o Skype. Com Paula Rita Bacellar foi diferente. Desloquei-me até o sul da Bahia, trazendo o mar para compor o cenário da entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

Jose Mendes (2003) traz importantes apontamentos no referente à entrevista. Afirma que estas permitem “captar não o indivíduo, mas, a sua localização social”. A entrevista é uma forma de apreender como “os membros de uma dada categoria social mantêm, transformam e

desafiam uma ou várias identidades. A entrevista favorece o estudo de realidades sociais, cognitivas e simbólicas que ultrapassam, atravessam ou cortam as ancoragens locais” (Jose Mendes, 2003, p.9).

O desenvolvimento das entrevistas contribuiu para a compreensão dos significados e interpretações desenvolvidos pela entrevistada acerca das possíveis tensões que se estabelecem entre o seu fazer científico e as experiências de subalternidade, vivenciadas por elas. Assim, a partir do desenvolvimento de um roteiro semiestruturado, como consta no ANEXO I, me aproximei dos aspectos referentes à trajetória acadêmica e profissional das participantes, às relações entre trabalho e vida familiar e às interações com colegas no ambiente de trabalho das mulheres e cientistas. Tais aspectos tinham como propósito orientar a entrevista, possibilitando a construção das experiências de cada uma das participantes como mulheres, psicólogas e cientistas. Vale ressaltar que o roteiro foi utilizado como um norte para a realização das entrevistas, não tendo estas se restringido a ele, uma vez que a flexibilidade do roteiro e dos contextos das entrevistas foi considerada. Dessa forma, com cada uma das entrevistadas, pude me aprofundar em temas diferentes relacionados com suas experiências e com o diálogo que fomos estabelecendo ao longo da conversa. O grau de intimidade e conhecimento que marcaram, *a priori*, minha relação com as interlocutoras, foi um fator importante para o desenrolar da conversa. Entendendo que, definitivamente, a vida não cabe no *currículo lattes*, minhas prévias informações e a possibilidade de perguntar livremente influenciaram, sobremaneira, no transcorrer da entrevista. Sobre algumas, eu conhecia uma gama extensa de produções. Sobre outras, o encontro se deu em espaços de produção acadêmica e intelectual, tais como congressos, simpósios e, até mesmo, reuniões de núcleos de pesquisa. Outras, ainda, em espaços de sociabilidade e lazer.

O tempo de duração das entrevistas esteve diretamente relacionado com o esgotamento das temáticas, não ao cumprimento do roteiro. As entrevistas tiveram duração entre 90 a 220 minutos. Cada uma delas, por sua vez, foi gravada, transcrita e devolvida à entrevistada, para que pudesse ler, acrescentar ou retirar algo que desejasse. Para a realização das entrevistas elaborei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, presente no ANEXO II, informando às participantes os objetivos e procedimentos adotados ao longo desta pesquisa.

No momento das entrevistas, a cada uma das entrevistadas, foi solicitada a indicação de alguma produção científica significativa para elas, que revelasse a relação que estabelecem com a ciência ou com o como desenvolver pesquisa. As entrevistas, assim como as produções científicas das pesquisadoras feministas, serão lidas exaustivamente na busca por conhecer os

processos experienciais de minhas interlocutoras em suas conexões com a produção de ciência psicológica.

Nestes termos, os dados analisados foram produzidos a partir das informações presentes nos currículos lattes, acessados pela última vez no dia cinco de dezembro de 2018, e nas produções acadêmicas das pesquisadas. A interpretação desses dados aconteceu a partir dos princípios teórico-metodológicos dos feminismos, em uma perspectiva de abordagem qualitativa de pesquisa (William Goode & Paul Hatt, 1969; Jose Mendes, 2003).

Vale ressaltar que o texto que lerão a seguir é resultado do próprio exercício de pensar, pesquisar, escrever em moldes não cartesianos ou hegemônicos. Não havendo, necessariamente, uma única forma de começar a lê-lo, nem desenvolvimento cronológico que aponte começo, desenvolvimento e fim nos moldes de estruturação, introdução, bases teóricas, metodologia, apresentação dos sujeitos, análises e considerações finais. É certo que existe uma objetividade e rigor metodológico, mas o que desejei apresentar foi um processo a partir do qual as descobertas e a interação com as mulheres pesquisadas me fizeram repensar, escapar de linearidades e me aproximar de uma perspectiva genealógica. Aspectos ligados à metodologia aparecem em todos os capítulos, o pensamento proposto pelas cientistas pesquisadas também, assim como a proposta teórica que embasou a escrita.

Assim, trocando em miúdos, as interlocutoras desta pesquisa estão inseridas no *campo psi*, área tradicionalmente reconhecida como feminina; em momentos diferentes de sua trajetória pessoal e profissional, todas desenvolveram ou desenvolvem projetos de pesquisa, ensino e extensão financiados por diversas instituições estaduais, nacionais e/ou internacionais (CNPq, CAPES, entre outras) e atuaram ou atuam na graduação e/ou em programas de pós-graduação em Psicologia de instituições públicas.

Ao todo, foram convidadas e participaram da pesquisa quatro cientistas: Sandra Azerêdo, do Estado de Minas Gerais, aposentada em 2016 pela UFMG; Jaileila Menezes, de Pernambuco, professora há quase quinze anos na UFPE; Paula Bacellar, do Sul da Bahia, professora recém-concursada; e Elcimar Pereira, de Goiás, que foi professora contratada até o ano de 2018 e atualmente atua na Coordenação do Projetos de extensão na UFG. A escolha por pesquisadoras em momentos profissionais, acadêmicos, pessoais, geracionais e localizadas, majoritariamente, fora dos considerados grandes centros intelectuais, por exemplo Rio de Janeiro e São Paulo, é relevante no sentido de se justapor as concepções que afirmam que o conhecimento é originário do sudeste do Brasil. Ao contrário, reconhecemos que os processos de produção e difusão do conhecimento científico, assim como a circulação e apropriação deste

conhecimento pelos pares acontece em todo território nacional.

Além disso, cabe enfatizar que a opção por uma área, majoritariamente feminina, possibilita outro olhar relativo à participação das mulheres na ciência, já que a presença destas é expressiva (BRASIL, 2010). O que, a priori, não significa um espaço de igualdade de gênero, mas que é capaz de abarcar toda a complexidade de práticas e pensamentos que compõem a construção do saber científico e social que reconhece as mulheres como menos qualificadas para o desenvolvimento de conhecimento científico (Jaqueline Leta⁴², 2003).

Ao longo das entrevistas e da análise das produções das interlocutoras, busquei capturar como elas reconstituíram os significados dos acontecimentos e vivências considerados por elas os mais importantes de suas vidas, ou mesmo aquilo que desejavam evidenciar de si. Aspectos como os fatores que contribuíram para a escolha da Psicologia e da docência como caminho, as vivências na graduação e na pós-graduação, os desafios e as dificuldades da profissão, a maternidade ou não maternidade, a necessidade de conciliar múltiplas identidades. O resultado são experiências polifônicas, multifacetadas que expressam os discursos e as práticas sociais que contribuem para os processos de percepção, ação e exeperienciação da vida e dos seus reconhecimentos como mulheres, cientistas, psicólogas.

1.2 O exercício de tornar-se compreensível – Notas às leitoras

Aqui estamos falando em nosso nome. (...) O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir (Djamila Ribeiro, 2017).

Cabe aqui falar sobre a estruturação e organização desta tese e justificá-la como parte de um exercício científico e pessoal de tornar-me compreensível. Esta tese não adota as diretrizes tradicionais para elaboração de teses e dissertações, já que nunca as reconheci como uma norma que deve ser cegamente seguida, mas como um orientador que possibilita, inclusive, questioná-lo. Nestes termos, o que apresento aqui não é uma produção em um formato clássico estruturado em capítulos (Capítulo I: Introdução; Capítulo II: Método; Capítulo III: Resultados; Capítulo IV: Discussão; e Capítulo V: Conclusão). Mas, sim, uma resultante do diálogo com as

42Jaqueline Leta é bióloga pela UFRJ (1992) e doutora em Gestão, Educação e Difusão em Ciências pela UFRJ (1999). Suas pesquisas têm partido do campo da Bibliometria e Cienciometria, com ênfase nas análises da comunicação científica brasileira, principalmente nas temáticas Ciência e Saúde e Ciência e Gênero.

interlocutoras, que me conduziram para alguns lugares já conhecidos e outros novos. Exemplo disso, destaco, como lugar já conhecido, a crítica à ciência hegemônica, mas, em contrapartida, deparo-me com a novidade de como esta crítica ganha contornos de realidade para as pesquisadoras investigadas. E foi neste movimento de onda, de ir e vir entre o novo e o conhecido, que me orientei, inclusive, na busca de teorias e nos estudos sobre a relação entre ciência psicológica e teoria feminista.

Com isso, o que quero dizer é que não cabe no formato clássico uma revisão de literatura que fundamenta o estudo, teoricamente, e *a priori* seguido da apresentação dos dados e de uma discussão. Em lugar disso, minha proposta foi a de que os dizeres das entrevistadas aparecessem do início ao fim do texto. Assim, o caminho investigativo que elas traçaram ao longo do ato de contar sobre si e sua ciência foi conduzindo o caminho analítico de revisão, discussão e conclusões. Tais tarefas aconteceram de maneira sistemática e produziram esta tese.

Ao escapar deste formato tradicional, o que apresento é o resultado de um encontro. Encontro com Sandra, Jaileila, Paula e Elcimar. Um encontro comigo mesma, meus medos, desejos, crenças, enfim, minhas escrevivências, nos termos propostos por Conceição Evaristo. Um encontro com as teorias feministas, a Psicologia, a ciência. Um encontro de um lugar na ciência e na vida. E para que isso pudesse acontecer, eu precisei escapar de pequenas armadilhas que criei e que foram criadas, sendo uma dessas, a produção da ciência a partir dos moldes da ciência hegemônica.

As críticas feministas à ciência interpelam a sua estrutura metodológica e o método, afirmando que eles servem para invisibilizar a produção de mulheres, universalizar conhecimentos locais e estabelecer padrões que apresentam seu conhecimento como neutro. Apontam também para caminhos de um conhecimento local, temporário e corporificado, porém, não nos diz como fazer. Entretanto, esta é, justamente, uma característica das teorizações feministas, uma vez que elas não nos oferecem apenas trilhas retas e preestabelecidas que devem ser seguidas sem crítica, ao contrário, oferecem-nos um horizonte aberto com espaços a se desbravar. E isso é assustador, porque exige que reconfiguremos como aprendemos a pensar e exige que construamos nossa própria trilha. Não estou aqui dizendo sobre algo que eu não conheço, haja vista que, na oportunidade do mestrado, refleti exaustivamente sobre isso. O que afirmo, portanto, é que não havia uma prática explícita de alteração metodológica e estrutural. A memória da importância da reinvenção, de alguma maneira estava adormecida e o processo final de escrita do doutorado a reavivou. Perceber isso fez com que eu desejasse mudar.

Mudar e reconfigurar o formato, já com o processo de escrita em andamento, foi aterrorizante. Mas, este convite tinha sido feito a mim, indiretamente por minhas entrevistadas, que me brindam com vivências, pensamentos e fazeres que recusam balizas fixas; pesquisadoras feministas e psicólogas que se reinventam em suas práticas científicas, que compartilham a ideia de uma ciência psicológica posicionada, local, corporificada, comprometida com a transformação do sujeito, do social e da própria compreensão do fazer da Psicologia. E por minha orientadora, Claudia Mayorga que, em nossos encontros de orientação, calmamente me dizia “vamos subverter isso, as estruturas não são tão fixas”.

O convite feito por minhas interlocutoras da pesquisa, minha orientadora e por tantas outras teóricas feministas que li era o da liberdade científica. Como bem aponta Sandra Azerêdo (2002), o medo da liberdade aparece justamente como o medo da mudança, e ser livre significa mudar as coisas.

Ser livre, nas proposições de Zygmunt Bauman (1998), significa estar consciente, saber que nenhuma escolha deixaria o escolhedor livre da responsabilidade pelas suas consequências. Ou dito de outro modo, significa aceitar a responsabilidade da escolha, manter-se inquieta e permanecer constantemente ansiosa sobre acertar ou errar.

Nestes termos, o exercício aqui é o de tornar-me compreensível. Sendo este um procedimento ao mesmo tempo intelectual e político, centra-se no redimensionamento de uma conjuntura de invisibilidade de muitas e muitos sujeitos coletivos, vistos apenas como sujeitas e sujeitos passivos e incapazes de participarem de um confronto de ideias. É uma busca pelo reconhecimento da atividade de sujeitas e sujeitos destinados à passividade, no desenho do desenvolvimento reflexivo e do pensamento crítico. Essa compressão traz consigo a possibilidade de (re) dimensionar as noções de ciência, política e cidadania.

Compreendendo, no diálogo com Djamila Ribeiro⁴³ (2017), que a linguagem é um mecanismo de manutenção de poder e construção de saberes, o desejo de tornar-se compreensivo é o de um:

com uma linguagem didática, atentas a um léxico que dê conta de pensar nossas produções e articulações políticas de um modo mais

43 Djamila Taís Ribeiro dos Santos é filósofa pela Universidade Federal de São Paulo (2012) e mestre em filosofia política pela Unifesp e colunista on-line da revista Carta Capital. Foi secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Atualmente coordena a coleção Feminismos Plurais, da editora Letramento. Assume seu pensamento como decolonial, e suas contribuições versam em torno dos conceitos de lugar de fala e interseccionalidade caros ao Feminismo Negro e a produção intelectual de mulheres negras historicamente. Tem se dedicado a área de Filosofia Política, com ênfase em teoria feminista, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais e de gênero e feminismo.

acessível, como nos ensina muitas feministas negras. Isso de modo algum é ser palatável, pois as produções de feministas negras unem uma preocupação que vincula a sofisticação intelectual e a prática política (Djamila Ribeiro, 2017, p.14).

O que gostaria de frisar é que este exercício questiona, a invisível, mas eficiente, matriz de autoridade que formulou o mundo científico de maneira epistemicida, e busca desautorizar e reinventar a ficção na qual a ciência se alicerça, de igualdade no acesso à fala e à escuta (Jota Mombaça⁴⁴, 2017).

Assim, nesta nossa conversa através da escrita, gostaria de partilhar uma perspectiva feminista no diálogo com a Psicologia. Apresentando algumas cisões, separações e posições que em nada deseja exterminar olhares diversos aqui apresentados. O que você verá é uma disputa (Ernesto Laclau & Chantal Mouffe, 1985), uma disputa pela forma, o como e o por quê produzir ciência.

Consoante a isso, a tarefa foi escrever para me transformar, me desprender e me dissociar de mim mesma, dos meus medos. Esta ação, foi, essencialmente, a tentativa do começo de algo novo, sendo este o próprio exercício da liberdade. Assim, dentre as várias possibilidades de contribuir para a causa das mulheres na ciência, escolho a via da pesquisa feminista em Psicologia. Por isso esta tese se organiza da seguinte forma: o primeiro capítulo "Mas afinal, como falar delas? - a apresentação das cientistas" é composto pela apresentação das trajetórias em uma perspectiva genealógica das psicólogas cientistas pesquisadas. Com o foco nos acontecimentos e vivências que configuram os sentidos experienciais de como e porque fazem ciência no campo *psi*.

O capítulo seguinte, "Ciência, mulheres e Psicologia" aborda as reflexões sobre as mulheres na interface com a ciência psicológica. Ainda que de maneira incipiente, busca apresentar um olhar sobre a história da Psicologia e o seu reconhecimento como a ciência da subjetividade. Trata também das críticas feitas ao modelo científico dominante e a proposta feminista de ciência e das contribuições das feministas para a configuração de saberes em Psicologia. O ponto central aqui foi o de tentar compreender como as minhas interlocutoras entendem a ciência psicológica e como a praticam.

44 Jota Mombaça se autoidentifica como uma bicha não binária, nascida e criada no Nordeste do Brasil, que escreve, performa e faz estudos acadêmicos em torno das relações entre monstrosidade e humanidade, estudos *kuir*, giros descoloniais, interseccionalidade política, justiça anticolonial, redistribuição da violência, ficção, metodologia, epistemologia e tensões entre ética, estética, arte e política nas produções de conhecimentos do sul-sul globalizado.

Logo em seguida, o capítulo intitulado "Experiência como categoria analítica: aproximações teóricas e éticas", fomenta desafios, não apenas no processo de escrita, mas, principalmente, na concatenação das etapas dessa tese, visto que esse caberia tanto como capítulo introdutório, quanto como final. Isso porque a discussão acerca do conceito de experiência a partir do reconhecimento da experiência como uma categoria útil de análise da realidade psicossocial é o começo e o fim da proposta desta tese. Ou dito de outro modo, a experiência nasce nesta investigação como um pressuposto que permite a investigação sobre como e porque cientistas feministas psicólogas têm feito ciência psicológica, mas é também um dos elementos que compõe as conclusões deste trabalho no que se refere às contribuições do feminismo à Psicologia e a forma como as minhas interlocutoras endentem o papel da ciência psicológica e a tem exercido em suas práticas e pensamentos. O que quero dizer é que, além de um pressuposto teórico, é também um dos horizontes teóricos e metodológicos apontados pelas pesquisadas para uma outra prática em Psicologia. Para isso, me dediquei ao árduo exercício de conceituar a experiência como categoria analítica, reconhecendo as diferenças entre o processo de experienciar e vivenciar. Caminhando para a importância da localização dos sujeitos e seus lugares de fala, entendo como estes lugares produzem uma escrita de si.

No capítulo seguinte, "Ensinem-me a transgredir", busquei me aproximar de como e por que as mulheres cientistas psicólogas feministas têm produzido ciência e como estas formas podem contribuir para outras pesquisadoras e cientistas. Para isso, investiguei a concepção de ciência, as metodologias e a relação pesquisadora e sujeito estabelecidas pelas cientistas, tal como a compreensão da relação entre ciência, Psicologia, sociedade e a transformação social.

Por último, as considerações finais apontam conclusões e horizontes deste processo investigativo. As conclusões indicam que as cientistas investigadas têm anseios de construir outros modos de ciência na prática cotidiana de suas pesquisas, nas formas de compactuar e romper com os ritos da ciência tradicional, no estabelecimento dos moldes de produção/divulgação dos conhecimentos produzidos, no comprometimento com a transformação social com especial atenção à realidade de mulheres e na relação com os sujeitos pesquisadas/os. Em um movimento de invenção de si, as intelectuais constituem-se em uma trama aberta de sentidos para a compreensão das relações sociais, dos processos de subjetivação e significação dos sujeitos em suas pesquisas. Em um exercício analítico, visam estabelecer uma dinâmica entre as necessidades sociais e científicas a partir da proposição de práticas científicas em Psicologia, tendo como pilar a posicionalidade, a criticidade e a reflexividade.

2. MAS, AFINAL, COMO FALAR DELAS? - A APRESENTAÇÃO DAS CIENTISTAS

Eu não vou mais sentir vergonha de existir. Eu vou ter minha voz: indígena, espanhola, branca. Eu vou ter minha língua de serpente – minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio (Gloria Anzaldúa, 2007).

Durante todo o processo de vislumbre dos caminhos da pesquisa, uma pergunta se fez presente: Mas afinal, quem serão elas? A resposta para essa questão não se deu de forma fácil e, muito menos, rápida, dada de antemão. Até pouco tempo, estive na efervescência e na angústia das escolhas e suas implicações. O dilema ético entorno da proposta de pesquisa, sobre sua relevância no campo científico da Psicologia e as questões acerca de como torná-la viável, se mantiveram presentes do início ao fim em uma hermenêutica da suspeita constante.

Sei que ciência e vida não se apresentam como perspectivas dicotômicas. Ao contrário, o que tenho visto é que o pessoal é político (Carol Hanisch, 1969). O que aponta para a importância de pensar como as instituições científicas se construíram e quais as possibilidades de percebê-las como um espaço propício para a autonomia ou um espaço que normatiza e dociliza corpos e performances. O que temos é que a ciência, historicamente, se alicerçou na ilusão de que quanto mais próximo se chega ao ‘centro do conhecimento’, mais distantes estaríamos da subjetividade. A Psicologia, assim como outras áreas, principalmente do campo das ciências humanas, tem, no contemporâneo, questionado tal dualidade (Kleber Prado Filho & Simone Martins, 2007), em que a relação entre produção de conhecimento psicológico, subjetividade e objetividade se apresentam como um contínuo em que:

a subjetividade se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si (Kleber Prado Filho & Simone Martins, 2007, p. 17).

Para Bruno Latour (2001), Kátia Maheirie (2002), Elis Bertozzi Aita e Marilda Gonçalves Dias Facci (2011), subjetividade e objetividade nunca se configuraram como polos opostos, ao contrário, são facetas complementares. Sendo, desta maneira, necessária uma

investigação que parta do pressuposto que subjetividade e objetividade são estruturantes na produção de verdades científicas, assim como vida e ciência também o são para este reconhecimento.

Foi neste contexto que me perguntei sobre a possibilidade de reinvenção de si a que Margareth Rago (1998) e Margaret MacLaren (2016), a partir de um projeto científico, propõem no campo teórico. De antemão afirmo, categoricamente, que não. Reconhecer a ciência como um locus que possibilita a transformação do mundo, transformação esta que significa transformar a si mesmo, parte de uma perspectiva de ciência como contínuo e não como hiato entre o eu pesquisador/a e o eu sujeito/a. Transformar a ciência é transformar a própria prática. Não um depois do outro, mas sim os dois em um tempo equivalente. Esta não foi uma tarefa fácil. Nestes termos, vale pontuar que ser feminista tem consequências e estas consequências não necessariamente nos estabilizam. Ao contrário, é justamente o movimento de desestabilizar a teoria e a nós mesmos/as.

Todo o processo de construção de uma pergunta de pesquisa foi intercutado pela certeza de que as mulheres seriam as minhas interlocutoras, entretanto, isso não se deve ao fato de eu não acreditar que só seria possível pesquisar a ciência a partir do lugar social/político/científico de mulheres. O desejo de investigar e dialogar com teóricas mulheres e feministas caminha na direção de encontros, imaginários e reais, físicos e psíquicos, da construção de redes e pontos nodais na busca pela construção de um campo, um ponto de vista, uma perspectiva. A lida com as mulheres cientistas é a reinvenção de mim mesma enquanto pesquisadora, a (re)invenção de uma prática científica coletiva, a construção de redes de solidariedade, sororidade e sentido em tempo de crise democrática⁴⁵ em que a ciência tem sido nomeada como um espaço central na luta pelo golpe político através das ideias.

Retomando a importância da delimitação do escopo me encontrei com mulheres cientistas psicólogas que se intitulam feministas e lecionam e/ou lecionaram em instituições públicas de ensino superior. Desejei ainda que fossem cientistas de diferentes regiões do Brasil,

45 Em 31 de agosto de 2016, a democracia brasileira sofreu um duro golpe com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff. A ruptura democrática tem estado acompanhada por uma grave crise política, econômica e social. O terror deflagrando com a ruptura democrática que ameaça Estado Democrático de Direito brasileiro teve como consequência a precarização do ensino superior. Associado a isso, temos a recente condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de abril de 2018, e mais recentemente a eleição do atual presidente da república, que tem se pronunciado publicamente a favor do controle do pensamento científico. Somados esses fatos, é imprescindível nos posicionarmos contra a ameaça à democracia e à liberdade, e reafirmarmos que o pensamento colonial não será mais nosso carrasco, nunca mais teremos um senhor, e que a ciência psicológica precisa contribuir de modo igualitário e equânime para a inserção social, dignidade de vida e justiça social.

alocadas em distintas instituições. O primeiro desafio que se estabeleceu, foi o de encontrá-las, porém, uma vez superado este, como visto na introdução da tese, uma nova questão se fez presente: como analisar experiências de pesquisadoras do campo da Psicologia em diferentes estágios da carreira profissional, em exercício ou afastadas?

Dessa forma, foi a partir do interesse em investigar esse conjunto de acontecimentos, vivências e trajetórias que produzem rede discursiva sobre as mulheres cientistas no campo psicológico que este estudo se processou. Ou dito de outro modo, o percurso buscou análise dos conjuntos de enunciados ditos e não ditos, que se apoiam nas compreensões das formações discursivas em torno dos sentidos atribuídos ao processo de produção científica de feministas no campo *psi*. Para tanto, investiguei um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência, oriundos dos currículos lattes, produção acadêmica e entrevistas.

Não procurei, ao contrário da análise de uma história contínua, forçar conceitos universais que, com frequência, considera os conteúdos vivenciais como meramente acidentais. Assim, consiste, não em analisar a história e os conteúdos acerca da realidade como total e absolutos, considerando o relato um todo real, mas sim, em conhecer os processos de significação das vivências e acontecimentos que compõem a trajetória das interlocutoras e produzem suas experiências. Experiências estas que são constituídas relacionalmente a partir de uma escrita de si no mundo e que se dá no percurso de darmos conta dos processos históricos que compõem e atravessam o discurso, posicionando os sujeitos. Nestes termos, o que busco dizer, no diálogo com Joan Scott⁴⁶ (1999), é que não é o indivíduo que têm experiência, mas sim, os sujeitos, que passam a existir quando imersos nos processos de subjetivação, que são constituídos através da experiência. Ou, ainda, é a experiência, o processo de significar o vivido, acontecido, visto, que produz o sujeito.

A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos

46 Joan Scott é historiadora norte-americana, assumidamente pós-estruturalista e desconstrucionista. Scott tem uma importante contribuição na constituição da categoria gênero como um saber sobre as diferenças sexuais imbricadas às relações de poder. Ao conceituar o gênero enquanto uma categoria útil à história contribui para a constituição de um campo de investigação não apenas à história das mulheres mas da constituição das relações sociais e subjetividade. Dentre suas mais conhecidas e citadas produções estão: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986), *Experiência* (1999) e *História das mulheres* (1992). É professora da Escola de ciências Sociais do Instituto de altos Estudos de Princeton, Nova Jersey.

explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento (Joan Scott, 1999, p. 28).

Isso significa historicizar a história, desindividualizá-la. Em outros termos, é pensar que são as vivências do cotidiano, tudo que compõe a experiência do viver que constitui a história, e é a significação e ação diante disso que produz a experiência, assim como as identidades que ela produz.

Assim, o que esteve em jogo aqui foi pensar a experiência como um conjunto dos processos das interlocutoras no ato de contar e se contar, tendo como ponto de partida o questionamento sobre como e por que elas produzem ciência psicológica. Trazendo à tona, nos termos proposto por Michel Foucault (1999), os “saberes sujeitados”, que “são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer” (Michel Foucault, 1999, p.11).

Os relatos apresentados nas próximas sessões, pretendem não apenas enumerar os fatos, vivências, acontecimentos, experiências e uma vasta produção durante toda uma trajetória acadêmico-científico, mas, sobretudo, o explicitar de um conjunto de princípios que nortearam, esclareceram/escureceram inserções, interações e significações na vida acadêmica nos seus diferentes âmbitos – ensino, pesquisa, extensão, comunidade e saberes. A investigação pelos processos de significação das vivências e a transformação de vivências e acontecimentos em experiências exigem um olhar que vai das margens ao centro e reconfigure os centros. Para tanto, a perspectiva genealógica será nosso instrumento, o modo de escrever e contar as trajetórias, assim como desenvolver caminhos para novas perguntas a partir das proposições foucaultianas.

A genealogia, teorizada por Michel Foucault (2011), rompe com a compreensão de que a vida se dá como uma história contínua, linear, na busca das origens e semelhanças em uma tentativa de estabelecer relações causais. Ao contrário, reconhecemos as vivências das pesquisadas como resultante de dinâmicas de poder e saber, composta de práticas discursivas e processos de subjetivação. Coube a mim, no exercício de contar e me haver com a multiplicidade de acontecimentos dispersos, alguns deles raros, e todos singulares e heterogêneo. Nessa perspectiva, não busquei as origens primeiras, mas a emergência, a análise dos acontecimentos (Michel Foucault, 2011).

O exercício de conhecer as trajetórias das interlocutoras a partir da perspectiva genealógica é paciente e documental, atua com riscados, rabiscos, risadas, histórias mal contadas, entrelinhas, e é o resultado de escritos e reescritos (Michel Foucault, 2003). O que

caracteriza, indubitavelmente, no ato de demorar-se, atentar-se de um sujeito desejante. Constitui, assim, um campo de possibilidade e disputa acerca da produção de uma história única e ganha *status* de verdadeira. Na contramão disso, marcam-se as singularidades dos acontecimentos, e evidenciam-se as dinâmicas de poder. Materializa, então, o processo de lançar-se no interesse sobre aquilo que é tido como sem história e considerado fora dela (Michel Foucault, 1979) em busca da experiência. Buscar as experiências de mulheres cientistas feministas psicólogas, lançando mão da genealogia, resulta, dessa forma, no processo cauteloso de descrever as práticas datadas historicamente, ou ainda, no conjunto de acontecimentos das histórias singulares e subjetivas dos sujeitos (Sandra Azerêdo, 2011). Entendendo que nos processos de subjetivação não há uma constante que os relacione. Estes acontecimentos são reconhecidos, então, como mecanismos psíquicos, políticos e sociais do poder e dos efeitos do discurso (Michel Foucault, 2003).

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (Foucault, 1979, p. 172).

No ato de contar-se, as pesquisadas estão inscrevendo-se na história em um processo que resultou em uma escrita de si (Margareth Rago, 1998). Ao pensar e impensar as dinâmicas de poder e seus efeitos na trajetória de vida de cada uma, acessamos as realidades produzidas e fabricadas pelos saberes, que criaram modos de ser e saber.

Por fim, gostaria de pontuar que retomar o diálogo com o *campo psi* não se faz de maneira ingênua e muito menos óbvia, já que sou uma psicóloga de formação, uma pesquisadora na área dos estudos feministas em diálogo como o campo da Psicologia social. Mas, não se engane. Por muito tempo fui movida pela dúvida se me manteria nas ciências psicológicas ou migraria para a ciências políticas, por exemplo. O meu percurso de distanciamento da Psicologia clínica clássica e aproximação da Psicologia comunitária e política marcam minha trajetória profissional e acadêmica. Nesse sentido, o anseio por pensar mulheres cientistas psicólogas feministas, mulheres inapropriáveis e, por vezes, desprovidas de espaço no *lócus* científico, é a resultante da necessidade da demarcação de um campo, o campo da Psicologia feminista (Karla Galvão, 2016; Conceição Nogueira, 2000; Lenise Borges, 2014; Claudia Mayorga, 2014) e a busca por um encontro pessoal com uma área. Para isso, me propus

pensar as entrevistas e as análises de seus *currículos lattes*, bem como suas produções científicas, como uma organização de instrumentos, que auxiliados pela proposta teórico-metodológica genealógica, na qual caberia a mim organizar o conjunto de vivências e acontecimentos de maneira não linear, mas sim dialógica, para com isso, construir condições de possibilidade de acesso às análises das experiências das interlocutoras. Nestes termos, voltar-me para a trajetória das interlocutoras, tem um conteúdo de historicização, mas que implica em uma análise crítica dos elementos explicativos que a compõe, para tanto lancei mão da categoria experiência (Joan Scott, 1999). Não deixei de me atentar às armadilhas que a utilização do termo sem uma conceituação pode trazer, busquei ser cautelosa com os seus usos, escapando de utilizá-la, como aponta Joan Scott (1999), como autoevidente. Trocando em miúdos, as entrevistas e os escritos são o como, já a genealogia é a forma e a experiência, o porquê.

2.1 Muito Prazer meu nome é: Sandra, Jaileila, Paula, Elcimar

Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras (Angela Davis, 2017).

Em meio ao vai e vem das histórias, encontros e desencontros, possibilidades e desafios, um conjunto de posições foram se construindo ao ver, ouvir e ler as cientistas psicólogas. Mulheres que se afiguraram em um quadro composto de cores de Frida Kahlo, e me convidam a percorrer suas trajetórias, prestando atenção em cores, num passeio pelo escuro, em que fui guiada, tentando prestar muita atenção no dito e no não dito, nas escolhas e no desejo. E como uma segunda pele, fui me vestindo delas e pensando sobre elas, muitas vezes com elas, em entrevistas que se manifestaram como boas conversas que agora emanam reflexões prontas para eclodir.

Sigo, agora, com a apresentação dessas mulheres que escolheram em suas trajetórias estabelecer o diálogo com a sociedade a partir da ciência psicológica. São elas: Sandra Azerêdo (UFMG), Jaileila Menezes (UFPE), Paula Gonzaga (UFSB) e Elcimar Pereira (UFG). Neste grupo, temos mulheres em distintos momentos profissionais: aquelas que publicaram intensamente e, depois pararam; temos também as que iniciaram suas carreiras há pouquíssimo tempo, e as que foram gradualmente aumentando o número de publicações, dentro e fora do escopo clássico, artigos, livros e capítulo de livro. De gerações distintas, diferentes encontros com o feminismo, em momentos diferentes nas carreiras, com vínculos institucionais diferentes com as IES, que por sua vez possuem históricos distintos. À medida que fomos nos conhecendo, seja a partir das entrevistas, dos currículos *lattes*, ou do acesso aos seus textos, os processos de escrita e aproximações teóricas, metodológicas e políticas de cada uma se tornaram evidentes.

A ideia aqui foi compreender como a vida profissional, pessoal, familiar e as vivências dialogam com as escolhas científicas das pesquisadas, visto que muitos estudos afirmam que ao analisar a população feminina com curso superior, há uma dificuldade em conciliar vida pública e vida privada (Jaqueline Leta, 2003; Isabel Tavares, 2008; Fanny Tabak, 2002, 2006; Londa Schienbinger, 2008; Léa Velho & Elena León, 1998; Nadia Lima, 2002; Hildete Melo & Helena Lastres, 2006). O que nos interessa aqui é como estes dois lugares se conectam à rede de sentidos que produzem o como e por que as cientistas fazem ciência.

2.1.1 A aventura de tornar-se uma acadêmica negra: Sandra Azerêdo



“(…) é a escuta da linguagem dos feminismos, que representa para mim a dimensão política da vida”

Sandra Azerêdo

Figura 1: Sandra Maria da Mata Azerêdo
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Sandra Maria da Mata Azerêdo⁴⁷ é uma mulher negra, mãe e avó. Professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais, tornou-se professora titular em 2009 e aposentou-se no ano de 2016. É uma pesquisadora comprometida com as questões de gênero na interface com a Psicologia, principalmente no que se refere aos estudos sobre violência contra as mulheres e as intervenções grupais. Nos últimos anos, tem dedicado seus olhares, saberes e fazeres ao feminismo e à interface entre gênero, raça e etnia.

Construiu uma trajetória acadêmica em que, bebendo em diferentes fontes e abordagens da Psicologia, manteve-se sempre curiosa e atenta às diversas possibilidades de investigação do sujeito. Para ela, uma conexão entre a Psicologia Social Latino-Americana e a clínica psicológica sempre esteve presente, "eu sempre fui social e clínica, neste sentido de tentar juntar o sujeito à questão política" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018). Sandra atribui este trânsito, que não se deu de maneira ingênua, pelo contrário, se fez a partir da aproximação dos conceitos de sujeito e sociedade, de distintas abordagens, à liberdade de pensamento, a qual sempre lhe foi característico, "eu sempre fui muito livre e ser livre me permitiu muito" (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018). Esta permissão, que é a sensação de liberdade do pensado, resultou em uma produção que pôs em diálogo a literatura, a música, o cinema e a arte em suas produções. Filmes como *Jogo de cena*, produzido por Eduardo Coutinho, personagens de literatura como a Macabeia de *A hora da Estrela*, de Clarisse Lispector, livros como *O quarto de despejo*, de Maria Carolina de Jesus ou *Um Teto*

47 O currículo lattes de Sandra Azerêdo pode ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/8397655698796064>

Todo Seu, de Virginia Woolf, a escultura produzida por Camille Claudel, *Les Bavardes*, e a música de Caetano Veloso e Gilberto Gil, *Haiti*, mobilizaram e movimentaram a constituição do seu pensamento. É a vida cotidiana que interessa e instiga esta pesquisadora. É ali, no corriqueiro, nos espaços que ocupa, no trajeto universidade/casa feito sempre, por questões ideológicas, por meio do transporte público; nos diálogos que estabelecia com os funcionários técnicos administrativos da UFMG; nas inquietações das notícias da TV, jornal e revista; na sala de aula com seus alunos e alunas; no colegiado e nas reuniões departamentais com seus colegas e em tantos outros espaços, que ela encontra o sentido da escrita. Em vários momentos, a pesquisadora agradece aos alunos e alunas do curso de graduação e pós-graduação em Psicologia da UFMG, aos colegas de área, aos estudiosos de outros campos e aos amigos/as que contribuíram para o desenvolvimento das ideias discutidas no trabalho produzido.

A perspectiva da alteridade marca sua trajetória, o que fica explícito especialmente no texto, *Era uma vez... uma análise*, de 2003, publicado na revista científica *Cadernos Pagu*. Nesse texto, Sandra, que compartilha com todos e todas parte do seu diário, onde relata uma experiência de análise vivida como um testemunho “de que é possível sair de uma situação de violência de gênero” (Sandra Azerêdo, 2003, p.205). A proposição de que todas as mulheres estão submetidas a um sistema de gênero desigual e violento, tão firmada por Sandra em sua trajetória acadêmica, se materializa aqui no explicitar de que ela também foi uma destas mulheres. Assumir uma posição de falar sobre isso, tanto no lugar de vitimada quanto de investigadora, horizontaliza as relações entre sujeito e objeto, além de humanizar o *lócus* ‘do cientista’. O que Sandra parece fazer com a publicização, do que muitos chamariam de intimidade é, em verdade, a produção de um conhecimento que se dá no cotidiano e junto, sobre um nós que se forma todos os dias. Assim, mais do que dizer que Sandra é uma dessas mulheres, há de se destacar aqui que ela se implica e explicita que é sim uma dessas mulheres. Bem a fundo, todas nós somos essas mulheres. A diferença está em explicitar esta posição. Assumir que é uma dessas mulheres desconstrói a dicotomia sujeito/objeto e ao mesmo tempo se responsabiliza.

Sandra formou-se em plena ditadura militar no Brasil, e aposenta-se em meio ao golpe de estado no fim do ano de 2016. O primeiro momento é marcado pela perda dos direitos civis da população com a substituição do regime democrático pelo regime militar, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país, tendo se estendido por 20 anos, período no qual, entre idas e vindas, Sandra foi professora, pesquisadora e ativista. O segundo, resultante do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, eleita e reeleita democraticamente. O

afastamento definitivo da presidenta acusada de praticar uma manobra contábil, as chamadas “pedaladas fiscais”, foi mais um capítulo importante na história política brasileira e nas vivências de Sandra, que neste momento sai do país com destino aos EUA para desenvolver estudos e ministrar um curso no outono de 2016, com uma bolsa da Fulbright. Para Sandra, este conjunto de acontecimentos no cenário político e da democracia brasileira marcam sua trajetória e interesses científicos: “Minha trajetória, se formos parar para pensar, vai de um golpe a outro. E eu muito mobilizada por isso” (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Graduou-se em Psicologia em 1969 na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, para onde, mais tarde, já casada e com dois filhos, retornou como professora. cursou o mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de 1970 a 1975, quando defendeu a dissertação intitulada “*O papel do diagnóstico psicopatológico em julgamentos criminais: estudos de 05 casos legais*”, sob orientação de Monique Augras⁴⁸. Para o desenvolvimento de sua pesquisa, teve incentivo científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O referido tema de pesquisa foi abandonado anos depois, ao se dedicar às investigações que estabelecem um diálogo com a Psicologia a partir do que ela vai pontuar como encrenca de gênero. Durante o período de mestrado, Sandra viaja para os Estados Unidos da América com o companheiro que desenvolveria o doutorado no exterior. Este parece ser um momento fundamental na sua aproximação com as teorias feministas, já que é neste período que ela começa a pensar que seu ativismo anti-machismo e sexismo no campo político poderia se dar também no campo científico.

Eu volto com algumas ideias interessantes para o Brasil, mas não eram tão feministas, não. Eu concluo a minha dissertação de mestrado e continuo dando aula na PUC Rio. Eu sempre gostei de dar aula. Eu continuo lendo as produções feministas e em um momento eu falo, não, eu quero estudar com estas mulheres, eu quero saber mais sobre teorias feministas. Nesse momento eu me apaixono pela teoria feminista, com isso, o feminismo passa a fazer parte da minha produção acadêmica. Meu projeto de tese, já é claramente feminista, já estava interessada em

48 A Psicóloga Monique Rose Aimée Augras, nasceu em 1937, na França. Mudou-se para o Brasil em 1961. A mudança para o Brasil foi motivada por dois fatores: a insatisfação com a situação política francesa e a ausência de perspectivas para a carreira de psicólogo, que não era legalizada na França. Na ocasião, recebeu um convite do professor Mira y Lopez para trabalhar no setor de provas do ISOP (Instituto de Orientação e Seleção Profissional) da Fundação Getúlio Vargas. Mais tarde torna-se professora na PUC-Rio onde orienta Sandra Azerêdo. Atualmente Monique continua ativa, fazendo conferências no Brasil e na França e participando de bancas de teses, mesmo após sua aposentadoria no final de 2006.

investigar gênero (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Entre os anos de 1976 e 1978, Sandra foi supervisora de Estágio em Psicologia, no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Demonstrando seu interesse em pensar práticas em Psicologia associadas à produção científica psicológica. Ainda vinculada a instituições privadas, foi docente entre 1975 e 1981 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

Alguns anos após seu mestrado, Sandra retorna aos EUA, agora para estabelecer vínculos acadêmicos na Universidade da Califórnia. No ano de 1981, Sandra conhece Donna Haraway, que passa a orientá-la no seu Doutorado em *History of Consciousness*, tornando-se amiga e uma de suas maiores provocadoras.

É finalmente, em 1981, quando eu vou para os Estados Unidos, para desenvolver meu doutorado que eu me encontro. Porque era de um programa sobre a história da consciência. Ninguém sabe muito bem dizer o que é consciência, mas é um programa de história e não existe ciência sem história com a Psicologia e autoconhecimento. E lá eu encontro o feminismo. Eu já era ativista aqui em 1971, eu comecei a militar (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

O processo de retorno aos EUA para seu doutoramento veio acompanhado de grandes interpelações, e talvez tenha sido lá, na interlocução com Donna, que ela tenha se tornado negra. Esse movimento constitutivo e identitário passa, então, a marcar sua produção. Como bem aponta “Eu, Sandra Azerêdo, com uma mãe negra e um pai branco fui vítima desta ideologia, até 1981” (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018). O mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento produziram efeitos que ela mesmo pontua:

É muito interessante quando você é vítima de uma coisa e depois você critica. Eu não achava que o racismo acontecia, eu não sabia que eu estava no processo de embranquecimento. É crucial para mim quando eu coloco a questão racial junto com o feminismo, disso eu não abri mão mais e em meus últimos escritos, disciplinas, eu tenho entrado muito nisso (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

No texto, *O que é mesmo uma perspectiva feminista de gênero?*, publicado no livro organizado com Cristina Stevens, Susane Oliveira e Valeska Zanello e intitulado *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*, no ano de 2014, Sandra discorre sobre o encontro com Donna Haraway e o debate que gerou uma longa reflexão acerca de gênero e suas conexões com a sexualidade, assim como os mitos estruturantes da sociedade brasileira, tal como a falácia do encontro harmonioso das raças no Brasil. Tematizar o racismo passa a ser parte do seu trabalho acadêmico e pessoal, pensando extensivamente sobre os impactos psicossociais das desigualdades raciais e os efeitos políticos destas à Psicologia.

Neste ensaio pretendo voltar a uma questão que tem perpassado meu trabalho desde 1981, quando fui para a Universidade da Califórnia fazer meu doutorado e me encontrei com Donna Haraway, que veio a ser minha orientadora: a questão de que raça e classe devem, simultânea e necessariamente, serem consideradas quando nos referimos a gênero. Essa questão se colocou para mim ao me dar conta de minha própria submissão à ideologia da democracia racial no Brasil, respondendo a uma pergunta de Donna sobre meu projeto, que pretendia estudar gênero como uma questão que dizia respeito simplesmente à diferença sexual e, o que era mais grave, à heterossexualidade. Tendo lido meu projeto, Donna estranhou que eu não falasse do racismo nas relações de gênero no Brasil. E eu disse a ela que no Brasil raça não se constituía como um problema, pois aqui não havia segregação como nos Estados Unidos. Nosso problema dizia respeito apenas à classe social (Sandra Azerêdo, 2014, p.74).

Diferentes inquietações se manifestam em sua trajetória, mas o encontro com Donna Haraway, é, necessariamente, o impulsionador para um giro, metodológico, epistemológico e pessoal. Sandra nunca mais foi a mesma; retornou ao Brasil com muitas dúvidas e novos horizontes investigativos e com uma certeza:

O que que é isso não existe uma ciência sem a política, cara. (...) os estudos da ciência são, necessariamente, relacionados à política. Então para mim, não tenha dúvidas, isso foi desde o primeiro momento em que eu entrei no doutorado. Antes eu achava que não, que eram separados, toda a nossa formação em Psicologia é muito assim. Mas cheguei lá (se refere ao processo de doutoramento sob orientação de Donna Haraway) e mudei (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

O envolvimento com a política, que se manifestara desde o momento em que escolhe Psicologia no vestibular, ultrapassa a barreira de vida provada e passa a ocupar seu interesse científico. Nestes termos, afirma que o que a atraiu na Psicologia:

(...)foi a possibilidade de ter contato com a subjetividade na luta política, eu não me interessava apenas pela luta política, mas foi o que me chamou atenção, eu achava que a Psicologia podia me dar esse acesso e continuo achando que pode (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Em 1986 defende a tese intitulada, *Representations of Sexual Identity and Domestic Labor: Women's Writings in Brazil, Marroco and the United States*⁴⁹. Sendo, durante todo o período, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e tratando das representações da identidade sexual e do trabalho doméstico.

Entre os anos de 1990 e 1992, atuou na Fundação Carlos Chagas como coordenadora sênior no desenvolvimento de pesquisa no campo da Saúde reprodutiva, dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Dirigiu, ainda, o Programa de Treinamento e Pesquisa em Direitos Reprodutivos na Fundação Carlos Chagas. No ano anterior, exerceu atividade docente na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG).

Em 1994, Sandra é aprovada no concurso para professora adjunta de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais. Ao olhar para esse momento de sua trajetória profissional, se considera uma pessoa de sorte. Por outro lado, eu diria que a aprovação foi o resultado de um processo exaustivo de conciliação entre o trabalho como docente em uma instituição privada de ensino superior, a educação dos filhos, gestão do lar e da vida cotidiana. “Eu sou aprovada no concurso aqui em 1994. Mas eu só começo a dar aula no ano seguinte. É que eu tenho a sorte, ainda era bem tranquilo a questão de dar aula” (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Sempre adorou a sala de aula, e como esta a provocava, assim como as atividades de extensão universitária. Ministrou disciplinas na graduação e pós-graduação, dentre as quais: Dinâmica de grupo e relações humanas; Psicologia comunitária; Psicologia social; Tópicos especiais em Psicologia social: cultura, identidade e processos de subjetivação; Gênero,

49 Representações da identidade sexual e do trabalho doméstico: escritos de mulheres no Brasil, Marrocos e EUA (Tradução minha).

literatura e subjetividade; Estudos especiais: violência de gênero, relações de gênero e democracia; História e teoria em Psicologia social; e Relações de gênero e Psicologia social.

Tinha especial apreço pela disciplina de Psicologia Social II, a primeira que lecionou na UFMG, a partir da qual resultaram vários diálogos traduzidos em artigos, livros e capítulos de livro, tais como o artigo intitulado *O Político, o Público e a Alteridade Como Desafios para a Psicologia*, publicado na revista organizada pelo Conselho Federal de Psicologia, *Psicologia: Ciência e Profissão*, em 2002; o livro, *Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos*, publicado pela editora Cortez Editora no ano de 2011; o artigo, *Encrenca de gênero nas teorizações em Psicologia*, alocado na revista *Estudos Feministas*, em 2010; e, o livro, *Preconceito contra a "mulher": Diferença, poemas e corpos*, também publicado pela Cortez Editora em 2007.

Eu cheguei e falei, que quero dar aula de Psicologia social II que era uma disciplina obrigatória. Nesta disciplina eu colocava, é claro, uma ementa que tem coisa de Psicologia, mas, é claro que tem Teoria Feminista. E claro que aí também entra a questão do racismo, a questão da identidade. Você está falando do lugar da identidade. Então assim, o que é mais maravilhoso na minha trajetória toda foi o contato com alunas e alunos. O que isso provocou, né? (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Sandra foi uma das responsáveis pela divulgação e produção do conhecimento científico psicológico em diálogo com as teorias feministas no curso de Psicologia da UFMG. Considerada por muitos como temperamental demais, porque não se negava a chorar em sala de aula ou demonstrar indignação. O tão conhecido “cara, que isso” que ela utilizava recorrentemente quando discordava ou se espantava com algo dito ou escrito, era expressado quase que involuntariamente. Sempre esteve muito próxima dos alunos e alunas e reconhece que a relação que se estabelece entre professor/a aluna/o também precisa ser alvo de investigação e intervenção.

Meu sonho de chegar com estudantes de Psicologia a uma herética heteroglossia envolve também aprender a lidar com as relações de poder, como uma forma de combate à violência que facilmente irrompe em situações de desigualdade ou de hierarquia, como a relação entre professor/a e estudantes (Sandra Azerêdo, 2002, p.21).

Foi uma defensora aguerrida da graduação e uma crítica a lógicas institucionais que priorizavam a pesquisa em lugar da docência e da extensão, deixando claro sua compreensão de que o tripé ensino, pesquisa e extensão só se sustenta com a dedicação aos três elementos. Questionou de maneira incisiva a lógica produtivista da academia contemporânea e afirma que um dos pontos que tem sido negligenciado pelas agências de fomento do ensino superior é a importância do tempo para a produção acadêmica. Todo esse tensionamento resulta em sua saída do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais alguns anos antes de sua aposentadoria.

A última avaliação do mestrado de Psicologia, a CAPES recomendou que nos voltássemos mais para a Pós-graduação, deixando a Graduação com as professoras e os professores menos graduados e graduadas. Como se nós já não estivéssemos dando um tempo enorme à Pós, não apenas em termos de aula, mas também de orientação de dissertações. E, além disso, como se a Graduação não estivesse suficientemente abandonada, frequentemente sem professores/as, e alguns/mas destes/as nem sequer lendo os trabalhos que as/os estudantes produzem durante o curso (Sandra Azerêdo, 2002, p.18).

Como professora da UFMG, exerceu cargos tais como representante na câmara departamental, coordenação do Setor de Psicologia Clínica e representante no colegiado do Mestrado. No ano de 2004, desenvolveu seu Pós-Doutorado na Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

Em fevereiro, passa pelo concurso de professora titular e entrega a tese intitulada “Grupo e Crítica no Ensino e na Pesquisa em Psicologia”. Neste trabalho, desenvolve reflexões sobre três experiências de trabalho com grupos, resultantes de sua carreira docente na instituição. A primeira, a pesquisa-ação com prostitutas em Belo Horizonte, seguida da experiência de grupo no ensino na universidade, e, por último, o atendimento psicológico na Delegacia de Mulheres. Posiciona-se quanto ao dilema política e ciência a partir de uma teorização complexa sobre diferença e identidade, política, gênero e raça. E argumenta que o pensamento crítico em Psicologia é, para ela, um dos únicos caminhos para transformação social da realidade. Em 2010, torna-se professora titular da UFMG, após um criterioso processo de avaliação.

Esse concurso para titular se apresentou muito violento, uma vez que fica claro que Sandra rompe com critérios considerados importantes para a ciência hegemônica, tal como a neutralidade e a imparcialidade. Em um movimento de análise, Sandra faz alusão à publicação

de bell hooks sobre o processo pelo qual ela passou para tornar-se o equivalente a professora titular nos EUA.

Ela (bell hooks) fala uma coisa. Na introdução ela fala quando estava passando pelo processo de avaliação, eles têm uma espécie de professor titular de concurso. Eles estavam resolvendo se ela ia ou não passar. Ela começou com uma depressão fortíssima. Não porque ela achasse que não ia passar. Ela ia passar. Mas ela tinha muito medo de ficar presa na Universidade. Isso que eu tenho pavor da Universidade. Por isso que eu saí da Pós-Graduação. Porque você começa a ficar presa nessas coisas e você tem que ter uma liberdade. A liberdade tem a ver com solidão. Você conseguir ficar sozinha também, entendeu? (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Produzir conhecimento sempre foi seu desafio e o fez no diálogo entre a Psicologia e o feminismo, a partir de linhas de pesquisa voltadas para estudar a construção da identidade na interação social, a produção da subjetividade como fenômeno ético e estético se atentando ao conceito de identidade nas relações de gênero e raciais, saúde reprodutiva, direitos sexuais e reprodutivos. O interesse nestas linhas de pesquisa resultou em uma vasta gama de pesquisas e extensão ao longo de toda sua carreira.

Os mais recentes projetos abordam a temática da violência contra a mulher, tais como: “Violência contra a mulher: um estudo sobre a transversalidade e os atravessamentos institucionais no atendimento em grupo na delegacia de mulheres”; “A experiência da linguagem na Psicologia: análise das produções discursivas de corpos na Delegacia de Mulheres”; “O Significado da violência de gênero e a questão da demanda na Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte”; e “A representação social da violência de gênero e a emergência de demandas sociais entre mulheres”. Apresentam-se como resultado de uma longa jornada no campo dos estudos da violência contra a mulher, que tem início em 1998 com a investigação e intervenção na Delegacia de Mulheres, tendo, dentre os objetivos, o desenvolvimento de técnicas de atendimento grupal a fim de consolidar um conjunto referencial epistêmico e metodológico de atendimento. Para tanto, parte da compreensão de que as experiências de violência contra as mulheres, sob lentes feministas, têm o gênero e a experiência como categorias úteis de análise.

O desafio que as pesquisas supracitadas apresentaram foi a compreensão dos sujeitos a partir do seu lugar social e da produção de suas significações, capturando não apenas a história pessoal e familiar das mulheres, mas também como vão se materializando no contexto social,

histórico e político de uma sociedade capitalista, androcêntrica, sexista e racista, que produz corpos femininos como abjetos.

Ainda no desejo de desenvolver reflexões e referenciais acerca do trabalho psicológico com grupos, Sandra desenvolveu projetos de extensão. Exemplo disso é o projeto intitulado “Atenção psicossocial em grupos para mães em situação de internação hospitalar”, em que combina estágio e extensão universitária com o foco no enfrentamento da violência de gênero, seguindo uma perspectiva feminista para um horizonte transformador que contribua para a desconstrução de discursos de preconceito e do estereótipo em relação à maternidade, gravidez, aleitamento e à heterossexualidade compulsória.

O feminismo desta intelectual gerou novas facetas nos processos de investigação, e ganhou corpo como parte de uma luta contra um comportamento racista, etnocêntrico e eurocentrado.

Meu feminismo só passa a ser, também, uma luta antirracista após minha ida para os EUA no doutorado. Eu tenho vergonha de ter sido uma das vítimas da ideologia do embranquecimento e da democracia racial (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

O que vai atribuindo a Sandra uma heterodesignação como intelectual negra (por si própria e pela sociedade) que tem se influenciado, direta ou indiretamente, pela luta antirracista em suas diversas modalidades, ao vincular sua atividade acadêmica com a produção de um conhecimento científico comprometido com a emancipação de seu grupo sócio-racial e, por conseguinte, de toda a sociedade brasileira.

Mesmo ciente de sua contribuição para o estudo da teoria feminista na Psicologia, e entendendo que a Psicologia é convidada a se transformar a partir desse diálogo, preservando esse compromisso em sua própria prática, Sandra pontua que não aprecia um determinado reconhecimento que a transforme em alguém distante e irreal. Tal como, comumente acontece na ciência hegemônica que coloca seus produtores em torres de marfim e os endeusa.

Eu sempre fui uma acadêmica muito crítica, essa coisa de você ter fama. Eu só queria conhecer, eu queria mesmo era mudar o mundo. E eu queria que a Psicologia me ajudasse em termos que transformar esse mundo. E é o que eu quero até hoje (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Para Sandra, a Psicologia é a sua forma de contribuir para a mudança por um mundo melhor. Não considera que deixou um legado. Esta afirmativa talvez tenha como princípio a compreensão de que não podemos nos apaixonar pelo poder. Esta, inclusive, é uma importante contribuição do feminismo, suspeitar sempre, inclusive, de nós mesmas. Eu mesma me sinto parte deste legado. Se hoje sou uma jovem feminista, certamente ela contribuiu para isso, me convidando a ver o que não via e a compreender o que eu vivia. Embora tenha sido minha professora durante a graduação e pós-graduação e orientadora de estágio, nunca considerei simples estar com Sandra, mas sim inquietante.

É. Não sei se é um legado que eu deixei. Mas é importante quando você introduz isso. Aí sim é ideia de Academia, Universidade. É para isso que a Universidade serve. É para abrir as cabeças, para fazer as pessoas críticas. E certamente para você mostrar essas questões de gênero, de raça, de pobreza, de história da escravidão, de identidade. O que é identidade. Identidade não é isso que você tem numa carteira. Então, isso tudo foi muito gratificante né (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Tendo orientado mais de 50 alunas e alunos de graduação e pós-graduação, aposenta-se em 2016.

(...) nos últimos anos tenho tentado ir mais a fundo na questão de ciência e política, isso tem me interessado porque diz muito do meu interesse na Psicologia. (...) é isso que eu estou tentando fazer agora, ficar com a encrenca, pensar ciência e política (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Sempre foi uma mulher sem medo de se posicionar na ciência e na vida. As duas coisas há muito estão juntas para ela.

O golpe de 2016, me paralisou, eu não tenho escrito mais. (...) Eu estava achando legal me aposentar para poder escrever, mas eu fiquei com esse bloqueio com esta situação que estamos vivendo (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Esteve ativa durante todo o seu percurso como docente, passando por momentos difíceis e importantes na vida cotidiana, os quais sempre teve que superar e seguir escrevendo. Venceu o câncer e agora busca vencer a paralisia que o golpe trouxe. Mesmo diante do avanço do

conservadorismo no contexto mundial e da aparente paralisia diante dos retrocessos, Sandra cumpriu uma tarefa essencial para uma proposta científica psicológica comprometida com a transformação da realidade, ao refletir, escrever e intervir sobre as complexas determinações interpostas no movimento do real.

2.1.2 Ciência, maternidade e a invenção de si: Jaileila Menezes



“eu acredito em uma Psicologia que se faça junto, meus parceiros são meus alunos e alunas, orientandos e orientandas. Com criatividade, inventividade, autoconhecimento e corporeidade é possível transformar a ciência e a realidade”.

Jaileila Menezes

Figura 2: Jaileila de Araújo Menezes
(Universidade Federal de Pernambuco)

Jaileila de Araújo Menezes,⁵⁰ uma intelectual de sorriso aberto, desmistifica o essencializado lugar da cientista, apresentando-se como alguém que deseja pensar junto. Acredita que a produção científica se faz em conjunto, em diálogo e, para isso, reconhece a todos ao seu redor como interlocutores aptos. Serena, curiosa e firme. Investe na reinvenção do espaço da sala de aula, em um trânsito pela Pedagogia e Psicologia. Rompe com estruturas muito fixas do conhecimento, tanto nas suas formulações científicas, quanto na maneira que ensina e divulga conhecimento. Heterodesignada como uma acadêmica insubordinada, pela forma que estabelece suas pesquisas e pensa o espaço institucional.

50 O currículo lattes de Jaileila Menezes pode ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/5042948325884329>

Uma professora, psicóloga, mãe, cearense e negra. Sem histórico familiar intelectual, mantém-se muito ligada à produção estética do corpo, o que resulta na sua produção corporal como instrumento de fala e ato.

Compreende a maternidade como um momento importante em sua trajetória pessoal e acadêmica. Como parte de um movimento de se jogar em mar aberto no qual, ao velejar, pode disciplinar-se metodologicamente, utilizando os instrumentos de orientação para chegar a algum lugar como mãe, acadêmica e mulher.

Professora associada nível III da Universidade Federal de Pernambuco, vinculada ao Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPCOL).

A minha formação pela Psicologia foi atravessada pela maternidade. Me trouxe um senso prático muito grande, veja, o senso prático era: “eu estou em um curso e quero aproveitar todas as oportunidades que ele pode me oferecer”. É claro, que estando grávida, e não foi uma gravidez esperada, desejada, fez emergir todas as dúvidas. O que exigiu de mim uma lucidez muito grande que se expressou através de um ato. Conversei com a minha mãe sobre o que tinha acontecido e ela percebeu como seria fácil eu desistir de tudo por conta da situação que eu estava vivendo. E depois desta conversa minha mãe me presenteou com a coleção completa das obras de Sigmund Freud. E nessa época a coleção era um sonho de consumo de todos os estudantes de Psicologia. Então, esse ato simbólico era uma forma dela me dizer que eu deveria continuar. E eu fiz (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

A descoberta da gravidez e a decisão por dar continuidade a gestação resultaram em muitos momentos em que ela teve que fazer escolhas não previstas. A primeira grande dificuldade foi manter-se na graduação em Psicologia diante da maternidade, a qual trouxe uma bagagem de conhecimentos, vivências, normativas, valores, crenças e motivos que configuraram o seu modo de ser e agir no mundo. Dentre as necessidades que surgiram diante das múltiplas tarefas associadas à maternidade, o cuidado com o lar, a graduação em Psicologia e o casamento, o seu senso prático foi aguçado

A minha filha, eu a tive de sete meses, eu estava no primeiro período de Psicologia. Ela nasceu no hospital da universidade, todos os meus professores apoiaram. Ela teve uma infecção muito grave que a deixou

entre a vida e a morte (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Ao contrário de outras mulheres cientistas que vão buscar na primeira infância ou nas memórias uma forma de significar o processo de escolha pela profissão e pela ciência, Jaileila escolhe compartilhar sua história a partir do marco que para ela evidencia uma reviravolta em seu processo de escolha e da configuração dos desejos a maternidade.

Está tudo muito misturado. Na verdade, falar da Psicologia, é falar de uma escolha que se deu no momento geracional esperado, lá pelos meus dezessete anos, onde era o momento de decidir o que se quer estudar, qual o curso a prestar no vestibular. Eu nem tinha muito recurso para fazer essa escolha, eu não sei, acho que algo deste saber me chamava. Não era propriamente uma escolha consciente sobre o que eu encontraria no curso (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Mais tarde, Jaileila pensa que estudar e trabalhar com jovens, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos tem a ver com o seu percurso de escolha de vida. Para ela, vida e ciência não se separam.

Jaileila se casou com seu namorado de adolescência e pai de sua filha. Esta foi uma decisão que passava não apenas pelo seu desejo, mas por uma prescrição no seu corpo feminino, segundo a qual não era possível ser mãe solteira. O casamento tinha alicerces frágeis e foi imerso por processos de violência psicológica, emocional e simbólica. O que também resultou em dificuldades ligadas às vivências que permeiam o cotidiano no que diz respeito aos papéis de estudante, mulher, esposa e mãe. Tais papéis carregavam consigo exigências multidimensionais, difíceis de serem harmonizadas, o que provoca a sensação de que, ainda, há algo a ser feito.

Com a maternidade também veio o casamento. Eu decidi me casar, e fiquei em um casamento terrível para mim. E eu tinha consciência que na primeira oportunidade que eu tivesse com bases sólidas eu sairia daquela situação. Então o curso para mim tem muito essa marca, da maternidade, do casamento, de aspectos muito difíceis, em uma relação aos dezessete anos com tudo que eu não estava preparada para viver naquele momento (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Jaileila graduou-se em Psicologia, em 1997, pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Após a conclusão do curso, ainda ficou um semestre vinculada ao Programa Especial de Treinamento – PET⁵¹.

O PET foi importante tanto para perceber as barreiras criadas diante da vivência da maternidade, quanto para a construção de um horizonte intelectual dentro do campo psicológico.

Então, para mim, eu fiquei nessa de aproveitar as oportunidades de grupos de estudo que apareciam, e tinha um programa na faculdade chamado PET, Programa Especial de Treinamento, que eu tentei participar e na primeira vez eu não passei na seleção, e eu tenho a desconfiança de que teve a ver com o fato de ser uma estudante e mãe, eu fiquei com essa pulga atrás da orelha. Olha, da banca à forma como o processo aconteceu, eu percebi que tinha ali a ideia de que eu não teria disponibilidade necessária. Mas eu insisti, fiz uma segunda seleção e nessa segunda seleção fui aprovada. Eu dei o sangue por aquilo, tomei essa oportunidade como máxima (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Conciliar a maternidade com a vida social e profissional é um grande desafio. Ser mãe, estudar, pesquisar, foi parte das tarefas de Jaileila. Para tanto, contou com o auxílio e parceria de seus pais, mas, principalmente, de sua mãe. Sua trajetória aponta para uma grande organização e planejamento para conciliar as tarefas diárias. Conciliar as exigências da vida acadêmica com as responsabilidades familiares implicou em jornadas exaustivas de trabalho.

Eu não tive as condições ideais para estudar, eu tinha um bebê que trocava a noite pelo dia, que não estava em plena saúde. E era essa a vida que eu tinha, eu não podia mudar, eu podia aprender a administrar junto com ela. Eu lia os textos da faculdade para ela. Eu ria com ela e quando ela chorava eu chorava também (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Embora contasse com uma rede de apoio familiar, eram suas as responsabilidades pela saúde, educação e cuidados infantis. Ainda que dividindo algumas atividades, havia um excesso

51

O PET - Programa Especial de Treinamento foi criado e implantado em 1979 pela CAPES, o PET, a partir de 31 de dezembro de 1999, teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior SESu/MEC, com o objetivo de apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. No ano de 2002 o significado da sigla se altera para Programa de Educação Tutorial direcionado a alunos de graduação, selecionados pelas Instituições de Ensino Superior em que estão matriculados.

de responsabilidades que a deixava em desigualdade no campo do desenvolvimento científico, e com uma grande sobrecarga emocional.

Mesmo a universidade sendo um espaço de horários mais flexíveis, com uma rotina que pode ser, por vezes, mais maleável e com algumas tarefas podendo ser feitas em casa, ter uma criança pequena muda essa perspectiva, uma vez que desenvolver tais atividades requer alguma concentração, além de demandar tempo e atenção. Assim, é sempre mais difícil conciliar o exercício da maternidade à vida acadêmica.

Eu fui abrindo todas as portas possíveis ao longo do meu percurso, porque eu sabia que eu tinha que me focar em portas que fossem garantir a minha sobrevivência. E seria muito bom que estas portas que me garantiam a vida estivessem alinhadas ao meu gosto por estudar (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Sua percepção sobre uma possível vida acadêmica no *campo psi* tinha duas questões como centrais, a primeira era a necessidade de constituir um campo financeiro possível para o cuidado da filha e uma possível ruptura do casamento. Já a segunda, estava ligada à possibilidade de viver outras realidades distantes da sua, através da leitura e imersão no pensamento de autores do *campo psi*, ou dito de outro modo, era uma forma de manter-se afastada de um relacionamento opressor e infeliz, uma válvula de escape de suas vivências no âmbito doméstico, sendo a possibilidade de configurar sonhos e o exercício da liberdade. A leitura abarcava, então, duas possibilidades: evadir para sonhar e inserir-se para modificar.

Eu tinha uma vida fora dos livros que era sofrida, barulhenta, cheia de demandas, mas assim, quando eu entrava dentro do livro eu estava vivendo outra vida, uma vida de privilégio. (...) os autores que eu acessava na época do PET eram de alguma forma minha salvação, eu pensava “gente isso aqui é muito bom” (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

No ano seguinte ao término da graduação, Jaileila prestou seleção para professora substituta na Universidade Federal do Ceará, onde ministrou as disciplinas de Psicologia Experimental, Psicologia da Percepção e Introdução à Psicologia no curso de graduação em Psicologia. “Aí era isso, a exaustão, era tudo ao mesmo tempo e agora, a maternidade, dar conta de muitas disciplinas e eu tinha, sei lá uns vinte e quatro anos” (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Jaileila migrou para o Rio de Janeiro para cursar o mestrado na UFRJ. Sozinha, passa a viver na casa de uma tia que a acolhe. Depois viveu um tempo ainda com o marido, que fazia o mestrado interdisciplinar, mas, no fim, seguiu sozinha. Sobre esse período, afirma que perceber-se como externa, de fora daquele lugar, foi difícil.

Tinha uma nota de estrangeiridade. O fato de eu ser nordestina, de ter um sotaque muito característico, de ter um corpo que diz que eu não sou daqui do lugar, tinha um peso. Tinha uma diferença que eu fui me dando conta aos poucos (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Cursar o mestrado fora de Fortaleza, em uma casa que não era dela, deixando a filha aos cuidados dos pais, foi muito difícil, com barreiras culturais, sociais e com a distância geográfica da família.

Eu sempre pensava: como eu vou ficar com essa menina aqui (filha), eu não tenho dinheiro, tenho medo de andar na cidade, por não conhecer, eu não podia, entende, não podia trazer ela (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

O crescente interesse e a construção do problema de pesquisa para o mestrado, segundo o que ela afirma, evidenciava o seu desejo em estudar processos de subjetivação, identidades e contemporaneidade, embora ela ainda não soubesse exatamente como. Quando, numa visita rotineira à livraria que gostava de frequentar, comprou a revista “Cadernos de subjetividade” e, ao iniciar a leitura, se interessa por um texto que discorria sobre a literatura de autoajuda.

(...) tinha uma coisa interessante ali, essa coisa de autoajuda tem a ver com as subjetividades contemporâneas que tanto me interessava. Os manuais práticos, do que fazer do como fazer, me fez começar a estudar mais sobre o tema (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Motivada por essa leitura, passa a investigar subjetividades contemporâneas guiadas pelos manuais práticos de autoajuda. Com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, condição *sine qua non* para o desenvolvimento da pesquisa e manutenção em outra cidade, defende a dissertação, intitulada *Literatura de autoajuda: uma perspectiva de produção da subjetividade na contemporaneidade*, orientada pela professora Dra. Lúcia Rabello de Castro, tornando-se mestre em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1999.

Nesse trabalho, aborda questões ligadas à interioridade psicológica, literatura de autoajuda e subjetividade. Para tanto, entrevistou mulheres que faziam uso da literatura de autoajuda no cotidiano de suas vidas.

Eu acho que meu interesse por esse tema tinha a ver com esse meu desejo da praticidade que a maternidade me trouxe e a autoajuda tinha uma coisa, que aparecia muito na fala das minhas entrevistas. A autoajuda é uma prática, tem um senso prático, de auto-observação, um senso de construção de si, “o que fazer”, “como me controlar”, “como chegar lá”, “como se avaliar” (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Com essa investigação, passa a se interessar sobre a politização de si, já que compreendia que, por mais que a literatura de autoajuda tivesse um conjunto de prescrições, ela auxiliava as mulheres que a lia a construir seus percursos de maneira mais autônoma. Era, portanto, uma apropriação, que para ela, tratava de uma invenção de si, pois dava espaço para criação, inventividade, construção de si. Em decorrência disso, aproximou-se da investigação sobre práticas políticas de si no campo público, o que resulta no estudo de doutorado sobre subjetivação política.

Jaileila parece estabelecer uma relação intrínseca entre a produção intelectual e determinadas condições materiais de existência. Ela precisava ter como se prover financeiramente e ter um teto todo dela, além disso, ela precisava reconhecer sua agência, sua resistência, sua existência. Ao escolher a escola, a periferia, gênero, juventude, vivência, sexualidade, movimentos sociais, subjetivação política, pretendeu mesmo escrever sobre ‘os outros’, mas também sobre ela.

As condições materiais parecem ser entendidas como um conjunto de elementos concretos (nem metafísicos nem subjetivos) que influenciam de maneira enfática na existência dos homens e das mulheres e nas decisões que tomam, e isso não é diferente com Jaileila nem na vida, nem na ciência.

Tendo feito a passagem imediata do mestrado para o doutorado, o que estendeu sua permanência no Rio de Janeiro, sempre que podia ia para Fortaleza a fim de rever seus pais e a filha, mesmo com a precária condição financeira.

Estar os dois em uma pós-graduação fora do nosso Estado de origem era a tênue linha que nos mantinha juntos, mas com a passagem automática o que era uma vivência comum entre nós se tornou uma

competição em que eu, supostamente, fui desleal (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Ao vê-la acessar o nível do doutorado, o companheiro passa a acreditar que ela caminhava a passos mais rápidos que ele, e isso fazia com que ele estabelecesse uma postura competitiva, que tinha como estratégia atingir sua autoestima e autoconfiança e diminuir ao máximo as condições financeiras para a manutenção de Jaileila em outro Estado, o que resultou em um aumento na tensão conjugal. Esta concepção da progressão acadêmica como uma competição, a qual ela não deveria ganhar, remete aos processos de naturalização das desigualdades nas relações conjugais e no campo da intelectualidade entre homens e mulheres. O que estava posto era uma convicção baseada em pilares machistas de que a mulher é uma potencializadora de um homem, ajudando-o a crescer, progredir e duplicar-se. Função sem a qual a mulher perde o sentido, e conseqüentemente, desestabiliza o homem, ao provar que ela pode crescer sem o seu apoio e, ainda, atravessá-lo.

Eu passei na frente dele (ex-marido), então o que acontece em termos competitivos, eu entrei no doutorado antes dele entrar, e isso gerou um racha entre nós. Aquilo que era a frágil estabilidade da nossa relação, que era os dois estarmos em pós-graduação, os dois no mestrado. E ele não contava com essa passagem automática para o doutorado. E eu teria que voltar a ficar em tempo integral no Rio e ele não gostou disso. Então o apoio que eu tinha me foi retirado (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

A ausência do companheiro e a distância do núcleo familiar se materializou em grande sofrimento para Jaileila, mas também em um encontro consigo mesma e na decisão de que não desejava o relacionamento que tinha estabelecido. bell hooks em “Vivendo de amor”, aborda as dificuldades de mulheres negras se relacionarem afetivamente:

Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso (bell, Hooks, 2010, s.p).

A vivência da solidão em uma cidade distante de casa e da filha, associadas à realização de múltiplas atividades do cotidiano que envolvem o trabalho docente, a gestão dos conflitos e da violência psicológica no relacionamento amoroso, as pressões em torno de uma maternidade possível e não uma maternidade esperada, culmina num demais para Jaileila, que vivência um processo depressivo.

No primeiro semestre que eu volto para o Rio para fazer o doutorado, eu tive uma depressão, eu nomeio isso hoje. E eu fiquei muito mal, eu me lembro que liguei para o meu pai e eu só sentia cansaço. Mas eu também não tive folga. Eu queria voltar para casa e me lembro do meu pai falando: “mas você vai morrer na metade do mar? Você já nadou a primeira metade”. E eu disse: “não, não vou conseguir mais nadar eu vou morrer”. Enfim, eu fiquei, mas não foi fácil. (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018)

Essas múltiplas atividades, vivências e acontecimentos, resultam em uma estafa mental e sobrecarga laboral, o que leva ao estresse, entristecimento, cansaço e a sentimentos de angústia. Apesar disso, Jaileila cursa o Doutorado em Psicologia, entre os anos de 2000 e 2004, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, continuando sob orientação da professora Lúcia Rabello de Castro e sendo bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A sua tese foi intitulada como *Do si mesmo ao outro: vicissitudes da subjetivação política na contemporaneidade*. O trabalho abordou a subjetivação política, emancipação política e juventude. Um elemento que compõe sua trajetória durante o doutorado, foi o intenso conflito com o, então, companheiro, que resulta em um grande desgaste pessoal e emocional: “eu terminei o doutorado em uma condição de esfacelamento, eu utilizei todos os meus recursos” (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Dois anos após iniciar o doutoramento na UFRJ, tornou-se professora da graduação em pedagogia, especialização em psicopedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú, ministrando disciplinas de Psicologia da aprendizagem, orientação educacional; Psicologia da infância e adolescência; e Psicologia social e psicopedagogia. Manteve-se lá até o ano de 2004, quando migra para a UFPE para a graduação e pós-graduação em Psicologia.

Passar para ser professora em outro Estado foi muito importante para mim, para conseguir manter minha separação. Eu conseguia o manter distante, me manter distante da violência física, violência psicológica. Foi muito difícil e muito do que eu entendo desta minha relação eu só consegui muito recentemente. Inclusive para entender que eu não merecia viver isso em nenhuma outra relação. E o feminismo chega nesta perspectiva, de me ajudar a entender e nomear. Pensar que o que eu vivi tem nome e eu não sou a primeira a passar por isso (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

A nomeação como professora da UFPE foi o passo decisivo para o rompimento do casamento e para o processo de empoderamento de si, resistindo à cultura patriarcal, buscando

poder e autonomia sobre a própria vida, tornando-se economicamente e emocionalmente independente e satisfeita ao gerir sua carreira.

Já como professora do curso de Psicologia da UFPE, desenvolveu um amplo conjunto de atividades científicas, docência, iniciação científica, projetos de pesquisa e extensão, orientação de monografias, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Foi membro de corpo editorial dos periódicos *Psicoperspectivas (online): individuo y sociedade* e *DESidades*, revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude, na qual ainda se mantém. Foi também revisora do periódico Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Impresso).

Esteve em vários espaços institucionais com cargos importantes para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência, tais como: Chefe do Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação, vice-chefe de Departamento e Membro da Comissão do Fórum Permanente pela Paz nas Instituições de Ensino. Foi presidente da Comissão Organizadora do V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira nos anos de 2011 e 2012.

Ministrou disciplinas na graduação e pós-graduação nos cursos de Psicologia e pedagogia com ênfase na Psicologia social, aspectos psicossociais no ambiente escolar e desenvolvimento humano. Tais como: Poder e Modos de Subjetivação, Processos Interativos no Espaço Escolar, Sexualidade e Educação, Família e Contextos de Desenvolvimento, Interação Social e Desenvolvimento Humano e Teorias e História em Psicologia, Processos Sócio-interativos e Desenvolvimento Humano, Psicologia da Educação.

Na atualidade, tem se interessado em ofertar disciplinas que abordem temas ligados aos processos de Subjetivação na adolescência e juventude, metodologias e teorias do campo-tema juventude, práticas coletivas, participação política, pesquisa intervenção a partir de aspectos psicossociais, relações de poder, subjetividade e ação coletiva na contemporaneidade. Para isso, dialoga com estudos do campo feminista, juventude, metodologias interventivas e relação sujeito e sociedade.

No ano de 2018, iniciou sua participação na equipe da pesquisa *A produção de significados sobre desigualdades sociais por jovens da cidade do Recife: direitos sexuais, direitos reprodutivos, direito à cidade* e suas implicações para o campo-tema juventude, que pretende compreender como a vivência das desigualdades sociais, que incidem sobre esse momento biográfico com um horizonte feminista interseccional, em suas dimensões macro e micropolíticas, com especial atenção à dinâmica público e privado e suas implicações.

Mantém-se atenta à compreensão das desigualdades que atravessam a vida cotidiana dos e das jovens no campo da sexualidade e da cidade, entendida como uma potência política, em uma investigação com foco nos processos de constituição de sujeitos políticos.

Jaileila tem significado o desenvolvimento do seu pensamento a partir de uma Psicologia social comprometida com a produção de conhecimento localizado (América Latina, Brasil, Nordeste).

Os significados e práticas que dizem respeito à gravidez na adolescência e juventude para mulheres jovens e suas redes de convívio compõe o escopo de interesse da pesquisadora. Seus estudos têm apontado para o empoderamento de mulheres, no diálogo com políticas públicas. Outro enfoque em suas investigações é a realidade das e dos jovens pobres da periferia da capital e de uma cidade de médio porte de Pernambuco, principalmente no que se refere a organização político-cultural e aos direcionamentos e ressignificações dos seus projetos de vida.

A inserção da juventude no contexto do Movimento Hip Hop tem especial significado para Jaileila. Neste campo de estudo, questões ligadas ao gênero, à raça, à sexualidade e à territorialidade se fizeram presente e trouxeram desafios epistêmicos e metodológicos para ela e para a ciência que compartilha. Em um campo instigante e tenso, foi interpelada quanto a seu lugar como pesquisadora e a função da pesquisa para os sujeitos pesquisados. Diante disso, precisou se reinventar, o que resultou em um intenso processo de ressignificação.

Desenvolveu uma longa pesquisa-intervenção na sub-região de Suape de Pernambuco com um grupo de alunas/os de graduação e pós-graduação e em parcerias com outros/as professores/as. Nestas intervenções, dedicam-se aos processos de mobilização social nas esferas públicas, privadas e comunitárias, à construção de história de vida, aos processos de subjetivação de si, e aos Direitos Sexuais e Reprodutivos de jovens.

O território escolhido enquanto cenário dessa pesquisa são as cidades de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde se localiza o Complexo Portuário-Industrial de SUAPE que é considerado um dos principais polos de investimentos do país possuindo uma localização estratégica em relação às rotas marítimas de navegação que o mantém conectado a mais de 160 portos em todos os continentes. Esse território passou recentemente por mudanças socioeconômicas que acarretaram em um aumento da população local que interferiu diretamente nas dinâmicas sociais desse território (Scott, Santos & Souza, 2013), onde ele não se apresenta apenas em forma de localização geográfica, mas também enquanto uma comunidade que possui arranjos sociais próprios e

características específicas, apresentando tensões e conflitos peculiares (Costa; Menezes). (Jaileila Menezes & Jucinara Bezerra, 2016, p.01).

Jaileila se mantém atenta à associação de categorias sociais que compõe os sujeitos, debruçando-se no conceito de interseccionalidade e afirmando a necessidade de perspectivas teóricas e metodológicas que permitam articular modos de construção de saberes outros sobre as questões de gênero, que vão para além de um olhar isolado se atentando a teorias que sejam comprometidas com uma prática política.

Sua prática científica tem versado sobre os modos de produzir conhecimento no campo das juventudes, se interessando principalmente na produção e divulgação de experiências de pesquisa e extensão que abordam questões ‘enigmáticas’ no contexto das intervenções psicológicas no cotidiano, tratando a importância de construir metodologias que se ancorem na horizontalidade e permita que o/a pesquisador/a olhe para o próprio processo durante sua ação/investigação.

Compõe, e tem especial afeto, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL), juntamente a outras e outros colegas docentes e discentes (graduação e pós-graduação) dos departamentos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. Sendo um momento de encontro na instituição, espaço de solidariedade e construção de pensamento, trocas de experiências e intercâmbio entre pesquisadoras/es, partindo de uma reflexão crítica acerca do fazer científico em suas diversas facetas.

Tem um longo caminho de produção intelectual, sendo mais de setenta publicações, entre artigos e capítulos de livros, em sua maioria escritos com colegas de área e orientandas/os. Suas últimas publicações têm se dedicado às implicações políticas e éticas da pesquisa em psicologia com temáticas ligadas ao gênero, à juventude, à sexualidade, à pobreza e ao contexto geográfico. As relações étnico-raciais, no contexto da educação, também se apresentam como tema de interesse, assim como a ideia do exercício do poder, as hierarquias sociais e desigualdades.

Dentre os livros que organizou estão: *Jovens, câmera, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social*; *V JUBRA - Territórios Interculturais de Juventude*; *O Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Sertão do Araripe Pernambucano*; e *Violência sexual contra crianças e adolescentes: reflexões sobre condutas, posicionamentos e práticas de enfrentamento*.

Entre teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso de graduação e monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização, Jaileila tem mais de cem orientações e supervisões concluídas e outras tantas em andamento.

Para Jaileila, falar sobre o processo de construção de sua trajetória profissional, que está diretamente ligada às vivências da sua vida familiar, no desenvolvimento de pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, é uma importante ferramenta para a quebra do silêncio entre mulheres. É a ruptura com o próprio pacto do silêncio, a fim de colaborar “para os desbloqueios possíveis que influem na produção acadêmica”.

Foi muito importante para mim nomear o que eu vivi como violência. Não era amor, cuidado. O feminismo me ajudou muito nisso: me mostrar que eu gastei muita energia para me manter em uma posição, sustentar uma relação (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

A trajetória de Jaileila é marcada por dilemas quanto à ruptura das representações sociais e dos modelos em torno da maternidade e da vivência da conjugalidade, pela configuração de poder baseada em uma normativa androcêntrica e sexista, que se materializou com violência sobre seu corpo e mente, sendo o desenvolvimento científico sua busca por liberdade de pensamento, ação e autonomia financeira e emocional. É evidente que o direito à ciência não se traduz em processos de igualdade no acesso à educação, e em particular ao ensino superior. Para as mulheres, mães, é evidente as dificuldades de manutenção e permanência no ensino superior e o desenvolvimento da saúde mental durante sua formação, bem como no que refere ao ingresso na carreira científica, o que configura como um desafio o rompimento das estruturas simbólicas. Mesmo sob os efeitos de poder, Jaileila constrói uma carreira acadêmica no campo *psi* sólida e com notório avanço nos degraus para a considerada excelência de produtividade e o desenvolvimento científico.

Outra virada na vida de Jaileila, aconteceu no momento em que a filha é diagnosticada, dando início a um processo de tratamento. Nesse período, Jaileila está vivendo em Belo Horizonte para o desenvolvimento do seu pós-doutorado. Na oportunidade, formava parceria com a professora Dra. Claudia Mayorga na disciplina Psicologia e Teoria Feminista, ofertada na pós-graduação em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. O Pós-Doutorado ocorreu em 2017 e 2018, vinculado à Universidade Federal do Ceará.

Recentemente eu passei por mais um momento difícil, minha filha teve câncer de tireoide (...) e foi justamente nesta região, esse chakra da fala da comunicação, e isso é muito forte para mim. Justamente eu que usei o silêncio como estratégia de sobrevivência durante um determinado tempo. Então, o feminismo foi muito importante para mim nesse momento, para eu não me culpar. Sempre “pensava não se culpe, não se culpe”. Você fez todo o possível diante daquela situação (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Em um universo que ainda hoje é extremamente prescritivo sobre a vida das mulheres, ser uma mulher, por si só, remete a muitos rótulos. Ser mãe traz consigo dilemas ligados a como exercer esta função, no caso de Jaileila, sem perder o direito de decidir por si própria. A culpa que pareceu querer nublar o seu percurso profissional e, também, materno, se depara com o legado deixado pelas lutas sociais femininas, e o presente teórico-político dos feminismos. Auxiliando-a a reconhecer que, apesar das pesadas expectativas sociais sobre ela, venceria as próprias batalhas pessoais. A culpa por trabalhar, por ter tido um casamento difícil, violento e silenciador, por não poder estar com a filha em tempo integral ou mesmo a culpa por não conseguir priorizar um projeto cultural de família deixando de lado seus desejos e metas individuais, foi combatida a partir das leituras feministas, de uma prática reflexiva em que afirmava que sempre fez todo o possível para ser a melhor mãe, sendo uma mãe possível. E, em lugar de afirmar o sentimento de culpa que acompanha muitas mulheres, afirma a liberdade de decidir que pode, inclusive, possibilitar à própria filha.

Na atualidade, tem produzido conhecimento em Psicologia a partir dos princípios teóricos da Psicologia social e política em interação com o feminismo, estudos raciais e sobre juventude. Tem se dedicado a estudos que dialoguem com temas tais como participação política juvenil, juventude, direitos sexuais e direitos reprodutivos e interseccionalidade.

2.1.3 Uma trajetória acadêmica além dos “padrões classificatórios”: Paula Gonzaga



“Cabe à Psicologia oferecer às mulheres, que interromperam gravidezes, o direito de escuta, de acolhimento, para que não precisem guardar suas histórias por tanto tempo, potencializando conflitos que poderiam ser ressignificados, repensados, problematizados e relativizados”.

Paula Bacellar

Figura 3: Paula Rita Gonzaga Bacellar
(Universidade Federal do Sul da Bahia)

Negra, feminista, jovem, psicóloga, cientista e professora da Universidade Federal do Sul da Bahia — UFSB. Paula Gonzaga⁵² é uma das mulheres mais incríveis que conheci. Contra todas as normativas sociais, que se apresentam como desiguais e injustas, se tornou uma referência insubordinada para jovens feministas negras. Ou, como pontua bell hooks (1995), se constituiu e se constitui como uma intelectual negra.

Professora concursada de uma IES pública, Paula ainda desconfia do como e do porquê dessa rápida ascensão na carreira, considerando que ela ainda demora somar trinta anos.

No dia em que fui fazer a prova para o concurso para professora da UFSB, eu me lembro de pensar: "hoje eu vou ver se sou inteligente mesmo". (...) Fui, fiz a prova, cheguei em casa achando que não ia passar. Dias depois eu vi o resultado e eu tinha sido aprovada. (...) Isso tudo me fez pensar que em todos os momentos da minha vida de avaliação, eu nunca fiz uma seleção em que eu não fui aprovada. (...) Apesar de ter passado em todas as seleções em que me candidatei a certeza da não aprovação sempre esteve presente. E para mim fica muito nítido que isso tem a ver com como o racismo se estrutura, como o racismo tem efeitos na nossa autoconfiança. Eu tenho 27 anos, eu vou defender o doutorado em uma das maiores universidades do Brasil. Com menos de 30 anos, provavelmente, eu serei doutora. Eu já sou professora em uma universidade pública. Ainda é surpreendente. É surpreendente para mim e é surpreendente para todas as outras pessoas,

52 O currículo lattes de Paula Bacellar pode ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/0399493499741522>

para os meus colegas, para os meus alunos (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Paula traçou um percurso de intenso trabalho acadêmico e intelectual. Tem respondido ao que ela mesma nomeia como boicote, baseado em um sistema desigual de reconhecimento da capacidade técnico-científica de corpos de mulheres jovens negras e pobres. Tem publicado e submetido textos para análise de pares intensamente, em busca de reconhecimento não apenas de seus colegas, mas também, de grupos sociais em que a Psicologia, ainda hoje, chega, em grande medida, para apontar o que seria a anormalidade.

Com uma carreira acadêmica recente, é evidente que o número de publicações, dentro e fora do *campo psicológico*, vem aumentando gradualmente. À medida que emergem, seus textos vão apresentando, cada vez mais, o amadurecimento de sua escrita. Mais que isso, evidencia o desejo da escrita, de como deseja ser reconhecida e em que campo de diálogo e debate pretende atuar. Seu foco está em aspectos ligados ao campo dos direitos reprodutivos e direitos sexuais, em um claro diálogo com as teorias decoloniais, feminismo negro, feminismo decolonial, atentando-se para as relações de poder que perpassam a sociedade brasileira e seus sujeitos.

Mas, uma longa trajetória se fez presente para esta mulher cientista preta, que é por muitos considerada uma insubordinada, porque teima ao confrontar e questionar tudo que a desagrada em termos de desigualdades sociais na sociedade brasileira, e a desobedecer às regras que sejam coniventes com estes mesmos processos. Paula nos coloca diante do espelho que nos mira, este mesmo espelho que a produz.

Nascida na capital da Bahia, a menina que nunca entendeu porque as funções da casa e da vida eram divididas entre coisas de meninos e coisas de meninas, migrou com a família para a região metropolitana de Salvador ainda durante a infância, mais especificamente Simões Filho, onde viveu durante toda a adolescência e início da juventude.

Eu fiz meu ensino médio em uma escola pública da cidade de Simões Filho, que se localiza na região metropolitana de Salvador, uma escola estadual. E desde muito nova eu não tinha nem ideia de como se organizava uma Universidade. Mas eu sempre falava que eu queria estudar em uma Universidade Pública. Eu não sei bem de onde isso veio, mas eu lembro que desde minha sétima série eu falava isso. E na época eu não tinha muita ideia do que eu ia fazer. Eu já quis ser jornalista, fazer teatro e no meu último ano na escola o meu pai queria muito que eu fizesse direito. Eu não sei bem como, mas nesse último

ano eu tive uma professora que dava aula de filosofia e sociologia e a formação dela era em Psicologia, eram as minhas aulas favoritas, eu achei que aquilo era o que eu queria (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Sua trajetória marca a construção de uma cientista. A cientista nasce exatamente como em todas as outras profissões, pelo fruto do trabalho individual e coletivo, pressupondo o reconhecimento dos pares e das disputas de poder imersas neste processo. E, na contramão das expectativas de uma mulher negra e jovem, ela deseja, e se percebe a partir do seu desejo sofrendo os efeitos danosos do seu corpo. Paula não traz consigo as qualidades combinadas de seus pais e antepassados, pois não existe uma história intelectual em sua família.

Eu nunca tive essa ideia da Psicologia enquanto uma prática clínica, uma ciência da clínica, isso só apareceu mais tarde durante a minha graduação, com os meus colegas. Das pessoas falarem da Psicologia parte dessa perspectiva freudiana da clínica, do divã. Eu não. Eu sempre digo que na verdade eu fui fazer Psicologia querendo ser assistente social. Eu queria fazer Psicologia para trabalhar com gente em situação de rua, em situação de drogadição, pessoas mesmo que viviam o impacto da desigualdade social (Paula, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Um elemento importante no campo da escolha do curso de Psicologia, foi o reconhecimento de uma ciência da pluralidade de práticas possíveis na atuação da/o profissional. Mesmo sabendo que durante todo o processo de consolidação da Psicologia enquanto ciência prática, se restringiu às áreas tradicionais: Clínica, Escolar e Organizacional, tendo, ainda hoje, sua prática, majoritariamente, no campo clínico. As práticas até o final dos anos de 1970 eram basicamente voltadas para orientação e seleção profissional, diagnósticos e aplicação de testes e psicoterapia. O que marcava a ideia de que cabia à Psicologia preocupar-se com a caracterização do indivíduo, partindo do princípio da previsibilidade e controle (Ana Bock, 2003). Mas, na contramão desta perspectiva, o hibridismo e a multidisciplinaridade, presentes na produção dessa jovem psicóloga e na estruturação do seu pensamento, me parece, começa na escolha da área de concentração. Paula olhou desde o princípio para a Psicologia a partir de uma perspectiva crítica, buscando atuar rumo a uma prática coletiva e individual ampliada. Fica nítido em seu processo o desenvolvimento de uma intervenção psicossocial que se afasta substancialmente das práticas tradicionais, que precisam ser valorizada.

Quando eu terminei o ensino médio eu fiz o vestibular para a Universidade Federal da Bahia – UFBA e entrei para cursar Psicologia. Naquela época também, eu fiz inscrição para a Universidade Estadual da Bahia UNEB e de Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, onde eu me escrevi para Direito que era uma coisa que meu pai queria muito. Mas neste meio tempo, faltava um mês para o vestibular da UNEB e UFS meu pai faleceu o que resultou em eu não fazer as provas (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Para Paula, a Psicologia, desde a sua escolha de formação, sempre esteve a serviço da superação das desigualdades. Mesmo que isso não se manifestasse em vários momentos da sua qualificação enquanto estudante, estar neste campo a convidava a pensar sobre seu lugar de origem e as recusas que foram se estabelecendo em sua trajetória. Para ela, cabe ao profissional de Psicologia estabelecer uma prática comprometida com um projeto de sociedade mais igualitária e voltada para as camadas populares (Albertina Martínez, 2003). Esse compromisso se manifesta no trabalho na fronteira da exclusão, no desenvolvimento de espaços de bem-estar, e que, para isso, demos conta do lido com os graves problemas sociais do nosso país.

Eu passei na UFBA por cotas (sociais e raciais), passei em 33º lugar. Eu era estudante de escola pública, população de baixa renda e também negra. Eu não me lembro agora se eu me declarei preta. Eu não tinha uma formação teórica a respeito disso, eu sou filha de um casal inter-racial, eu me identificava enquanto negra na família por ter a pele mais retinta, mas eu não lembro se no momento da inscrição eu me inscrevi como parda ou preta (Paula, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Paula ressalta a importância dos estudos interdisciplinares na construção do seu saber enquanto psicóloga. Esse percurso híbrido tem início durante a segunda metade da graduação, principalmente no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM e no Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde do Instituto de Saúde Coletiva - MUSA, ambos vinculados a UFBA. É a partir desses dois espaços não psicológicos, em associação à pesquisa desenvolvida entre 2009 e 2010 no *campo psi*, em diálogo com outros cursos da saúde, que surge o projeto de pesquisa intitulado Pró Saúde. Tal projeto voltava-se para a análise dos currículos dos cursos de saúde na Universidade Federal da Bahia, e tinha como objetivo final elaborar uma proposta de direcionamento à saúde pública em atividades

práticas e estágios obrigatórios. Essa pesquisa estava vinculada ao Programa de Educação Tutorial Saúde⁵³.

Essas experiências múltiplas, enquanto conjunto de saberes, influenciaram diretamente na constituição dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como a prática da/o profissional da saúde brasileira/o.

Em 2014 eu entrei no NEIM, para desenvolver a pesquisa de mestrado. E para mim foi um divisor total de águas, a experiência de um programa de pós-graduação em estudos interdisciplinares sobre a mulher, gênero e feminismo me ajudou a pensar sobre várias relações, não só de gênero, mas relações de raça, territorialidade que me atravessavam e que no curso de Psicologia isso não tinha sido trabalhado. Quero dizer que me atravessava inclusive subjetivamente, apesar de que quando eu estava no NEIM não tinha nenhuma professora de Psicologia (Paula, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Durante o mestrado, Paula desenvolveu uma pesquisa que se debruçava sobre como os discursos que operam sobre aborto interferiam no itinerário abortivo de mulheres que decidiram abortar em algum momento da vida. Sobre o desenvolvimento do mestrado, ainda que dentro de um programa de imenso interesse pessoal, Paula relata a experiência de desqualificação e assédio moral por parte de seu primeiro orientador, o que resultou na mudança de orientador e de tema central.

A minha aproximação com a questão da Psicologia no campo dos direitos reprodutivos se iniciou no ano de 2012, ainda no curso de graduação em Psicologia, na Universidade Federal da Bahia – UFBA (Paula Gonzaga, 2012). A partir da proposta constante em um componente curricular, de criação de um projeto de pesquisa que posteriormente seria executado, escolhi entrevistar psicólogas que trabalhavam em maternidades públicas da cidade de Salvador, visando conhecer como era a atuação delas com mulheres em situação de abortamento. O estranhamento com o tema se fez presente tanto no meio acadêmico em que eu estava inserida como junto às diretoras e coordenadoras das maternidades que receberam os ofícios informando sobre o projeto. Este estranhamento refletia a difícil associação de como

53 O Programa de Educação Tutorial (PET) é um programa da Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC, instituído para apoiar atividades acadêmicas que integrem o tripé ensino-pesquisa-extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação.

a Psicologia poderia trabalhar com essas mulheres em um contexto onde tantas outras histórias surgiam como prioritárias (mães com bebês natimortos, falecimento da parturiente durante o trabalho de parto, bebês prematuros e com complicações graves), somado ao fato de o aborto ser comumente visto na área como um fenômeno meramente biológico e que, a priori, não seria uma pauta para a Psicologia (Paula Gonzaga e Lina Aras, 2017, p. 111).

No começo do ano seguinte ao de entrada no mestrado, Paula passa pelo processo seletivo e se torna professora substituta na UFBA, no Instituto de Humanidades, Artes e ciência – Professor Milton Santos.

Em janeiro de 2015 eu já era professora substituta na UFBA estando no mestrado ainda. E eu me lembro que eu fiz essa seleção, muito, sem achar que eu podia passar. Tinham várias pessoas já formadas com doutorado. E eu fiz em uma perspectiva de, “ahhhhh vou tentar”. Mas, aí acabou que eu passei, e, fiquei dando aula durante todo o ano de 2015 (Paula, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Em 2016, concluiu seu processo de mestrado defendendo a dissertação intitulada "Eu quero ter esse direito a Escolha: Formações Discursivas e Itinerários Abortivos em Salvador", sob orientação da professora Dra. Lina Maria Brandão de Aras, historiadora feminista, vinculada ao Departamento de História da UFBA. Para o desenvolvimento de sua pesquisa, contou com o incentivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

No mesmo ano, Paula migra para o sudeste do Brasil para desenvolver o seu doutoramento e se vincula ao Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes alocado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, juntamente ao início de seu doutorado em Psicologia Social na mesma instituição, orientada pela Prof^a. Dr^a. Claudia Andréa Mayorga Borges.

Eu escolhi a UFMG por várias questões, dentre elas, o desejo de viver uma outra experiência acadêmica, além de ser na minha área de formação, porque podia me abrir portas no sentido de concursos posteriores onde vivem em uma outra cidade e também estar em outro programa de pós-graduação. Por mais que eu tenha gostado de estar no NEIM (Paula, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Paula chega ao doutorado dando continuidade ao interesse sobre o processo de abortamento de mulheres e suas implicações psico-políticas, mas agora com uma nova roupagem. Seu interesse inicial culmina no pré-projeto de doutorado, com o objetivo na análise de como os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, assim como outras organizações de Psicologia se posicionavam diante do aborto na América Latina. A estadia em Belo Horizonte e as dinâmicas sociais das cidades mineiras mobilizou a atenção da pesquisadora em novas direções, segundo ela:

Sair de Salvador para morar no Sudeste me mobilizou muito quanto a questão racial. Por que se em Salvador eu sou considerada de pele mediana em termos de tonalidade, já que a maioria das pessoas lá são negras, pensando a partir dos colorismos, retintas de jeitos variados. Em BH a minha presença era o destaque em vários lugares. Nestes termos, a questão da negritude em BH me tocou muito, me tocou no sentido do corpo propriamente. Eu era um corpo negro em vários espaços. (...) E também, por estar inserida em um núcleo que tinha como tradição a investigação das relações raciais. (...) E, isso me interpelou de vários jeitos (Paula, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

A atenção que sempre fora destinada às questões de gênero, em sua interconexão com outras categorias e marcadores sociais, se fez mais presente em um Estado em que as questões raciais sempre estiveram marcadas pelo mito da democracia racial e a invenção do encontro harmonioso entre os sujeitos, mas que não se operacionalizou enquanto uma verdade de poder empírico, ao contrário, se produziu enquanto mito que impossibilita a visibilização dos processos desiguais.

Esse conjunto de mudanças que alcançaram seus processos subjetivos também ressoaram objetivamente no desenvolvimento, mais explícito, nas temáticas interseccionais e no diálogo com o *campo psi*. Tal como visto na publicação conjunta com integrantes do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes, intitulado *Raça, gênero e classe: notas a partir de experiências de mulheres negras de classe média na UFMG*. O artigo, que ganha circulação na revista *interfaces científicas – humanas e sociais*, a partir de 2017, aborda os impactos da alquimia de categorias sociais entre gênero, raça e etnia buscando capturar as consequências macro e micro estruturais entre dois ou mais eixos de subordinação (Avtar Brah, 2006).

Sua produção acadêmica está atrelada à análise da realidade a partir do explicitar das discussões que questionam a maternidade como projeto de vida compulsório das mulheres,

atentando-se ao direito a não maternidade e ao aborto como um dispositivo de autonomia. Como é possível observar nas produções a seguir: *Leis patriarcais e suas inscrições em corpos femininos: A implicação da clandestinidade em itinerários abortivos vividos na capital da Bahia.*, de 2017; '*...A gente precisa de cuidado*': *a execução da norma técnica de atenção humanizada ao abortamento em itinerários abortivos de mulheres soteropolitanas*, de 2016; *O ventre negro e o roubo dos direitos reprodutivos: da escravidão das mulheres negras à criminalização do aborto*, do mesmo ano; e, *Mulheres Latino-Americanas e a Luta por Direitos Reprodutivos: o panorama da conjuntura política e legal do aborto nos países da América Latina*, publicado em 2015. Todas publicações fruto do diálogo com a pesquisadora e historiadora feminista Lina Maria Brandão de Aras.

Reconhece que os direitos sexuais e reprodutivos seguem os direitos humanos que, por sua vez, já são reconhecidos pelas leis e documentos, tanto nacionais, quanto internacionais. Nesta direção, se compromete com o desenvolvimento da Psicologia enquanto uma área do conhecimento que rompa com a perpetuação das relações de saber-poder que pretendem exterminar aqueles que ousam criar em sua existência fundamentos baseados em outra ética que não seja a do aprisionamento à norma, tutela e controle.

Suas publicações têm detalhado sobre a experiência de uma discussão acerca dos direitos reprodutivos que corporifica os sujeitos em um avanço, no sentido de que corpos sujeitados são submetidos a um conjunto de dispositivos de poder e saber em que importa o sexo/gênero da pessoa, sua religião, idade, raça/etnia, orientação sexual e grupo social de pertença. Enfatiza, portanto, os efeitos de poder principalmente em corpos pobres e negros.

Paula Gonzaga discorre sobre a importância de se pensar um novo conjunto de estratégias que explicitem que a ciência tem se apresentado como um espaço multicolorido, racializado, sexualizado, generificado e múltiplo em termos de classe, origem geográfica, geração e orientação sexual. Ao mesmo tempo, compreende que parte de suas funções enquanto professora e pesquisadora da ciência psicológica, é, cada vez mais, promover espaços de reconhecimento, redistribuição e acolhimento. Em outras palavras, para a pesquisadora, duas correntes imprescindíveis seriam as mudanças epistêmicas e metodológicas no cotidiano dos institutos de reconhecimento científico, que nomeie a ciência como um lugar não neutro e também que contribua para que a ciência se apresente como um espaço de fala para sujeitos que historicamente foram construídos como ausentes da ciência, enquanto produtores desta.

Um dos movimentos realizados para isso é a produção conjunta, na qual pesquisadoras e pesquisadores pensem coletivamente e se apresentem no processo de produção, entendendo

que este não se dá sozinho. Para ela, a produção científica, assim como a sua divulgação, é feita a muitas mãos, pois são muitos os envolvidos, tais como os estudantes bolsistas e voluntários de iniciação científica e extensionista, seus pares, os colegas que pertencem a um núcleo de pesquisa.

Divulgações científicas, sejam essas, artigos em periódicos científicos, capítulos, relatórios de projetos de pesquisa, têm como objetivo a importância da alteração e ampliação das lentes analíticas utilizadas pelo campo.

Ao discorrer sobre o silêncio e a escuta, Paula, junto a Lina Aras, estabelece um diálogo direto com a prática psicológica e com os seus profissionais no que se refere a mulheres que abortaram, tendo como horizonte a contribuição de uma Psicologia que escute as mulheres que interromperam gestações. O texto publicado em uma coletânea do Conselho Regional de Psicologia Baiano, no ano de 2017, soma a tantos outros autores do *campo psi* que tem pensado a relação entre feminismo, gênero e Psicologia e explicita a importância entre ética, política e ciência psicológica. Nesta mesma direção, em conjunto com Claudia Mayorga e Julia Oliveira, escreve *O pessoal é político?: aborto e ação política*, em uma coletânea organizada pela Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, em que temas como a democracia participativa, o Estado e a laicidade são trazidos como para a Psicologia. E, principalmente, as implicações sócio-políticas da divulgação científica em tempos de crise.

Os anos entre 2016 a 2018 foram intensos em termos da publicização e produção de um posicionamento para Paula, o que pode ter a ver com a consolidação de um pensamento e também com os avanços nos “degraus científicos”, em uma progressão, inclusive no potencial de escuta. Passar de estudante de Psicologia para professora de uma IES, parece libertá-la, inclusive, no que tange o questionamento de como e por que escrever e produzir ciência.

No ano de 2016, publicou juntamente a Lina Aras, sua ex-orientadora e parceira no campo intelectual, o texto intitulado *Descriminalizar o aborto para não (re) escravizar mulheres negras: Uma pauta para o Feminismo Negro Brasileiro*. No ano posterior, escreve o capítulo *Maternidade e Aborto: entre vontade e compulsoriedade no campo da reprodução, a partir de uma perspectiva multidisciplinar* em parceria com Lisandra Moreira, professora na Universidade Federal de Minas Gerais.

Atualmente, incorpora o grupo de pesquisadoras na pesquisa intitulada *Mapeamento diagnóstico dos serviços de saúde reprodutiva em Teixeira de Freitas: um olhar da Psicologia a partir das narrativas de usuárias*, com a coordenadora Paola Damascena Possari e as estudantes Letícia Ferreira da Silva e Lais do Rosário Moradillo Silva. A finalidade desta

investigação é o mapeamento diagnóstico sobre a atenção à saúde reprodutiva no Sistema Único de Saúde da cidade de Teixeira de Freitas-BA. Para tanto, elas têm trabalhado com a análise discursiva das narrativas de mulheres usuárias desses serviços.

Com este mesmo grupo, também desenvolve o projeto de extensão *Sangue, Suor e Empoderamento: oficinas sobre saúde e autoconhecimento corporal para adolescentes e mulheres estudantes da rede pública de Teixeira de Freitas-BA*, partindo da concepção de saúde ampliada para pensar a saúde de adolescentes e mulheres no município de Teixeira de Freitas. Tem utilizado as teorias da Psicologia social, teorias decoloniais e as teorias feministas para o desenvolvimento das intervenções psicossociais.

Paula é uma mulher inquieta, um sujeito que corporificou-se no cotidiano : “É como se o meu corpo fosse o escudo disso que eu estou pensando e defendendo, entende?” (Paula, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018). Seus textos, não necessariamente, trazem respostas, mas inquietações, proposições teóricas e relatos de experiências, principalmente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, que se manifesta como “seu lugar no mundo” no campo psicológico. Tem, a partir do reconhecimento do compromisso da Psicologia com a redução das desigualdades de gênero no Brasil, com um viés claramente/escuramente propositivo e equitativo entre os gêneros, e com o desejo na contribuição da ciência psicológica para a libertação das mulheres do modelo de maternidade compulsória.

2.1.4 Conhecer, intervir e transformar a partir da ancestralidade: Elcimar Pereira



Figura 4: Elcimar Dias Pereira
(Universidade Federal de Goiás)

“A escrita começou a se tornar, para mim, não apenas uma relação mal resolvida do passado, mas sinônimo de apropriação de mim mesma”

Elcimar Pereira

Elcimar Pereira⁵⁴ nasceu no centro-oeste do Brasil, mais precisamente, no interior de Goiás. Vinda de uma família numerosa, filha de pais agricultores, iniciou, tardiamente, seus estudos em sua interiorana cidade natal, devido às dificuldades de acesso ao processo educacional. Não reconheceu, de início, a escola como um espaço prazeroso, ou mesmo acolhedor, ao contrário, o ciclo básico e médio de seu processo de aprendizagem escolar foi marcado pelo pouco reconhecimento do espaço escolar como um lugar aberto à experiência da ruralidade e à participação de alunos negros e negras.

Durante a adolescência, mudou-se para o Baixo do Araguaia, no Mato Grosso, onde teve contato com a Teoria da Libertação, principalmente das contribuições de Pedro Casaldáliga, que resultou em um processo de intenso engajamento e militância. Morar e estudar em uma cidade majoritariamente branca, de origem sulista, associado com os conhecimentos produzidos pela teoria da libertação, culminou com um movimento de reconhecimento de processos de desqualificação baseada nos marcadores de gênero, classe e raça. Foi neste momento, também, que ela se percebeu e se identificou com seu pertencimento étnico-racial, e as consequências sociais deste pertencimento no que se refere a disputas por espaço público. A escola e a igreja marcam a experiência de Elcimar. A escola como o *lócus* da expressão das desigualdades locais e a igreja como o espaço de acolhimento e lugar para a construção de estratégias de sobrevivência e luta política pela equidade.

54 O currículo lattes de Elcimar Pereira pode ser acessado em: <http://lattes.cnpq.br/6350286209924864>

Na juventude, participou ativamente de espaços públicos na cidade de Vila Rica, atuando em grupos de teatro, que, futuramente, a conduziram para o teatro do oprimido, além das participações em um programa de rádio reservado para a juventude, nas atividades da comunidade, no conselho da escola, entre outros. Passou grande parte de sua adolescência e início de juventude em uma região dividida entre latifundiários e seus apoiadores versus posseiros, pequenos agricultores, indígenas e outros grupos pertencentes às classes menos abastadas em termos financeiros e políticos.

Morou algum tempo com freiras para conseguir estudar e se qualificar fora da zona rural em que seus pais moravam, tendo sido este um momento importante para ela, já que foi a primeira vez que se deparou com mulheres que lideravam e interpelavam outros homens, chegando até a vislumbrar a ideia de ser freira, o que não se concretizou.

Precisava cursar o ensino superior; havia emergência de conquistar novos saberes, na esperança de uma melhor qualidade de vida. Foram sete anos longe da poesia, peças e roteiros de teatro, assim como de outras criações que a relação com as palavras me proporcionou. Durante esse período passei apenas a engolir, repetir e escrever palavras mortas (Elcimar Pereira, 2008, p.02).

A escolha pela Psicologia foi feita em meio a uma busca por um campo de atuação profissional, mas não sem críticas, tais como: como uma menina pobre escolhe um curso para ricos, um curso sobre o qual a única referência era a da filha de um fazendeiro que cursava Psicologia fora do Mato Grosso. Mas, também, era um campo que trabalhava com metodologias de grupos com as quais já estava ambientada e se interessava.

Mudou-se para Goiânia para terminar o ensino médio, onde passou a integrar grupos de estudos preparatórios para o vestibular. Candidatou-se ao curso de Psicologia oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), tendo em vista que naquele momento as instituições federais de Goiás não contavam com o curso de Psicologia. Com o resultado positivo, Elcimar começa a pensar em como se manteria financeiramente no curso. Dentro do campo de suas possibilidades estava o crédito estudantil integral.

Elcimar foi a primeira de sua família a ingressar o curso superior e durante algum tempo a única. O que teve uma importância tanto simbólica quanto material no âmbito individual e coletivo.

Eu queria falar com meus pais, mas na época na roça não tinha telefone (...). Então eu liguei para a rádio em Vila Rica anunciando que eu tinha passado no vestibular para Psicologia e o radialista ficou anunciando uma semana. Meus pais moravam em uma região chamada de Caxangá, eles ficaram uma semana anunciando, diziam meu nome completo e dos meus pais também, falando que eu tinha passado no vestibular para Psicologia. Aí foi muito interessante, um ano depois que eu fui visitar meus pais, o meu pai reclamou que os vizinhos começaram a ir a nossa casa com medo deles não terem ouvido. E tinha uma questão lá na zona rural, na minha comunidade, porque ninguém sabia o que era Psicologia. O comentário era: ela passou para Psicologia, mas o que é Psicologia? E só um ano depois que eu pude conversar com meu pai sobre isso. E ficou uma situação difícil, todo mundo perguntando e eles não sabiam o que responder, nem porque eu tinha escolhido aquele curso e nem o que eu fazia nele. Dentista cuida de dente, cardiologista do coração e psicólogo cuida de quê? (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Fazer o curso de Psicologia se tornou seu desafio. Um curso feito por “ricos” para os “ricos”. Muitas dúvidas pairaram sobre a cabeça de Elcimar, dúvidas sobre uma suposta vocação, sobre a capacidade de concluir o curso, sobre o futuro como psicóloga, e o presente como aluna com uma dívida estudantil enorme.

O percurso de Elcimar é marcado pelos efeitos da desigualdade social brasileira, se manifestando pela dificuldade de acesso à educação, desde a básica, até a superior, vivência de situações de racismo, sexismo, preconceito de origem e classe. Este trajeto evidencia também a história da Psicologia no Brasil como uma ciência de tradição elitista e segregadora, criada como ciência e profissão, dentro de um projeto de modernização do país, que trazia a promessa da previsão do comportamento e do cuidado individual aqueles que podiam arcar com os custos financeiros. O que ressalta a importância de práticas no campo *psi* voltadas para a real possibilidade de rompermos com nossa tradição elitista e colocarmos a Psicologia a serviço da maioria da população brasileira.

Eu achava que a Psicologia não era para mim. E assim, isso foi muito forte, porque eu não consegui entender algumas coisas. Eu tinha várias questões com o curso. Quando se falava de ser humano, quando se falava das fases, de uma série de coisas que a gente estudava, eu ficava tentando fazer uma ligação com a vida, com os processos de vida que eu passei. E aquilo, parece que a gente tem alguma coisa errada. Como se eu tivesse em um mundo em que eu, eu era distante. Como se fosse

um mundo paralelo. Era essa a impressão que eu tinha, então eu ficava assim: bom se a Psicologia é isso então eu não estou conseguindo entender. Estou com algum problema, ou então a Psicologia não é para mim. E isso era muito forte, sempre me sentia fora e com muita dificuldade de partilhar isso com meus colegas porque parecia que estava dando tudo certo para todo mundo. E isso fazia sentir que era um problema meu. O que me levava a pensar: gente eu vou desistir do curso (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Não alheia, mas sob o efeito de todas as contradições vistas e vivenciadas no processo de formação em Psicologia, a entrevistada conclui a graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), em 2004, seis anos e meio depois de sua entrada.

Seu encontro com a Psicologia como um campo profissional e científico, no qual ela podia pertencer, aconteceu durante um encontro promovido pelo Conselho Federal de Psicologia que tinha como temática central a Psicologia e sua implicação com a promoção dos Direitos Humanos. A abertura do evento, que aconteceu em Brasília, foi feita pelo geógrafo e advogado Milton Santos. “Quando eu o vi eu perguntei quem é esse homem, eu não sabia quem ele era, mas eu me sentia em casa” (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018). Na época, Milton fez uma fala baseada em duras críticas à Psicologia e estas interpelações também eram questões para Elcimar. Ela começou a pensar, então, que o problema que parecia só dela eram problemas e desafios da ciência psicológica, questões que a impulsionam ao desejo de construir respostas, o que mais tardiamente ela começa a desenvolver em suas pesquisas “uma possibilidade de uma Psicologia com compromisso social” (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Um ponto importante de virada foi lidar com o reconhecimento, pelas pessoas mais próximas, como uma mulher feminista. Elcimar aponta que não entendia por que era reconhecida como feminista, mas que também não revidava a heterodesignação. O que resultou em uma indicação para uma seleção para educadora social do Grupo Transas do Corpo – Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade. O grupo é uma organização civil de direito privado que tem por objetivo desenvolver ações educativas, culturais e de pesquisa, que busquem a redução das desigualdades de gênero. O feminismo é o referencial teórico utilizado em suas diferentes expressões. Passou pelo processo de seleção e foi aprovada, permanecendo durante muito tempo. Foi também no grupo transas do corpo que se formou, no que diz respeito às questões feministas, e se aproximou de vários debates, sendo este um importante polo de formação e profissionalização.

Eu fui para o Transas do Corpo, o que foi muito interessante, porque uma das coisas que o transas valorizava era a formação, então, de uma coisa de você estudar era muito valorizada. A ideia era pensar sobre a metodologia que você está trabalhando em campo. E foi no transas que eu pude, infelizmente, não fazer uma sistematização escrita, isso porque nesta época ainda tinha a minha dificuldade de escrever, mas eu pude fazer uma sistematização, digamos assim, de tudo que eu já tinha feito, de como eu fazia, pesquisava. Mas as formações que eram muito vivenciais que eu pude perceber a reação entre o viver as metodologias de trabalho (Elcimar, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Elcimar ressalta a importância que estar em um espaço composto por acadêmicas, mas que não se restringia à academia clássica, foi imprescindível para pensar sua prática profissional e científica. A ampliação da possibilidade de olhar para o conhecimento que escapa das torres de marfim, e se produz no diálogo intenso com o mundo extra muros das instituições, se apresenta como um aspecto imprescindível para a compreensão do giro epistêmico nas metodologias propostas no Grupo Transas do Corpo. Pensar a inversão no processo de produção de conhecimento a conectou com o teatro do oprimido, que era uma metodologia com a qual ela trabalhava desde antes da inserção na graduação em Psicologia, e, após sua inserção no curso, com as metodologias participativas com adolescentes. Estes diversos encontros epistêmicos e metodológicos permitiram perceber que, no seu caminho investigativo, ser cientista seria viver entre a prática cotidiana e a teoria, pensando as duas esferas como um contínuo que se produzem reciprocamente.

Durante as informações eu acabava lembrando de aspectos da minha vida, foi ali que eu percebi que eu já era uma educadora. E isso já acontecia desde muito cedo, mas foi ali no transas que me dei conta. A diferença era que eu trabalhei com metodologias participativas, e ali as metodologias tinham como ênfase as metodologias de gênero, era pensar a partir de uma perspectiva feminista (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Haver-se com processos metodológicos, em que o cotidiano se colocava como uma questão central para o reconhecimento dos processos de subjetivação, foi um elemento importante para a conexão com as práticas em Psicologia e o sentimento de que, a partir de outros moldes, a Psicologia era parte do seu campo científico. Elcimar assume, então, como meta, o olhar interseccional, o reconhecimento do corpo como o espaço de escrita de si, o direito

à intimidade como um horizonte em Psicologia, em um ato de olhar para a experiência da vida em diálogo com parte do projeto coletivo de emancipação. A ciência proposta por Elcimar parece basear-se na necessidade de alcançar vivências, como das quais ela é oriunda, e que historicamente foram deixadas de lado para Psicologia clássica. Para isso, tem pensado a ciência como um espaço para tomar para si as tecnologias de escrita como exercício de poder.

Esta concepção de ciência psicológica que, em muito, dialoga com a Psicologia Comunitária, reconhece a importância da ciência como uma ação direta a fim de desenvolver práticas transformadoras que visem processos de conscientização e autonomia (Claudia Mayorga, 2014). Para Elcimar, a relação com o movimento feminista se faz essencial para a construção do que é um processo transformador, quem são os adversários e enfrentamentos delineados. Nestes termos, o movimento feminista em sua expressão política, social e teórica, surgiu na trajetória de Elcimar com a perspectiva de nomeação de desigualdades, e do combate dessas, sendo um dos embaixadores para questionar as opressões das mulheres tanto no campo psicológico, quanto fora dele. Nesses muitos anos de denúncias, lutas e conquistas, a Psicologia atuou como um instrumento que é visto como parte das questões da atualidade.

Foi com a participação no Grupo Transas que tive oportunidade de participar de vários eventos feministas, em vários lugares do Brasil, com o diálogo com várias abordagens do feminino, reconhecidas no contexto brasileiro, o internacional, principalmente articulada à questão racial, o que foi muito importante na construção da perspectiva teórica que tenho hoje (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Ao falar sobre sua participação no Grupo Transas do corpo, Elcimar pontua que teve papel central em sua organização teórico-prático, já que construiu condições materiais para terminar a graduação, além das condições intelectuais para construir seu pensamento, pôde participar de espaços ligados a pesquisa-intervenção, espaços de formação feminista e de estudos sobre metodologias interventivas para mulheres.

Porque até o término da minha graduação eu achava que minha participação no Grupo Transas era só o contexto do que eu faria a seguir, que a minha vida acadêmica começava naquela hora (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Em 2006, iniciou o seu mestrado, também em Psicologia, na área de concentração da Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), concluindo-o, em 2008, com a defesa da tese intitulada *Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade*, sob orientação da teórica Mary Jane Paris Spink.

Mesmo com a insegurança gerada por todo esse processo de descoberta, consegui subir mais um grau na minha formação. Iniciei o mestrado. Quantas palavras! Quantas palavras faladas, lidas, e principalmente escritas. E as minhas? Eram minhas? Ainda não havia uma relação fluida com as palavras. Encontrei, então, um espaço em que lidar com a palavra escrita não significa apenas apreender ou decorar regras, as classes gramaticais, mas reconhecemo-nos naquilo que escrevemos e lemos. (Elcimar Pereira, 2008, p.02)

O ato de escrever era o ato de se reconhecer, eram seus processos de identificação e produção de si, tendo que significar-se a partir da imagem e representação da mulher negra, ainda ancorada no seu passado escravo, de corpo-objeto de prazer, o prazer do outro e não para o pensamento (Conceição Evaristo, 2005). Ao examinar a história das mulheres e, mais especificamente, das mulheres negras, algumas das bases de legitimidade e enunciação destes corpos, é, com frequência, reconhecido como um lugar de subalternidade. Precisamente no ato de anunciar a violência epistêmica que circunda e produz saberes científicos, inclusive psicológicos. E no ato de enunciar-se vale a desnaturalização, construindo uma posição diante dos processos subalternizantes, tal como evidência Elcimar:

Incorporar formas mais adequadas de escrever de acordo com os contextos, assim como buscar ressignificar toda uma história de ausência e negação não tem sido uma tarefa fácil. Por outro lado, sinto que, cada vez mais, essa empreitada tem se tornado muito mais prazerosa e compensadora. (Elcimar Pereira, 2008, p.03)

Durante o mestrado, Elcimar desenvolve outros projetos associados à Psicologia e ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Em 2007, fundou a Odun Produção e Formação em Bens Culturais (ODUN). Caracterizada como uma entidade que realiza trabalhos de produção e formação, preferencialmente com recortes de gênero e raça, onde atua até o presente momento. A Odun tem como finalidade o fomento às produções acadêmicas de mulheres jovens, prioritariamente negras e pobres, com foco no horizonte da ancestralidade e da memória.

Para o desenvolvimento do mestrado, Elcimar candidatou-se ao programa de ação afirmativa desenvolvido pela Ford Foundation, através do International Fellowships Programa – IFP, que prioriza candidatos/as provenientes de grupos que, historicamente, tiveram e ainda têm o acesso restrito ao ensino superior. O que, no contexto brasileiro, manifesta-se, prioritariamente, nas pessoas negras e/ou indígenas, nascidas nas regiões Norte ou Nordeste ou Centro-Oeste, ou provenientes de famílias que tiveram poucas oportunidades econômicas, sociais e educacionais. Foi uma das contempladas, tornando-se bolsista do IFP com dedicação exclusiva.

O tema central do seu trabalho foi compreender os sentidos de sexualidade para jovens mulheres negras. Para tanto, lançou mão da perspectiva construcionista da Psicologia Social voltada à análise de práticas discursivas. Como estratégia metodológica, foram realizados três grupos focais, dos quais participaram jovens que se auto-identificavam como negras e tinham algum tipo de contato com a Casa da Juventude Pe. Burnier, situada no município de Goiânia. Para o desenvolvimento das análises, utilizou mapas dialógicos. Apontou para conclusões que explicitam tanto para a vontade de vivenciar as experiências no campo da sexualidade de maneira livre, quanto para os receios de normas e regras instituídas nos seus espaços por parte das jovens. O que fica claro no desenvolvimento de sua pesquisa é que Elcimar tem uma posição clara no que se refere à importância da pesquisa como ação libertadora, na expectativa de que sua dissertação contribua para a desestabilização da heteronorma e para a ruptura de ideias que contribuem para as representações pejorativas acerca da sexualidade da mulher negra (Elcimar Pereira, 2008).

No ano seguinte, pela mesma instituição, iniciou o Doutorado, concluindo-o em 2014, também no programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Com a tese intitulada *Programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco: discursos de diplomatas e candidatos/as à diplomacia*, Elcimar investigou as percepções a respeito do Programa de Ação Afirmativa (PAA) Bolsa Prêmio de Vocação para Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBr) e os impactos nas trajetórias de negros e negras premiados no campo do trabalho e atividade intelectual (Elcimar Pereira, 2014).

Novamente apresenta uma perspectiva posicionada e em diálogo com as questões em torno das desigualdades raciais associadas às desqualificações de gênero no contexto do trabalho e da produção intelectual. Parte, para tanto, da afirmativa de que assim como em outras ocupações consideradas de prestígio social, econômico e científico, existe uma sub-

representação de negros/as na vida diplomática, e que são necessárias ações que contribuam para a justiça social e reparação de negros e negras.

Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que foi essencial para o desenvolvimento de sua atividade de pesquisa e inserção como pesquisadora no campo *psi*. Foi orientada pela Dra. Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg — e aqui abro espaço para pontuar a importância do pensamento da recém-falecida pesquisadora Fúlvia Rosemberg, reconhecida feminista, que militou durante toda a sua vida acadêmica em temas que dizem respeito à infância, às questões das mulheres, de gênero e educação, sendo integrante do Núcleo de Estudos de gênero, raça e idade (Negri).

Culminando com o fim do seu processo de doutoramento, em 2014, passa a atuar como coordenadora do Curso a distância Produção Intelectual das Mulheres Negras no Brasil – Trajetórias ofertada pela Associação Mulheres de Odun (AMO), entidade social que objetiva produzir, promover e divulgar bens culturais a partir de uma perspectiva socio-educacional e cultural. Para tanto, ofertou um curso de formação para as tutoras e multiplicadoras.

Sua carreira docente teve início em 2016 em uma Instituição de Ensino Superior privada, o que marca, também, um retorno a seu estado natal. Como professora assistente na Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura Ltda (FABEC), ministrou aulas das disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, e Ética Profissional.

Sua aplicação aos estudos e sua percepção da educação como possibilidade de reconhecimento social e transformação econômica da sua realidade e representatividade identitária, lhe rendeu, em 2016, a vaga para professora substituta da cadeira de Psicologia na Universidade Federal de Goiás (UFG), campus Jataí. Ocupou esse cargo há até pouco tempo, tendo ministrado disciplinas que dialogam com sua trajetória acadêmica e também a desafiam. Sendo elas: Psicologia da Aprendizagem, Psicologia e Instituições, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social III, Psicologia e Ações Coletivas, Tópicos Especiais em Psicologia e Processos Psicossociais I, Psicologia e Educação Especial, Psicologia Ciência e Profissão. Além de desenvolver orientação de Estágios Curriculares Obrigatórios Básico em Psicologia e Processos Educacionais.

Nesta ocasião, também foi pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, e cocriadora do Prêmio Políticas Públicas e equidade: avanços práticos. Ainda na Fundação Carlos Chagas, foi coordenadora da Pesquisa de Campo da Região Centro-Oeste do Projeto de Pesquisa FAO/PNDTR/Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Antes disso, coordenou o projeto social na área de tecnologia social e inclusão digital na região sul do país desenvolvido

pela Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL). Coordenou também o projeto pedagógico da Região Sul do Programa Nacional de Inclusão Digital desenvolvido pela Sociedade Meridional de Educação – Maristas.

Respeitando este tripé, já mencionado, integrou e integra projetos de pesquisa no campo *psi*, sendo que na atualidade desenvolve a pesquisa *Religiosidade, Ciência e Institucionalização: um estudo sobre o processo de municipalização da atenção à saúde mental em Jataí*, desenvolvido pela Universidade Federal de Goiás. Com o objetivo de investigar os processos discursivos sobre o adoecimento mental e a loucura que permeiam o processo de municipalização da atenção à saúde mental na cidade de Jataí.

Alguns anos antes, desenvolveu a pesquisa *Nova organização produtiva e social da agricultura familiar brasileira? Uma necessidade*, com o intuito de compreender as dificuldades da população feminina rural. São investigados aspectos culturais, sociais e econômicos das dificuldades enfrentadas pelas mulheres residentes nas áreas rurais. Assim como o Programa de ação afirmativa do Instituto Rio Branco: discursos de diplomatas e candidatos/as à diplomacia, *Mulheres e homens jovens dialogando sobre co-responsabilidade*, *Controle do Uso de tabaco em espaços públicos de convivência: um estudo sobre a comunicação de risco à saúde* e *Desejos Polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade*.

No que se refere às atividades de extensão, desenvolve os projetos *Laboratório de arte: as linguagens interartísticas e poéticas visuais do aluno professor* e *Cultura africana e Afro-brasileira a partir da capoeira Angola*. Já finalizados, estão os projetos *InterAções: Psicologia tecendo redes e saberes* e *Programa de Direitos Humanos da Educação*. Ambos com o intuito de promover encontros interdisciplinares que possibilitem espaços de discussão de temas transversais à Psicologia através de metodologias interativas.

Quanto à forma de divulgação científica, temos ações variadas, desde produções audiovisuais, passando por participações em revista de circulação interna a centros de pesquisa, chegando a artigos completos publicados em periódicos. Dentre as produções audiovisuais, estão os filmes *O dia de Jerusa*, *7 Cenas após Burkina*, *D'Origem Africana*, *Clipe Amor ao Rap*. 2012. Filme, Jennifer, e *Clipe Carroceiro*. 2012. Suas produções escritas refletem sobre a sexualidade de mulheres negras.

3. CIÊNCIA, MULHERES E PSICOLOGIA

Nós, as feministas nos debates sobre ciência e tecnologia, somos os “grupos de interesse especial” da era Reagan no âmbito rarefeito da epistemologia, no qual o que tradicionalmente tem vigência como saber é policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento (Donna Haraway, 1995).

Lançar o olhar científico para a história das mulheres no presente, parece soar evidente, uma questão superada, mas o que fica nítido na história da ciência é que as verdades são transitórias e não são superadas, mas questionadas e postas em disputa (Pierre Bourdieu, 1983). O que parece, é que uma história científica “sem mulheres” se torna cada vez mais distante (Michele Perrot, 2013). “Não se trata de biografias, de vidas de mulheres específicas, mas de mulheres em seu conjunto, abrangendo um longo período – o que é relativamente recente” para o desenvolvimento no campo da ciência e tecnologia (Michele Perrot, 2013, p.13).

Com frequência, quando se fala sobre a inserção das mulheres na ciência, ou do campo mulheres e ciência, observamos o desenvolvimento de reflexões majoritariamente descritas como a busca pelo preenchimento da lacuna deixada pelo modelo científico tradicional, que descorporifica o sujeito que a produz, resultando na compreensão de que estes são homens (Antônio da Conceição & Lina de Aras, 2013). Nestes termos, “a ciência pode ser considerada como uma linguagem construída pelos homens e pelas mulheres para explicar o nosso mundo natural” (Ático Chassot, 2006, p.16). A fim de sanar a ausência de fontes sobre as mulheres no campo científico e a contribuição dessas para a ciência, observa-se apenas, a produção de trabalhos que, ora apresentam as pioneiras ou desbravadoras da ciência, ora dedicam-se à denúncia de espaços científicos como masculinos que reproduzem desigualdades de gênero.

Exemplo disso, é que apesar de a Psicologia ser reconhecida como uma ciência feminina, majoritariamente praticada por mulheres (Louise Lhullier, 2003a, 2013b), não tem as mulheres como as principais referências no seu campo teórico. Não é possível dizer, entretanto, que a ausência das mulheres como pioneiras desta ciência está associada a não existência delas. Muitas psicólogas que fizeram parte da história ou são negligenciadas ou pouco difundidas, tais como: Anna Freud, conhecida quase que unicamente por ser filha de Sigmund Freud, desenvolveu o campo da Psicanálise infantil e influenciou outros pensadores, incluindo Erik

Erikson; Melanie Klein, que foi uma importante defensora da ideia de que crianças podiam ser psicanalisadas e contribuiu para o desenvolvimento da técnica da terapia do jogo para o atendimento a crianças; Leta Stetter Hollingworth, que teve contribuições importantes na pesquisa sobre a Psicologia das mulheres, ao demonstrar que mulheres eram tão inteligentes e capazes como os homens; Inez Beverly Prosser, primeira mulher negra a conseguir seu doutorado em Psicologia educacional, em Ohio/EUA; Virgínia Leone Bicudo, 1933, primeira psicóloga negra a defender o doutorado no Brasil, foi, também, a primeira pessoa a escrever uma tese sobre relações raciais no Brasil, trazendo o debate sobre racismo à ciência psicológica; e tantas outras que não foram citadas aqui, ou mesmo nem chegaram aos ouvidos e olhos da ciência psicológica.

Nesta direção, Brožek, Josef. & Massimi, Marina (1998) em alusão às proposições de Bernstein e Russo (1974), afirmam que provavelmente nunca se consiga saber o número de pesquisas, estudos e trabalhos desenvolvidos por mulheres na Psicologia, mas que foram creditados a homens:

(...) quantas notas de pé de página de agradecimento não deveriam se tornar o reconhecimento de coautorias, quantas vezes a coautoria não é, na verdade, autoria e quantas vezes era o co-autor masculino que deveria ter merecido a nota de pé de página (Bernstein e Russo, 1974, p.131).

Com estas reflexões na cabeça, o que desejei neste capítulo foi pensar como as trajetórias de Sandra, Jaileila, Paula e Elcimar, cientistas no campo *psi*, produzem efeitos na forma que produzem ciência. E para isso busquei construir a perspectiva da Psicologia que elas compartilham. Dessa forma, o que busquei desenvolver aqui foi a história da ciência Psicológica a partir do olhar das cientistas entrevistadas e em diálogo com o campo da história da Psicologia.

Para tanto, parto da afirmativa de que as pesquisadoras psicólogas feministas que foram minhas interlocutoras propõem teorizar, pensar, produzir e intervir na Psicologia, compreendendo-a como uma ciência múltipla, polifônica, inclusiva e equitativa do ponto de vista de gênero e de outros marcadores sociais, tais como etnia, raça e classe. O que faz com que a ciência seja tomada como uma prática discursiva, que instaura e regulamenta códigos, normas, regras, saberes e verdades no seu interior, com efeitos em toda a estrutura social. Isso resulta na compreensão da ciência psicológica como construção social, uma invenção, com um

conjunto de narrativas localizadas e temporais, que se constituem de acordo com os contextos culturais, sociais e históricos.

Vale ressaltar que falar da Psicologia a partir das mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes, mas também, é reconhecer o processo histórico da ciência, construindo uma história geral da Psicologia a partir de um questionamento de um modelo científico único. Sobre essa desconstrução, minhas interlocutoras propõem que aconteça a partir do questionamento das bases hegemônicas das práticas científicas, a fim de reconstruí-la em bases mais justas, igualitárias e transformadoras.

Sabemos que as mulheres, no presente, em um campo mais vasto de oportunidades políticas, têm se feito existir como atrizes e agentes sociais de sua própria história. Deixando, com isso, de ocupar o espaço que durante muito tempo foi relegado às mulheres, de objeto de um relato histórico. O que evidencia que as mulheres têm, cada vez mais, se apresentado como sujeitos e objetos de seu próprio relato, o que tem resultado em uma mudança radical e, espero eu, irrevogável, na maneira de se escrever a história das mulheres.

Hoje são múltiplas as possibilidades de conhecer a história das mulheres no campo das ciências, muitas teóricas têm se dedicado a esta tarefa, principalmente nos campos em que, historicamente, as mulheres estiveram pouco presentes, ou por serem “expulsas” desses campos, como efeito do androcentrismo, ou por serem invisibilizadas. Este não é o caso da ciência psicológica. As desigualdades de gênero na ciência se manifestam, não na exclusão das mulheres da categoria científica e profissional, ao contrário, temos uma ciência majoritariamente feminina, mas que não resulta em teorias e proposições produzidas por mulheres. No contexto brasileiro, falar da Psicologia é falar de um fazer de mulheres. As mulheres representam 89% das/os profissionais da área, entretanto, isso não resulta em uma área que reconhece a participação das mulheres em sua trajetória histórica e na construção de políticas que garantam igualdade entre homens e mulheres (Louise Lhullier, 2013a). Nestes termos, a Psicologia, assim como toda a ciência no contemporâneo, carrega as marcas das desigualdades sociais e da discriminação, presentes na sociedade, em termos de gênero, raça, classe, origem geográfica, identidade de gênero e sexualidade.

Enquanto ciência e profissão, a Psicologia tem se apresentado como um campo que mantém os mesmos padrões desiguais no que se refere às diferenças nas remunerações e qualificação no ambiente de trabalho. Assim como ciências tradicionalmente reconhecidas como masculinas, a Psicologia também apresenta um “teto de vidro” que impede a ascensão profissional e científica das mulheres tal qual a dos homens (Fúlvia Rosemberg, 1984; Antônio

Virgílio Bastos, Sônia Godim & Jorge Andrade, 2010; Louise Lhullier, 2013a, 2013b; Louise Lhullier & Jéssica Roslindo, 2013; Livia Monte, 2015).

Sobre um contexto geral, no cenário científico psicológico a história aponta que a American Psychological Association — APA foi a primeira sociedade científica a admitir mulheres no ano de 1893 nos EUA (Duane Schultz & Sydney Schultz, 2011). O que parece ter influenciado o fato de que a maioria dos dados disponíveis sobre a presença das mulheres na ciência da Psicologia, e os efeitos daí decorrentes, se referem aos Estados Unidos, a alguns países da Europa e ao Canadá, mas percebe-se que este esforço em quantificar, localizar e explicitar onde estão as mulheres na Psicologia tem reverberado em todo contexto ocidental.

Segundo Bruna Bonass e Rita Muller (2013), entre os anos de 1970 e 1990, há um aumento significativo na participação das mulheres nos altos cargos da instituição de ensino superior nos EUA e no Canadá. Neste mesmo cenário, na América Latina dos anos 1970, as mulheres já representavam cerca de 85% nos cargos das associações de Psicologia de alguns países, mas não resultava em uma alta participação em espaços outros decisórios como reitorias, comitês de assessoramento e divulgação científica. As hipóteses são trazidas pelas autoras para explicar esta questão. Versa a primeira destas em torno da ideia de que a carreira acadêmica não é um espaço de altas remunerações financeiras e nem do ápice do prestígio, o que resulta na busca por homens latinos de profissões mais ligadas ao “mundo masculino” e com maiores taxas de sucesso financeiro e prestígio social.

Os dados do CNPq, produzidos pelo Diretório de Grupos de Pesquisa, referente ao censo de 2010, mostram que, com relação ao número de pesquisadores, a representatividade feminina na Psicologia é superior a 70% (BRASIL, 2010), sendo que o número de pesquisadores mulheres cadastrados na plataforma *lattes* eram, 2.665, referente a área de conhecimento psicológico, no ano de 2010, enquanto de homens eram 1.110 (BRASIL, 2010).

A fim de conhecer o perfil dos e das profissionais de Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2012, por meio do Instituto ETHOS, desenvolveu a pesquisa intitulada “Profissão e Gênero no exercício da Psicologia no Brasil”, de cunho quantitativo, que ouviu 1.331 psicólogas/os de todo contexto nacional. O resultado obtido, no que se refere a divisão por sexo, é que dos 232 mil profissionais cadastrados em exercício, cerca de 89% são mulheres (Louise Lhullier, 2013a).

Cabe ressaltar que estes dados são oriundos de uma pesquisa solicitada pelo Conselho Federal de Psicologia e pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, ambos do começo dos anos 2010. Não foi possível pensar como a prática de formulação científica da Psicologia se dá

em termos de gênero no presente, já que estes dados estão disponibilizados apenas por grandes áreas, tais como ciências humanas, ciências exatas etc. O que é possível imaginar, no contexto atual, pelos dados gerais disponíveis, é que parece que caminhamos na mesma direção que países da Europa, e dos Estados Unidos da América, mas a passos mais lentos.

Historicamente, a relação entre mulheres e Psicologia sempre esteve presente. Tal conexão baseou-se no reconhecimento das mulheres como sujeitos da loucura, ou ainda como “portadoras” de transtornos mentais decorrentes, ora da incapacidade da autogestão das mulheres, ora pelo reconhecimento de aspectos ligados a ausência de cognição das mesmas. Posto isso, segundo Duane Schultz e Sydney Schultz (2011, p.12) “A discriminação disseminada contra as mulheres existiu por toda a história da Psicologia”.

Ao me aprofundar nas críticas à forma como o pensamento científico foi se produzindo ao longo da história, as formas de sua aplicação também alcançaram a minha zona de interesse. As indagações em torno do projeto científico envolto na proposta cartesiana positivista me inquietaram, e logo, a pergunta sobre como a Psicologia se posicionou diante da produção de seu conhecimento tornou-se inevitável. Questionamentos, tais como: quais são os princípios epistêmicos que alicerçam o pensamento psicológico? Por quem e como o conhecimento sobre as mulheres no campo psicológico é produzido? “Como se dá a construção dos saberes psicológicos e como ele é exercido e legitimado e reiterado? Há separação entre conhecimento e prática?” (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.2). Estas perguntas são utilizadas como ponto de partida para situar o conhecimento produzido por mulheres no campo *psi*.

Não nos interessou aqui elencar todas as respostas em um ato de contar linear e contínuo, a perspectiva que compôs este revirar do baú foi considerar a emergência desse campo do conhecimento com base na análise dos consensos, dissensos, tensões e conflitos que ocorreram e contribuem para a compreensão dos desafios atuais desse campo do conhecimento em sua relação com o feminismo.

3.1 A história da Psicologia – uma história de dissensos e disputas

As vozes são muitas e já não correspondem a um único e universal lugar de fala – se a classe social ou o gênero foram, historicamente, dimensões importantes para problematizar e politizar as relações sociais, faz parte também dessa mesma história a denúncia sobre os efeitos que visões únicas e totais da sociedade podem nos levar (Claudia Mayorga, 2014).

O debate em torno da relação entre a Psicologia e o Feminismo não é novo e nem ausente de diálogos científicos (Sofia Neves & Conceição Nogueira, 2003; Conceição Nogueira, 2001; Adriano Nuernberg, Juracy Toneli, Benedito Medrado & Jorge Lyra, 2011; Alexandra Rutherford, 2012; Marília Saldanha, 2013, 2018; Claudia Mayorga, 2014; Janaína Rossi, 2014; Lenise Borges, 2014; Amana Mattos, 2015; Karla Adrião, 2015; Marília Saldanha & Henrique Nardi, 2016). Ao mesmo tempo em que não se apresenta como um campo consolidado ou mesmo como uma certeza sobre uma Psicologia Feminista enquanto abordagem ou proposição teórica no contexto brasileiro. Isso reforça a importância de retomarmos como os dois campos foram se produzindo, e como as aproximações foram construídas.

Para isso, parte-se do entendimento de que historicizar esses dois campos, é preciso. Assim:

A necessidade de compreensão da Psicologia enquanto instância técnica e prática que tem por objeto a dimensão psicológica do homem é algo que dispensa argumentações. A reflexão sobre o que é a Psicologia, de onde e como ela vem, para quem e a quem serve, é algo tão imprescindível para o psicólogo como o conteúdo de suas teorias e o domínio de suas técnicas (Mitsuko Antunes, 1989, p.32-33).

O pilar estruturante do reconhecimento científico da Psicologia se ancora na centralização no indivíduo, a partir do reconhecimento da experiência privatizada, o que instaura uma instância individual do humano na sociedade (Luiz Cláudio Figueiredo, 1991). Ou dito de outra maneira, para haver a possibilidade do desenvolvimento de um interesse em conhecer cientificamente os aspectos psicológicos que compõe o humano, dois elementos foram fundamentais: o primeiro, o reconhecimento da experiência da subjetividade privatizada

e a experiência da crise dessa mesma subjetividade. Ou seja, a percepção de que os indivíduos são livres, únicos, capazes de vivenciar sentimentos, afetos, terem desejos e pensarem de maneira independente dos demais membros da sociedade, ao mesmo tempo que esta constatação gera angústia e desamparo (Luiz Cláudio Figueiredo & Pedro Santi, 1997).

Adicionado a isso, o reconhecimento da Psicologia enquanto uma ciência se deu apenas quando suas práticas se basearam no modelo científico cartesiano, quantificável e empiricista. O que ocorreu na segunda metade do século XIX, a partir, principalmente, das pesquisas e estudos desenvolvidos por Wilhelm Wundt (Antônio Penna, 1991). Tal necessidade para a caracterização da Psicologia enquanto um saber científico, está diretamente influenciado pelo modelo epistêmico, ontológico e metodológico do período, como no aponta a doutrina positivista de Auguste Comte (Duane Schultz & Sydney Schultz, 1981; Ignacio Martin-Baró, 1995).

A disputa acerca do objeto da Psicologia e a forma de compreendê-lo resultou na diferenciação em relação a outras ciências, tais como a medicina e a sociologia. Questionamentos entorno da tomada do indivíduo como o objeto da Psicologia foram contestados por autores da época sob a justificativa de que esta seria uma compreensão reducionista, que limitava a ciência à biologia, e se compreendêssemos o objeto a partir do recorte social do humano, esta mesma ciência seria reduzida à sociologia. Esta incerteza sobre a precisão do objeto da Psicologia e sua autonomia resultou, em um primeiro momento, na recusa da Psicologia como uma ciência e posteriormente na construção de rigores e pilares que distanciaram a investigação dos fenômenos psicológicos em seus distintos aspectos (Luiz Roza, 1977).

Essa maneira de compreender o mundo, apoiada no cientificismo do culto ao método e à razão, buscou transformar/traduzir as relações sociais em verdades absolutas e incontestáveis, afirmando a possibilidade de obtenção de resultados objetivos e corretos, originados especialmente em um de seus pressupostos: a neutralidade e, portanto, a primazia do conhecimento científico sobre as outras formas de saber/conhecer (Denise Prehn & Simone Hüning, 2005, p.67).

Neste momento então, vemos surgir a Psicologia Científica, vinculada à vertente do Positivismo, capaz de se fundamentar no modelo da Física e da Biologia. Para isso, seu fundador e seguidores recorreram, principalmente, ao método experimental para os estudos desenvolvidos pela Psicologia Fisiológica. Entretanto, como não era possível manter tais

parâmetros científicos, tem-se, como investigação de segunda ordem, o método de investigação histórica nomeado como Psicologia dos povos (Antônio Penna, 1997).

O que parece ser consenso é que o advento da “necessidade” da Psicologia se afirmar como ciência na passagem do século XIX para o século XX fez com que concepções do que vem a ser o saber psicológico surgissem (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.3).

Mediante a isso, como bem aponta Amandio Gomes (2005), é uma ciência embrionária que, desde seus primórdios, tem lidado com problemas quanto a sua justificação. A busca por uma área de conhecimento que compreendesse o humano sempre esteve intimamente ligada à relação objetivo e subjetivo (Carmem Barreto & Henriette Morato, 2008; Silvia Lane, 2000).

Ao longo do século XX, a Psicologia passa a se entender e ser compreendida como uma ciência prática que busca compreender a constituição do indivíduo, à medida que os humanos vão construindo a si e a seu contexto. O que estava em voga era a compreensão das atividades subjetivas de constituição do humano. Assim, cabia às ideias psicológicas entenderem os processos individuais e subjetivos, tais como, as percepções, as sensações, as emoções, o comportamento objetivo e subjetivo (Lenita Cambaúva, Lucia da Silva & Walterlice Ferreira, 1998). Sendo, portanto, este o momento em que a Psicologia se transformou em uma disciplina, que pressupõe uma intervenção no mundo, constituindo de espaços de saber como departamentos universitários, laboratórios, cursos, professores especializados, diplomas, qualificações e esse tipo de coisa. Sendo, também, declarada como uma profissão composta por profissionais, qualificações e métodos.

O reconhecimento da Psicologia como uma ciência da norma, que mede os normais e os anormais, os mentalmente sãos e os mentalmente incapazes, ganha grande impacto sobre a sociedade, produzindo, nesse sentido, tecnologias de regulação, “normalização, reforma e correção; no cuidado com crianças e na educação, na propaganda, no marketing e nas tecnologias de consumo, no controle do comportamento humano, do industrial ao militar” (Nikolas Rose, 2008, p.155).

Na tentativa de conhecer e controlar as diferenças individuais, os primeiros esforços de definir a área como ciência, terminaram por desconsiderar como um ser possuidor de humanidade todos os que não se enquadraram dentro da lógica do que se entendia como o “normal”, ou seja, o europeu, perspectiva ainda bastante difundida. Criticar a

importação de teorias e abordagens europeias e estadunidenses não significou necessariamente considerar todas as desigualdades dos países latino-americanos exatamente. Mas, contribuiu para que estudos relacionados ao racismo e Psicologia tivessem uma continuidade e uma ampliação gradativa (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.6).

O dilema entre a investigação sobre o objetivo e o subjetivo, uma perspectiva histórica ou experimental, um conhecimento local ou universal, neutro ou parcial, marcou a história da constituição da Psicologia enquanto prática científica e impulsionou um conjunto vasto de discussões, mesmo dentro, com o mesmo conjunto de matriz do conhecimento (Luiz Claudio Figueiredo, 1996, 2004).

E assim, o saber psicológico que antes se baseava na ideia de entender o que é o ser humano, com a adoção das ideias eugenistas, passa a se constituir em campos de saber que se preocupam, além de entender, analisar, classificar, com hierarquizar. Para isto, lança-se mão de experimentos, inicialmente considerando sensações, percepções e em seguida o comportamento, com viés biologicista, individualista e/ou sociológico, mas, ambos, no princípio, com um viés essencialista. Tanto é que a dicotomia individual/coletivo marca significativamente a história da Psicologia (Campos; Guareschi, 2000). Tais perspectivas foram criticadas posteriormente e novas lentes construídas para enxergar o ser humano, o que se nomeou como uma perspectiva crítica da Psicologia (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.3).

Um ponto importante para a compreensão da estruturação do conhecimento científico, é o de que as ideias psicológicas foram se produzindo no norte do mundo, em diferentes países da Europa e nos Estados Unidos da América, se atentando a problemas globais, e que foram universalizados. O que quero dizer aqui, é que a influência dos aspectos culturais e do tecido social destes países marcam a ciência e os problemas que ela pretendia solucionar.

É importante lembrar que a construção da Psicologia na América Latina se deu a partir da importação do conhecimento psicológico de fora do país, isto é, sem levar em consideração o contexto latino-americano. Em uma tentativa de olhar para a realidade dos países colonizados sob olhar dos/as nativos/as, estudos começam a considerar as realidades incluindo temas referentes a ideologias, desigualdades sociais, identidades (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.5).

A importação do conhecimento psicológico em busca de conhecer, classificar e controlar as diferenças individuais, constitui um esforço para a construção da ciência psicológica como a ciência do indivíduo (Nikolas Rose, 2008).

A origem da própria ciência psicológica é marcada pela reiteração das desigualdades a partir de um padrão classificatório e normativo de comportamentos e diferenças. É no seio da Modernidade que a Psicologia passa a ser possível e necessária. Na substituição do modelo feudal pelo Liberalismo, do coletivo pela vida privada, e com o advento da(o) sujeita(o) do Capitalismo, que é ao mesmo tempo produto e consumidor, que se estabelece uma conjuntura em que o “mundo interno” passa a ser uma realidade das(os) indivíduos(os) e, portanto, gera-se a demanda de uma ciência voltada para o eu (Ana Bock, 2012). Entretanto, durante muito tempo, a Psicologia esteve a serviço dos interesses dominantes, impôs padrões comportamentais, patologizou “desviantes” e desconsiderou os impactos da organização social sobre a vivência psicológica das(os) sujeitas(os) (Paula Gonzaga & Lina Aras, 2017, p.111).

Isso porque, o contexto social, cultural e histórico que marca a Psicologia é capitalista, liberal e individualista. Nestes termos, o projeto psicológico está imerso em uma compreensão do individualismo e da cultura ocidental moderna. A concepção de “ciência do indivíduo”, nesta perspectiva, coadunava com a constituição de técnicas de regulamentação e normatização.

Segundo a racionalidade típica de democracias liberais de governo, noções abstratas da liberdade do indivíduo são acompanhadas pela proliferação de práticas racionalizadas que procuram moldar, transformar e reformar indivíduos (Nikolas Rose, 2008, 158).

O que estava em voga era justamente a configuração de uma Psicologia comprometida, exclusivamente, com o humano a nível individual, distante da compreensão do indivíduo como sujeito da história e na história, resultando em práticas de individualização.

Por conseguinte, a Psicologia produzida no contexto brasileiro assumiu um caráter biologista, a-histórico e acrítico, baseando-se em uma analogia entre o meio natural e o meio social ao qual o humano está submetido. Sendo uma ciência que desconsidera, neste primeiro momento, os impactos sócio-históricos do humano e da sociedade em que ele está inserido. A partir deste reconhecimento, Paula aponta que:

Tem uma questão que é fundamental, que é a gente desmistificar da Psicologia como uma ciência do indivíduo. A gente chega em um ponto da nossa trajetória intelectual que parece que isso foi superado, mas na verdade não está nada superado. Nós continuamos utilizando teses de capacidade que são individuais, continuamos utilizando marcadores do desenvolvimento infantil, que são arbitrários em muitos contextos. E eu acho que este é um desafio que a interdisciplinaridade nos ajuda. (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Ao proporem o abandono da investigação do indivíduo na investigação em Psicologia, substituindo-a pela investigação do sujeito, Sandra Azerêdo, Elcimar Pereira, Jaileila Menezes e Paula Bacellar parecem afirmar que, em vez de olharmos do lócus da construção da realidade, investiguemos a materialização deste processo. Ou dito de outro modo, em lugar de olhar para o interior do indivíduo, pensarmos sobre como ele é produzido por seu exterior constitutivo e, principalmente como se dá o processo de normatização, fixidez e reiteração deste sujeito, pensando, neste sentido, nos efeitos de poder que são ao mesmo tempo, produtivos e reguladores da realidade social e subjetiva.

Neste contexto, afirmam que esta produção científica descontextualizada com a realidade social e a história da América Latina e do Brasil tem efeitos duradouros sobre a ciência psicológica e seu objeto de estudo:

Falar de violência no contexto latino-americano, é falar de uma história que se centra no marco civilizatório da colonialidade, fala de estados nação que foram construídos a partir da violência extrema, da destruição intelectual, corpórea, simbólica, cultural, religiosa de povos. Então, neste sentido, este marco, que é fundante da nossa história, não foi superado, ele não acabou junto com o fim do período da colonização, não acabou com a fundação dos países, Brasil, Argentina, Uruguai e etc. Ele continua nos modelos de política e ciência que temos hoje, ele constrói e constitui subjetividades (Paula Bacellar, 30 de dezembro de 2018).

O que evidencia que “ser psicólogo no Brasil exige conhecimento sobre o Brasil e por decorrência sobre a Psicologia que aí se desenvolveu” (Mitsuko Antunes, 1989, p.32-33). Nos termos propostos por Ana Bock, (1999), era preciso romper com uma história da Psicologia no Brasil como de controle “no período colonial, para a higienização do início do século XIX, para a diferenciação no século XX” (Ana Bock, 199, p.319). Para tanto, duras críticas foram traçadas

a esta ‘origem’ colonizada do conhecimento científico, que resultou em redesenhos na década de 1980, em busca de romper com entendimentos da Psicologia como uma ciência que termina por ter como objetivo um indivíduo encerrado em si mesmo (Lenita Cambaúva, Lucia da Silva & Walterlice Ferreira, 1998). Esse desconforto e não reconhecimento sobre os porquês de fazer ciência psicológica se materializa para as interlocutoras.

Senti um grande incômodo quando em 1965 entrei pela primeira vez num laboratório para fazer experimentos com ratos como parte de minha formação em Psicologia. O incômodo se devia a um sentimento vago de que algo estava errado com este uso “científico” de animais, porém só vim a interpretar este incômodo retrospectivamente, no meu primeiro contato com a categoria gênero na Academia, anos mais tarde – em 1981 – quando viajei para Santa Cruz, na Califórnia, para fazer meu doutorado – não em Psicologia, mas num programa multidisciplinar – História da Consciência, no qual eu pretendia continuar minha pesquisa sobre “identidade sexual e social da mulher”, que eu tinha iniciado em 1978 com meu grupo de reflexão no Brasil (Sandra Azerêdo, 1998, p.55).

A chegada do pensamento psicológico, oriundo de outras partes do mundo, veio inicialmente acompanhado de uma reprodução, compreendida por muitos autores, como cega, tanto no que se refere ao universo da Psicologia enquanto conjunto teórico do conhecimento, tanto a Psicologia Social como área de concentração. Estes autores e autoras ponderam a importância de uma ciência com compromisso político com a realidade social e, principalmente, com sua transformação (Silvio Botomé, 1979; Ignacio Martín-Baró, 1985; Silvia Lane & Wanderley Codo, 1989; Silvia Lane, 2000; Ana Bock, 2007; Maria Ferreira, 2010).

Discutir o compromisso social da Psicologia significa, portanto, sermos capazes de avaliar a sua inserção, como ciência e profissão, na sociedade e apontarmos em que direção a Psicologia tem caminhado: para a transformação das condições de vida? Para a manutenção? (Ana Bock, 199, p.319).

O que se tem aqui é a defesa de uma área de conhecimento e atuação, uma vez que a Psicologia se revela comprometida socialmente, constituída por um conjunto diverso de métodos, procedimentos, metodologias e epistemes. Sendo assim, o convite é não deixar de considerar o quadro social, político e cultural que o sujeito está inserido e os efeitos na produção dos seus processos subjetivos, porque é dele e nele que podemos caracterizar as necessidades e

demandas para nossa profissão. Ao oferecer conhecimentos científicos para a compreensão dos fenômenos psicológicos e os processos de subjetivação, é necessário fazê-lo a partir da contribuição para a melhoria das condições de vida, desenvolvimento de si e do seu espaço. O que, na perspectiva feminista, atrelada com os saberes psicológicos, acontece com o reconhecimento dos sujeitos como multifacetados constituídos por um amplo conjunto identitário, tal como gênero, raça, classe, orientação sexual, sendo que estes constituem sujeitos que podem ser assujeitados ou reconhecidos a partir de sua agência (Michel Foucault, 1995). Para tanto, conhecer a história e as dinâmicas de poder que a compõe é imprescindível.

Esta dificuldade que encontramos na Psicologia (do não reconhecimento de história colonial e seus efeitos de subjetivação) tem a ver com a Psicologia, como ciência e profissão, ser uma categoria branca. A branquitude não se pensa enquanto um corpo racializado, porque ela não se pensa enquanto um corpo que é atravessado pelos saberes sociais, por relações de poder. Então o que vemos são grupos de pessoas que são privilegiadas de muitas formas, que podem ser medíocres, porque vão ter o privilégio de serem lidas como uma regra muito mais favorável, mas que não entendem isso enquanto o impacto de uma relação racial (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Assim, as críticas desenvolvidas no contexto latino-americano e brasileiro apontam para o atravessamento de diversas questões conceituais, teóricas, metodológicas e epistemológicas na constituição e delimitação do campo e do objeto de estudo da Psicologia, em sua relação com a política e com a sociedade, o que é evidenciado como uma “confederação sem centro de sistemas, escolas, pequenas teorias e práticas dispersas” (Arthur Ferreira, 2006, p. 228).

O saber psicológico cria um sujeito psicológico, que nada mais é do que este humano singular que está submetido à instância da subjetividade a partir da primazia do reconhecimento do sujeito (Kleber Prado Filho & Simone Martins, 2007).

As distintas possibilidades de configuração de uma investigação, sob a ótica da primazia do sujeito para compreendê-lo, se desdobraram na configuração da Psicologia como “um espaço de dispersão” (Luiz Cláudio Figueiredo & Pedro Santi, 1997), ou dito de outra maneira, reverberou em processos de construção de conhecimento psicológico pela utilização de diversas e distintas perspectivas epistemológicas, metodológicas, teóricas e conceituais. Assim, o século XX marca a multiplicidade de práticas e teorias em Psicologia, o que se caracteriza por

concorrentes, conforme adverte Prado Filho (2005), que deixa evidente a ausência de uma unidade de campo, objetos e métodos.

Tem uma questão que ainda falamos pouco na Psicologia, que a nossa intervenção não pode ser individual, e para isso, temos que reler o que é individual, o que é subjetivo. Mas, a gente também tem que entender que nossa função, se a gente quer produzir saúde mental, a gente tem que investir na destruição das desigualdades sociais porque enquanto a gente tiver sociedades que estigmatizam sujeitos, por sua classe, por sua cor, por sua orientação sexual, sua religião, nós teremos sujeitos adoecidos. Não só os sujeitos estigmatizados, mas também os sujeitos privilegiados. Nós teremos uma classe de homens que acha que tem o direito de violentar mulheres e que vão falar sobre isso publicamente na câmara, no senado, na TV, por exemplo (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

O elemento que parece agregar distintas perspectivas em Psicologia é a investigação do sujeito a partir da subjetividade, que é compreendida a partir de distintas abordagens. Tal investigação é percebida, ora como uma resultante de uma interioridade, ora como resultado do processo da relação do humano com o seu meio. Esta última compreensão começa a dar sentido à ruptura com o processo da compreensão da Psicologia como ciência do indivíduo. Coadunando com isso:

Dizer, simplesmente, que o “homem” é objeto da ciência psicológica ou das várias Psicologias não é suficiente, porque esta entidade genérica, em princípio, é objeto comum a todas as ditas “ciências humanas” dedicadas ao seu estudo. Resta entender como esta disciplina desenha a partir desta abstração genérica seus sujeitos concretos, entender como são construídos os objetos neste campo, além de caracterizar o que singulariza o olhar das Psicologias entre as ciências humanas: este moderno olhar sobre o “psicológico” (Kleber Prado Filho & Simone Martins, 2007, p.17).

É certo que existe um conjunto distinto de compreensões acerca do conceito de subjetividade, mesmo dentre autoras e autores que partam do mesmo campo e abordam o tema sob uma mesma perspectiva teórica. O que busquei fazer foi uma passagem pelas principais concepções e seus impactos na construção de um conhecimento psicológico e destacando a importância de se compreender os efeitos para a produção de verdades científicas (Elis Aita & Marilda Facci, 2011).

A ideia é que o indivíduo deve ser isoladamente responsabilizado. A gente faz isso, por exemplo quando pensamos em nossa prática dentro dos ambientes escolares, quando falamos de sujeitos não adaptados, não institucionalizados. Na ciência, por exemplo, falamos de sujeitos que não aderiram ao sistema capitalista, de funcionamento de produtividade de X horas por dia e incomoda muito quando colocamos isso como uma questão (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Assim, a subjetividade nasce como um objeto para as várias abordagens em Psicologia ao longo do século XX (González Rey, 1997; Lúcia Bernardes, 2007; Kleber Prado Filho & Simone Martins, 2007). O conceito de subjetividade que emerge no campo da filosofia do conhecimento e é trazido para a ciência psicológica no final da segunda metade do século XIX pela teoria psicanalítica, ganhando um tratamento histórico, social e político. Disso, resulta o questionamento dos processos de individuação e singularização como foco de estudo das Psicologias no contemporâneo. Em uma perspectiva freudiana, a subjetividade era sinônimo de uma instância de interioridade, como uma resultante de algo que é inerente ao sujeito (Kleber Prado Filho & Simone Martins, 2007). Novas compreensões vão reconhecer a subjetividade “além de ser da ordem dos efeitos, é também da ordem da exterioridade (...) produzida em relações saber/poder e também dos sujeitos consigo mesmos, quando estes se colocam como objetos para um trabalho sobre si” (Kleber Prado Filho e Simone Martins, 2007, p.17). Sendo assim, a subjetividade se dá em uma processualidade que acontece em um plano histórico-político onde o sujeito emerge como efeito (Silvia Tedesco, 2006). O que reforça que:

A nossa intervenção tem que ser a nível individual, mas tem que ser de transformação desse processo de subjetivação que é coletiva. Precisamos pensar em que tipo de relações a gente fomenta (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Na contramão do que acredita ainda ter força no campo psicológico, Paula Gonzaga afirma a importância de romper com a concepção de sujeito, definido como um ser autônomo, ‘dono da natureza’, guiado e dotado de racionalidade, sendo representado pelo homem branco, burguês, do norte.

Nestes termos, subjetividade não é uma essência, não é algo interior, não é uma coisa espiritual que estrutura a gente. (...) Mas é difícil de lidar com esta concepção, porque muitos acreditam que existe algo em

nós que é muito nosso. É quase um perfume, uma essência, como o que tiramos de alguma planta rara. É muito difícil entender, por exemplo, quando Martín-Baró vai falar que existe algo no sujeito latino-americano que tem a ver com os efeitos destas guerras que nos atravessaram historicamente, tem a ver com a naturalização das violências, com esse processo ideológico que é alienante. De acharmos que todo marcador social é sobre o outro e que nós somos únicos e não é (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Temos, então, que o desenvolvimento de uma ciência imersa em processos, que *a priori* já produziam processos classificatórios, é baseada em um modelo que tem sido duramente criticado por diferentes conjuntos teóricos e políticos do contemporâneo. E que se reconstitui em processos internos de crítica e seu compromisso social e político com a pessoa humana (Silvia Lane & Wanderley Codo, 1984).

Para mim, o movimento é de repensar a subjetividade e, inclusive, o que é que nós chamamos de indivíduo e individualidade. Não é que não exista a individualidade, mas repensar que individualidade é essa que nós trabalhamos, por exemplo na prática clínica. Que individualidade é essa? Porque ela não nasceu com o João e se forjou no João, afinal, João cresceu num bairro X, numa família X, o pai de João passou por determinadas relações de trabalho, a mãe de João passou por determinadas relações de trabalho. Essa família naturaliza um conjunto de violências, estigmatizam uma série de relações. Essa família tem história, João nasce em um lugar que predestina para ele, por exemplo, se ele vai poder ser um porteiro ou um médico. E não é só predestina no sentido do acesso material, predestina um acesso discursivo, é como a gente forja que essa pessoa se veja como tal (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

A subjetividade como objeto da Psicologia e a experiência como categoria do feminismo

Conforme discorrido por muitas pesquisadoras brasileiras (Gonzalez, 1982; Carneiro, 2003; Nascimento, 2008; Werneck, 2010; Pretes, 2013), as mulheres negras na história do país sempre tiveram um papel ativo no que diz respeito ao trabalho, estratégias de luta, cuidado e disseminação de saberes. Contudo, a história e conhecimentos hegemônicos construíram uma imagem estereotipada e subalternizada dessas mulheres, não legitimando os saberes por elas produzidos (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.1).

O conhecimento psicológico, que na atualidade se configura de maneira multifacetada e diversa, em sua história já produziu e reforçou das mais variadas formas para a construção de um olhar sobre o corpo negro em uma perspectiva desumanizante, subalterna e desqualificadora, mas também existe, em sua história enquanto ciência, perspectivas críticas que problematizaram as relações de desigualdades, subordinação, discriminação e estereotipificação que partem dos princípios epistêmicos que consideram a justiça social, a reparação e a alteridade como componente importante na constituição do saber em Psicologia.

Aí aprendi que forma e conteúdo estão inextricavelmente relacionados e que seria preciso prestar atenção ao lugar que eu ocupava ao fazer minhas pesquisas, pois este lugar determinava o conhecimento que eu estava produzindo, o que Haraway chamaria mais tarde “saberes situados”. Aprender que a forma era também conteúdo me deu um sentimento de liberdade, um sentimento tão bom de ser agente, responsável pela minha prática, que imaginei que meu incômodo no laboratório de Psicologia devia ter a ver com a falta deste sentimento (Sandra Azerêdo, 1998, p.55).

Sandra, indubitavelmente, apontava para o anseio por mudanças no como e por quê fazer ciência em Psicologia, para ela era preciso um movimento inventivo de reconfiguração de seu sujeito e objeto. A emergência de uma Psicologia que possibilitasse pensar a realidade local, seu sujeito e a conexão entre sujeito e sociedade, era imprescindível. Aqui, o que se desejava, era contribuir na construção de respostas científicas nas demandas sociais e necessidades da população (Ana Bock, 1999). Para tanto, as interlocutoras afirmam a importância de se interpelar sobre a concepção de sujeito, passando de um sujeito passivo, constituído por características inatas, para o sujeito histórico, síntese de um conjunto múltiplo de determinações, em constante movimento e conseqüentemente em processo contínuo de transformação de si e do meio, o que evoca o reconhecimento da ideia de luta social e consciência crítica. O sujeito seria, portanto, parte do contexto social, constituído por múltiplas experiências e dos processos de subjetivação (Jaileila Menezes, 1996).

Consoante a isso, uma investigação acerca do sujeito opõe-se à privatização da subjetividade, como seres individuados e da percepção do objeto da Psicologia como um ser isolado em si mesmo, e passa a entendê-lo como um ponto de encontro entre sua existência individual e a experiência coletiva, sendo a materialidade da relação indivíduo e sociedade. Os sujeitos, nessa compreensão, são produto e produtores dos seus atos cotidianos no contexto social de resistência, em um sentido da produção de uma existência. O sujeito é, num corpo,

significado e significante que vive sua história, é matéria. Expressa, portanto, o seu meio, suas relações sociais e simbólicas.

O que temos aqui é o reconhecimento da agência do sujeito como foco da ciência Psicologia. Nesse sentido, caberia à Psicologia se atentar a mecanismos para a compreensão do sujeito como construído e subordinado num mesmo movimento (Judith Butler, 2010). O poder da agência se configura, fundamentalmente, como resistência política que oferece a possibilidade de ressignificação.

Mais do que a produção da distinção entre a vida interior e exterior, entre o psíquico e o social, a investigação acerca do sujeito e sua agência, possibilita a compreensão de um sujeito que, a partir de suas experiências e das significações das mesmas, possa se opor a práticas de poder normalizador que enrijecem, limitam e controlam a emergência de nossos sentidos sobre si. Esta compreensão, que escapa de um determinismo psíquico e biológico, percebe o sujeito para além de condições que o subordinam, sendo assim uma condição de possibilidade de ressignificação das possibilidades de sua vida (Judith Butler, 2010). Assim, o sujeito como agente é aquele que é visto como uma potência de ser e produzir novos efeitos.

Esse exame crítico sobre a relação entre Psicologia e feminismo, aponta, portanto, para um retorno às raízes históricas da Psicologia, enquanto saber híbrido que se produz a partir do cruzamento múltiplo entre práticas sociais e uma diversidade de conceitos científicos (Arthur Ferreira, 2006). Dessa forma, para compreender a história da Psicologia, é necessário destinar a atenção para as relações sociais cotidianas, considerando aspectos estruturantes da sociedade moderna, e mais especificamente da sociedade brasileira, no que se refere a suas necessidades, urgências, desigualdades e processo de constituição do humano corporificado. Ou dito de outro modo, debruçar-se sobre a história da Psicologia exige percebê-la como uma produção social resultante da articulação entre o movimento científico, histórico, cultural, social e político da sociedade (Mitsuko Antunes, 2005).

3.2 A Psicologia como uma ciência posicionada

Não há barreira, fechadura ou ferrolho que possas impor à
liberdade da minha mente (Virgínia Woolf, 1929).

Como estabelecer uma relação entre Psicologia e feminismo? Quais são os conectores possíveis? Falamos em uma Psicologia feminista? Não é novidade que o pensamento feminista

alcançou e interferiu na estrutura social e passou a impensar (Immanuel Wallerstein, 1998) a história da sociedade a partir do lugar social das mulheres, e que, para tanto, estabeleceu um intenso debate no campo sócio-político-científico. Nestes termos, os feminismos chegaram e foram produzidos na academia de forma questionadora e provocadora, convocando a comunidade científica a revisões nos contextos de produção, elaboração e aplicação dos conhecimentos das mais distintas áreas, principalmente no que se refere ao campo das ciências humanas e sociais (Sandra Harding, 1986; Kenneth Gergen, 1993; Mary Gergen, 1993; Elaine Showalter, 1994; Donna Haraway, 1995; Sandra Farganis, 1997; Margaret Rago, 1998; Evelyn Fox Keller, 2006; Martha Narvaz & Helena Koller, 2006; Cecilia Sardenberg, 2007; Londa Schiebinger, 2010). Campo este, no qual a Psicologia se insere, mas dentro do qual não se limita, pois estabelece intenso diálogo com o campo da saúde, que por sua vez, não fica ileso aos questionamentos feministas.

O que temos em cena, é o tensionamento acerca do como e por que se desenvolve ciência psicológica. O convite feminista versa em torno da necessidade de pensar os pilares epistemológicos, metodológicos e ontológicos que baseiam as matrizes e teorias em Psicologia. Portanto, entender como as problematizações feministas acerca da produção científica moderna se relacionam com a Psicologia, é pensar aproximações epistemológicas, ontológicas e metodológicas. Sob esta ótica, é indispensável explorar as críticas feministas tanto à produção do conhecimento científico em geral, como ao contexto específico da Psicologia.

A luta do movimento feminista pelo acesso à educação, ao conhecimento, e ao processo de escolarização é datada desde as primeiras décadas do século XX, mas é nos anos de 1960 e 1970 que se multiplicam estudos críticos à forma que a ciência é produzida (Evelyn Fox Keller, 1996). O pensamento crítico produzido pelas teorizações feministas origina-se de uma intensa interpelação de uma racionalidade machista, a qual toda a ciência estava submetida, e na denúncia do *ethos* machista e sexista da ciência moderna, inclusive a psicológica.

A interpelação posta pelo feminismo diz sobre a importância de desnaturalização da ciência como um lugar de homens, para homens, que é revestida de uma suposta neutralidade científica, da presença da objetividade e universalidade atribuída ao saber científico (Sandra Harding, 1996; Margareth Rago, 1996; Nádia Lima, 2002; Lourdes Bandeira, 2008; Haudrey Calvelli & Maria Lopes, 2011). Sendo, em consonância a isso, uma ciência produzida a partir dos pilares positivistas, fruto do caráter particularista, ideológico, sexista, burguês, racista e homofóbico da sociedade ocidental. Neste sentido, o feminismo questiona os principais

posicionamentos para a construção de uma epistemologia científica (Antônio da Conceição & Lina de Aras, 2013).

Ao se contraporem à neutralidade e à objetividade, as críticas feministas afirmam que as/os cientistas são sujeitos marcados pela sua experiência subjetiva, seu gênero, sua raça, sua etnia, sua orientação sexual, sua classe social e cultural. O questionamento destes pilares científicos aponta para quem pode ou não ser compreendido como sujeito do conhecimento, o que pode ser entendido como conhecimento, ou mesmo o que pode ser publicizado (Antônio da Conceição & Lina de Aras, 2013).

O que desejam evidenciar é a situacionalidade (Donna Haraway, 1995), não declarada da ciência moderna, que possui *status* de hegemônica. Ao questionarem a ideia de neutralidade científica, as feministas afirmam que as noções de objetividade e neutralidade são carregadas por valores masculinos, já que compreendem que o conhecimento se configura a partir de uma concepção de humano que tem como conceito universal de homem o homem branco, heterossexual e cidadão de primeiro-mundo (Sandra Harding, 1993).

A proposição de um conjunto de conhecimentos situados rompe com a proposta de uma teoria geral do conhecimento, baseando-se em uma proposta localizada, que leva em consideração o contexto de sua produção, seus sujeitos e possíveis implicações. Para isso, propõe uma objetividade que se assenta na parcialidade e no olhar contextualizado como proposta para as ciências sociais, humanas, biológicas, exatas e da natureza (Antônio da Conceição & Lina de Aras, 2013). Este pensamento se contrapõe à ideia de pesquisadores/as distantes de sua estrutura social, política e social, sem crenças, valores e ideologias, tirando o/a produtor/a do lugar de Deus.

As teorizações feministas apresentam duras críticas à ciência hegemônica ao denunciarem as fraturas no pilar epistêmico da produção científica, e questionarem sua implicação na constituição de saberes relevantes sobre o mundo, e na contribuição de injustiças quanto aos sujeitos que as produzem, e aos sujeitos alvos desta produção. Concomitante a isso, desenvolvem, ainda, propostas para a superação destas. Mas, o que teria de distinto no pensamento feminista? Há alguma diferença quando são comparadas as críticas pós-coloniais, latino-americanas, socio-histórica e tantas outras que invadiram a ciência nos últimos anos, calcando incômodos nos seus modos de produção?

O que se apresenta é uma contundente interpelação do modelo hegemônico que vai além da denúncia e do combate ao androcentrismo, efeito do que seria uma “má ciência” (Antônio da Conceição & Lina de Aras, 2013). Ou ainda, a ideia de que um saber produzido a partir de

vertentes feministas, tem como fundamento ser resultado do ponto de vista das mulheres, já que compreende que ser mulher não é o suficiente para estabelecer um estudo embasado no pensamento feminista. Mas sim um modelo único de compreender a ciência como uma prática científica emancipatória para todas e todos, desde os que a produzem, até os que a acessam (Antônio da Conceição & Lina de Aras, 2013).

O pensamento feminista não se propõe como único ou como o substituto dos pilares hegemônicos, mas, para além disso, a proposta feminista apresenta uma perspectiva de compreensão da realidade e da ciência que pode estar em diálogo com outras perspectivas teórico-explicativas. Exemplo disso, as interlocutoras desta pesquisa têm associado o pensamento feminista aos estudos pós-coloniais, a fim de compreender as especificidades de um país colonizado, a partir dos estudos raciais e antirracistas,. Intentam, com isso, desenvolver uma ciência comprometida com a ruptura de pactos coloniais racializados, por meio de estudos geracionais que possibilitam olhar para os sujeitos e espaços em uma compreensão das dinâmicas de poder ligadas aos processos geracionais. sendo estes apenas alguns exemplos de como um conhecimento situacional e localizado opera diante a realidades específicas. Não há a recusa de outros saberes, o que há é a recusa de um saber baseado em uma perspectiva neutra, universal e objetiva. O desejo feminista não é de se tornar o centro, mas de trazer o centro para as margens.

Assim, para as feministas, não bastava desenvolver fervorosas críticas em busca de promover mudanças na conjuntura teórico-explicativa que governava a ciência, era necessário também propor um outro modelo referencial que não excluísse sujeitos da experiência científica, que abordasse a subjetividade como parte da produção científica, que rompesse com o dualismo e com o sujeito universal da ciência. Certamente, esta foi uma importante contribuição para a ciência, que pode ser pensada também no campo das ciências psicológicas.

Mas, como estas críticas a um modelo hegemônico de produção científica afeta a Psicologia? A subjetividade, que é contestada no modelo hegemônico, já não está presente nos estudos no campo *psi*? Antes de continuar vale ressaltar, como visto, que a subjetividade como centro da investigação da ciência psicológica não se tratava da subjetividade que contempla, que produz a ciência, mas sim de quem é o sujeito dela. E mesmo esta foi vista, por um longo tempo, a partir de uma perspectiva objetiva positivista.

Uma das críticas basilares desenvolvida pelas feministas à Psicologia é a prevalência de um pensamento androcêntrico, ou seja, referente ao protagonismo masculino em que está pautada. Tal crítica se manifestava desde a produção das principais teorizações e referências da

ciência, até a negligência na atenção às experiências femininas, com a finalidade de reconhecê-las a partir da ausência e não do lugar de subalternidade (Kamila Farias & Heloísa Castro, 2016), o que resultou na reprodução da dinâmica público e privado no espaço da ciência psicológica. Assim, a demarcação entre ser homem e ser mulher estabelecia os limites do domínio da esfera pública por eles e privada por elas.

As filosofias tradicionais da ciência presumem uma imagem anacrônica do pesquisador como um gênio isolado da sociedade, selecionando problemas para pesquisar, formulando hipóteses, criando métodos para testar as hipóteses, recolhendo dados e interpretando os resultados da investigação. É bem diferente a realidade da maior parte da pesquisa científica de hoje, pois esses procedimentos artesanais de produção do conhecimento científico foram substituídos, durante o século XIX, por modelos industrializados no campo das ciências naturais e, desde meados deste século, na maioria das pesquisas em ciências sociais (Sandra Harding, 1993, p. 26).

Um elemento importante destas críticas, e que alcança a Psicologia, é a separação entre teoria e prática. A ruptura com esta distância, pensando pesquisas interventivas, faz parte, para as feministas, do compromisso da Psicologia com as mudanças sociais. Articular teoria e prática seria então assumir, de maneira visceral, a não separar a construção do conhecimento e reconhecê-lo como um conhecimento militante e engajado (Marília Saldanha, 2018).

Outro ponto que merece atenção é a interpelação do feminismo ao campo psicológico sobre a ruptura com o naturalismo biológico. Tais críticas referem-se às entidades fixas, que dificilmente são reconhecidas como construtos sociais e culturais, e que embora sejam forjadas sob tais aspectos, ainda são reconhecidas como inatas, biológicas e naturais.

O caminho traçado aqui versa por um intenso conflito que se estabelece entre o meu fazer científico no campo psicológico, mais especificamente no campo da Psicologia de base sócio-histórica e crítica, e uma militância feminista. Explicitar este conflito na produção de um problema de pesquisa, tem a ver com um olhar que se baseia na indissociabilidade entre ciência, política e transformação social. Todavia, cabe aqui um questionamento: por que a dúvida na afirmativa de uma Psicologia de base feminista se, *a priori*, a afirmativa acima já aponta para uma compreensão a partir de uma proposta feminista? Essa reflexão se faz necessária, devido ao fato de que a compreensão de que existe uma implicação sócio-política na produção científica não é exclusiva do feminismo, outras correntes do pensamento corroboram com esta ideia, tal qual o marxismo, os estudos anárquicos, os estudos *queer*, dentre outros.

Outra questão que teima em se manifestar neste contexto de produção é se este é de fato um problema científico. Mas quais seriam os critérios para a elaboração de um problema de pesquisa em Psicologia? O próprio delinear desta pergunta já nasce sob a influência do feminismo, pois basear-me em uma tríade criticidade, objetividade corporificada e conhecimento localizado foi o que me possibilitou delimitar esta pergunta como científica. O que me vi fazendo e produzindo, há muito, tem uma conexão direta com uma proposta de pensamento feminista, e esta é uma assertiva já dada para mim. Mas o que contribui para a Psicologia enquanto ciência e profissão?

No anseio por um diálogo entre Psicologia e feminismo, a resposta, que hoje me parece temporária, é a produção de uma interface de conceitos. Ou seja, um diálogo entre a subjetividade, conceito estruturante e organizador da Psicologia enquanto espaço científico moderno (Luiz Claudio Figueiredo, 1991), e a experiência, como uma categoria de análise essencial aos feminismos (Joan Scott, 1999). Deste modo, o traçado que busco fazer de maneira exploratória é, a partir de uma contextualização teórica, iniciada com a conceituação sobre a experiência para o feminismo e outras perspectivas, seguindo para um breve histórico do uso da subjetividade em Psicologia. A intenção, com isso, é compreender como esses dois conceitos podem se entrecruzar para formar uma Psicologia orientada pela perspectiva feminista.

A história da Psicologia, assim como a história da ciência, se constitui a partir de um modelo científico disciplinar, questionado por Elcimar, que acaba por dificultar e excluir temáticas e pesquisas do campo *psi*.

Eu questiono muito esta lógica disciplinar dos saberes, então, para mim, a Psicologia é mais uma perspectiva disciplinar, em que para discutir alguns assuntos eu preciso dialogar com outras áreas (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Temos no Brasil, desde a década de 1950, psicólogos sociais que discutem relações raciais, ou que trazem alguns apontamentos sobre as relações de desigualdades raciais, mas quando discutimos o saber psicológico em sua “essência” escapamos das discussões raciais e nos alicerçamos na clínica e não consideramos a perspectiva racial. É como se a perspectiva racial só pudesse ser pensada no âmbito social. Eu acho que até a forma que pensamos a Psicologia enquanto disciplina é questionável (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Elcimar reforça a necessidade, apontada por Paula e Sandra, sobre o descentramento do conhecimento científico em Psicologia, e a forma com que ele é produzido. Aponta que um elemento essencial é a crítica a grandes teóricos do século XIX, que segundo ela, ganharam status de deuses, tendo, muitas vezes, compactuado e contribuído para o racismo epistêmico, bebendo em fontes de conhecimento de povos indígenas e povos negros sem que esses fossem citados. Não obstante, esse conhecimento era utilizado para subjugar estes grupos.

Muitos autores da Psicologia, e aqui eu falo de Carl Jung, falo de Wilhelm Reich, que foram até a alguns grupos étnicos, trouxeram elementos dos saberes destes grupos para poder olhar para nós, seres humanos, para poder dizer que quem construiu saber foram eles (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Diante da constatação de uma ciência Psicológica imersa em lógicas sexistas, androcêntricas e machista, feminismo para as pesquisadoras/res, e nas palavras de Sandra Azerêdo, “é uma porta para o autoconhecimento, de você se conhecer como um ser político e que você vai entrando nisso e se redesenhando” (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Esse autoconhecimento proposto pelo feminismo, ou dito de outro modo, o movimento de atentar-se para as experiências, é em si a corporificação, a vivência, o próprio corpo. O corpo é uma forma de experienciar o mundo. Para a Psicologia, tem uma dimensão ainda mais importante já que, o corpo feminino, foi e ainda é, frequentemente, objeto do estudo e controle. Em oposição a isso, nesta proposta, ele passa a ser visto como espaço de autoconhecimento e liberdade.

Paula explicita como o fazer-se e o perceber-se, acontecem, também, no diálogo com as teorias em Psicologia e com os espaços institucionais. Isso, por sua vez, não se deve ao ponto de partida da explicação, mas antes, ao que deve ser explicado, já que, são os processos experiências que constituem os sujeitos, não o contrário (Joan Scott, 1999).

Para mim, a ciência psicológica é uma ciência política, uma ciência de libertação. De libertação dos indivíduos destas estruturas sociais, não uma libertação no sentido de que vou morar longe do mundo. Como que eu olho para isso? Eu acho que quando você consegue enxergar, claro que não conseguimos todas, mas se conseguirmos produzir na Psicologia olhares críticos sobre as nossas relações, se nós conseguimos produzir olhares críticos sobre a nossa história, sobre o que nos

constitui, sobre quem somos, nós conseguimos construir instrumentos de libertação. E eu acho que nós raramente fazemos isso, e esse é o movimento revolucionário (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

O percurso aqui desenvolvido buscou apresentar os componentes “históricos da constituição da Psicologia e apontamentos elencados por estudiosos relativos ao desafio de delinear e definir o que é o saber psicológico, diante de tanta diversidade” (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.3) a partir das críticas produzidas pela teoria feminista à ciência hegemônica e, mais especificamente, à Psicologia. O que colaborou para o retorno à pergunta, como e por que minhas interlocutoras, psicólogas feministas pesquisadoras fazem ciência psicológica?

O percurso traçado aponta para a necessidade de outros saberes no campo psicológico. As cientistas investigadas tecem críticas firmes ao modelo hegemônico que a ciência psicológica tem se baseado. As interlocutoras, Sandra Azerêdo, Jaileila Menezes, Paula Gonzaga e Elcimar Pereira contribuem com formulações teórico-explicativas da Psicologia a partir, principalmente, de lentes feministas, latino-americanas e antirracistas.

Eu não tinha a preocupação em pensar quais são as teorias genuínas da Psicologia que eu utilizaria para discutir assuntos ligados a raça e gênero. (...) Para mim, a Psicologia é meu espaço de fala (...) Eu mesclei teorias que me ajudassem a inserir as temáticas na disciplina (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Consoante a isso, anseiam construir modos de produção na ciência psicológica na prática cotidiana de suas pesquisas, nas formas de compactuar e romper com os ritos da ciência tradicional, no estabelecimento dos moldes de produção/divulgação dos conhecimentos produzidos, no comprometimento com a transformação social, com especial atenção à realidade de mulheres, e na relação com os sujeitos pesquisadas/os. Por mais que em um primeiro momento pareça que a Psicologia fique em segundo plano, como uma ciência não genuína, ou enquanto uma ramificação, a ciência com a qual Elcimar deseja compactuar e lançar mão para o desenvolvimento de sua produção é múltipla e interdisciplinar. É uma ciência que se tensiona e reinventa. Fica evidente, também, que ela entende que é a partir da ampliação, questionamento e ressignificação, que seria possível reconhecer a Psicologia como o *lócus* da sua fala. Mais do que reconhecer as limitações do pensamento psicológico, o que ela deseja é contribuir para a

sua resignificação e mudança de paradigma. Na mesma direção está Sandra, quando questionada para quem ela produz, já que compreende que a Psicologia deixa uma lacuna quanto aos estudos acerca da raça, gênero e etnia e suas articulações na produção dos sujeitos. Para ela, é preciso corporificar a compreensão da subjetividade e do sujeito que a investiga.

Na Psicologia? É na Psicologia sim, né. Porque eu vim de lá, eu sou formada em Psicologia. Eu tenho o mestrado, eu tinha mestrado na Psicologia. Fiquei muito preocupada, nós todos muito preocupados. E hoje ia ser difícil eu conseguir entrar para Psicologia. Porque meu doutorado era em História da consciência. O que que é isso né? Mas aí minha orientadora escreveu, não, isso tem a ver com Psicologia social. E eu consegui entrar na Universidade como professora. Eu escrevo para psicólogos e psicólogas (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

A pergunta que está posta, diante das críticas ao modelo científico que a Psicologia se embasa, pelas interlocutoras e por um conjunto amplo de feministas, parece girar em torno do como. Como fazer ciência psicológica que contribua para a ruptura das restrições acerca dos processos de subjetivação, da compreensão do sujeito e da sociedade, criando a ideia de liberdade e de espaços outros, alternativos, de resignificação das experiências?

Mas o que configura o saber psicológico? Como ele se constituiu e a quem ele serve? Estas duas questões perpassam toda a história da Psicologia como pensamento filosófico e científico. E responder esta questão não é tão simples, como já apontaram alguns autores que se desdobram para discutir a história e o saber psicológico em suas diversas faces (Farr, 2004; Figueiredo, 2009; Guareschi, 2012). Seja na busca de discutir sobre esta temática, considerando o saber psicológico independente da abordagem, como Figueiredo (2009), ou na especificidade da Psicologia Social, conforme aponta, Guareschi (2012) (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.4).

Não existe um modelo único proposto por teóricas do campo feminista à Psicologia. Alguns vão nomear a emergência da Psicologia Feminista, (Sofia Neves e Conceição Nogueira, 2003; João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio, 2006; João Manuel de Oliveira, Carlos da Costa e Nuno Carneiro, 2014; Amana Mattos, 2015; Marília Saldanha & Henrique Nardi, 2016; Marília Saldanha, 2018), outros dizem sobre as vertentes no campo da Psicologia Social Crítica propícias ao desenvolvimento desta questão (Adriano Nuernberg, 2005; Lenise Borges, 2014;

Claudia Mayorga, 2014). Não há, por parte das interlocutoras, a nomeação de que suas práticas científicas estariam ancoradas neste campo. Com exceção de Jaileila, que em um artigo recente, escrito em parceria com Karla Adrião, Leyllyanne de Souza e Raissa Falcão, explicita partir das contribuições da Psicologia Feminista:

Na discussão, consideramos as contribuições da Psicologia Feminista (Fine & McClelland, 2007; Neves & Nogueira, 2003; Toneli, Adrião, & Perucchi, 2013) com foco nas questões de poder (Butler, 2004) e de interseccionalidade (Nogueira, 2011; Piscitelli, 2008); e as abordagens da pesquisa-intervenção no campo da Psicologia propostas por Palombini, Maraschin e Moschen (2012) e Fine, Weiss, Weseen e Wong (2006) (Karla Adrião, Jaileila Menezes, Leyllyanne de Souza & Raissa Falcão, 2017, p.3-4).

Karla Adrião, Jaileila Menezes, Leyllyanne de Souza e Raissa Falcão (2017) ao se referirem às contribuições da Psicologia Feminista, em diálogo com os estudos de poder e interseccionalidade, deixam claro/escuro o desejo de construir, a partir dessas conexões, uma atuação no campo da pesquisa-intervenção que olhasse para os sujeitos como ativos, reflexivos e capazes de dizer sobre si. Para tanto, buscaram o desenvolvimento de metodologias em que os/as jovens pudessem falar a partir de seus lugares de fala, e que fossem capazes de aliviar os lugares das pesquisadoras/res. Para elas, favorece “o conhecimento do território e localização das relações de poder que sustentam desigualdades sociais” (p.3).

É consenso entre as interlocutoras que a produção, ancorada na ruptura com o modelo hegemônico, dentro da ciência psicológica, bebe nas leituras feministas. As entrevistadas se identificam como pertencentes à Psicologia social, e compreendem que a ciência que produzem não se restringe à investigação do gênero em Psicologia ou da compreensão da produção de uma investigação sobre mulheres, mas da utilização de lentes feministas atentas a gênero, raça, etnia, origem e geração, bem como uma crítica contundente aos pilares epistemológicos que produzem e/ou reproduzem estruturas desiguais em termos sociais, no exercício profissional e no conhecimento psicológico (Amana Mattos, 2015).

Nessa perspectiva, todas, a seu modo, vão evidenciar que não acreditam em uma neutralidade no campo da ciência. Ou dito de outro modo, tanto Sandra Azerêdo, quanto Jaileila Menezes, Paula Bacellar e Elcimar Pereira compartilham do princípio epistêmico feminista de que não existe uma ciência neutra, mas sim, que toda ciência passa por interesses e visões

sociais, culturais, políticas, históricas e individuais que forjam desejos e constituem condição de possibilidade de emergirem em um determinado momento histórico.

Foi nosso propósito problematizar a tradição da pesquisa baseada na objetividade, neutralidade e distanciamento entre pesquisadores/as e pesquisandos/as, trazendo a dimensão da implicação social de pesquisadores/as, que requer posicionamentos políticos e engajamento no campo social em que se está atuando, sem perder de vista o rigor metodológico e a coerência com os pressupostos que sustentam o processo investigativo (Jaileila Menezes, Veriana Colaço & Karla Adrião, 2018, p.15).

Mas, a Psicologia não está sozinha em sua exclusão da política de seu campo de estudo e trabalho. Grande parte de estudiosas/os fazem seu trabalho “agradavelmente protegidos/as com cordão de isolamento das infecções venéreas da política” (2004:225), conforme coloca Haraway em sua crítica aos/as estudiosos/as da área de estudos da ciência (Sandra Azerêdo, 2008, p.4).

Um outro problema, que continua atual, é que ciência psicológica insiste em não superar algumas perspectivas clássicas, eurocêntricas, sexistas, classistas e etc. quando pensamos que mantemos a crença de que é preciso construir conhecimento de maneira neutra, objetiva mantendo a distância dos sujeitos pesquisados. Os temas que eu pesquiso, por si só, já dizem que não há neutralidade na minha produção (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Para mim, a Psicologia é mais uma perspectiva disciplinar, em que, para discutir alguns assuntos, eu preciso dialogar com outras áreas, (...) e assim como outras disciplinas das ciências humanas se produz a partir dos sujeitos que a compõe, então eu fiz meu mestrado na Psicologia e meu doutorado também, porque precisava que ela me coubesse e para isso precisei pensar fora das caixinhas do modelo moderno neutro, sem implicação, sabe? (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

O exercício sobre o qual se debruçam, a partir da constatação da importância da constituição de outros princípios e perspectivas para seus saberes e fazeres, é a associação entre princípios epistemológicos, metodológicos e ontológicos que têm como fim o posicionamento científico e o tensionamento das fronteiras entre a produção acadêmica e política. Afirmam, com isso, uma prática feminista no campo *psi*, baseada em uma compreensão crítica da ciência

como um campo de disputa na produção de verdades e que terá, como fim, um conhecimento local e temporal.

Para isso, associam o encontro com o feminismo, em suas diversas expressões, com os modos com que têm pensado a ciência que produzem, e a própria vida, em um movimento de experienciar lugares, saberes e fazeres. O encontro com o feminismo, os estudos raciais, pós-coloniais, latinos, estudos sobre a juventude, subalternos, têm sido associados para pensar a posicionalidade no campo psicológico. Nestes termos, como proposto por Sandra Azerêdo:

O que que é isso, não existe uma ciência sem a política, cara. (...) os estudos da ciência são, necessariamente, relacionados à política. Então para mim, não tenha dúvidas, isso foi desde o primeiro momento em que eu entrei no doutorado. Antes eu achava que não, que eram separados, toda a nossa formação em Psicologia é muito assim. Mas cheguei lá (Doutorado com Donna Haraway) e mudei (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

O que fica evidente é que o conhecimento produzido por Sandra, e pelas demais interlocutoras, se dá a partir de um processo, e que elas nem sempre sabem dizer quando se tornaram feministas, ou quando o feminismo passa a ser incorporado em seus escritos, mas que é inevitável pensar o feminismo distante de uma prática cotidiana, seja ela científica, da vida cotidiana ou em outra esfera. Elas reconhecem experiências distintas sob a ótica do feminismo ao longo de seus processos vivenciais e cotidianos:

Marisa Corrêa de certa forma me introduziu ao feminismo. (...) Foi meio descolado da Psicologia. Quando eu vou para os EUA, eu sou como esposa do Renato, hoje ex-marido e grande amigo, que estava fazendo doutorado. E encontro a Marisa que era esposa do Plínio. Nós duas, então, inteiramente fora da academia, fomos lendo Simone de Beauvoir e muitas outras coisas de literatura. (...) e foi aí que eu conheci o feminismo como uma teoria que era descolada da academia. Meus primeiros passos como militante feminista, que até hoje eu sou, não passava pela academia (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Passar para ser professora em outro Estado foi muito importante para mim, para conseguir manter minha separação, eu conseguia o manter distante, me manter distante da violência física, violência psicológica. Foi muito difícil e muito do que eu entendi desta minha relação eu só

consegui muito recentemente. Inclusive para entender que eu não merecia viver isso em nenhuma outra relação. E o feminismo chega nesta perspectiva, de me ajudar a entender e nomear. Pensar que o que eu vivi tem nome e eu não sou a primeira a passar por isso (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Eu não sei quando eu comecei a ser feminista. Não sei mesmo. Eu penso na minha infância em vários momentos, eu lembro de como me incomodava ouvir coisas tipo “isso é coisa de homem” e eram coisas que eu queria fazer, por exemplo, trocar lâmpada, e eu perguntava porque é coisas de homem e por que eu não posso?. Estar no NEIM me ajudou a pensar sobre isso, sobre os lugares que eram reservados para as mulheres na minha família, era a cozinha, minha avó era cozinheira e tinha barraca na praia, minha mãe foi empregada doméstica, minha tia era cozinheira, uma outra tia também, e eu não queria trabalhar na cozinha eu queria estar na sala. Eu acho que isso é um marcador, eu não queria ser mais uma das meninas cortando quiabo, eu queria ficar deitada na sala lendo um livro e isso foi um divisor (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Assim, eu fui pensar sobre feminismo no Transas (Grupo Transas do Corpo), que era um grupo que tematizava isso, eu participei de várias formações lá e me vi em meio a mulheres feministas e fui encontrando o meu feminismo. Mesmo quando eu participei da seleção para trabalhar lá foi um amigo que disse: tem uma seleção aberta num grupo que trabalha com coisas muito parecidas com as que você fala. (...) eu não me reconhecia como feminista, mas que também não revidava quando falavam, sabe. Eu não sabia o que era, mas parecia bom. O resultado que me tornei uma educadora social do Grupo Transas do Corpo – Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

As teóricas apresentam suas aproximações com o feminismo compreendendo-o como um conjunto de ideias que contribuem para a significação das vivências e trajetórias que conduzem a vida cotidiana. Iniciam esse olhar reconhecendo o feminismo como um movimento, inicialmente, distante da ciência, que se consolidou como uma lente de apreensão das suas histórias a partir da compreensão da história da sociedade, a partir do lugar social das mulheres, distanciando-as da perspectiva de que suas vivências eram únicas e fruto de um destino social. É neste sentido que o discurso político e social ganha o contorno intelectual e filosófico, e passa a marcar seus interesses científicos e profissionais, suas conquistas e

interesses, como na compreensão da relação sujeito-objeto, da subjetividade, do lugar social do conhecimento científico, dentre outros.

Está em discussão aqui a importância de pilares epistêmicos, ontológicos e metodológicos comprometidos com a produção de uma ciência psicológica situada, reflexiva, em que perguntas como quem eu sou, como eu faço, porque faço e o que espero do meu fazer científico, fazem parte do cotidiano do conhecimento, assim como buscar o que não está visível, “o que não estou perguntando, quem eu não estou vendo, quem está sendo excluído/a, e colocado/a em posição de submissão” (Karla Adrião, 2015, p.480).

Não é só dizer eu não sou neutro, porque ok. Então o que você é? A Psicologia precisa ser, precisa ser antirracista, precisa ser antissexista, centrada no seu espaço territorial, precisa construir relações não hétero-centradas em seus discursos. Nós continuamos falando em modelos familiares, continuamos falando em mães suficientemente boas, de mães psicotizantes. Será mesmo que são só as mães que criam? (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Nestes termos, ser apenas neutro, não basta. Precisa ser posicionado e comprometido eticamente. No mesmo sentido, Jaileila, em produção conjunta a Mônica Costa (2010), defende, a partir de um diálogo com o construcionismo, o engajamento ético-político da produção científica, se mantendo atenta à importância do endereçamento da pesquisa, as implicações das produções que, para elas, resultam em compromisso com a transformação social e com os sujeitos investigados/das.

Tal perspectiva se evidencia na adoção do posicionamento no qual conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas, via práticas sociais. Desse modo, não existem objetos naturais e o conhecimento não representa a realidade, porque ela é tomada como resultado das produções sociais que se institucionalizaram (Spink, 2004) (Jaileila Menezes & Mônica Costa 2010, p.460).

A ética feminista, aqui proposta, procura abrigar e receber as demandas, propiciar a autonomia dos sujeitos — principalmente as mulheres, contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica, aproximando, assim, vida e ciência. Para estabelecer este movimento entre interpretações da vida e interpretações a partir da ciência, estabelecem um conjunto de leituras

das teorizações feministas, da proposta da investigação da experiência, dos estudos de gênero, e o feminismo, em sua multiplicidade, latino, negro, do norte, do sul, africano etc.

Se a gente não se posiciona, é claro que posicionamento pode resultar em mal-estar, em críticas, em violências e acho que a Psicologia tem enfrentado isso nos seus órgãos representativos, mas é um movimento que a meu ver do século XXI para frente. Por mais que tenham pessoas e ciências que vivam disso a gente tem que superar o paradigma da ciência moderna, não é só negar a neutralidade, objetividade e universalidade, a gente tem que dizer qual é o nosso posicionamento (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro 2018).

Em complementariedade, Elcimar reforça a importância de uma posição, ao afirmar que “não adianta eu fazer uma crítica à Psicologia, uma crítica epistemológica sem pensar saídas, sem pensar como seguir” (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018). Elcimar parece apostar na interdisciplinariedade como um possível desenho que reinventa a Psicologia enquanto um espaço propício para os estudos de gênero, raça e sexualidade.

Para isto, consideramos que reflexão e ação não são polos opostos. Adotamos então o conceito de *Práxis* como interpretado por Paulo Freire (2002, p. 92), que afirma que ela, “sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação”. Tal interpretação é tida como coerente com nossos propósitos por aproximar-se da ideia proposta de que as mulheres negras, a partir de diversas práticas, embasadas em saberes milenares sobre alteridade, criaram e recriaram formas de cuidado (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.2)

Ao estabelecerem um amplo diálogo entre autoras e autores do campo feminista, ora conciliador, ora com rupturas e reinvenções, questionam o fazer científico no contemporâneo. O que há de comum neste vasto conjunto teórico, parece ser a instauração de dissensos quanto aos pressupostos epistemológicos do positivismo. Especificamente, o encontro do feminismo com o *modos* de se fazer ciência que resulta em um intenso questionamento, principalmente, no que se refere ao compromisso sociopolítico da ciência, a ética científica e as implicações da constituição da ciência como um campo de homens e para homens, reforçando uma pretensa neutralidade e uma objetividade que carrega consigo matrizes sexistas (Ana Bach, 2010).

Nestes termos, como apontam Jaileila Menezes, Veriana Colaço e Karla Adrião (2018), lançar mão de um olhar feminista na pesquisa possibilita que “a abertura e a atenção para o que

surge no campo nos permite delinear caminhos muitas vezes imprevisíveis, mas radicalmente comprometidos com transformações sociais e políticas para quem está envolvido/a no processo”. (Jaileila Menezes, Veriana Colaço & Karla Adrião, 2018, p. 15).

As interlocutoras corroboram e contribuem com o pensamento feminista em sua crítica ao modelo científico hegemônico, explicitam as falácias e engodos que, historicamente, produzimos e reproduzimos com o intuito de construir verdades absolutas. Pensam ainda a produção e a forma de divulgação científica entre pares e refletem acerca da circulação e produção de conhecimentos para além dos muros dos centros de pesquisa, ensino e extensão. Neste sentido, propõem outras formas de divulgação científica. Sandra, durante sua carreira, dedicou-se exaustivamente às pesquisas extensionistas e aos estágios, sendo estes espaços pontos altos no desenvolvimento do seu pensamento e na produção de textos para o jornal de circulação interna Boletim da UFMG, em que buscava estabelecer diálogo com a comunidade da própria instituição. Jaileila tem se dedicado a lecionar disciplinas que estimulam a criatividade, autoconhecimento e desenvolvimento pessoal e intelectual em uma estrutura que escapa à convencional, tem utilizado do seu corpo, da forma de se vestir e do uso do cabelo como instrumentos que questionam um certo *modus operandis* de ser cientista. Paula, por sua vez, dedica-se ao desenvolvimento de ações de ocupação de espaços do campo *psi*, com temáticas que marcam uma posição político científica clara, marcada pelo desenvolvimento de seminários sobre o abortamento, a partir do qual estabelece parceria com o Conselho Regional de Psicologia (CRP-04), uma estratégia para pensar ciência e profissão a partir do engajamento sócio-político. Já Elcimar, caminha para a utilização da linguagem audiovisual no desenvolvimento de seu pensamento intelectual, tendo a produção de filmes de curta e longa metragem como um ponto forte de sua carreira.

A estruturação de formas diversas de produzir e divulgar conhecimento em Psicologia parece estar baseada em uma tarefa de produzir outras formas de diálogo científico possibilitando criar, revisar e criticar um corpo de ideias, pressupostos, teorias e práticas no campo *psi* de maneira a favorecer o entendimento dos processos experienciais.

Sandra Azerêdo (2002a, 2002b), ao pensar a importância de uma ciência situacional e a dificuldade de produzir uma teorização a partir de uma perspectiva feminista no campo psicológico, propõe como uma saída à utilização de outros recursos, tal como o literário. Nesta busca, enfatiza a análise do literário, a partir da contribuição da Psicologia para uma melhor compreensão da experiência e da diferença oriunda da investigação de sua complexidade e contradição das produções discursivas.

Ao analisar outra delimitação no espaço da casa reservado às empregadas – o quarto de empregada que, muitas vezes, foi planejado como depósito, sem janela, um verdadeiro “quarto de despejo” –, Kofes apresenta o depoimento de uma empregada dizendo que “não aguent[a] mais dormir no meio de jornais velhos, tábua de passar roupa e garrafas vazias”, e um trecho de Clarice Lispector, falando do quarto de empregada “na sua dupla função de dormida e depósito de trapos, malas velhas, jornais antigos, papéis de embrulho e barbantes inúteis”. Clarice fala mesmo de empregadas em vários de seus textos, e no final da vida escreve sobre Macabéa – “A moça é uma verdade da qual eu não queria saber”. Pensei na relação de Clarice com Macabéa na Hora da Estrela ao ler este livro, que contém uma análise das mais cuidadosas sobre relações de identidade, diferença e desigualdade entre mulheres (Sandra Azerêdo, 2002b, p.334).

As interlocutoras, cada uma a seu modo, parecem chamar atenção para a compreensão da Psicologia como uma ciência do campo da vida cotidiana, que precisa ser produzida no diálogo com a literatura, com acontecimentos socio-históricos, música, dança, arte, enfim, das distintas formas de estar no mundo e de produção de conhecimento. Caberia, portanto, à Psicologia, desenvolver metodologias capazes de reconhecer o desenvolvimento do conhecimento como uma prática da objetividade corporificada. Objetividade esta, que evidencie e se atente aos dissensos, a “a contestação, a desconstrução, a construção apaixonada, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Donna Haraway, 1995, p.24). Mas como é possível perceber isso na prática científica, que escapa ao campo filosófico e epistêmico?

Leva-nos também a pensar a importância da divulgação no âmbito da academia para que novas pesquisas possam ser realizadas e que sejam comprometidas, acima de tudo, com o enfrentamento às injustiças sociais que marcam, historicamente, a vida dos quilombolas em nosso país (Roseane da Silva, Jaileila Menezes, Leyllyanne de Souza, Jéssica Silva, Renata Moura & Stellamary Gaia, 2017, p. 277).

Esta é uma questão cara à Jaileila Menezes, que tem produzido sistematicamente sobre metodologias de pesquisa-intervenção com jovens a partir das contribuições do feminismo. Reconhece em seu trabalho a horizontalidade com um dos pilares da intervenção, e prioriza o

trabalho grupal, com devolutivas totais e parciais como parte das ações de uma Psicologia comprometida com a transformação social e desenvolvimentos das/dos sujeitos.

Vivenciamos um desmanche dos lugares de quem ensina e de quem aprende, desmanche que faz parte da dimensão participativa das oficinas como tecnologias sociais. Aprendemos com o grupo que, claro, há limites para o que pode e/ou é possível ser dito ou não nos encontros, tendo em vista os diversos fatores envolvidos na relação pesquisador/a e interlocutores/as, guardados pelas próprias diferenças subjetivas atreladas a gênero, classe e território entre nós. No entanto, não podemos antecipar tais limites com exatidão, nunca prevemos exatamente o que vai surgir. Essa imprevisibilidade relacionada a um contexto em que discutíamos sobre sexualidade, território, classe, gênero favoreceu a fluidez com que as agendas de debate surgiram. (Karla Adrião, Jaileila Menezes, Leyllyanne de Souza e Raissa Falcão, 2017, p.9).

A devolutiva foi um momento rico, pois foi possível dialogar com os(as) jovens, ouvi-los, conhecer suas inquietações e interesses. Foi um momento também para pensarmos sobre o modo como realizamos pesquisas, nosso lugar como pesquisadores(as), na produção do conhecimento, e sobre a importância de dar um retorno aos(as) participantes (Roseane da Silva, Jaileila Menezes, Leyllyanne de Souza, Jéssica Silva, Renata Moura e Stellamary Gaia, 2017, p. 277).

O que Jaileila postula é que não é qualquer princípio epistêmico, metodológico ou postura que se diz parcial, que serve para a configuração de novos formatos de pensar transformação social, política e ciência psicológica. Com o intuito de "contribuir para a construção de uma ciência responsável, criativa e inovadora, que congrega diferentes níveis de análise" (Thais França, 2013, p15), convida para um horizonte criativo em que prestar atenção em si mesma é imprescindível para a produção.

Eu estou em um momento acadêmico de renovação, tenho respeitado mais minha intuição, tenho investido no desbloqueio da criatividade, tenho trabalhado como investir nestes que são pontos esquecidos da Psicologia contribui para a mudança das questões de investigação. Uma pergunta tem cheiro, tem espaço e tem coração (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

O que Jaileila parece fazer, é permitir se surpreender, ser interpelada, invadida pelo outro/a, encher-se de vivências, histórias, acontecimentos que nunca puderam ser conhecidos de antemão, devido ao estabelecimento de uma objetividade que em nada contribui para a construção do diálogo implicado. Nas palavras de Donna Haraway (1995, p.24), “conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação. De tal ponto de vista, a categoria não marcada realmente desapareceria”.

Sandra Azerêdo (2011), compreende que uma ciência psicológica posicionada, que estingue a distância entre sujeito pesquisado/a e sujeito pesquisador/a, não diz respeito à construção de empatia, envolvimento entre estes dois atores a partir da disseminação de um conjunto de instruções acerca de como se porta em campo de forma empática, simpática, acolhedora e afetiva, se atentando aos aspectos da linguagem e do espaço. Essa concepção resultaria na construção de um conjunto de características que a/o profissional, pesquisador/a se compromete com a função de pensar nos efeitos das posições sociais assimétricas que se estabelecem em contextos de atuação profissional, pesquisa, ensino e extensão (Sandra Azerêdo, 2002).

Neste sentido este saber psicológico posicionado ou localizado é constituído pelo reconhecimento dos sujeitos pesquisadoras/res de suas posições estruturadas por gênero, sexo, raça, etnia, nacionalidade e classe na interação com seu sujeito e na nomeação das relações de poder que se estabelecem. É a negação de um conhecimento objetivo que distancia sujeito e objeto e a produção de uma percepção em que os aspectos subjetivos, ligados ao processo do experienciar, produzem efeitos de poder, que têm como consequência uma objetividade parcial, corporificada, posicionada e que busca a horizontalidade (Donna Haraway, 1995).

Primeiro a gente tem que se colocar nos lugares que não são convencionais das nossas investigações, e perguntas como estas dinâmicas funcionam. Eu acho que talvez esse seja um giro metodológico que a gente não banca ainda, mas que precisamos. (...) devemos partir do pressuposto de que não temos algo a oferecer ao outro. Isso deixa este outro em eterna dívida, parece que ela tem que estar ali disposta para você (...). por isso é importante sair deste lugar de quem concede, e partir da ideia de contribuição mútua, talvez seja uma mudança metodológica possível. E aí é para além das metodologias participativas, eu acho que são contribuições, para mim são metodologias contributivas (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

O que está em questão é a palavra-chave para a objetividade na ciência psicológica, qual seja o posicionamento. Dessa forma, é o posicionamento crítico, explícito e corporificado que produz a ciência. Assim, nas palavras de Sandra Azerêdo, “objetividade é falar eu estou pesquisando aqui, a partir daqui.” (comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Como se dá a construção do conhecimento e como ele é exercido e legitimado? Há separação entre conhecimento e prática? Estas perguntas são utilizadas como ponto de partida para situar o conhecimento produzido por mulheres negras baseado em ensinamentos ancestrais como algo que pode ser tomado como um tipo de saber psicológico, embora não reconhecido como tal. Na defesa deste argumento, consideramos que na trajetória das mulheres negras existe uma práxis que contribui, mesmo em situações adversas, para a sobrevivência, o fortalecimento e a mediação das relações de cuidado em prol de uma saúde integral (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.2).

Desta maneira, este sujeito que produz ciência sempre está atento aos processos relacionais, sendo parcial em todas as suas formas, em busca de um saber que está em produção. Assim, o/a pesquisador/a deve estar pronto/a para uma hermenêutica da suspeita, sendo um/a questionador/a, e possibilitando espaços para a contestação, desconstrução, agência dos sujeitos a fim de promover condições de transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ser e estar no mundo.

Sempre foi assim essa minha atitude como professora, estudiosa, cientista, só que entre aspas. Entre aspas não é ciência. Ciência, para mim é isso, é você ter contato com o mundo que não é o mundo palpável, visível, de todo dia. É você tentar questionar este mundo. Então está legal, eu sou cientista (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Portanto, o conhecimento psicológico posicionado lança o sujeito em um movimento performativo que está intimamente ligado aos aspectos políticos e às implicações da produção. Ninguém fala de lugar nenhum, e cabe explicitar o algum local de partida e horizonte de chegada, cabe ao/a pesquisador/a dizer de suas posições e trânsitos. Nesta perspectiva, a parcialidade, uma produção que se compreende e anuncia parcial, local e temporal é a única maneira de vislumbrar uma visão mais ampla, racional e posicionada (Donna Haraway, 1995).

Uma ciência psicológica posicionada, lançando mão do pensamento de Donna Haraway (1995), seria aquela em que o posicionamento do sujeito cognoscente, é condição *sine qua non* para a produção de um conhecimento temporário que se contrapõe à busca por uma Psicologia mais “verdadeira”. Compreendo, portanto, como parte dos discursos constitutivos das práticas enquanto produções históricas e politizadas. Para tanto, uma proposta é olhar para a experiência como um motor para a construção de sentidos e significados, a sua inscrição no mundo real, no campo científico e político (Joan Scott, 1995). Nestes termos, desenvolver uma investigação a partir de experiências, é assumir uma postura ética diante de uma produção, que é, antes de tudo, localizada, atenta aos lugares de fala (Djamila Ribeiro, 2017). O posicionamento, em uma perspectiva feminista, os códigos de inteligibilidade, solidariedade e antagonismos são postos na mesa e entram no jogo da produção científica.

As palavras não são desprovidas de sentido, as palavras têm um peso político que é fundamental, e a gente tem que se haver com isso, elas têm uma história, inclusive dentro dos campos teóricos. Nesse sentido, ocupar espaços institucionais dentro da universidade, espaços que me desgastam muito, mas eu preciso estar neles (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

As posições ocupadas pelos sujeitos na disputa por regimes de verdades, não podem ser vistas fora de um campo de poder. Isso significa que as categorias de gênero, raça, origem e orientação sexual importam na produção de um conhecimento no campo *psi*, intimamente vinculado à biografia e à experiência dos sujeitos que o produzem, evidenciando, com isso, o conhecimento como um construto sócio-histórico.

Quando a gente escuta, hoje é o nosso código de ética está ultrapassado, na verdade o que a gente está ultrapassado, o que estamos escutando é que pensar esses sujeitos que historicamente não eram concebidos enquanto sujeitos pela Psicologia (...) é um crime. O que a gente vive hoje enquanto retrocesso, na verdade, é um revanchismo dos avanços que tivemos. O que a gente vive hoje no cenário político, social e científico brasileiro é uma reação ao fato de que mulheres, como eu, como você, estamos no ensino superior, é uma reação, fato de que tem casais que estão casando mesmo tendo seu cônjuge do mesmo sexo, é uma reação ao fato de que mais pessoas hoje se consideram humanas, e são consideradas humanas. E a Psicologia tem que perguntar-se sobre isso. (...) quem é humano para a Psicologia ocidental? Durante muito tempo eu não era humana, durante muito tempo a maioria das pessoas

brasileiras não eram humanas. A humanidade constituída hoje não é uma humanidade homogênea, cristã, filantrópica. Ao contrário, é uma humanidade de direitos e isso é uma função da Psicologia. E só vamos conseguir isso a partir do momento que entendermos que subjetividade não é individual, subjetividade em verdade, é forjada em uma margem de relações e cabe à Psicologia interferir nestas relações. Nós precisamos intervir em relações que desumanizam cotidianamente (Paula Gonzaga, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Sandra Azerêdo (2013), no capítulo intitulado *Em defesa do posicionamento na pesquisa em Psicologia* argumenta, a luz do texto *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, de Donna Haraway, que é imprescindível para a ciência psicológica uma produção comprometida com a transformação das realidades locais e posicionada. Dessa forma, cabe ao pesquisador/a rever não apenas os seus aportes epistemológicos e metodológicos, mas, também, e principalmente, os aspectos políticos e éticos nas práticas de pesquisa cotidianas.

Considero importante discutir a noção de posicionamento na prática de pesquisa em Psicologia porque ela possibilita romper com uma série de dicotomias que, a meu ver, constituem obstáculos para uma transformação da realidade de dominação com a qual nós, profissionais *psi*, nos deparamos cotidianamente em nosso trabalho (Sandra Azerêdo, 2013, p. 124).

Ao discorrer sobre as bases metodológicas da Psicologia enquanto ciência, Sandra pontua que um elemento que mantém um conjunto de hiatos históricos na Psicologia, tal como objetivo e subjetivo, sujeito e indivíduo, sujeito e objeto, está baseado na ausência de um posicionamento crítico nas pesquisas em Psicologia.

(...) abordagens metodológicas tradicionais na Psicologia, em que, mesmo quando se tenta levar em consideração o envolvimento do/a pesquisador/a na produção dos dados, já que se admite que nenhuma pesquisa (“especialmente em ciências sociais”) é neutra, não há na verdade um posicionamento, e sujeito e objeto desaparecem da cena (Sandra Azerêdo, 2013, p. 123).

Nesta mesma direção, Paula (Paula Gonzaga, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018) afirma que “é como se meu corpo fosse escudo do que eu estou levando, que eu estou defendendo”, sendo o corpo o ponto de partida e de chegada para a construção do seu

conhecimento, de uma ciência corporificada, engajada e comprometida com a luta antirracista e sexista. O seu corpo se inscreve numa experiência específica, que não é negligenciada na construção dos argumentos que compõe seu pensamento e intervenção.

Ao olhar para o meu passado eu penso que uma Psicologia politicamente implicada poderia ter feito a diferença em vários momentos da minha vida, e na vida de pessoas que são meus antepassados. A gente (a Psicologia) nunca estava lá. Parece que a gente nunca chega nestes espaços, ou melhor, quando a gente chega é para normatizar, para dizer das infâncias vulneráveis, “olha como vocês não sabem criar seus filhos”. A gente chega para dizer o que é certo e o que é errado. Esta é uma postura muito problemática (Paula Gonzaga, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Conscientes de suas escritas, ou de seus papéis enquanto pesquisadoras, uma possível conclusão é a de que há uma certa mística feminista, que de uma maneira geral, é explicitada na maneira transgressora com que as minhas interlocutoras olham para ciência psicológica, recusando balizas clássicas e reconfigurando o hiato entre ciência política e vida. Têm como princípio e fim a questão da liberdade, a liberdade do uso do corpo, da construção do pensamento, da forma de divulgação e interpelação pública.

Quando questionadas sobre seus objetivos na produção científica feminista em Psicologia, as interlocutoras caminham em direção a uma relação com a ciência como um instrumento transformador, tanto da própria história, quanto de sujeitos que pertencem aos seus grupos identitários e ainda a outros sujeitos imersos em processos de exclusão, discriminação e desigualdade.

Para mim, uma das minhas metas políticas e científicas dentro do ensino superior é formar psicólogas negras. Eu acho que - se você vai atender na clínica, se você vai atender no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou onde quer que seja, se você vai fazer carreira de pós-graduação, se você vai fazer concurso público para professor federal – se você é uma psicóloga negra o seu corpo é uma intervenção. Você desloca esse lugar, você não é a funcionária do café, pode ser que a funcionária do café também seja uma mulher negra, mas isso mostra que a gente pode estar em vários lugares, porque esta é a grande interjeição que eu enxergo nos espaços que eu entro. As vezes as pessoas me chamam para falar em algum lugar e quando eu chego as pessoas se surpreendem com quem eu sou (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 dezembro de 2018).

Considero que é preciso desenvolver na Psicologia teorizações e práticas que busquem entender a questão da diferença como sendo relacionada ao pertencimento a grupos desiguais, de modo a entender as diferentes posições de sujeito que ocupamos na sociedade. Quando tratamos a diferença como relacionada ao pertencimento a grupos, estamos nos posicionando politicamente, nos considerando como parte desses grupos e não nos considerando como sendo neutros na produção de nosso conhecimento e reconhecendo que estamos produzindo este conhecimento a partir de um determinado lugar na sociedade e não acima de qualquer lugar. Assumimos responsabilidade pelos “fatos” que produzimos e buscamos discutir esses fatos na comunidade científica, numa “conversa sensível ao poder”, como propõe Donna Haraway, em seu importante artigo sobre “saberes localizados”. É preciso, portanto, trazer a política para a Psicologia. Mas a Psicologia não está sozinha em sua exclusão da política de seu campo de estudo e trabalho. Grande parte de estudiosas/os fazem seu trabalho “agradavelmente protegidos/as com cordão de isolamento das infecções venéreas da política” (2004:225), conforme coloca Haraway em sua crítica aos/às estudiosos/as da área de estudos da ciência (Sandra Azerêdo, 2008, p.3-4).

Um deles é a produção do conhecimento coletivo, que ainda é um desafio, mesmo por parte de grupos organizados, e que se relaciona intimamente com a prática da alteridade. Outro aspecto é que por vezes desconsideramos que algumas práticas, que conceituamos e teorizamos sobre, são conhecimentos já produzidos anteriormente, mas temos a tranquilidade de as considerarmos como novidade, desconsiderando suas origens e/ou processo histórico, valorizando apenas o espaço acadêmico como espaço único de construção de saber (Elcimar Pereira & Enoe Moraes, 2017, p.3).

Buscamos (...) enfatizar a importância do diálogo entre a Psicologia e as Teorias Feministas, a partir do debate epistemológico e metodológico acerca do direito à pesquisa e da noção de pesquisa participativa com grupos em contexto de desigualdades. Neste percurso, as posições de pesquisadoras e de participantes vão se deslocando, bem como aponta a literatura na área (Fine, 2015), e os lugares de privilégios (ser pesquisador e ter acesso ao conhecimento acadêmico) passam a se comunicar com as posições das/os participantes (que conhecem seu território, sua vizinhança melhor que ninguém), de forma tal que distintos conhecimentos se agregam, permitindo a produção de pesquisa e de intervenção. Reflete-se e atua-se sobre a

realidade social interseccional desigual (Karla Adrião, Jaileila Menezes, Leyllyanne Souza & Raissa Falcão, 2017, p.8-9).

Na invenção de si, as intelectuais constituem uma trama aberta de sentidos para a compreensão das relações sociais, dos processos de subjetivação e significação dos sujeitos em suas pesquisas. Em um exercício analítico, visam estabelecer uma dinâmica entre as necessidades sociais e científicas. Convidam a pensar a prática científica em Psicologia a partir da ideia de posicionalidade. Problematizar a tradição hegemônica na prática cotidiana de ensino, pesquisa e extensão, para elas, passa por um comprometimento ético com o sujeito investigado a partir da horizontalidade e do reconhecimento de que o saber só se produz em relação. Uma prática em Psicologia é uma prática política, como aponta Sandra Azerêdo:

No trabalho de Rancière tenho encontrado apoio para entender o significado de política de modo a relacioná-la tanto à Psicologia como à teoria feminista através da noção de desejo. Esse apoio é ainda vacilante e por isso, no que se segue, tentarei me manter próxima à sua escrita de modo a tornar mais compreensível seu pensamento sobre a política. De acordo com Rancière, “a política é assunto de sujeitos”, ou, como ele escreve, de “modos de subjetivação”. Para ele, a subjetivação é “a produção por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência” (1996a:47). Um modo de subjetivação cria sujeitos “transformando identidades definidas na ordem natural da repartição das funções e dos lugares em instâncias de experiência de um litígio” (Sandra Azerêdo, 2008, p.13).

O que se materializa em uma implicação social de pesquisadores e pesquisadoras no *campo psi*, que exige posicionamentos políticos, engajamento social e dúvidas em uma persistente hermenêutica da suspeita sobre o próprio processo investigativo. Para elas, posicionamento, criticidade e saberes localizados compõem uma outra tríade epistêmica, a qual compactua com o rigor científico e com a coerência metodológica, epistemológica e ontológica que constituem os pressupostos que sustentam o processo investigativo em Psicologia.

Finalizo, então, com as palavras de Sandra, retiradas de sua tese⁵⁵ produzida para o concurso de professora titular da UFMG, já que compreendo que refletem as concepções e ideias apresentadas pelas interlocutoras:

Pensar a relação entre mulheres, feminismo e psicologia não foi, de modo algum, uma tarefa simples, nem esgotada. Sendo uma atividade que precisa ser sempre reatualizada, e é esta afirmativa que produz como efeito o constante questionamento de si mesmo, uma das contribuições do feminismo à psicologia. O tempo não produz certezas mas a suspeita, a necessidade de uma constante investigação, da construção de uma hermenêutica, a hermenêutica da suspeita. Mas, como pontua Sandra Azerêdo (2008), “quem disse que é uma tarefa fácil a prática do ensino e da pesquisa em Psicologia?” (p.10). Sandra Azerêdo, em um movimento de retomada do pensamento foucaultiano, aponta que “(...) não se deve opor crítica (“ideal”) e transformação (“real”) e chega a uma definição de crítica que tem muito a ver com o trabalho que tento fazer na universidade” (Sandra Azerêdo, 2008, p.10). Nestes termos, estaremos aqui sempre vigilantes de nós mesmas e da ciência que produzimos e desejamos em um movimento de crítica, autocrítica, reflexividade e posicionamento em busca da ‘revolução’ de nós mesmas e da realidade.

55 Azerêdo, Sandra Maria da Mata (2008). Grupo e Crítica no Ensino e na Pesquisa em Psicologia. Departamento de Psicologia. Concurso para Professora Titular (Tese não publicada).

4. A EXPERIÊNCIA COMO CATEGORIA ANALÍTICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E ÉTICAS

Eis uma pergunta que me faço. E para a qual não tenho resposta, como diria Descartes, clara e distinta. (...) E por que escrevo? Trago uma multiplicidade de hipóteses não excludentes. Escrevo para construir a minha própria identidade. A identidade é um reflexo de um jogo de espelhos (Frei Betto, 2017).

Escrever tem sido um exercício árduo e difícil no atual cenário político brasileiro de constante ameaça à democracia e de retrocessos marcados pelo silenciamento e extermínio simbólico dos, historicamente considerados, subalternos (Ranjit Guha, 2002), outros da razão (Aníbal Quijano, 1999), outros do governo e no governo (Edward Said, 2003). Esta governabilidade a que me refiro não se resume à possibilidade de estar em cargos públicos de gestão, planejamento ou execução. Manifesta-se, também, na atualização de um conjunto de violências epistêmicas (Gayatri Spivak, 2010), nos processos de emudecimento e de restrição de possíveis *lócus* de disputa pela enunciação, e das possibilidades de constituição de sujeitos e processos subjetivos de transformação de si (Margaret Rago, 2011; Michel Foucault 1979, 1992). São os códigos civilizatórios hegemônicos que, só por hoje, me parecem impenetráveis, associados à implementação de mecanismos jurídicos e disciplinares da colonialidade do poder e do saber em uma (re)atualização do mito do projeto da modernidade, e do poder disciplinar que marcam nossos corpos, docilizam nossas mentes e paralisam nossas práticas transgressoras orientadas para a invenção de um outro mundo possível.

São nestes tempos nebulosos e obscuros da reinvenção do cárcere das ideias e da precarização da existência, que este capítulo se figura. Em uma tentativa, ou melhor, em uma luta armada pelos ideais transformadores – de Silvia Lane, Maritza Montero, Paulo Freire, Ignacio Martin-Baró, Luiza Bairros, Leila Gonzales, bell hooks, Angela Davis, Edward Said, Santiago Castro-Gómez, Walter D Mignolo, Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel – me lancei em um campo desigual de disputas por legitimidade na busca pelas (des)conexões entre a ciência psicológica e a investigação sobre as mulheres, com o desejo de estabelecer um encontro epistêmico a partir de uma reflexão sobre as contribuições acerca “do olhar” para a experiência

de mulheres psicólogas feministas pesquisadoras, entendendo que a conceituação da experiência é uma das contribuições do feminismo à Psicologia.

Ideias estas que se apresentam a partir do diálogo com estas autoras e autores do campo da Psicologia social, Psicologia comunitária, dos estudos pós-coloniais, da teoria feminista, Psicologia da Libertação, que contribuem para o reconhecimento da importância do desenvolvimento de uma Psicologia crítica que se contextualiza e produz a partir da ruptura de uma história colonial que se estruturou no mito da democracia racial, da igualdade de oportunidades diante do sistema capitalista, na construção de um mérito científico que se organiza de maneira sexista, da desvalorização do pensamento local e do comprometimento social com o combate às desigualdades. Para esse percurso, faço uma investida teórica para empreender uma investigação da experiência como uma categoria de análise para a compreensão da realidade social.

Um pressuposto que se estabelece aqui é o de que a experiência como uma categoria analítica do feminismo tem uma contribuição imprescindível para a configuração do conhecimento teórico-ético-político dos conceitos de transformação e da escrita de si. Para tanto, algumas perguntas se fazem indispensáveis: como se deu o percurso histórico de investigação da experiência? Qual a função e o papel da experiência nas práticas investigativas? Quais usos são feitos desse termo, não apenas para as feministas, mas para a produção de conhecimento em ciências humanas? E para a Psicologia? Por que usar a experiência como categoria de análise para se pensar o ‘humano’? Como temos significado a experiência? Pensar a experiência equivale a pensar uma vivência individual? Ou ainda, a experiência é uma evidência comprobatória?

Assim, pensar a experiência, enquanto conceito analítico, é conhecer seus marcadores históricos e compreensões ao longo da constituição da cultura ocidental. O que se sabe, é que já na Grécia Antiga, encontra-se uma reflexão sobre a experiência. É no pensamento platônico que a relação entre experiência e vivência são postas como parte da mesma moeda (Platão, 1999). O saber-fazer dos artesãos, que se manifestavam entre o conhecimento/teorização e a prática/cotidianidade, resultaria na compreensão da experiência como o desenvolvimento de uma competência prática e reflexiva. Em uma disputa entre conhecimento cognoscente e cotidiano, a reflexão platônica caminha para a ruptura da oposição entre experiência e saber.

Em um salto temporal, Débora Garazi (2016) elucida que todo o século XX foi marcado por alterações históricas com a emergência de novos sujeitos sociais, e que estes foram de grande importância para a retomada da discussão entorno do conceito da experiência. O desejo

de enunciação destes sujeitos marcou a historiografia e as ciências sociais como um todo, principalmente na tentativa de construção de estratégias científicas de recuperação das vozes e experiências dos grupos considerados emudecidos e ainda negligenciados e ignorados pelas ciências humanas. Nas palavras da autora:

(...) Para redefinir, não apenas a disciplina em si, mas também seus problemas, conceitos, perspectivas, metodologias, fontes, etc. Entretanto existem certos conceitos que ainda que com distintas interpretações, definições ou implicações teóricas, aparecem de modo recorrente. Um deles foi a conceituações de experiência (Debora Garazi, 2006, p.6, tradução minha)⁵⁶.

Na mesma direção, Anna Bach (2010), ao tentar construir o processo histórico de apropriação do conceito da experiência pelas teorias feministas, pontua que atentar-se para a experiência, no último século, é marcar a multiplicidade de sujeitos da pesquisa e na pesquisa, assim como no contexto político e social. Nestes termos, marcadores identitários passam a ser colocados no centro e contribuem para a reconfiguração das margens.

Na perspectiva marxista, a experiência é compreendida como cotidianidade histórica ligada à vivência de classe. Para Karl Marx, a experiência é justamente a produção da materialidade histórica (Silvia Lane, 1984).

Com uma perspectiva complementar, Edward Thompson (1981) combina na definição de experiência, o reconhecimento do ser social com a consciência social, o que resultaria em uma influência objetiva e subjetiva, interna e externa, que tem impactos psicológicos. Para ele, os sujeitos não são autônomos ou mesmo livres, mas que ao vivenciar e elaborar sua vivência, construiriam consciência, o que resultaria no encontro com a liberdade.

Em um caminho similar, Samuel Delany (1988) apresenta a experiência como uma equivalência a uma vivência, um acontecimento na história individual ou coletiva que precisa ser visibilizado e questionado. Na mesma direção, Yves Schwartz (1998) compreende que a experiência apresenta um caráter formador, desde que construa condições de possibilidade na dinâmica de poder e saber, que permita que o sujeito emergja enquanto um/a trabalhador/a

56

(...) para redefinir no sólo a la disciplina en si, sino sus problemas, conceptos, perspectivas, metodologías, fuentes, etc. Sin embargo, hay ciertos conceptos que aunque con distintas interpretaciones, definiciones o implicancias teóricas, aparecen de modo recurrente. Uno de ellos ha sido el de experiencia (Debora Garazi, 2006, p.2).

audível e criativo/a. Neste caso, Schwartz (2010) reflete sobre a possibilidade do/a trabalhador/a reconhecer no trabalho um espaço de reflexão e posicionalidade no campo do trabalho e da vida em busca de significação.

Joan Scott (1999) segue um caminho relativamente próximo no que se refere à reflexividade e posicionalidade, mas diferente por compreender que a experiência é, justamente, a capacidade e possibilidade de significação de um conjunto de vivências e acontecimentos associados ao contexto sócio-histórico que transformam a experiência em uma categoria de análise social, de gênero, sexualidade, raça, classe, território e tantos outros. Dessa forma, não está restrita a significação a partir do trabalho. Nesta perspectiva, os marcadores identitários produzem vivências e acontecimentos, que, localizados em um determinado momento cultural, social, coletivo e individual, transformam-se em experiências. Assim, sem reflexividade não há experiência, mas sim uma vivência. A experiência seria, então, a resultante de um processo de autorreflexão e conhecimento, como podemos ver nas palavras de Paula, ao pensar sobre o processo de reconhecimento social a partir dos marcadores que compõem os sujeitos.

Esta divagação que eu faço sobre os vários momentos da minha vida, acadêmica e pessoal, de ser desqualificada por ser uma mulher negra, de origem popular, com uma estética popular, uma pessoa, um cientista branco não faz sobre si mesmo. Ela não se pergunta porque eu recebi uma promoção para ser dedicação exclusiva em um momento da posse, em um concurso de dedicação parcial, sendo que ela tem menos qualificação que uma outra colega negra, ela não faz (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

O significar é, em si, o experienciar. O que se afirma nesta compreensão é que o uso da noção de experiência é a recusa de uma perspectiva essencialista, não incorrendo no perigo de tomar a experiência como autoevidente e um acontecimento como *a priori* explicativo. A experiência, e o conhecimento produzido a partir dela, rompe com a visão do sujeito individual e visa explorar “como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo (Joan Scott, 1999, p. 4).

Nestes termos, olhar para a trajetória de Paula Bacellar, é reconhecer que a ciência psicológica que ela produz, compartilha e deseja, tem a ver com a percepção e significação social de suas vivências e ausências.

Pensar a Psicologia e mais especificamente a inserção em uma universidade, tanto como aluna, quanto como professora de uma

instituição pública, para Paula, foi importante já que permitiu que se pensasse a sua origem, “entender relações de poder que fomentaram violências que eu vivi, violências que mulheres como eu viveram”. A ciência Psicologia contribui para “repensar essa história de um outro lugar, e novamente, um lugar que não é do indivíduo que desenho e esse que fomenta certos comportamentos, que desenho é esse que permite algumas violências” (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Com a intenção de pensar, quase 30 anos depois da publicação do celebre texto *Experiência*, de Joan Scott, o que significa usar a experiência como elemento constitutivo das categorias analíticas nas pesquisas em ciências humanas e como a ciência psicológica pode se haver com a compreensão feminista de um fenômeno, publicado originalmente em 1991, Joan Scott (1999) define experiência como processos pelos quais sujeitos são criados, bem como as situações e posições que são conferidas aos sujeitos ao longo de sua história. Consoante a isso, atentar-se para a experiência como parte de um olhar objetivo de um problema científico, no contemporâneo, é ter como horizonte “as dimensões da vida cotidiana e das atividades humanas normalmente consideradas sem valor suficiente para serem mencionadas pelas histórias convencionais” (p.25).

Desse modo, os encontros teóricos, de amizade e orientação, se apresentam nos relatos de Sandra Azerêdo como sua ponte de virada e de significação. Viver em um outro país, imersa nos movimentos da virada entre a segunda e terceira onda do feminismo, racializou seu corpo e teorização. Perceber as vivências como parte de um sistema racial brasileiro, injusto, que licencia as desigualdades, resultou na experiência de tornar-se negra. Uma teórica negra.

Quando voltei dos EUA, na década de 1980, eu comecei a pensar as relações de gênero associadas às de raça. E foi interessante, não, sofrido mesmo, perceber que eu era racista, é isso mesmo, cara!!! Eu era racista, filha de mãe preta e pai branco e mesmo assim racista. E foi isso, deixei de ser vítima de uma coisa e passei a criticá-la. Eu até tive problemas de orientação de alunos da pós-graduação por isso, porque alguns queriam estudar gênero sem trabalhar as questões de raça e isso para mim não dá. É a nossa história de escravidão, raça e gênero estão juntas (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Em uma direção próxima, Jaileila Menezes vai falar sobre como as vivências de qualificação acadêmicas e a constituição familiar vão produzindo sentidos para seu posterior

entendimento como feminista, ao contribuir com a produção do conhecimento em torno dos processos de subjetivação e engajamento político, vivência da sexualidade na adolescência, gravidez e maternidade. Seus interesses científicos são, também, o resultado de um doloroso processo de experienciização e agenciamento da própria história.

Eu fico pensando sobre sair para fazer o mestrado e depois o doutorado, deixar minha filha foi muito duro, ao mesmo tempo, “estudar” era uma forma de resistir ao relacionamento violento; fiquei grávida cedo, me casei cedo também, mas não abandonei a Psicologia. Eu acreditava que minha vida podia ser diferente formada. (...) Depois de um tempo pensando juventude, as mulheres jovens, acho que foi por isso. É o que temos que contribuir para mudanças, falar sobre direitos sexuais e reprodutivos, política (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Nesta perspectiva, a noção de experiência aborda a relação entre subjetividade, política, conhecimento e linguagem (Gloria Anzaldúa, 2000). A experiência, por sua vez, pode apresentar-se, não apenas como uma fonte de saber, mas também, como um ponto de partida para uma outra prática acadêmica que rompe com concepções e dualismos historicamente construídos, tais como a separação entre sujeito e objeto, o hiato instaurado nas noções de subjetividade e objetividade, ou mesmo a dicotomia entre interioridade e exterioridade (Gloria Anzaldúa, 1999; Chandra Mohanty, 1991; Ana Bach, 2010).

Joan Scott (1999) aponta que a experiência não deveria ser o ponto inicial para a explicação dos sujeitos e seus corpos. Para ela, antes de constituir o significante, é preciso nomear seu constitutivo, ou dito de outro modo, só o ato de pensar sobre um determinado acontecimento produz experiência, ou seja, a vivência pode ou não configurar corpos feitos ou desfeitos (Nádia Pino, 2007). Esta afirmação se origina do pressuposto de que são as experiências que constituem e produzem os sujeitos, e não os sujeitos que têm experiências. A significação é justamente o processo de experienciar.

Nestes termos, ao me lançar na busca por uma conceituação da experiência, foi preciso pensar a relação entre o movimento de tornar visível vivências dos constituídos na história como invisíveis - sujeitos que têm suas identidades marcadas pelos processos de abjeção em que são constituídos como ininteligíveis (Judith Butler, 2002), e os processos de significação da experiência. O que não seria suficiente aqui seria escrever a história destes sujeitos, pois isso não resultaria em permitir-lhes a existência e a sua enunciação. Ao contrário, trilha um caminho

autoevidente em que identidade, história, corpo e vivência constituem-se como um processo linear (Joan Scott, 1999).

A experiência é, necessariamente, um processo de conhecimento, e para que esse processo aconteça é imprescindível localizar os acontecimentos historicamente, pensando nos efeitos de poder que eles exercem. Compreendo que pensar a ciência psicológica é pensar o processo de constituição do estado-nação e seus sujeitos para então possibilitar a aproximação com processos de subjetivação, significação e experiencição. Nesta perspectiva, Paula Bacellar aponta:

Como é que a gente olha para nossa história e reconhece, nós somos latino-americanos, nós não tivemos um encontro colonial, foi um estupro, um massacre, genocídio e isso é parte da nossa história, seguir romantizando isso faz com que a gente não enfrente que nós estamos até hoje conectadas com a nossa tolerância ao racismo, com o fato de que a população negra recebe menos de 40% do que a população branca, a violência sexual, por exemplo (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro 2018).

Embora muito usada e reforçada, a linearidade recai no essencialismo e na naturalização dos processos identitários, o que terminaria por instaurar as ditaduras do corpo. Ou dito de outro modo, o destino de que toda experiência passa pela vivência do corpo e que só cabe aos grupos corporificados, como vítimas de um sistema opressor, nomear, pensar e agir sobre as injustiças sociais, sendo estes os únicos legítimos. Mas que, ao mesmo tempo, precisam ter seus corpos e mentes autorizados e tolerados pelos não oprimidos, e necessariamente opressores, para alcançar um *status* de enunciação, e, conseqüentemente, de experiencição.

As investigações, que partem destas concepções essencialistas e deterministas dos corpos, ancoram-se em processos identitários fixos e voltam-se para a história compreendendo-a como linear, o que resulta, portanto, em transformar o corpo em único ponto de partida da investigação, que, em verdade, deveria ser o de chegada. Na concepção aqui abordada, a experiência não é o ponto de partida, mas sim o que deve ser explicado. Neste modelo teórico-explicativo, o que está em voga é a capacidade de problematização dos lugares, saberes e fazeres, além de pensar as identidades de maneira constitutiva e reconstitutiva, e analisar os processos sociais envolvidos em sua construção.

Elcimar Pereira, ao discorrer sobre o processo de escrita e construção de teoria, afirma que marcadores sociais, raciais e de gênero se articulam, construindo uma sensação interna de

incapacidade, e externa de que a academia, a universidade e o saber são para os outros. As vivências desqualificadoras em diferentes momentos de sua vida serviram como munição para sua experiência:

Compartilhar minha experiência de escrita é falar de uma luta incessante que ainda faz parte do meu cotidiano. Quem dera se a arte de escrever se resumisse apenas em um ato mecânico e repetitivo de colocar o que está na cabeça, no papel. Temos a ilusão de que, ao ter apreendido algumas palavras, ou formulado alguns pensamentos, já estaríamos aptos/as a expor de maneira brilhante nossas ideias. Tive uma enorme surpresa quando me dei conta de que, mesmo tendo alcançado um grau que poucas as pessoas deste país conseguem alcançar, eu ainda tinha pouca autonomia sobre minha própria escrita. Hoje em dia, afirmo que escrever bem e ser compreendido naquilo que se coloca no “papel” é um processo que não ocorre do dia para noite. Identificar isso não foi fácil; minha atual professora de português que o diga (Elcimar Pereira 2008, s/p).

A experiência ganha aqui um contorno que extrapola o corpo, mas também se materializa nele, marcando, assim, uma dialética da atribuição de sentido. Um movimento que está longe de avançar por um único caminho, traçando uma cartografia da opressão, (re)configuração, e o desenho de um processo libertador, inventivo ou alienante que nunca estão terminados.

Paula Bacellar, por exemplo, ao pensar sobre suas trajetórias profissional e acadêmica, as vê como diretamente associada a suas vivências, desde a construção do desejo em fazer Psicologia, até o momento em que se torna uma pesquisadora nesta mesma ciência. É a partir do seu corpo negro, gordo, de origem popular, que experimenta as dinâmicas de poder, os privilégios, as subalternizações, violações e constrói e percebe resistências, sentidos e constitui experiências. É também, a partir deste corpo, que recusa ao lugar de vítima. É, a partir dele, que delineia uma posição feminista e reconhece sua área de conhecimento.

Eu era uma mulher negra, de classe popular de treze anos que tinha a certeza que queria fazer uma universidade pública, mas não é porque eu sou um gênio, eu não sou muito especial. É porque eu cresci em uma família onde meu pai me falava, constantemente, que o fato de eu gostar de ler era uma coisa positiva, meu pai falava que a filha dele ia ser doutora quando eu não sabia nem o que é que fazia para ser doutora. Para mim, ser doutora era ser médica ou advogada. Eu não sabia o que era, mas eu sabia que isso era uma possibilidade. A gente forja subjetividades para que a gente acredite que pode ser determinadas coisas. E muito recorrentemente a gente perde isso, a gente naturaliza

sermos quem somos, como se isso fosse muito especial, como se fosse uma iluminação. A Psicologia recai nesse erro muito facilmente (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

O que está em alerta é a necessidade de examinar a experiência como um processo de conscientização que rompe com a alienação e possibilita transformação e mudança social. Nestes termos, é preciso estar atento às práticas sociais, culturais e científicas que excluem as considerações e reflexões sobre a diferença (Joan Scott, 1999), o que exigiria uma revisão e um amplo questionamento das bases epistemológicas nas quais o conhecimento e as verdades sociais e científicas estão sendo formadas (Nádia Pino, 2007).

O corpo é reconhecido como um espaço de memória de vivências e pelo qual elas se materializam e podem experienciar. O corpo pode ser compreendido como um espaço em que o sujeito se produz, e compreender as condições que tornaram/tornam possíveis a existência das experiências é fundamental. O que gostaria de pontuar é que olhar para a experiência é corporificar os vários fenômenos, discursos e contextos. Pensar a experiência, também, a partir do corpo é, em si, relacionar o processo de significação. Nestes termos, Elcimar Pereira afirma que:

Incorporar formas mais adequadas de escrever de acordo com os contextos, assim como buscar ressignificar toda uma história de ausência e negação não tem sido uma tarefa fácil. Por outro lado, sinto que, cada vez mais, essa empreitada tem se tornado muito mais prazerosa e compensadora (Elcimar Pereira 2008, s/p).

A experiência, na proposta feminista de Joan Scott (1999), é espaço móvel, multifacetado, híbrido, estabelecido a partir de incessantes e incansáveis travessias externas e internas, resultado de um movimento psicossocial. Consoante a isso, a experiência pode ser o resultado de interações, vivências, acontecimentos, processos de reconhecimento identitário, com aspectos políticos, epistêmicos, sociais, estéticos e da possibilidade de pensar, refletir, criticizar e agir, o que evidencia as diversas maneiras de viver e transitar na contemporaneidade. Mas, o que significa pensar a experiência como uma categoria analítica? Esta não é uma resposta simples, ou mesmo dotada de uma proposição uniforme de todas e todos as autoras e os autores. No contexto atual, há uma certa concordância nas proposições feministas de que há uma problemática no conceito de 'experiência'.

O primeiro elemento parte de uma compreensão em que experiência, interioridade e vivência estão necessariamente conectados. A equivalência da experiência e vivência incorre

no risco de naturalizar a categoria ideologicamente condicionada, que estrutura a experiência a uma vivência ou a um corpo marcado no seu nascimento (Shari Stone-Mediatore, 1999). Isso corrobora que as ideias naturalizadas e essencializadas são consideradas inerentes ao sujeito. Esta perspectiva se ancora, também, na ideia de que apenas mulheres ‘entendem’, ‘conhecem’, ‘podem falar’ sobre a experiência de ser mulheres; negros sobre a experiência de negritudes; pobres sobre a pobreza e, assim sucessivamente. A vivência, os acontecimentos e os processos de subjetivação podem compor a experiência, mas é a criticidade e a reflexividade que compõem a experiência. A partir desse horizonte, Paula afirma que a Psicologia que ela compartilha pressupõe reinvenções. Pensar a Psicologia e, mais especificamente a inserção em uma universidade, tanto como aluna, quanto como professora de uma instituição pública, para Paula, foi importante, já que permitiu que se pensasse e pensasse sua origem, “entender relações de poder que fomentaram violências que eu vivi, violências que mulheres como eu viveram” (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018). Assim, para Paula, a ciência Psicológica contribui para:

Repensar essa história de um outro lugar, e novamente, um lugar que não é do indivíduo que desenha e esse que fomenta certos comportamentos, que desenha é esse que permite algumas violências (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Um outro elemento que influencia na resposta ao questionamento anterior, é a persistência da compreensão da experiência, assim como a do gênero, como imutável, a-histórica. As abordagens atuais têm caminhado em dois sentidos principais: 1) a postura naturalizante, assentadas em explicações deterministas e fatalistas, e, 2) uma outra que, embora assuma a construção social da experiência, pressupõe elementos da interioridade e enfatiza em demasia as constâncias e permanências.

Na contramão desta perspectiva, a proposta que se estabelece aqui, a partir da relação com o feminismo, é a de perceber que há, invariavelmente, dinâmicas de poder. E estas são percebidas, reconhecidas e combatidas a partir de uma lógica dialética por sujeitos ativos nas dinâmicas sociais. O que se tem aqui é a ruptura com a ideia de naturalidade, interioridade, substância ou permanência.

Nesta direção de desindividualizar e desnaturalizar a experiência, Jaileila Menezes, em texto escrito com Roseane Silva, Leyllyanne Souza, Jéssica Silva, Renata Moura e Stellamary Gaia (2017), analisa, a partir da fala de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das

Mulheres, em 1851, a importância da localização histórica e do corpo como instrumento para análise das desigualdades e seus estruturantes.

Com essa fala, podemos observar que dizer que alguém é mulher não dá conta de pensar sobre as opressões e desigualdades vivenciadas. A mulher do relato é pobre e negra, de modo que os marcadores gênero, classe e raça produzem efeitos sobre ela, fazendo com que tenha vivências como a apresentada, e que se diferenciam de outras mulheres e dos homens. Vale ressaltar que a questão não é a diferença, mas as desigualdades que ela gera. (Roseane Silva, Jaileila Menezes, Leyllyanne Souza, Jéssica Silva, Renata Moura & Stellamary Gaia, 2017, p.268).

Em uma terceira via, com a qual compactuo, está a compreensão de que a experiência se dá na cultura, pois nenhuma experiência existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados, mas que diz, também, sobre as dinâmicas de poder que compõem estas instâncias e constrói condições de possibilidade criativa e reflexiva, ou de silenciamento e docialização.

A tão proferida reflexividade, nada mais é do que uma ação consciente que resulta em um processo de olhar para um conjunto de questões que emergem quando se coloca em consideração a relação entre o conteúdo dos acontecimentos e seus efeitos. Assim, a reflexividade é uma tentativa não ingênua de explicitar as relações de poder (Michel Foucault, 2004), seus significantes, e de se atentar às contingências históricas, científicas, políticas e sociais de um determinado acontecimento, posicionando-se a partir dele.

Nestes termos, Elcimar Pereira, ao dizer que “não adianta eu fazer uma crítica à Psicologia, uma crítica epistemológica sem pensar saídas, sem pensar como seguir” (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018), reforça a importância de uma posição. Elcimar parece apostar na interdisciplinariedade. (...) Parece haver um desenho que reinventa a Psicologia enquanto um espaço” (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018). Sendo a partir do reconhecimento de que a ciência Psicologia, por muitas vezes, não se interessou em compreender elementos identitários, tais como classe, raça e gênero enquanto constitutivos de uma ciência que se atenta na compreensão do sujeito. Afirma ainda, que cabe a seus pesquisadores e pesquisadoras, a partir de suas experiências, atuarem no redimensionamento desta ciência, assim: “Eu lanço mão de outras perspectivas e teorias estando dentro da Psicologia e faço isso para poder falar sobre determinados assuntos” (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Dessa forma, a afirmativa de Joan Scott (1999) de que experiência é um saber, e assim como na compreensão de Michel Foucault (1992), saber e poder estão associados, sendo, nesse sentido, uma categoria eminentemente política e simbólica. Assim, a experiência é uma forma de dar sentido às relações de poder. Este olhar acerca da experiência como uma categoria de análise vincula a produção de sentidos de si, de pesquisadoras psicólogas mulheres, e suas implicações para a formação dos processos de subjetivação e transformação de si, ao meio e à ciência que afloram das entrevistadas.

A discussão centra-se, principalmente, no modo como essas vivências foram invisibilizadas e subalternizadas em função das relações e dinâmicas de poder existentes nos espaços científicos.

A teórica feminista Joan Scott (1999), evidencia um debate acerca do conceito de experiência em uma dimensão referenciada ao conhecimento teórico-político. Para ela, a experiência caracteriza-se pelas situações e posições que são conferidas aos sujeitos ao longo de sua história, criando-os. As críticas ao uso da categoria experiência, tal qual proposto por Joan Scott (1999), foram desenvolvidas, principalmente, pelas feministas da terceira onda. Estas feministas questionavam a redução da experiência como um evento simplesmente linguístico ou textual. Assim, a proposta feminista de conhecimentos situados propõe novos significados sobre o que se considera conhecimento científico, e outros sentidos à objetividade (Ana Bach, 2010). É a partir da ideia de experiência como uma categoria analítica que se tem compreendido os processos de subjetivação do pesquisador e da pesquisadora, evidenciando como a posição de sujeito e as experiências distintas interferem na produção do conhecimento (Neiva Furlin, 2012).

Identificar a experiência que existe por detrás da produção de saber, da construção de verdades e da prescrição de projetos de sociedade é também do que tratam os feminismos. Lançar luz à experiência é, sobretudo, conferir posição e materialidade ao poder (André Diniz, 2013, p.28).

Isso se dá a partir da reflexividade, da atenção ao como e por que determinados temas emergem como interesse científico, e/ou quando se coloca em questão a relação entre o conteúdo de uma investigação, os escritos e as ações dos investigadores (Sofia Neves & Conceição Nogueira, 2005), resultando, assim, em uma análise reflexiva do que se produz cientificamente, entendendo suas implicações e efeitos a partir dos quadros emoldurados de

referência sociopolítica.

A experiência, nessa perspectiva, é o motor para a construção de sentidos e significados, a sua inscrição no mundo real, no campo científico e político, se dá na experiência. Assumir uma postura ética diante de uma produção é, antes de tudo, localizar-se (Donna Hawaray, 1995). Entendendo, com isso, que as categorias de gênero, raça, origem e orientação sexual importam, e criam sujeitos, e assim, evidenciando que o conhecimento está intimamente vinculado com a biografia e a experiência pessoal de vida do sujeito epistêmico (Ana Bach, 2010). Ou dito de outro modo, o pesquisador ou a pesquisadora deve se manter sensível às dinâmicas de poder, explicitá-las e tornar o conhecimento aberto a contestações (Maria Santos, 1995).

Assim, a experiência no âmbito científico está associada ao exercício de se posicionar e refletir, sendo de fundamental importância para a construção dos sujeitos cognoscentes e da ciência. Neste caminho, Jaileila Menezes (2018), em *Implicações políticas na pesquisa-intervenção com jovens*, artigo publicado em parceria com Veriana Colaço e Karla Adrião afirmam que:

(...) a instauração de mudanças produzidas no encontro entre jovens e pesquisadores/as quando a reflexividade e a criticidade perpassam a produção de conhecimento em cenários de históricas desigualdades sociais (Jaileila Menezes, Veriana Colaço & Karla Adrião, 2018, p.9).

Observamos que as autoras apresentam proposições que versavam em torno da elaboração de saídas epistemológicas, e que compuseram uma outra proposta interpretativa da ciência, sendo esta, uma proposta feminista que se lança, não apenas na mudança das lentes para enxergar o problema, mas que questiona, também, a própria produção de um problema científico ou não. Este trajeto é tortuoso, marcado por diálogos com teóricas e teóricos feministas e não feministas, do sul e do norte, produtores de uma ciência *mainstream* e contra-hegemônicas.

É certo que, com distintas interpretações que, certamente, trazem implicações teóricas e metodológicas, a categoria experiência me parece difícil de apreender (Débora Garazi, 2016), talvez porque personifique o movimento, a relação, o entre escapando de hiatos ou polos.

O conceito de experiência tem sido uma ferramenta conceitual que permitiu recuperar as práticas e experiências dos sujeitos em processos históricos. No entanto, o termo não tem um significado único e fechado, e justamente na multiplicidade de abordagens e definições é que reside

a sua complexidade e riqueza. Os debates gerados desde a antiguidade até os dias de hoje, dentro de um campo amplo que inclui leituras de epistemologia, religião, estética, política à história, perceber os significados diferentes e muitas vezes contraditórias pode comprar este item quando se deslocam em tempo, espaço, entre campos ou entre pensadores (Débora Garazi, 2016, p.3, tradução minha)⁵⁷.

Na atualidade, o debate sobre a experiência tem sido atualizado, tornando-se um termo que começa a ser valorizado tanto pelas Ciências Sociais, como pela epistemologia e metodologia feminista nos processos de compreensão do conhecimento e da ação para a transformação social, sendo pilares para estudos que contrapõem a um modelo científico ideológico machista, questionando a ideia de objetividade pura e de sujeito universal (Neiva Furlin, 2014). A noção de experiência no campo feminista tem sido utilizada para a compreensão de processos de subjetivação, autonomia e individuação. Mas, na visão de Ana Bach (2010), ainda precisa ser problematizada e teorizada já que está carregada de equívocos (Neiva Furlin, 2012).

Um primeiro equívoco comum ao nos lançarmos na investigação da experiência, é compreendê-la como sinônimo de vivência ou existência. No campo feminista, por vezes, experiência ganha contornos mais próximos de resistência. Isso se dá na medida em que a experiência, como uma categoria de análise histórica, não existe ao largo de uma construção discursiva, sendo, portanto, fruto e produto de exame sobre si, sobre práticas, suposições, definições e imposições que marcam corpos e constroem diferenças (Joan Scott, 1999).

Paula Bacellar, ao refletir sobre toda sua trajetória profissional, que resultou na sua recente aprovação e nomeação como professora da UFBS, afirma que seu processo foi muito anterior àquela seleção e que foi se constituindo desde sua tenra infância, quando ela preferiu os livros a ficar na cozinha cortando quiabo com as mulheres da sua família:

Essa história foi construída com sacrifícios. Eu não venho que uma família de elite, nem intelectual, nem financeira, nem nada disso. Eu não tive tempo nem privilégio para piscar, eu não tive a possibilidade

57 El concepto de experiencia ha sido una herramienta conceptual que permitió recuperar las prácticas y vivencias de los sujetos en los procesos históricos. Sin embargo, el término no posee una única y cerrada acepción y, precisamente en esa multiplicidad de abordajes y definiciones es que radica su complejidad y su riqueza. Los debates que ha generado desde la Antigüedad hasta nuestros días dentro de un amplio campo que incluye lecturas desde la epistemología, la religión, la estética, la política hasta la historia, dan cuenta de los distintos y muchas veces contradictorios significados que puede adquirir este concepto al desplazarse en el tiempo, el espacio, entre disciplinas o entre pensadores (Débora Garazi, 2016, p.3).

de vacilar um ano e dizer eu vou esperar um ano para fazer vestibular (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Nesse sentido, a compreensão da experiência tem como possibilidade diluir as armadilhas identitárias, no que pode haver de classificatório, rígido e como um destino. O que não implica em uma despolitização, uma recusa identitária, ou mesmo em um abandono das dinâmicas geradoras de marcadores sociais desqualificantes. Pelo contrário, diz respeito a uma forma diferenciada e automeada de estar no mundo, de eticamente cuidar de si, transformar-se para, então, cuidar do outro e do seu grupo.

A recusa que se operacionaliza é a construção de um destino *a priori*. O que se manifesta no rompimento epistemológico com projetos científicos e políticos descontextualizados, não em maiores explicações totalizantes de uma dada conjuntura, mas jogos de poder que se configuram em imagens, correspondências e narrativas de disputa. A experiência seria em si a produção de uma reflexão teórica que seja transparente, autêntica, um ato de contar a estória e partilhar sentidos e significados que se tornam experienciais (Denilson Lopez, 2002). É no ato de narrar-se, ou narrar a compreensão de um sistema de signos, que as recriações, interpretações, alterações, o reconhecimento e a luta se configuram. A experiência traz uma estória, uma verdade mediada por discursos sociais (Joan Scott, 1999).

Uma outra conceituação recorrente de experiência refere-se à definição sobre modo como interiorizamos a realidade e, conseqüentemente, nos situamos no mundo. Um ponto importante desta interpretação é, justamente, apresentá-la como relacional. Mas, mais uma vez, escapa das dinâmicas de poder envoltas na vivência do real. Outro aspecto que também precisa ser debatido, é que a experiência excede o indivíduo e sua interiorização. Haja vista que não basta compreender a interioridade para definir a experiência, ao contrário, é a relação entre interior e exterior que constitui a experiência. Consoante a isso, Judith Butler (2015, p. 18), afirma que "não podemos concluir que o 'eu' seja simplesmente o efeito ou o instrumento de algum *ethos* prévio ou de algum campo de normas conflituosas ou descontínuas".

O que busquei pontuar, a partir do diálogo com Judith Butler (2015), que marca a construção de um "eu", que obviamente, é experiencial, foi que "não tem história própria que não seja, também, a história de uma relação - ou conjunto de relações - para um conjunto de normas"(p.18).

Ao conceituar a categoria feminista da "experiência", Jaci Candioto (2012), em referência ao pensamento de Elisabeth Schussler-Fiozenza (2009), aponta que a categoria é

composta por quatro elementos: 1) a experiência é mediada linguisticamente e culturalmente, não existindo assim uma experiência pura ou isolada de seu contexto; 2) a experiência tem um cunho pessoal mas não é privada, distante disso, é carregada por significações públicas que se manifestam através de marcadores de raça, gênero, classe, etnia, orientação sexual e religião; 3) a experiência pessoal é social, e precisa ser submetida a uma análise reflexiva para que esta possa esclarecer o lugar social que produz; e por fim, 4) a experiência não é uma norma. Nesse sentido, a experiência possibilita a análise do exercício da liberdade, da indisciplina, da transgressão estruturando uma (auto)reflexividade, individuação e subjetivação.

Nos termos propostos aqui, a conceituação, sob a ótica feminista, sexualizada e situada, volta sua atenção para a valorização dos processos de formação da subjetividade, apresentando-a a partir de uma dimensão pessoal/ psicológica, política e subjetiva que, para Ana Bach (2010) estão inevitavelmente unidas. O que pode se afirmar é que vivência, existência e experiência se constituem mutuamente, tendo como produto a autoconsciência feminista.

Isso reafirma meu interesse na conceituação da experiência, já que uma de suas principais funções é a enunciação e o estabelecimento de uma posição diante da existência, que, por sua vez, permite a recuperação de vozes e vivências de grupos subalternizados, por muito tempo ignorados, tendo sido sua experiência subordinada a um projeto de universalização que impossibilitou a individuação (José Sazbón, 1996; Débora Garazi, 2016). Vale ressaltar que esta tal universalidade abstrata, que está por trás da recusa da experiência como *locus* interpretativo da experiência de sujeitos, age sobre os corpos sexuais impossibilitando uma reflexão das significações produzidas sobre eles. Construindo assim, naturalizações, determinismos e destinos a estes. Ou seja, de acordo com Butler: "o preceito universal perde status de precondição do debate democrático; se funcionasse como precondição, como um *sine qua non* da participação, imporá sua violência na forma de forclusão excludente" (Judith Butler, 2015, p.17).

A experiência como uma categoria analítica trata, então, da retomada política das nossas vidas, explicitando uma posição, a partir das experiências, do pessoal significado coletivamente, produzindo um *nós* (Chandra Mohanty, 1991; Gloria Anzaldúa, 1999).

A perspectiva feminista de experiência, afirma que esta é sexualizada e interfere na produção do conhecimento se a traduzirem em importantes aportes teóricos para a área (Neiva Furlin, 2012). Nesse sentido, os estudos feministas propõem uma epistemologia alternativa, que coloca novos sentidos para a pergunta sobre o que se considera conhecimento, permitindo, com isso, a ressignificação da objetividade e de outras categorias centrais para a filosofia feminista

e para as ciências sociais, como é o caso da experiência (Ana Bach, 2010). Com isso, se reafirma a importância da análise de gênero, nos processos de produção do conhecimento e na compreensão das relações e práticas sociais.

Pensar a experiência como uma categoria ultrapassa a ideia de construir uma reflexão sobre elas, as pesquisadoras feministas, mas diz do difícil desafio de estabelecer uma pesquisa. Esse desafio, passa por mim, por minhas experiências, vivências, relações de poder, significações de gênero, mais especificamente passa pela construção de uma posição sobre um *nós*. Um *nós* que se estabelecera no percurso que, certamente, será ressaltado pela "familiaridade" de sermos mulheres, mas explicitará um conjunto vasto de marcadores que produzirá, como efeito, uma relação não ingênua de um nós.

Este ato de pesquisar sobre um *nós*, que se dá nos entremeios das relações, me envia para a difícil discussão sobre o objeto em Psicologia, pois, muito tempo já foi gasto na produção de olhares diversos sobre a objetividade na ciência, tanto neste projeto, quanto em distintos setores da produção científica.

A experiência, tal como proposta e formulada neste capítulo, aponta para dilemas que não são de fácil resolução. Por um lado, há a configuração de indivíduos que se produzem enquanto sujeitos organizados que vão se significando e "reivindicando maior autonomia para gerir seus corpos e lutando para banir certas práticas e saberes científicos que marcam seus corpos e suas vidas de maneira irreversível e sem o consentimento" (Nádia Pino, 2007, p.159). O outro lado desta moeda, é justamente, a norma social que persiste em manter lógicas excludentes e produtoras de sujeitos dóceis e alienados, o que age diretamente sobre a extinção da autonomia dos corpos e recusa do reconhecimento social e intelectual dos que transgridem os ideais normativos. Isso acontece com a recusa de reconhecer constituições não naturalizadas dos corpos, sendo todos e todas que buscam se constituir fora da lógica social, cultural e científica vigente, considerados e produzidos como corpos que precisam ser *des-feitos* ou *re-feitos* para serem enquadrados no que é considerado normal (Nádia Pino, 2007). A asserção acima, resulta na pergunta de Nádia Pino "Como resolver esses impasses?" (2007, p.159).

Eu poderia aqui afirmar que a resposta a este questionamento se resolverá com o avanço científico e a ascensão dos ideais democráticos e igualitários, mas o primeiro argumento parte de uma lógica errônea de progresso científico, e o segundo parte da ideia de que, depois de instaurado um regime democrático, não estaria mais em risco. Assim, este não me parece um impasse resolvível por estes argumentos. Tenho muitas dúvidas sobre a manutenção dos princípios democráticos e sobre proposições científicas emancipatórias na atual conjuntura

social, mas não tenho dúvida sobre as resistências emergentes em contextos de retrocessos políticos e científicos. A experiência como uma categoria analítica da realidade, que aponta para (re)desenhos de si mesma. É por essa condição paradoxal que a experiência passou a incorporar outros sujeitos às análises.

Lançar-me em direção à investigação da experiência tem se mostrado uma estratégia teórico-metodológica importante, visando não tomar como referência categorias preestabelecidas. Tentar compreender quais significações emergem em determinados contextos, a partir da noção de experiência, me permitiu trabalhar com a subjetividade nas investigações em Psicologia, sendo esta, uma dimensão importante, não apenas nessa área do conhecimento, mas, de modo geral, nas ciências humanas.

A partir das proposições do feminismo, a investigação sobre a vivência, os acontecimentos, subjetividades e processos constitutivos da experiência tem como fim o desenvolvimento de uma autoconsciência, porque é na análise do tempo, espaço, e de si que a experiência se apresenta. O que nos fornece pistas sobre a dinâmica de articulação entre a subjetividade e a objetividade de maneira a diluir os antagonismos, e superar a dicotomia entre determinismo e livre arbítrio, e, portanto, a meu entender, enfrentar a dicotomia clássica nas ciências sociais entre indivíduo e sociedade.

4.1 Mulheres cientista e a escrita de si

Se for escrever para manter o status quo, nem adianta!
 Pesquisar sobre aquilo que já sabemos a resposta,
 para chegar a uma inerte conclusão com interesses
 meramente academicistas. É preciso escrever para
 movimentar vidas estacionadas, para agitar partículas
 do mesmo e engendrar diferenças em nós e nos
 leitores. É preciso usar da escrita como engrenagem
 de uma máquina de guerra de combate às formas de
 negação da vida.

É preciso contaminar com as letras!

Usar dos verbos como um vírus para destruir o
 sistema de territorialização em torno da vida besta, da
 sobrevida, da curvação ao mesmo, ao modelo, à
 norma, seja ela acadêmica, científica, médica,
 religiosa.

É PRECISO INCOMODAR!”

(Autora desconhecida, 2017)

As discussões que versam em torno da categoria experiência no campo teórico-epistemológico feminista trazem consigo o ímpeto de nos questionarmos sobre a mulher como categoria social. O que me conduziu para uma busca pela definição da categoria mulher ou mulheres. Para tanto, me atentei à construção de um corpo como feminino e diretamente vinculado à categoria em questão.

Constituir-se como homem ou como mulher resulta em uma apropriação de signos e significados materializados no corpo, e que o abarcam através da incorporação de conhecimentos sociais, históricos, linguísticos e, portanto, culturais e políticos. Os corpos masculinos e femininos são resultados da produção científica, cultural e histórica. Nestes termos, a mulher é uma categoria discursiva, imersa em significados, sendo produto e efeito do poder e do saber (Linda Nicholson, 2000). O que vale reforçar é que o que está em jogo é a construção social do corpo e suas resultantes no direito ou não de fala pública.

Por conseguinte, afirma-se, coadunando com Nelly Oudshoorn (2000), de que não há, *a priori*, uma verdade biológica e/ou natural sobre o corpo, ele é significado e produzindo na cultura. Assim, um corpo é sempre um corpo carregado de sentido, dito de outro modo, o corpo se torna feminino através da mediação da linguagem (Karen Giffin, 1991), sendo um processo contínuo de fabricação/produção de sujeitos.

As produções sobre os corpos femininos não estão ausentes de dinâmicas de poder e saber. Neste processo de fabricação de sujeitos a culpa é um dos lados que compõe o ato da imposição da produção de mulheres. Pensar o feminino a partir de um fardo de culpa injustificada é importante para compreendermos as responsabilidades sobre o comportamento das outras pessoas que tem acometido as mulheres.

(...) minha filha teve câncer de tireoide (...) e foi justamente nesta região, esse chakra da fala da comunicação, e isso é muito forte para mim. Justamente eu que usei o silêncio como estratégia de sobrevivência durante um determinado tempo. Então o feminismo foi muito importante para mim nesse momento, para eu não me culpar. Sempre “pensava não se culpe, não se culpe”. Você fez todo o possível diante daquela situação (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018).

Jaileila aborda a tomada de consciência do seu próprio direito legítimo de escolher, e de não se responsabilizar pelos caminhos traçados pelo companheiro. Entendendo que nomear relações de poder e defender o compartilhamento de responsabilidades no seio familiar é contribuir para a formação de uma estrutura social que acompanhe as conquistas de mulheres.

Nesse sentido, aprender e apreender a ser homem e a ser mulher são lições que compõem a cotidianidade da vida dos sujeitos desde antes de seu nascimento, por processos, estratégias e práticas culturais variadas, no momento em que o feto é nomeado como menino ou menina. São as instituições, em suas distintas formas de expressão, que legislam sobre os corpos e produzem os discursos e, simultaneamente, os expressam e/ou significam e ressignificam as representações sobre a mulher (Linda Nicholson, 2000; Thomas Laqueur, 2001; Judith Butler, 2003; Susan Bordo, 1986).

O teórico Michel Foucault (2004) alerta que o interesse sobre o corpo não é uma novidade da modernidade. Consoante a isso, aponta que o desejo sobre a compreensão do corpo está na sociedade ocidental desde a época clássica, sendo um objeto/alvo de poder, e que, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Michel Foucault, 2004, p.126). O corpo, nesta perspectiva teórico-explicativa, é reiterado como uma superfície em que se inscrevem acontecimentos biológicos, sociais e culturais, e não como algo dado *a priori*, como se ele fosse dotado de essências genéticas, biológica, histórica ou transcendental (Michel Foucault, 2004).

Tal compreensão sobre o corpo se afasta de uma matriz biológica dada, fixa e perpétua, e se aproxima de uma definição do corpo enquanto uma interpretação social que se dá na cultura

mediante as relações de poder (Thomas Laqueur, 2001). Relações estas que se dão entre homens e mulheres, mulheres e mulheres, homens e homens e que instituem uma verdade sobre o corpo. Neste percurso, foram construídas as verdades sobre os corpos negros, lésbicos, latino-americanos, orientais, *trans*, *gays*, indígenas, pobres e tantos outros. É na articulação entre estas verdades que se produziram sujeitos falantes e sujeitos emudecidos (Gayatri Spivak, 2010).

Pensando na produção de sujeitos corporificados, um dos eixos fundamentais do atual padrão de poder mundial é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça que, segundo teóricos dos estudos pós-coloniais, seriam uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial (Anibal Quijano, 2002). Dessa forma, a codificação da diferença entre colonos e seus senhores na ideia de raça, pode ser apreendida a partir de uma suposta distinção biológica que manteria alguns em uma situação natural de inferioridade em relação à outra/outras. Assim, a raça tem se perpetuado como umas das ferramentas para a classificação e hierarquização social da população.

Dessa forma, pode-se dizer que alguns sujeitos entram em desvantagem na busca por legitimidade e igualdade no contexto social. Munida pelas discussões apresentadas pelas feministas negras, pós-coloniais, latinas, do oriente, lésbicas, pós-estruturalistas, que trouxeram contribuições significativas para a compreensão da pluralidade de mulheres que se inserem na categoria mulher, proponho pensar a mulher como uma categoria múltipla, construída e significada socialmente (Cláudia Mayorga, Alba Coura, Vivane Martins & Nerea Mirales, 2013).

Pensar as mulheres no plural permite que as ausências dentro desta categoria se apresentem e capturem as relações de poder inseridas nela. Tal compressão questiona a singularidade da categoria mulher. Entendendo-a muito além de nomeação destas “outras” mulheres como “mulheres de verdade”, ou dito de outro modo, politiza a categoria e evidencia a relação entre mulheres e suas consequências nas dinâmicas de poder (Danilo Clímaco, 2009).

Com esse horizonte, pensar as demandas das mulheres, e no trabalho intelectual delas, exige que vislumbremos suas aproximações e especificidades a partir de suas diversas interseções, como a raça, a origem étnica e a classe. Assim, nos termos propostos por Judith Butler (2003):

(...) se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu

de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Judith Butler, 2003, p.20).

As teorizações produzidas por intelectuais negras, e feministas, como visto, têm tratado da construção das relações assimétricas baseadas na associação entre negritude e feminilidade, têm pensando o conceito de interseccionalidade, e ressaltam que as categorias sociais que marcam e compõem os sujeitos, tais como gênero, classe, raça ou etnicidade são, não apenas elementos que compõem as desigualdades, mas também, oferecem condições de possibilidade para a ação. Nestes termos, ao investigar a criação de estereótipos do corpo feminino negro, Patrícia Hill Collins (1991), afirma a existência de diferenças contextuais inerentes às significações do corpo feminino negro e o corpo feminino branco, assim como o corpo das mulheres afro-americanas, das moçambicanas, entre outros, aponta seus limitadores e suas condições de agência.

Todavia, se o corpo feminino está determinado por sua vida interna e visceral, guiado por órgãos reprodutivos e hormônios, entendimento constante na história da biologia, da medicina (Fabíola Rohden, 2008), as mulheres de pele escura vivenciam processos de “coisificação” de seu corpo, normalmente, conjugada com a hipersexualização do corpo negro, o que as retira do campo do pensamento e as aproxima do primitivo e irracional (Patrícia Collins, 1991). São tidas como mais sexualizadas e influenciadas pela natureza. Nesta perspectiva, a impossibilidade de uma fala destas mulheres que resulte em escuta por outros é o resultado de um sistema de sanções e de censuras específicas ligadas à representação do corpo feminino negro, a partir de uma voraz e incontrolável natureza primitiva. A interpretação social do corpo que foi transformada em materialidade biológica, é contestada tanto por Patrícia Collins (1999) quanto por Fabíola Rohden (2008), que direcionam as discussões para os mecanismos que fazem com que as características biológicas atuem a serviço de uma justificativa para desigualdades e posicionamentos na esfera pública. Os significados culturais, sociais, científicos e históricos atribuídos às características biológicas produzem os sujeitos, oferecem reconhecimento e os distinguem socialmente (Fabiane Silva, 2012).

Evidenciar a busca de uma desnaturalização e desessencialização do ser mulher, visa a pluralidade da categoria mulher. As mulheres são de distintas formas, etnias, classes, orientações sexuais, religiões, identidades, tempos e culturas, e estas diferenças resultam em

diferentes formas de produzir ciência. Em outras palavras, durante toda a sua formação como sujeitos sociais serão constituídos, diferentemente, não somente em gênero, mas também em classe, raça e etnia (Jandira Reis, 2003).

Neste mesmo caminho, Tomaz Tadeu da Silva (2005), ao discorrer sobre a representação social afirma que esta não é um reflexo de uma realidade anterior, ela é nomeada e significada no discurso. A partir desta afirmativa, a representação é uma constante produção de sentidos que são imersos em relações de poder (Tomaz Silva, 2005). Neste contexto, a representação da mulher como parte da vida doméstica e do homem como portador de uma maior força física, em detrimento a capacidade intelectual, afasta as mulheres negras da representação de um/uma cientista. Enquanto a representação do cientista como o homem e branco, veiculada no contexto social, produz efeitos na constituição dos sujeitos, delimitando e ensinando quem pode produzir ciência. Em outras palavras, o modo como falamos das coisas as constitui, ou seja, o modo como representamos a cultura científica produz os sujeitos da ciência (Fabiane Silva, 2012).

|Dessa forma, os preconceitos e representações acerca das mulheres e do negro dificultaram o acesso destas ao conhecimento, o que corrobora para uma produção científica e intelectual masculina e branca. Levando em conta tais entendimentos, ao operar com a ideia de mulheres na ciência, tentei manter um olhar que abarcasse essa diversidade, que compreendesse a categoria mulher a partir da resultante entre gênero, sexo, raça e classe, me colocando contra a naturalização do feminino e do masculino.

Assim, a relação entre sujeitos não pode ser tomada como algo dado naturalmente. Devem ser interpretadas na história de modo que se possa visibilizar como as instituições agem no sentido de manter um estado de coisas (Pierrie Bourdeiu, 2002). Nestes termos, o que na história é tido como natural e eterno é, na verdade, eternizado e naturalizado por diversas instâncias sociais.

Vale ressaltar que não se trata de um discurso da vitimização das mulheres, principalmente das mulheres negras, mas da materialidade das desigualdades a que mulheres estão submetidas. O caminho proposto requer que se leve em consideração os contextos e as relações de poder que constituem a experiência das mulheres no campo social, especialmente na ciência. Assim, as desigualdades não são naturais, muito menos são resultado de uma essência feminina de passividade ou propensão ao campo do privado, nem inerentes às diferenças sexuais e/ou biológicas entre corpos de homens e mulheres, o que tem como fim o desenvolvimento de habilidades diferentes e fixas, mas sim, que são desigualdades

discursivamente construídas e que são passíveis de mudança (Joan Scott, 1990). E estas só podem acontecer a partir do momento em que reconhecermos o caráter político da ciência e sua contribuição, atualizando e reiterando normas de gênero e lugares de subalternidade.

Toda esta reflexão me conduz a pensar a relação entre pesquisadora e produção de conhecimento, que passa por lançar na análise, não ingênua, da produção de corpos sexuais e generificados no campo científico. Minha hipótese aqui é que as cientistas feministas ao produzirem suas pesquisas se produzem e são invadidas por suas produções e interações com seus sujeitos.

Quando encontro em sala de aula, não estou coberta por um manto invisível, sou eu gorda, visivelmente de origem popular, preta. Quando falo de processos de subjetivação sem pensar nos efeitos que meu corpo tem estou fazendo uma ciência em pensar de onde venho (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Nos becos da memória, mulheres cientistas foram pensando e repensando suas histórias e trajetórias, alicerçadas em uma proposta científica positivista e androcêntrica, em que não havia o costume de registrar em papel a história que compunha suas trajetórias acadêmica, intelectual e científica, mas sim, na memória das pessoas sendo, muitas vezes, a oralidade uma tradição ligada ao questionamento de uma norma generificada no campo científico. No compartilhamento de suas experiências no passado, o que vemos é que ainda hoje, não há, por parte de um amplo espectro do campo psicológico, uma valorização do texto escrito no campo de gênero e dos estudos das mulheres. Assim, como outros grupos sociais, as mulheres, por um longo tempo, foram silenciadas no campo acadêmico/científico, ao tomar para si o movimento da escrita, atividade que por tantos anos foi-lhes negada.

Pensando a subjetivação política a partir do recorte geracional da juventude, durante o processo investigativo do doutorado, Jaileila reconhece que “no fundo eu estava estudando poder, eu estava estudando resistência” (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018). Uma resistência que se materializava no cotidiano, na busca pelo direito de existir e na constituição de reinvenções sociais. Ao pensar sobre a construção do desejo deste tema como seu problema de pesquisa, ela afirma que resultou em um pensar sobre ela mesma. Ao falar sobre resistência, reflexividade, ação, ela pensava sobre como fazia isso em sua vida familiar, perguntar-se sobre o posicionamento público dos/das investigadas trouxe, como efeito, o voltar-se para ela. Assim, “como você se posiciona no público, a fala é uma posição política, e isso

me interessou, e sabe, sabe uma estratégia que eu desenvolvi para aguentar meu casamento? Foi o silêncio, que foi friamente calculado, foi uma decisão terna” (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018). O silêncio em sua relação matrimonial foi a forma com que Jaileila buscou se fortalecer para agir, rompendo tempos depois seu casamento.

Rompendo com a dicotomia sujeito versus objeto, se antes eram objetos, tornam-se sujeitos de sua história, escritoras, cientistas, pesquisadoras, dedicando-se a um amplo leque de possibilidades de fazer ciência. Um grupo desta, entretanto, buscou por meio de seus textos, perpetuar memórias, e reivindicar uma reparação histórica e mudanças estruturais nos modos de fazer ciência.

Nestes termos, a escrita de si é uma escrita performática em que o sujeito é convocado a expor-se, (re)construir-se e (re)significar-se, na medida em que contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva sobre as próprias vivências, construindo experiências feministas (Anni Carneiro & Laila Rosa, 2016). O que quero dizer aqui é que a escrita de si como uma produção de conhecimento referencial, local e contextual é um instrumento para análise do processo de agenciamento e transformação social. Dessa forma, a escrita, como a significação de uma experiência feminista com análise das dinâmicas de poder, vislumbra a produção de autonomia e individuação, em outros termos uma imaginação emancipatória.

Entende-se que mais do que pensar para realizar escritas, escrevemos para pensar, e é este um exercício de elaboração, de articulação de ideias e de sentidos, o que corrobora com o processo de individuação. Este processo será geralmente feito com medo, com angústia, com dor, com mortes simbólicas, mas é o caminho, como aponta Audre Lorde (1984) (Anni Carneiro & Laila Rosa, 2016, p. 51).

Ao investigar o relatar a si mesmo, o experienciar-se, busco, justamente, compreender o que significou, e se significou, interessa-me conhecer, perpetuar e analisar. Frei Betto (2017, p.23), ao escrever sobre a escrita e sua importância na vida social, afirma que escrever "é expor suas entranhas" é "trazer as vísceras à luz do sol". O que Margareth Rago (2013) também aponta, ao falar da necessidade de uma coragem feminina para expor a verdade, para, nos termos propostos por Michel Foucault (2002), evidenciar a escrita de si como um movimento ambíguo de produção de uma estética da existência, que pode aprisionar o sujeito a uma compreensão da experiência como única e particular, ou produzir uma autonomia que pressupõe a existência de um nós compartilhado em uma (re)invenção do eu e do meio social. Ou ainda,

como explicita Judith Butler (2015), ao tratar do desafio de relatar a si mesmo de maneira não confessional. De acordo com Sandra Azerêdo, ao pensar sobre sua relação com o feminismo e como o feminismo passa a ser parte da sua prática acadêmica:

Marisa Corrêa de certa forma me introduziu ao feminismo. (...) Foi meio descolado da Psicologia. Quando eu vou para os EUA, eu sou como esposa do Renato, hoje ex-marido e grande amigo, que estava fazendo doutorado. E encontro a Marisa que era esposa do Plínio. Nós duas, então, inteiramente fora da academia, fomos lendo Simone de Beauvoir e muitas outras coisas de literatura. (...) e foi aí que eu conheci o feminismo como uma teoria era descolada da acadêmica. Meus primeiros passos como militante feminista, que até hoje eu sou, não passava pela academia (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Nestes termos, a escrita a partir de uma ambiguidade (Margaret McLaren, 2016) que pode resultar em um revirar das entranhas, ou em uma passagem tranquila por todo aparelho digestivo.

Há livros que não convencem, carecem de cheiro de vida. Foram escritos a partir de leituras do autor. São compilações supostamente eruditas, repletas de citações e notas de rodapé para demonstrar quanta familiaridade tem o autor com os clássicos e com as sumidades que tratam do mesmo tema (Frei Betto, 2017, p.22).

O que Frei Betto (2017) pontua é o avesso do que espero encontrar no meu "encontro" com elas. Busco escritas que tragam ou/e reflitam inquietações. Trilho, assim, caminhos na procura de um método de análise da experiência.

As críticas ao uso da categoria experiência, tal qual proposto por Scott, foram desenvolvidas, principalmente, pelas feministas da terceira onda. Estas feministas questionavam a redução da experiência como um evento simplesmente linguístico ou textual. Sendo esta categoria de análise capaz de desestabilizar o que é *ser homem* ou *ser mulher*, na perspectiva feminista, assim como as noções de objetividade científica, subjetividade e metodologia científica hegemônica, afirmamos que a categoria reorganiza os olhares científicos e exige mudanças metodológicas e epistemológicas na produção do conhecimento.

4.2 O que é lugar de fala?

Eu não vou mais sentir vergonha de existir. Eu vou ter minha voz: indígena, espanhola, branca. Eu vou ter minha língua de serpente—minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio (Gloria Anzaldua, 2007).

Caras leitoras, permitam-me começar esta sessão com a exposição de uma cena, uma queixa, ou melhor, um trecho da fala proferida por Sojourner Truth⁵⁸, no ano de 1851, durante a Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos. A convenção tinha como objetivo discutir e decidir os direitos da mulher e, naquela ocasião, Sojourner fez uma intervenção após a fala dos clérigos presentes.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojourner Truth, 1851, s/p).

Uma fala datada do começo da segunda metade do século XIX, mas que com pequenas adaptações seria, fácil e rapidamente, reconhecida como parte de um debate atual. Ao contrário de uma lógica evolucionista de que com avanço do conhecimento os problemas sociais seriam superados e relegados ao campo da história e do passado, o que vê-se no tempo do real é a

58 Sojourner Truth foi uma mulher negra norte americana que nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen e foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos. Sojourner recebeu alguma educação formal e foi uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth.

(re)atualização desta cena, e a afirmação de que não se trata do reino da fantasia, mas de uma nova “encenação” do domínio do real, do presente.

A hierarquia das raças, associada a construção desigual de gênero e classe, privilegiam o reconhecimento da humanidade de mulheres brancas, precisando estas serem protegidas e resguardadas, em decorrência de uma suposta inferioridade intelectual, moral e social das mulheres negras, acostumadas com o trabalho braçal, vistas como corpos fortes que suportam a dor e os sofrimentos do tempo. Este conceito constitui mulheres corporificadas e significadas, ora em sua coletividade, ora em sua singularidade, que acaba por construir uma hierarquia de mulheres. Esta compreensão se instaura de maneira naturalizada frente a invisibilidade estrutural do racismo patriarcal heteronormativo a que estão submetidas as mulheres negras, o que complexifica a busca de si, a produção de suas subjetividades, sentidos subjetivos, trajetórias de vida e experiências sociais. É isso que o conceito lugar de fala busca elucidar.

A denúncia presente nas palavras de Sojourner é (re) produzida por muitas feministas pretas na busca de atribuição dos significantes sobre como diferenças são invisibilizadas e produzidas, como desigualdades essenciais explicitam que as relações sociais são, em si, relações de poder em que sujeitos lançam seus corpos em uma arena de disputa pela possibilidade de existência e resistência.

À luz desse pensamento, Paula Bacellar apresenta a importância de se pensar uma ciência com representação, em que temas se materializam no corpo e são significados a partir das experiências que se constroem a partir dos desejos acadêmicos e políticos. Ser uma mulher, jovem e negra, parece ser parte do conteúdo que compõe a sua experiência e criação enquanto sujeito, e nomear esses lugares é fundamental.

Se você é uma psicóloga negra o seu corpo é uma intervenção. Você desloca esse lugar, você não é a funcionária do café, pode ser que a funcionária do café também seja uma mulher negra, mas isso mostra que a gente pode estar em vários lugares, porque esta é a grande interjeição que eu enxergo nos espaços que eu entro. Às vezes as pessoas me chamam para falar em algum lugar e quando eu chego as pessoas se surpreendem com quem eu sou (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Ao pensarmos nas mulheres enquanto uma categoria ou estrato social, na maior parte das vezes, não tratamos de sua multiplicidade. Com frequência, ao olharmos para as mulheres, enxergamos algumas mulheres. Na história do feminismo no Brasil e no mundo, os sussurros,

apelos, discursos e gritos, que saíam das senzalas, não angariavam *status* de compreensão na Casa Grande.

Estar no NEIM me ajudou a pensar sobre isso, sobre os lugares que eram reservados para as mulheres na minha família era a cozinha, minha avó era cozinheira e tinha barraca na praia, minha mãe foi empregada doméstica, minha tia era cozinheira, uma outra tia também, e eu não queria trabalhar na cozinha eu queria estar na sala. Eu acho que isso é um marcador, eu não queria ser mais uma das meninas cortando quiabo eu queria ficar deitada na sala lendo um livro e isso foi um divisor (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 de dezembro de 2018).

Estas vozes insurgentes, que ganham força, principalmente, na terceira onda do feminismo, mas que sempre existiram, foram também alvo de silenciamentos e não reconhecimentos em uma busca, por vezes, raivosa. Carregadas por sentimentos de indignação, injustiça social, desqualificação e enfrentamento a um “eles”, mulheres brancas, homens brancos, homens negros que buscavam em sua conduta cotidiana o apagamento de um “nós”, mulheres negras (Marco Prado, 2002). Neste percurso, que no contexto brasileiro, vem fantasiado e encoberto pelo mito da democracia racial do encontro harmoniosos entre as raças (Marilena Chauí, 2000), que constitui como um conjunto de estratégias de silenciamento em que os “eternos senhores/as da casa grande” precisam fazer alguma coisa com nossas línguas, para que nos mantenhamos caladas e emudecidas (Gloria Anzaldúa, 2000).

Esta constatação me conduziu ao diálogo com Gloria Anzaldúa, no momento em que ela se interroga sobre como este outro, que se configura como meu oposto, busca domar sua língua selvagem, adestrá-la a fim de torná-la quieta, como refrearia seu comportamento e colocaria sua subjetividade em uma sela. Dito de outro modo, como seus antigos senhores/as poderiam fazer para torná-la uma submissa, para submetê-la.

A partir do reconhecimento dos seus processos raciais, e de como ele foi invisibilizado no contexto brasileiro, muito voltado para a perspectiva da gradação de melanina presente na pele e nos traços fenotípicos, Sandra volta-se para si a partir do autorreconhecimento como mulher negra, intelectual e professora, e estabelece o debate de raça e gênero como imprescindíveis na sua carreira profissional. Ter uma pele menos retinta, no Brasil, é, em última instância, ter a cor da miscigenação, e esta foi, por muitas vezes, utilizada para reafirmar o mito da democracia social. O que reforça a importância de falar sobre isso, escrever sobre isso e agir sobre isso.

Quando voltei dos EUA comecei a perceber que eu era racista, cara! Tenho muita vergonha disso. Mas não pensar sobre as questões raciais ou achar que elas não existem é racismo. E eu era assim. Voltei e comecei a pensar nisso nos meus estudos. Na UFMG, sempre tematizei isso em sala de aula, porque quase ninguém falava disso na Psicologia. Para mim, pensar relações de gênero é pensar a articulação de gênero e raça (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Um marco deste reconhecimento científico e político de Sandra é o artigo *Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em Psicologia*, publicado em 1998, na revista *Cadernos Pagu*, em que defende que o uso de gênero, como uma categoria útil de análise da Psicologia, desde que compreendido como um evento linguístico, uma história do sujeito, em que raça, classe, sexualidade e outros marcadores compõem a linguagem, é o local onde esta história é encenada, vivenciada e pode ser experienciada.

Logo de início, também ficou claro que gênero, um conceito central para a pesquisa feminista, não se restringia ao estudo da “identidade sexual da mulher”, mas era preciso levar em conta outras identidades que dividiam as mulheres em termos de raça e classe. Falar em mulher no singular, como no título do nosso livro, tornou-se absolutamente impossível, especialmente depois de meus dois primeiros seminários sobre teoria feminista, o primeiro coordenado por Rayna Reiter e o outro por Haraway (Sandra Azerêdo, 1998, 55-56).

Esta compreensão passa a ser fundante do seu pensamento, tornando-se parte da história e dos posicionamentos éticos e políticos da Psicologia que pratica. Nesta mesma direção, Jaileila Menezes, em parceria com Roseane Silva, Leyllyanne Souza, Jéssica Silva, Renata Moura e Stellamary Gaia (2017), vai afirmar a importância da compreensão dos lugares de fala na formação dos processos de viver. Para elas, os eixos de poder, raça, etnia, classe e gênero, se cruzam produzindo os processos em que os sujeitos são criados. Ressaltam, ainda, que estes eixos não podem ser compreendidos pelo campo psicológico como variáveis independentes, ao contrário, se entrecruzam formando uma teia de sentidos. E afirmam, citando Avtar Brah, (2001), que os processos de reconhecimento da opressão e da agência dos sujeitos têm os marcadores sociais inscritos um dentro do outro, em outras palavras, os marcadores se constituem mutuamente.

Nesse sentido, Djamilia Ribeiro (2018) lança mão deste célebre trecho de Sojourner Truth para iniciar sua reflexão acerca da multiplicidade de vivências das mulheres e a

importância da não homogeneização destas no campo da luta e formulação teórica feminista. Em um íntimo diálogo com autoras feministas negras, Audre Lorde, bell hooks, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Glória Anzaldúa, e muitas outras, que guinaram a reflexão da nomeada terceira onda do feminismo, em um movimento de embasamento e contribuição com um posicionamento ético, científico e político do feminismo negro. Mas, então, o que é lugar de fala enquanto um conceito central no pensamento negro feminista?

Djamila Ribeiro (2018) elucida que não há uma epistemologia determinada acerca do conceito, mas que é provável que ele emerge da tradição da discussão sobre *feminist standpoint*, ou seja, o conhecimento situado, um feminismo localizado que tem o intuito de refletir acerca das produções feministas sociais, acadêmicas e políticas do terceiro mundo, sob o questionamento de quem, como, em que língua e para quem o conhecimento é produzido e reivindicado. Essa perspectiva, tem como finalidade se haver com a proposta de construir conhecimentos locais, temporários, de modo situado e responsável, sendo que toda fala vem de algum lugar e este lugar precisa ser nomeado, significado e reconhecido. Associados a esta compreensão epistêmica, estão os estudos *queer*, a teoria racial crítica e o pensamento decolonial e pós-colonial.

Assim, nas palavras de Djamila “ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões" (p.13, 2018).

O que ecoa na reflexão acerca do lugar de fala é o reconhecimento da multiplicidade de vozes e nos coloca em um, nada ingênuo, questionamento sobre quais sujeitos têm o direito a enunciar-se e de disputar o *lócus* do reconhecimento em uma sociedade que se organiza e se estrutura por princípios do sexismo, da branquitude, do classismo, da masculinidade e da heteronorma.

A noção de lugar de fala, muitas vezes, é mal interpretada como um termo vitimista ou fatalista. Por outras tantas, entendida como algo do acontecimento individual ou uma tomada de poder que visa a perpetuação, as opressões a partir da alteração dos lugares de desprivilegio. Mas, ao contrário disso, para o feminismo negro, pensar a partir do seu lugar de fala possui um significado coletivo e agregador. Trata-se de localizar a si mesmo, o seu grupo de reconhecimento e pertença e os outros. Instaurando as mulheres negras como sujeitos ativos de mudança, e não negros como sujeitos reflexivos e atuantes na transformação social.

Eu tenho pensando sobre a minha autoridade para ser de esquerda (...). Eu acho que o fato de eu ser uma estudiosa, eu estudo, eu fui da universidade, eu sou professora titular. Agora eu vou pegar esse monte de coisas que são os meus títulos, me dá um lugar de ... a palavra certa é autoridade. Eu posso falar, explicar o porquê das coisas, porque que eu acho, por exemplo que é uma injustiça o Lula estar preso (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

O lugar de fala evidencia uma posição de que as mudanças sociais em uma sociedade desigual precisam passar por uma luta antirracista, antielitista e antissexista, por meio das mudanças das instituições sociais, da consciência coletiva e individual. Nestes termos, o conceito é parte de um processo de construção de estratégias para romper com subordinação e instaurar reflexões de empoderamento no cotidiano, nas vivências, produzindo experiências de reivindicação de equivalência e o direito à humanidade. Assim, a experiência passa a ser vista e entendida como a capacidade de estabelecer uma análise política no campo das disputas por poder e saber das minhas vivências, das vivências de outras e outros, e dos acontecimentos que podem passar pelo meu corpo, mas não se resume a ele, mas que, isso sim, configura as relações sociais existentes. Isso quer dizer que lugar de fala aponta para o fato de que precisamos tomar consciência dos problemas e questões que afligem a cada um, e, a partir disso, criar mecanismos para combatê-los. Quando uma mulher empodera a si mesma, ela passa a ter condições de empoderar a outras. Nesse sentido, o que foi possível perceber é que minhas interlocutoras buscam pensar práticas em Psicologia que estejam voltadas ao fortalecimento delas mesmas e de outras mulheres. Nas palavras de Elcimar:

Eu lanço mão de outras perspectivas e teorias estando dentro da Psicologia e faço isso para poder falar sobre determinados assuntos. (...) As relações raciais, Feminismo ou mesmo feminismo negro, você não cabe em nenhuma disciplina é um campo de saber que é próprio. (...) Para estar na Psicologia, dialogar e interpelar suas teorias e abordagens é preciso fazer uma profunda crítica ao racismo epistêmico. (...) Uma Psicologia tensionadora é imprescindível. (...) Se quem está na Psicologia sou eu, eu posso estudar temas em uma perspectiva interdisciplinar e dialogar com a Psicologia (Elcimar Pereira, comunicação pessoal, 29 de setembro de 2018).

Diante disso, o convite para pensar as vozes mulheres (Conceição Evaristo, 1990), a partir do lugar social que elas ocupam durante a tentativa do ecoar de suas vozes, é se atentar

para experiência como parte de um olhar objetivo de uma questão social, no contemporâneo. É ter como horizonte as dimensões da vida cotidiana e das atividades “humanas, normalmente consideradas sem valor suficiente para serem mencionadas pelas histórias convencionais” (Joan Scott, 1999, p.25).

Assim, tornar visível e estar sensível a como as vivências se apresentam como experiências de sujeitos, coletivos e grupos sociais, é condição indispensável a uma investigação sobre a experiência com base feminista, que busca conhecer, e escrita de si e seus lugares de fala. Ou, nas palavras de Jaileila, perguntar-se sobre “o que você tem silenciado em sua trajetória e porquê?” (Jaileila Menezes, comunicação pessoal, 27 de julho de 2018). A significação das diferentes vivências, a partir do ato de explicitar a presença de mecanismos subalternizantes, inferiorizantes, limitadores, opressores e repressores, em um movimento de apontar o seu funcionamento no campo da produção de subjetividade e subjugações, aponta para a passagem de uma condição de subordinação para uma opressão social em que, mesmo que percebida individualmente, é vista como parte de um sistema hegemônico que se esconde atrás do discurso de vitimização para lançar uma nebulosidade sobre a busca por dominação e subalternização de grupos e sujeitos (Joan Scott, 1999).

O que pontuo aqui é que vivência e experiência não se equivalem. Vivência está ligada a um acontecimento corporificado e percebido a partir dele. Já a experiência é, necessariamente, o ato de pensar, a partir de marcadores históricos, processos de significação, reconhecimento e inscrição de si.

E é, neste contexto, que recuso a problemática de que só o aviltamento do corpo produz significação. Que tem se manifestado de um lado, os que defendem a relação direta e simbiótica entre o constituir-se como parte de uma determinada população, com vivências de desprivilégio, em um sistema de opressões e violências, elenca a priori o sujeito ao lugar de fala, já que nesta perspectiva as vivências e experiências integram o mesmo e o direito a fala é instaurado às pessoas afetadas por estes sistemas de inferiorização.

Em um ponto oposto, se encontram os que versam sobre a naturalidade, humanidade ou a não necessidade de se anunciar de um determinado ponto de partida. Nesta perspectiva, qualquer indivíduo é capaz de entender, perceber, descrever e dizer, sobre um assunto ou acontecimento, tendo ele/ela, ou não, passado por alguma vivência. Esta concepção se produz na ideia de que o lugar de fala é, em si, um conceito equivocado, uma estratégia de produção de dissensos e conflitos, sendo uma ameaça à liberdade de expressão.

Mas, mais do que isso, nós falamos sobre golpes, contamos os dias, semanas ou anos, você aprende a lê-los, ou como você os custa, como você pode nos ajudar, que você os tem, jazem desabotoados. Humildes ainda que orgulhosos, tranquilos ainda que selva, nós mexicanos-chicanos passeamos pelas cinzas desfeitas como quem vai cuidar da tua própria vida. Obstinado, perseverante, impenetrável como uma rocha, ainda que possuindo a maleabilidade que nos faz inquebráveis, nós, mestiços e mestiças, permaneceremos (tradução minha).⁵⁹

O ato de escrever, para as entrevistadas é, ora de forma visual, ora visceral, colocado a serviço da produção de uma experiência de si, ao mesmo tempo que é uma produção de sentido objetivo e corporificado sobre a relação sujeito e sociedade, estando ancorado, na experiência social e vivência pessoal, a produção do conhecimento científico.

As coisas que eu escrevo fazem sentido. Isso para mim, é muito importante que faça sentido para o outro também. Porque eu falo. Eu fui convidada para ir na PUC, falei, discuti com os alunos, aquela, né! Muita gente. Foi muito simpático. Eu aprendo realmente muito. Ah, eu aprendo nas minhas palavras. A gente conversando e sabendo, do que as pessoas estão pensando, e se aprende muito. Mas no final de tudo, fiquei muito gratificada, que veio uma moça que eu não conhecia e ela falou:

- Ah! Sandra. Eu vim aqui para te ver. Porque ler você eu já li tudo ou muita coisa que você escreveu. E o que você escreve é muito importante pra mim.

Então isso é uma maravilha. Isso ninguém tira. Isso é uma coisa boa. Quer dizer o porquê que eu estou escrevendo. Por isso que preciso escrever mais (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Assim, o que busquei pontuar aqui, é que a produção do conhecimento em Psicologia está, para as interlocutoras, diretamente vinculado à relação entre sujeito pesquisado/a e pesquisadora ou pesquisador. Para isso, os procedimentos metodológicos e epistemológicos baseiam e orientam a busca por um encontro, o encontro com o saber local, temporal e corporificado. A partir desta compreensão, o ato de escrever é, como aponta Joan Scott (1999,

⁵⁹ Mas, mais que isso, nós contamos os golpes, contamos os dias as semanas os anos os séculos os éons até que as leis, o comércio e os costumes brancos vão apodrecer nos desertos que eles criaram, jazer desbotados. Humildes ainda que orgulhosos, quietos ainda que selvagens, nosotros los mexicanos-chicanos vamos caminhar pelas cinzas desfeitas como quem vai cuidar da própria vida. Obstinos, perseverantes, impenetráveis como uma rocha, ainda que possuindo a maleabilidade que nos torna inquebráveis, nós, mestizas e mestizos, permaneceremos (Gloria Anzaldúa, 2009, p. 317).

p.25), a "reprodução, transmissão – a comunicação do conhecimento conseguido através da experiência".

5. ENSINEM-ME A TRANSGREDIR

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e projeta as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (bell hooks, 2013).

Diversas vezes me perguntei se não estava apenas continuando o projeto de pesquisa que teve início no mestrado. Não que este caminho não seja possível, mas não era o que pretendia no momento. Eu buscava um novo tecer dos fios, com um novo desenho, mas com o mesmo material. Ansiava pesquisar a partir das lentes feministas, uma epistemologia baseada na produção de um conhecimento comprometido com a justiça social, a partir dos pilares da criticidade, objetividade corporificada e do conhecimento situado, no desenvolvimento de metodologias e métodos que permitissem uma interação com sujeitos de pesquisa e sua efetiva produção. O que, todavia, seria feito em um diálogo com pesquisadoras que produzem sobre a realidade brasileira, são brasileiras e que vivem aqui, e mais do que isso, a partir do campo psicológico.

O que me parece, neste momento final, é que Sandra, Jaileila, Paula e Elcimar juntamente às Glorias (Anzaldúa e Walkis) e outras tantas, como Angela Davis, Djamila Ribeiro, Virginia Woolf, Donna Haraway, Sandra Harding, Conceição Nogueira, Conceição Evaristo, Carolina de Jesus, Chimamanda Ngozi, Lélia González, Gayatri Spivak, Sueli Carneiro, Alice Walker, Jurema Werneck, têm me ensinado a transgredir; a transgressão como sobrevivência, existência e experiência.

Em muitos momentos, evitei me pronunciar sobre o meu processo, as minhas escolhas, e como tenho que me haver com meus privilégios, ou com a pouca coragem de enfrentar as consequências da enunciação na vida privada e profissional, ainda que, por diversas vezes, eu

seja reconhecida academicamente como destemida, raivosa, comprometida com rupturas epistemológicas e metodológicas do *ethos* científico vigente.

No fim, o indisciplinado vem acompanhado de um certo questionamento sobre si mesmo, já que resulta em um processo, como apontado por Michel Foucault (1995), como uma técnica de si, uma reinvenção científica é, em última instância, uma (re)apropriação de autoconhecimento. E, para as mulheres, principalmente observando uma perspectiva interseccional, mulheres negras, é a instauração de uma dúvida sobre você mesmo, em um processo de subjetivação que passa pelo corpo e seus significantes. Estas dúvidas estão, há muito, embasadas em um modelo científico masculino e desigual, no qual os homens ainda hoje são o centro de todas as coisas. Tal ideia produz efeitos sobre os próprios homens, que parecem não conseguir lidar com a equivalência em suas relações acadêmicas, e sobre mulheres que instauram condutas rígidas e pouco maleáveis para si e para as outras mulheres, em uma vigilância constante, reiterando a norma científica machista.

Toda a percepção deste contexto, desvela relações, produz o sentimento de isolamento e solidão, que precisa ser traduzido como autoconhecimento, tempo do pensamento, e não como ausência. E, mais do que isso, reforça a ideia de que, como aponta Neuza de Oliveira (2017), o outro é o espelho que nos mira e que também nos produz, nos ressignifica, pode ser nossos ouvidos se aceitarmos que ao destinar nossas vozes aos outros estamos também nos ouvindo e que quando ele fala conosco podemos nos reconhecer. Sendo que é no outro, ou neste caso as “outras” (Edward Said, 1978), que eu posso me admirar, me ouvir, me perder e me encontrar. Reflito, então, em uma magia do espelho, em que eu também sou espelho do outro. E foi neste movimento de encontrar as outras e me encontrar nelas que esta tese se configurou.

Questionei-me se o meu interesse não era conhecer trajetórias, experiências e acontecimentos e, a partir deles, me descobrir nesta outra e contribuir para que outras jovens feministas psicólogas inseridas na ciência também o fizessem. Em alguma medida, parece que foi isto que aconteceu.

De entrevista em entrevista, conversa em conversa, saíamos, eu e elas, minhas interlocutoras, alteradas. Emocionei-me com a coragem de Jaileila em relatar momentos vividos que poderiam nunca fazer parte de sua vida pública acadêmica, e acredito que ela também se sentiu abalada, já que chegou a considerar se aceitaria ou não a proposta da entrevista e da pesquisa. Depois, em vários momentos durante a entrevista, se manteve em silêncio, se emocionou ao pensar sobre seu processo até aquele momento, e enfatizou, por fim, que era hora de romper com o pacto do silêncio que a violência convida as mulheres.

Ao lado de Sandra, vivi um misto de sensações. Foi o reencontro com minha ex-orientadora de estágio, ex-professora com quem corroborei e discordei em vários momentos da minha trajetória, por isso, foi especialmente importante para mim, acompanhar sua simplicidade ao tratar da sua carreira, a sinceridade com que disse não se sentir confortável com o termo cientista, ao mesmo tempo em que afirmou que contribuía para a instauração de um debate de gênero, raça e violência no campo psicológico.

Com Elcimar, me vi em um prazeroso encontro com o desconhecido, já que, de todas as entrevistadas, ela era a única que não conhecia, senão através de seu *currículo lattes* e da leitura de algumas produções. Era uma mulher jovem reconhecendo-se no ato de contar-se enquanto cientista.

Já com Paula, foi diferente, uma conversa sentindo a brisa do mar, um encontro familiar em que estranhar o conhecido foi imprescindível. Paula e eu somos amigas, mas mesmo assim, ouvi-la foi repleto de expressões de ideias que eu já conhecia, mas, ao mesmo tempo, recheado por uma história que ela pouco falava, a familiar. Acredito que foi importante para ela falar de seu pai e escolher não falar de sua mãe, ou melhor, falar em um contexto “fora da entrevista”. Isso que em verdade parece a cozinha da pesquisa, o que deveria ser silenciado, foi exatamente o que produziu meu interesse e os sentidos lidos até aqui.

Em cada encontro, em cada partilhar, um fôlego novo para a produção de uma ciência comprometida com as questões de gênero, interseccional, antirracista, antissexista, posicionada, criativa e reflexiva. Espero ter cumprido o papel de narrar, de passar adiante essas experiências, e com isso, ter contribuído para novos processos de significação. Ao abordar o processo experiencial das interlocutoras a partir da ideia de como e por que fazer ciência psicológica em um diálogo com quatro mulheres que, de maneira altruísta, me concederam o prazer de ouvi-las e conhecê-las.

Saí realizada e esgotada de todas as entrevistas, contendo as lágrimas em alguns momentos, noutros, profundamente tocada, e em outros, ainda, com o rosto banhado pela emoção e pela gratidão. No começo desta jornada me perguntava se alguma destas mulheres pesquisadoras do campo psicológico desejariam se desvelar, apresentar-se para muitas outras mulheres, não mais a partir da distância entre ciência e vida privada, mas na radicalização da ideia de que o pessoal é político.

Iniciar as entrevistas foi simbólico. A minha primeira entrevista realizada com Sandra aconteceu no Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes no campus da UFMG. Estava eu ali, sentada com o meu bloco de notas, o gravador e o termo de

consentimento; cheguei com tempo para organizar o espaço, mas não sabia exatamente como fazê-lo, estava ansiosa, nervosa, rememorando toda a minha trajetória com Sandra desde 2008 quando fui sua orientanda no estágio na Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher. Sandra foi solícita e direta como sempre. A entrevista foi revestida de memórias, dicas de leituras e esteve muito mais relacionada com um relato que se inicia na entrada da psicologia. Passado um desconforto inicial, o problema central da pesquisa se fez presente e contribuiu para fluir a conversa.

Na entrevista com Jaileila, eu estava novamente ansiosa, achei que fosse devido ao uso das novas tecnologias, e me perguntava se o *hangout* funcionaria, se conseguiríamos ter uma conexão estável. Toda esta contingência, certamente, me deixou sem lugar, já que não sou a mais adepta a tecnologias do *cyber* espaço. Sim, a conexão, em vários momentos, esteve instável, tive problemas com o vídeo, o áudio estava baixo para a posterior transcrição, o que exigiu algum sacrifício, mas, de maneira nenhuma, impediu nosso amplo e aberto encontro. Entretanto, a ansiedade se manteve por longos momentos, mesmo depois de tudo estar estabilizado no campo das tecnologias eu continuava nervosa, com uma sensação de medo que chegava a dar calafrios. Estava inquieta, parecia que a cadeira estava pequena, que a câmera não focalizava direito, que a perna não parava quieta. Durante a entrevista, em vários momentos, me senti grata por conhecer esta experiência, me senti, por muitas vezes, privilegiada pela minha própria trajetória. Orgulhei-me das escolhas que fiz e me envergonhei de outras várias. Ao fim, me senti uma covarde, ao mesmo tempo que me via alegremente como uma indisciplinada, que acabou de passar duas maravilhosas horas aprendendo a transgredir.

Na terceira entrevista, com Elcimar, eu estava uma pilha de nervos. Tinha questões desfavoráveis, uma conexão de internet ruim, a mudança repentina de horário, os desencontros e o uso do Skype como recurso. Em um dado momento pensei que se não dessem certo daquela vez, não seria tão grave assim. Não a conhecia, e foi difícil lidar com problemas de tecnologia naquela tarde de sábado. Mas, Elcimar se mostrou solidária e disposta no processo de estabelecimento da conexão e durante toda a conversa. Depois de muita insistência com a conexão, finalmente conseguimos. Apartir de então, deixei que as coisas acontecessem naturalmente, as perguntas foram se emendando e ficamos longas horas juntas. Ver, ouvir e ler Elcimar marcou o meu processo. Lembro-me que deixei de ir a uma manifestação pré-eleições presidenciais do #EleNão⁶⁰, para poder entrevistá-la.

⁶⁰ Movimento político organizado em repúdio ao, então candidato a presidência da república brasileira, Jair

A última entrevista, com Paula, foi um deleite. Fui ao encontro dela em Teixeira de Freitas, na Bahia. Realizamos a entrevista em Prados, cidade próxima a sua residência, com a pretensão de irmos ver o mar após a conversa. Em um diálogo tranquilo, com risadas e comentários do tipo "não transcreve isso literal não". Foi uma conversa em que episódios institucionais e de sua formação se fizeram presentes. Ao contar a história da sua relação com a psicologia, Paula resgata na infância, o prazer com a leitura e o jeito "meio insolente" de enfrentar os adultos com suas ideias.

Enfim, todas as conversas tiveram a mesma pergunta como ponto de partida, mas alcançaram destinos diferentes, com envolvimento diferentes, tendo os processos subjetivos sempre na mira da observação. Sem desprezar os pequenos acontecimentos, pois, embora pareçam insignificantes, é a partir que se revelam processos experienciais. Durante todas as entrevistas, estive preocupada em deixá-las à vontade para falarem o que desejassem, e para apontarem o que não gostariam que fosse compartilhado durante a escrita da tese. No fim, os encontros renderam conversas inquietantes e produtivas dotadas de uma certa intimidade.

Hoje, pondero se eu conseguiria me desvelar como minhas interlocutoras. Dizer tão abertamente sobre mim e sobre o meu processo de encontro com a ciência, com a Psicologia e com o feminismo. Se eu conseguiria e permitiria que alguém entrasse e começasse a me perguntar sobre sentidos que ainda nem sei se criei, e experiências que não signifiquei. Durante as entrevistas, tive muitos momentos de silêncio, de lágrimas de tristeza, vergonha, significação, de pausas longas e angustiantes, de agradecimento por me fazer pensar sobre um determinado tema, ou mesmo por permitir lembrar de algo, há muito, não dito. O que, creio eu, elas não sabiam, é que todas aquelas perguntas foram profundamente feitas a mim. Aquelas perguntas escaparam de um roteiro preestabelecido, e invadira, meu corpo e sentidos, e me deixei guiar por uma pergunta central "Quem são elas e por que fazem ciência?", de maneira a permitir que elas conduzissem o que desejavam falar, o que em alguns momentos precisavam falar. Suas falas, de certa maneira, tão íntimas, que nem sabia se de fato estariam nas linhas deste texto, não por que o íntimo e particular não podem ser publicizado em escritos acadêmicos, mas por que elas decidiriam o dito e o não dito.

Mantive minha caminhada em uma busca por conhecer as vivências, a partir de sua localização no campo dos afetos, sentidos, significantes, subjetivações, juntamente à

localização social, identitária, cultural, localizando falas e vivências, e por fim, acessando a experiência como categoria para a análise.

Nesta aventura de contar-se, Sandra, em vários momentos, me olhou e agradeceu pelas perguntas, me deixando emocionada. Ao olhá-la de volta, vi uma mulher que pensava sobre si, sobre os sentidos da sua trajetória. Com uma trajetória sólida e comprometida com a esperança de um outro mundo possível, Sandra, ao olhar para seu percurso, não parece identificar-se como indisciplinada. Durante sua trajetória como professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra ofertou disciplinas que estabeleciam uma relação direta entre áreas de concentração no campo psicológico, que nem sempre se dão de forma harmoniosa e consensual; afastou-se do programa de pós-graduação por não concordar com a lógica produtivista que o conhecimento produzido no contexto brasileiro tem imposto a pesquisadores e pesquisadoras, além de os prazos atrapalharem o processo científico de estudiosos, levando-os ao adoecimento. Sandra não atualiza seu *currículo lattes* desde meados de 2015, mas continua aceitando e participando de eventos acadêmicos, bancas de qualificação e defesa nos programas de pós-graduação. Parece buscar seu reconhecimento, não em um currículo extenso e multifacetado, mas em ser lembrada, vista e lida por estudantes, militantes e todas as outras que vão se revirar e pensar sobre si a partir de sua fala.

Para Sandra, é essencial manter-se coerente com as escolhas epistemológicas e teóricas construídas durante o percurso acadêmico, recusando-se a fazer o que ela nomeia como blefe, farsa científica, para acessar uma determinada vantagem ou adequação com um sistema científico hegemônico, como podemos perceber na passagem abaixo.

Sandra, Elcimar, Jaileila e Paula rompem com a tríade científica hegemônica da objetividade, neutralidade e universalidade e desenvolvem conhecimentos engajados politicamente, em que “colocam a cara a tapa”, apresentando uma perspectiva crítica, localizada e corporificada. Sendo assim, para as minhas interlocutoras, a ciência psicológica, enquanto uma prática cotidiana, não é apenas produzida em pilares opostos ao modelo hegemônico positivista, é também antirracista e antissexista.

Jaileila acrescenta a esta compreensão a importância da estética e do potencial criativo na constituição de saberes no campo *psi*. Ao romper com uma perspectiva de uma ciência androcêntrica, é preciso estabelecer uma performatividade, ou dito de outro modo, uma prática científica que se constitui na (auto) representação, ou seja, uma escrita de si nos textos, no corpo, no pensamento, na vida, nas posturas assumidas pelo sujeito em suas relações sociais, sendo que, tal representação, é sua própria construção. Sendo os sujeitos que produzem e que

são produzidos pela ciência “engendrados”, composto por marcas de gênero, marcados por suas relações sexuais, étnicas, raciais e de classe. A criação é, nessa perspectiva, uma estratégia de existência e sobrevivência, atuando como forma de romper com elos da dominação e atuar para a superação de traumas pessoais, coletivos e históricos constituindo uma busca pela “autonomia” dos nossos estudos e pesquisas.

Sobre este movimento criativo e performativo, um elemento imprescindível é o reconhecimento de uma amplitude de fazer ciência, e que o que se faz é um ato científico. Neste tom, bell hooks (2005) reforça a importância do reconhecimento da intelectualidade de mulheres negras. Para esta autora feminista, o trabalho intelectual emerge de uma preocupação com a mudança social e a política. Portanto, a/o intelectual cientista é aquela/e que se vê e é visto a partir de suas ideias e práticas, de maneira a transgredir as fronteiras discursivas, na vital relação com uma cultura, política e ciência (bell hooks, 1995). Assim, quando se desenvolve um trabalho com esta ancoragem, põe cada um de nós em uma solidariedade e em comunidades maiores que associam a psicologia com a transformação social da realidade.

Com estas ideias na cabeça, me recordo que, ao longo de toda a entrevista, Sandra se manteve incomodada com a heterodesignação de cientista. Ao ser apresentada à proposta de pesquisa, e ser questionada sobre como e por que ela tem feito ciência psicológica, Sandra Azerêdo pontua,

Me incomodou, um pouco, essa questão da ciência. Eu começo o texto que escrevo em 1998 (Em seu texto *Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em psicologia*), falando, justamente, do meu incômodo com a psicologia experimental que era e é, até hoje, considerada um exemplo bom de ciência com suas variáveis de controle, que são importantes sim, mas eu sempre me guiei mais pela questão da política (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018).

Ao anunciar o desconforto diante da afirmativa de que é uma cientista, Sandra parece dialogar com uma concepção de ciência psicológica baseada no modelo tradicional/hegemônica, sendo esta uma visão cartesiana, experimentalista, a partir de pilares positivistas, que por sua vez, são baseados na reiteração da neutralidade, objetividade e universalidade.

Senti um grande incômodo quando, em 1965, entrei pela primeira vez num laboratório para fazer experimentos com ratos como parte de minha formação em psicologia. O incômodo se devia a um sentimento

vago de que algo estava errado com este uso “científico” de animais, porém, só vim a interpretar este incômodo retrospectivamente (...) aprendi que forma e conteúdo estão inextricavelmente relacionados e que seria preciso prestar atenção ao lugar que eu ocupava ao fazer minhas pesquisas, pois este lugar determinava o conhecimento que eu estava produzindo, o que Haraway chamaria mais tarde “saberes situados”. Aprender que a forma era também conteúdo me deu um sentimento de liberdade, um sentimento tão bom de ser agente, responsável pela minha prática, que imaginei que meu incômodo no laboratório de psicologia devia ter a ver com a falta deste sentimento. (Sandra Azerêdo, 1998, p. 55)

Mas, na contramão de um modelo científico tradicional, hegemônico, o reconhecimento do campo científico e do saber psicológico é aqui compreendido como um produto do meio social, e desta maneira, envolve relações de poder e interesse, o que explicita a não neutralidade e combate à ideia de que a ciência é um espaço para todos e todas. Manifesta que as experiências científicas e políticas são processos indispensáveis para a formação da consciência crítica, bem como um conhecimento comprometido com seus sujeitos.

Quando interpelada sobre o que é ciência para ela, Sandra escapa em alguns momentos da resposta e, em outros, parece ter um olhar contrário a seu reconhecimento como uma cientista, uma vez que ela prefere se entender como uma pensadora e, para tanto, afirma desenvolver estudos. Para ela, “estudo, escola, ciência estão ligados” (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018). Nestes termos, são formas de investigação e produção de algumas conclusões que corroboram, reelaboram e interpelam afirmativas de verdade. “É ciência o que eu desenvolvo, não sei, eu me coloco como uma estudiosa. Eu prefiro ser uma estudiosa do que uma cientista. Eu estudo, eu leio antes de falar” (Sandra Azerêdo, 24 de julho de 2018). Jaileila, Paula e Elcimar compartilham e corroboram desta afirmativa.

Quando interpelada sobre o que é ciência, Sandra afirma “não sei, não sei te responder, vai ficar sem resposta” (Sandra Azerêdo, comunicação pessoal, 24 de julho de 2018) o que, de início, parece ser uma pontuação, de certa forma vazia, se apresenta, a meu ver, como uma crítica à concepção de ciência em seus moldes tradicionais. Talvez, o que ela esteja afirmando aqui não seja uma não ciência. Mas a recusa a um modelo científico do domínio completo do saber, do lugar do cientista como o detentor da verdade. Neste mesmo caminho, Paula Gonzaga aponta que:

O primeiro movimento é o de repensar a nossa prática, essa coisa do lugar do pressuposto saber é muito problemático, então se a gente,

historicamente, não tem arcabouço teórico, por exemplo, para pensar relações de trabalho informais, relações educacionais de outra ordem, nós temos que nos movimentar e olhar para isso como um campo de conhecimento e não só como um campo de intervenção. Sair deste lugar do outro enquanto aquele que precisa de algo que eu tenho que fazer sobre e aprender, se perguntar sobre como as pessoas se organizam, como podemos auxiliar para diluir o sofrimento destas pessoas nestes processos sem pressupor de que elas são passivas a isso, ou de que elas não sabem que estão sofrendo (Paula Bacellar, comunicação pessoal, 30 julho de 2018).

Aferiu-se como hipótese a preponderância da formação universitária como a que mais se destaca na formação da consciência crítica, tal como a indissociabilidade entre ciência e política na formação dos intelectuais analisados.

Por fim, nessa defesa da pessoalidade da ciência, o que é essencial é o desmembramento dos trilhos positivistas e a instauração de uma ciência posicionada, em que as rasuras no poder hegemônico fique visível. Nestes termos, toda ciência é produzida de modo personalista, localizada e posicionada.

Jaileila, Elcimar, Paula e Sandra ajudaram-me a pensar sobre a vida e as condições de ser mulher negra e intelectual em uma sociedade e, conseqüentemente, nessa ciência machista, branca e sexista. Diante disso, me vi relendo textos como *“Intelectuais Negras” de bell hooks (1995)* e *“Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo” de Gloria Anzaldúa (2000)*, que foram importantes durante a minha trajetória no mestrado, e o livro *Becos da memória*, de Conceição Evaristo (2006), que tem dado sentido ao meu processo atual. Dessas leituras, emergiu uma pergunta: por que escrever? Elcimar, ao falar sobre os significantes da ciência no artigo *“A escrita em processo e o processamento da escrita”*, afirma: “Fui impulsionada, então, a continuar buscando, no estudo formal, a possibilidade de não só escrever, mas, como também, de pensar sobre a minha escrita, vendo nela um pouco de mim” (Elcimar Pereira, 2008, p.02). Acho que escrevo porque preciso. Escrever me reinventa, me angustia, me tira do lugar, me faz ver em perspectiva, me desassossega, mas também me inscreve no mundo.

E, para elas, o que significa escrever? Esta não foi uma pergunta feita diretamente durante as entrevistas, mas, a meu ver, faz parte de uma investigação a partir da experiência, uma vez que a escrita é parte dos acontecimentos de quem escolhe a ciência como percurso profissional. Foi no processo de encontro com elas que afirmei, a partir das palavras de Glória

Anzaldúa, que elas escrevem, assim como outras tantas mulheres negras, para garantir ou inventar suas existências, para escapar do *lócus* subalterno, uma escrita pessoalizada, mas que não se resume a uma história individual, mas sim, coletiva. Neste sentido, “escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (...) Faz total sentido para mim minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita” (Anzaldúa, 2000, p. 232-233).

Na escrita das interlocutoras, de maneiras diferentes, pululam aqui e ali a montagem de um percurso de encontro com seus desejos, enfim, consigo mesmas. Nas produções de Sandra, deslizam-se com facilidade na escrita de si. As interlocutoras propõem pensar a si e seu coletivo. O que se processa é uma espécie de exercício de elasticidade de um eu e um nós.

Elcimar e Jaileila evidenciam a importância de uma escrita conjunta para a reconfiguração do modelo científico, reforçam a necessidade da criação de redes de sororidade. Para elas, a autonomia proposta pelo feminismo é, justamente, a possibilidade de uma construção de um pensamento fruto do diálogo entre mulheres. E, embora recebam convites de maneira individual, têm priorizado a construção das reflexões de maneira coletiva.

(...) aprendi no feminismo que a construção conjunta pode ser uma forma de perceber a realidade de maneira mais ampla e menos solitária, e também uma ótima oportunidade de compartilhar com as pessoas algo que consideramos importante. Aprendi também, que o feminismo perpassa nossos corpos, portanto, preciso explicar sobre algumas inquietações e questionamentos que estão no meu corpo e no meu coração de jovem feminista, que talvez possam contribuir para um pontapé inicial para essa discussão. São questões que parecem ser óbvias, mas precisam ser explicitadas (Elcimar Pereira, 2005, p.01).

Apresentar as trajetórias de vida das psicólogas cientistas feministas, que foram minhas interlocutoras, foi um árduo exercício, pois, apesar de se assemelharem, por experienciarem e vivenciarem as universidades federais brasileiras, possuem histórias pessoais bastante diferentes. São, além disso, pesquisadoras feministas, que de um modo ou de outro, se (re)construíram a partir do desejo de inventar/acessar novas/outras referências em termos epistemológicos e metodológicos.

Fazer parte de um movimento é se dar conta de que ele não se inicia e nem acaba no momento em que entramos em nós mesmas. No lugar e no momento em que estamos, podemos nos apropriar da história, fazer

o presente para contribuir para um futuro melhor, sendo mediada pela propriedade da atualidade e sabedoria da história. Para formar “agentes de novos diálogos”, precisamos conhecer diálogos “antigos”, para somar às novas realidades e não cair no vazio de inventar respostas que já foram dadas (Elcimar Pereira, 2005, p.01).

Trilharam caminhos ao encontro do feminismo de maneiras diferentes, mas todas entendem que esses percursos nortearam as mudanças significativas em suas vidas pessoais, profissionais e acadêmicas. Com distintas trajetórias, técnicas, temáticas, origens, as interlocutoras aceitaram avaliar as próprias escolhas e “destinos” em suas vidas, reconhecendo em seus processos suas reinvenções e a escrita de si como uma forma de promoção de autonomia e afirmação das subjetividades (Daniele Manfrin, 2015).

Jaileila constitui sua liberdade na ciência lançando mão de metodologias interventivas que buscam atentar-se às relações entre pesquisadora e pesquisadas/dos, mas também constitui sua liberdade a partir da ciência. Não se restringindo a um certo destino reservado às mulheres, de serem exclusivamente mães limitadas ao ambiente doméstico ocupando os espaços públicos e a universidade.

Paula aponta para o necessário incômodo que a escrita de mulheres negras precisa provocar no interior da produção científica hegemônica em psicologia, marcadamente branca, rica, do sul e androcêntrica. Tem atuado para uma virada epistêmica, tendo como horizonte uma ética da solidariedade engajada à militância nos escritos, na sala da aula e nas instâncias institucionais em sua vida cotidiana.

Sandra se revela, reinventa, compartilha seu processo de tornar-se negra. Escolhe se haver com temáticas que dizem respeito a elementos do seu contexto de ressignificar a história contada por um grupo majoritário no campo psicológico. Atuou, de maneira significativa, na construção de um referencial para a atenção às questões de gênero na psicologia em associação com raça e etnia. Os discursos oriundos das suas memórias e acontecimentos, no espaço da sala de aula, são motivadores para a constituição do seu pensamento. Fala a partir dos diálogos que estabeleceu com várias mulheres que a rodeavam. Sandra se deixa invadir pelos discursos que estão ao redor, sendo essa, uma das principais características da sua escrita, em minha perspectiva.

Elcimar foi incisiva em dizer que seu compromisso é com a intelectualidade afrodescendente e africana, em um claro processo de identificação, reconhecimento e pertencimento como mulher negra, com aqueles/las que foram forjados como sujeitos à margem

da ciência, colocados do outro lado do discurso neoliberal de progresso. A necessidade de constituir-se como uma mulher negra, que rompe com um certo destino social, a mantém na carreira acadêmica. Com uma inquietude no olhar para as vivências cotidianas, sempre esteve ativa no contexto social e comunitário com ações e intervenções em seus espaços, e essa característica marca sua prática científica e profissional. Está muito ligada a atividades que extrapolam os muros das IESs.

Paula, Jaileila, Elcimar e Sandra romperam com normas de conduta e padrões morais, sociais, culturais e científicos, estabelecendo uma íntima relação entre vida privada e vida pública, promovendo novos sentidos e modelos de subjetividade. São mulheres que se emanciparam intelectualmente, escrevendo, pesquisando, investigando e ocupando novos espaços científicos diversos.

Mal sabia eu que a pergunta sobre como e por que pesquisadoras psicólogas feministas produzem ciência era, em verdade, uma pergunta sobre suas histórias, suas buscas de sentido e subjetivações, para elas e, talvez, para mim. Ciência e a própria experiência nunca estiveram separadas. Perguntar-se sobre o que é ciência, para elas, em última instância, é perguntar sobre o que é a própria vida e que vida merece ser vivida.

As cientistas pesquisadas foram traçando caminho de encontros e desencontros com o campo científico psicológico ao longo de suas carreiras. Diferenciam-se quanto ao pertencimento geográfico, origem, faixa etária, classe social, momento de produção acadêmica e projetos de presente e futuro. O que, conseqüentemente, resulta em distintos diálogos com outras mulheres produtoras de ciência. Mas fica evidente, no decorrer do ato de contar-se, a importante parceria estabelecida com tantas outras mulheres, sejam elas suas familiares, no cuidado de seus filhos, amigas com quem compartilhavam similaridades no ser mulher, orientadoras, professoras, colegas de classe que contribuíram para o encontro com a ciência, teóricas que tornaram-se exemplos no campo do pensamento, ou mesmo contribuíram para o embasamento de suas pesquisas e na construção de novos sentidos. Estas mulheres eram negras e brancas, pobres e ricas, velhas e jovens, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, mas todas compartilharam a indignação e entraram em uma luta contra a tirania do silêncio, de maneira ativa ou passiva, construindo campo de possibilidades para que elas falassem. Mais do que nomear a presença de um projeto coletivo de transformação, em que muitas mulheres ‘anônimas’ ou conhecidas teoricamente, as pesquisadas fazem questão de enfatizar a importância destes outros corpos que, somados aos delas, produziram gritos audíveis, sendo estas outras as companhias sem as quais não teriam conseguido (Audre Lorde, 2016).

São diversas mulheres de vários tempos, cientistas que se depararam com o feminismo em suas diversas expressões e com a Psicologia em momentos distintos. Constituíram seus problemas de pesquisa e reconhecimento partindo de suas vivências e marcadores sociais, e interseccionam eixos de opressão. E esse era o desejo. Mas, havia um outro desejo que só me dei conta ao fazer a última entrevista que comporia a pesquisa. O meu recorte passa pela perspectiva de gênero, área de atuação e conhecimento, arcabouço teórico, e ser ou ter sido professora de uma Instituição de Ensino Superior pública, federal ou estadual. Mas, no meu caminho de escolha, mulheres, psicólogas, feministas, vinculadas a IES públicas, o fator étnico-racial se fez presente. Vi-me, então, entrevistando mulheres negras e, mais do que isso, mulheres que tinham o pertencimento racial como um dos elementos centrais para a construção do pensamento, que reconhecem que, por não serem nem brancas, nem homens, ocupam, com frequência, lugares de desprivilégio social e científico em uma sociedade e, conseqüentemente, em uma ciência de supremacia branca e masculina. Sendo elas, a antítese do que seria o científico. E reconhecidas, muitas vezes, como o outro da ciência e da vida, e nunca de si mesmas.

As cientistas pesquisadas se depararam com as questões em torno do pertencimento racial em momentos diferentes. Algumas relatam a diferença de tratamento no interior da família, outras nas dinâmicas sociais e sobre os familiares que, em caráter de proteção, construíam barreiras para a ascensão a lugares que, supostamente, seriam destinados a brancos, a fim de evitar novas dinâmicas de desigualdade. Outras que apontam o reconhecimento de vivências familiares, reguladas pela raça, muitos anos após elas acontecerem e, ainda, mulheres que se reconhecem como negras na vida adulta. Em um país em que a diferença racial sempre resultou em processos de desigualdade, criando uma constante distorção da visão das dinâmicas de poder, produzindo o racismo como invisível ou despersonalizado, ser uma mulher negra psicóloga cientista tem um peso imprescindível na construção de compreensões que combatam o mito da democracia racial e as desigualdades produzidas na interconexão a categoria de gênero, classe e sexualidade (Dijamila Ribeiro, 2016).

Mesmo estando em momentos profissionais diversos, partilham o interesse nos estudos feministas, o interesse pelo feminismo negro, a alquimia de categorias sociais e a interseccionalidade. Todas, em suas trajetórias, vão trazer os elementos supracitados, tanto para reconhecer suas trajetórias, quanto para investigar as trajetórias de seus sujeitos de pesquisa. Isso fica evidente na busca por capturar as conseqüências discursivas e estruturais nas

dinâmicas da interação/relação entre dois ou mais marcadores de subordinação - gênero, raça, sexualidade, classe, etnia, origem (Kimberlé Crenshaw, 2002).

O não reconhecimento da Psicologia como uma ciência que elas ajudam a construir, não as caberiam, e marcam as experiências das entrevistadas, principalmente, no que se refere ao período de formação inicial, assim como o reconhecimento posterior de que a ciência Psicologia, baseada em uma lógica epistêmica e metodológica cartesiana e positivista, não é o projeto científico que elas desejam colaborar. E indicam de formas distintas o compromisso com o questionamento das estruturas científicas e sociais que distanciam o conhecimento de outras mulheres, investindo na transformação do silêncio em linguagem e em ação (Audre Lorde, 2016; Dijamila Ribeiro, 2016).

Elas se preocupam em repensar as práticas de ensino, refletindo sua experiência em discussões críticas com alunas e professoras que participaram de suas aulas, nas quais são abordados temas como racismo, sexismo, imperialismo, classe social, experiência, feminismos, eros e erotismo no processo pedagógico. A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer uma pode aprender (bell hooks, 2013, p.1001).

Com elas, aprendi a transgredir regimes que impedem o exercício da liberdade do meu pensamento. Aprendi a buscar uma ciência psicológica que intersecciona raça, gênero, sexualidade, classe e colonialidade em um íntimo diálogo com a teoria feminista em suas múltiplas versões.

5.1 Notas sobre um encontro

O mundo ao nosso redor cresce e nós vamos diminuindo. Nossas vozes, que outrora refletiam a primavera, passam a ser silenciadas de maneira tão violenta que acabamos esquecendo que possuímos uma voz e não precisamos da de ninguém para definir quem somos (Patrícias Collins, 2002).

No caminho para o fim desta tese, uma pergunta que insiste em se fazer presente: Por que algumas determinadas experiências provocaram fissuras no silêncio? Por que estas mulheres ousaram dizer “seus nomes”, mesmo com todos os riscos envolvidos? Loucas, impróprias, infames, desobedientes, codinomes que parecem assustar e buscam inferiorizar e desqualificar, mas que, aqui, se apresentam como significações para trajetórias autônomas de resistência acadêmica baseada nos princípios ético-políticos dos feminismos.

Estas mulheres, aqui nomeadas como inapropriáveis, são mulheres que se constituem e constituíram-se enquanto mulheres cientistas, com anseios de constituição de outros modos de ciência na prática cotidiana de suas pesquisas, nas formas de compactuar e romper com os ritos da ciência, no estabelecimento dos moldes de produção e divulgação dos conhecimentos produzidos, no comprometimento com a transformação social, com especial atenção à realidade de mulheres e na relação com os sujeitos pesquisados/as.

Nestes termos, são mulheres que a partir de um modelo científico hegemônico não são capturadas como pesquisadoras no campo psicológico e muito menos no campo de uma ciência clássica tradicional. Estas mulheres cientistas psicólogas explicitam que precisamos conversar sobre as questões éticas da pesquisa e da produção de saberes e fazeres.

Assim, quando afirmo que essas mulheres são inapropriáveis, busco contribuir para o ato de (re)significar o termo, retirando-o do sentido pejorativo com a proposta de positivá-lo. Entendo-as como intelectuais que constituem uma trama aberta de sentidos, signos, possibilidades, brechas, sobreposições, para a compreensão das relações sociais, dos processos de subjetivação e significação dos sujeitos. Vão além das análises feitas sobre a perspectiva do lugar social das mulheres, pois elas colocam as relações sociais em um diálogo com as categorias sociais, reconhecidas pelo feminismo negro como perspectiva interseccional. Sempre, a partir de um exercício analítico, que visa estabelecer uma dinâmica entre as

necessidades sociais e científicas e revelar quem o faz, como faz, porque faz, de quais lugares e diante de quais problemas o faz (Cláudia Mayorga, 2014).

Nessa perspectiva, as cientistas, cada uma a seu modo, convida a cada um de nós a repensar a prática científica em Psicologia, ao problematizarem como e por que mulheres psicólogas fazem ciência. O convite posto à Psicologia e a nós, profissionais/pesquisadores, é de uma releitura sobre a relação direta entre comportamento e produção de subjetividades a partir de demandas sociais e históricas construídas, sendo as teorias feministas indubitavelmente de grande significação para o campo.

Se toda perspectiva de intervenção deve propor uma análise ou interpretação sobre as desigualdades que pretende problematizar e sobre a realidade que pretende intervir, consideramos aqui que essas análises devem se complexificar, atentando para os efeitos dos diversos sistemas de poder que marcam as sociedades contemporâneas e, principalmente, as diversas vozes e sujeitos que têm interpelado o espaço público. As vozes são muitas e já não correspondem a um único e universal lugar de fala – se a classe social ou o gênero foram, historicamente, dimensões importantes para problematizar e politizar as relações sociais, faz parte também dessa mesma história a denúncia sobre os efeitos que visões únicas e totais da sociedade podem nos levar (Claudia Mayorga, 2014, p.233).

As pesquisadoras investigadas apresentam uma ampla gama de possibilidades no que diz respeito à (re) escrita de si e da reinvenção do *modus* científico, principalmente no que diz respeito à relação entre produção do conhecimento e produção de sentidos sociais. O que se verifica em uma paixão em todas elas, independente do contexto em que se encontravam, dentro, fora ou à margem das Instituições de pesquisa. Ao contrário de uma certa prescrição normativa sobre o corpo de mulheres, as pesquisadoras buscaram romper com enclausuras produzidas nas interpretações de seus corpos. Uma das formas que isso pode se dar é manter-se em alerta ao examinar cotidianamente as práticas e os pressupostos para o desenvolvimento de pesquisa e produções teóricas que excluem as considerações da diferença. O que está dito aqui é que um conhecimento psicológico válido se baseia no reconhecimento de sua localidade, temporalidade e no seu compromisso com o desenvolvimento de indivíduos e grupos. O que, por sua vez, exige uma posição de atenção e constante reflexão e criticidade oriundas de revisões periódicas dos conceitos nos quais o conhecimento é formulado (Joan Scott, 1999).

Mesmo com diferenças constatadas, as mulheres pesquisadas nos oferecem um *corpus* de textos e ideias que não se limitam, em nada, à razão, sem cair, entretanto, na ideia,

infelizmente difundida, de que são apenas históricas que produzem coisas sem sentido científico. Nestes termos, como aponta Joan Scott (1999), a experiência, enquanto um conceito, não deve ser o ponto de partida para a explicação acerca das escolhas das cientistas pesquisadas. Contrário a isso, busquei reconhecer como parte de um processo contínuo e em produção. Assim, o que busquei fazer foi me antecipar, fazendo exatamente isso ao longo de toda a escrita, visto que são as experiências que constituem os sujeitos investigados e não os sujeitos que têm experiências.

O exercício do estabelecimento dos encontros e desencontros entre as formas que estabelecem o diálogo com a ciência, ou dito de outro modo, observando o que as cientistas falam, como falam e escrevem, acredito que, de uma forma consciente e declarada, transgridem às normas científicas estabelecidas. Suas vozes, ditos e escritos soam como uma forma de transgressão: uma transgressão de gênero e uma transgressão dos limites da relação entre a ciência e a experiência. Dito isso, os escritos dessas mulheres não nos deixa escolha, a não ser tomar uma posição, não só pela experiência que elas refletem, mas também, pelo enraizamento de um fundo sólido de conhecimentos; o que dizer da reação de muitos dos seus contemporâneos: um assombro que alguns consideraram maravilhoso e outros, perigoso. Afinal, como podemos ver nos excertos que seguem, a consciência da escrita aparece de forma muito viva nos textos dessas mulheres.

No ato de ensinar, escrever, intervir, pesquisar, estas mulheres foram se tornando audíveis, se tornaram vozes possíveis, vozes negras, vozes que desconfiaram das certezas científicas criadas por um modelo cartesiano moderno e reinventaram seus saberes e fazeres para impensar novos horizontes científicos, de maneira dita ou no ato de fazer, e no fazer do cotidiano científico (Immanuel Wallerstein, 1998). Produziram de maneira ampla, vincularam-se a grupos de pesquisa e temáticas feministas, fundaram e atuaram em organizações não governamentais, lançando mão da interface entre ciência e ativismo. Produziram novos grupos de pesquisadoras que direcionaram seus olhares às vivências no campo psicológico de maneira interseccional, produziram em seus corpos suas crenças científicas, estéticas, poéticas e religiosas. Várias de suas produções soam como uma espécie de transgressão, uma transgressão por que não figuram no campo científico clássico e muito legitimado, como folhetins e jornais de circulação interna a suas instituições. Mas que, no ponto de vista das pesquisadoras, apresentavam em si o que nomearam como divulgação e/ou circulação científica entre os pares.

A transgressão a que me refiro aqui, perpassa por um amplo aspecto, aliás, uma transgressão de gênero (Michelle Perrot, 2005), mesmo que ainda nos perguntemos se o

feminismo mudou a ciência, apontando para o peso do modelo científico clássico (Londa Schiebinger, 1999).

Ou, na compreensão de que ser uma intelectual/cientista é bem mais do que lidar com conhecimento, é lidar com ideias, implicações e ética na produção de verdades, transgredindo fronteiras discursivas em uma luta pela libertação essencial para a produção de um conhecimento comprometido com um saber decolonial que liberte mentes (bell hooks, 1995). Nestes termos, a transgressão é também a luta de libertação das mulheres negras, frente ao racismo, sexismo e classismo, desconstruindo a ideia de que o espaço intelectual é ‘proibido’ a estas, ressignificando elementos da ideologia hegemônica do conhecimento (bell hooks, 1995).

E ainda, uma transgressão contra a ortodoxia do paradigma europeu de conhecimento baseado na racionalidade moderna neutra, universal e objetiva, mas que em si traz marcas da colonialidade. O que caminha para uma proposta que nega conhecimentos totais e perspectivas generalistas, sendo necessário o desenvolvimento de práticas que rompam com estas vinculações (Anibal Quijano, 1992). Em uma proposta de transgressão que se apresenta como decolonial, sendo em si epistêmica, ou dito de outro modo, desvinculada da tríade produtora dos conhecimentos androcentrados e dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Opção, esta, baseada em aprender a desaprender e a pensar a partir do sul global, rompendo com mentes programadas pela razão imperial colonizadora (Walter D. Mignolo, 2008).

Ora, os escritos dessas mulheres por vezes me escaparam, no que se refere a seus princípios teóricos e metodológicos, as sutilezas do explicitar de seus desacordos com o modelo científico hegemônico. Ora me espantaram pela coragem de assumir uma posição radicalmente calcada na compreensão da ciência como um conhecimento horizontalizado que se faz na conexão entre pesquisado/a e pesquisador/a, em uma prática do cotidiano e na reflexão das vivências transformando-as em experiências científicas, o que resultava em um diálogo tenso com a comunidade científica por um lado, e no apontar de uma abordagem tímida por outro.

De forma quase acanhada e, certamente, extasiada, me encontro no processo de entrevistar, conhecer, e me reconhecer na escrita das pesquisadas, que de formas distintas se apresentam como um nós que me integra. Na produção de um conhecimento que se dá em diálogo, o que permite que tantas mulheres também tenham suas vozes ecoando e que eu não tema perder a minha própria voz. São vocês mulheres, como pontua Conceição Evaristo (2008), que em fala, ato e versos enfatiza a necessidade de falar por si e em diálogo com os seus.

Constituindo-se como sujeito de enunciação e da anunciação, ao mesmo tempo individual e coletivo, sendo certamente o processo de subjetivação de si.

Enfim, seguindo os princípios do tombamento⁶¹:

Causando um tombamento
 Também tô carregada de argumento
 Seu discurso não convence, só lamento
 Segura a onda, senão ficará ao relento
 (Karol Conká, s.p)

Desejei, aqui, explicitar que, embora estas vozes possam parecer emudecidas e silenciadas, elas se manifestam na rouquidão de gritos surdos e se fazem ecoar por aí. Os momentos de imersão e dedicação à esta pesquisa e à investigação do pensamento feminista, principalmente o feminismo negro, me auxiliaram na construção de estratégias de sobrevivência, baseadas nestas pesquisadoras. São mulheres que vieram antes de mim e tantas outras que me auxiliam no processo de pensar, mulheres que construíram a possibilidade da emergência da minha geração e outras que a compartilham comigo, produzindo outras formas de expressar demandas, corporeidades, desejos, sentimentos, processos científicos e agendas políticas. Consequência disso, tornou-se impossível manter minha trajetória em um caminho exatamente igual. Estas mulheres mudaram e ampliaram meus horizontes e, neste redesenho, tenho certeza de que são estas mulheres que ousaram afrontar a hegemonia branca e suas ideologias antes de mim, ou ao mesmo tempo que eu. E que fizeram emergir uma outra proposta científica, outras reflexões e agendas intergeracionais.

61 A discussão acerca do chamado “feminismo do tombamento” é recente em ambientes de militância do movimento negro e movimento feminista. Trata-se de um movimento urbano puxado por jovens negros que buscam criar uma estética própria em conexão direta com o resgate da identidade negra e da ancestralidade. O termo nasce com a música “Tombei” da rapper Karol Conká que expressa ideologia feminista, em uma luta antirracista e antissexista. Inclui uma ética e estética do corpo na (re)criação estética inclui cabelos crespos estonteantes, tranças coloridas, estampas étnicas, turbantes e muito estilo. Tombamento é resultado da expressão “tombar” que significa “arrasar” ou “causar”. Sendo alocado no feminismo de terceira onda marca o reconhecimento do empoderamento como parte de um conceito coletivo, em busca de representatividade e da construção de mecanismos de enfrentamento que possam romper com as estruturas racistas, sexistas, classista, misógena e homofóbicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

E, se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferencia dos das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação. (...)A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. (Conceição Evaristo, 2007).

O percurso desta tese de doutorado buscou estabelecer um diálogo entre a ciência psicológica e a teoria feminista a partir da investigação da experiência das cientistas, psicólogas, feministas: Sandra Azerêdo (Universidade Federal de Minas Gerais), Jaileila Menezes (Universidade Federal de Pernambuco), Paula Gonzaga (Universidade Federal do Sul da Bahia) e Elcimar Pereira (Universidade Federal de Goiás). Tendo como objetivo compreender como estas mulheres cientistas psicólogas feministas têm integrado o campo científico, me atentando às relações que estabelecem, e a como e por que têm produzido ciência.

No trilhar deste desenho investigativo, um constante alinhavar de experiências e inquietações científicas foram tecidas: Qual a inserção da perspectiva feminista no como fazer ciência? Como cientistas feministas do campo psicológico descrevem sua prática? Em que medida os feminismos contribuem para a construção dos interesses de pesquisa e no desenvolvimento dessas? As perguntas supracitadas deram tom e constituíram o objetivo geral desta investigação.

Para desenvolvê-la, foi imprescindível combinar a proposta de pesquisa a uma ou mais técnicas, o que resultou em duas frentes: entrevista presencial e/ou a distância, e análise da produção acadêmica das intelectuais em associação com análise do *currículo lattes*. Entendendo que mais do que simples procedimentos, as técnicas constituíram condição de possibilidade de conhecer as interlocutoras desta pesquisa e publicizar os resultados. A associação de tais técnicas, bem como as análises daí decorrentes, serviram de contribuição para um encontro.

A investigação se deu a partir da compreensão da experiência como categoria de análise para a compreensão da realidade social, entendendo-a a partir de uma dimensão do conhecimento teórico-político. O tecer das histórias, ditas e escritas, os trabalhos acadêmicos, as publicações, cursos, graduações e pós-graduações vão formando teias de sentido que podem

ser entendidas e interpretadas a partir de uma perspectiva feminista e psicossocial. Nestes termos, atentar-se para experiência como parte de um olhar objetivo de um problema científico, no contemporâneo, é ter como horizonte as dimensões da vida cotidiana e da atividade humana, normalmente consideradas sem valor suficiente para serem mencionadas pelas histórias convencionais, sendo esta categoria de análise capaz de desestabilizar o que é *ser homem* ou *ser mulher*. Numa perspectiva feminista, assim como as noções de objetividade científica, subjetividade e metodologia científica hegemônica, afirmamos que a categoria reorganiza os olhares científicos e exige mudanças metodológicas e epistemológicas na produção do conhecimento.

Com um objetivo que, de início, me pareceu pretensioso, e um caminho que foi se delimitando com o percurso de investigação, me coloquei em busca do desejo de conhecer e analisar os significados que as interlocutoras produzem, sobre o conhecimento que produzem, e como desenvolvem suas práticas produzindo a transformação de si e do social.

Um ponto central no pensamento das interlocutoras é reconhecer a própria agência e a agência do outro. Ou seja, a percepção desse outro, que, por sua vez, pode ser um/a aluno/a, colega de profissão, pesquisador/a, jovem do movimento *hip hop*, uma mulher em situação de violência, um grupo de mulheres rurais do interior de Goiás, adolescentes de uma escola da periferia, diplomatas negras, mulheres que abortaram e tantas outras. Um pressuposto aqui é o reconhecimento da condição de agentes de suas histórias individuais e sociais, sendo estes os norteadores para a construção de uma abordagem mais adequada às suas vivências e experiências.

Em consonância às interlocutoras, o que foi posto aqui, diz respeito ao sujeito, caracterizado por sua flexibilidade, que, para além do simples pensamento, permite ver, ler, ouvir e analisar realidades a partir de dinâmicas não ingênuas de poder e saber. Está diretamente envolvido com o potencial de transformação do mundo e transformação de sua existência própria. Ou ainda, da capacidade de ação, de criação, de posicionamento, de realização e pensamento.

A reflexividade baseia-se no explicitar das relações de poder que compõem o processo de produção de conhecimento, estando atento às contingências históricas, políticas e sociais da produção do conhecimento. Uma análise reflexiva na produção científica reconhece que o conhecimento é emoldurado por quadros de referência sociopolíticos. A reflexividade é, desse modo, a busca por uma consciência no que se refere ao envolvimento pessoal do investigador e da investigadora na pesquisa. As interlocutoras desenvolveram, portanto, o exercício da

reflexividade, ao pensarem sobre si, tomando-se como objeto de reflexo e se transformando nesse processo.

Para Sandra, Jaileila, Paula e Elcimar a escrita, assim como a participação na ciência e a produção no campo psicológico, é uma proposta de mudança, de si e do espaço social brasileiro. A proposta destas cientistas, de alguma maneira, pode nos incomodar, porque tiram certezas reconfortantes sobre o que é ser uma profissional de psicologia, sobre a investigação acerca do indivíduo e da subjetividade. Traz, com isso, uma instabilidade aos lugares tradicionais do saber, e nos pedem para descer do pedestal, minuciosamente desejado pelo modelo científico hegemônico, para assim, reconhecer que todas e todos temos que renunciar ao nosso pedaço de poder que a ciência positivista oferece.

Tal posicionamento contrapõe-se ao modelo científico hegemônico. Ademais, está baseado no reconhecimento da reflexividade, criticidade e posicionalidade como a tríade estruturante das pesquisas e práticas desenvolvidas pelas interlocutoras. Isso se configura na constituição de temas de interesse, no reconhecimento das relações de gênero como relações de poder, da política como parte do saber psicológico, na promoção de autonomia como horizonte de transformação.

Para isso, tomam como prerrogativa o trabalho em redes, de maneira interdisciplinar, horizontalizada. Sendo imprescindível, num movimento de apropriação simbólica, ratificar, visibilizar e reconhecer a existência de pesquisadoras negras que olham para si de maneira racializada e generificada, assumindo uma função produtiva na configuração da subjetividade, ao evidenciar e recuperar a prerrogativa de narrativas próprias e pessoalizadas que dialogam para a reconfiguração de si e do um grupo.

Nestes termos, as conclusões apontam que as cientistas psicólogas feministas investigadas se constituem e se constituíram como mulheres cientistas com anseios de elaboração de outros modos de ciência na prática cotidiana de suas pesquisas, nas formas de compactuar e romper com os ritos da ciência, no estabelecimento dos moldes de produção e divulgação dos conhecimentos produzidos, no comprometimento com a transformação social, com especial atenção à realidade de mulheres, e na relação com os sujeitos pesquisados/as.

Explicitam que precisamos conversar sobre as questões éticas da pesquisa e da produção de saberes e fazeres. Na invenção de si, essas intelectuais constituem uma trama aberta de sentidos, signos, possibilidades, brechas, sobreposições, para a compreensão das relações sociais, dos processos de subjetivação e significação dos sujeitos em suas pesquisas. Vão além das análises feitas sobre a perspectiva do lugar social das mulheres, pois elas colocam as

relações sociais em um diálogo com as categorias sociais, reconhecidas pelo feminismo negro como perspectiva interseccional.

Em um exercício analítico, que visa estabelecer uma dinâmica entre as necessidades sociais e científicas e revelar quem o faz, como faz, porque faz, de quais lugares e diante de quais problemas o faz, elas convidam, a cada um de nós, a repensar a prática científica em Psicologia a partir da ideia de posicionalidade. Ao problematizar como e por que mulheres psicólogas fazem ciência, o convite posto à Psicologia e a nós profissionais/pesquisadores é de uma releitura sobre a relação direta entre comportamento e produção de subjetividades e significação das vivências a partir de demandas sociais e históricas construídas, sendo as teorias feministas indubitavelmente de grande significação para o campo.

Compreendem, portanto, que o posicionamento na prática psicológica cria condições para o rompimento de desigualdades e um conjunto de dicotomias e hiatos instaurados pela ciência hegemônica, que materializam obstáculos para uma transformação psicossocial da realidade brasileira e dos problemas concernentes à Psicologia. Problematizar a tradição hegemônica na prática cotidiana de ensino, pesquisa e extensão, para elas, passa por um comprometimento ético com o sujeito investigado a partir da horizontalidade e do reconhecimento de que o saber só se produz em relação. O que se materializa em uma implicação social de pesquisadores e pesquisadoras no *campo psi*, exige posicionamentos políticos, engajamento social e dúvidas em uma persistente hermenêutica da suspeita sobre o próprio processo investigativo. Para elas, posicionamento, criticidade e saberes localizados compõem uma outra tríade epistêmica que compactua com o rigor científico e com a coerência metodológica, epistemológica e ontológica que constituem os pressupostos que sustentam o processo investigativo em Psicologia.

Mas, ainda cabe aqui o questionamento: como e por que fazem ciência psicologia? Porque precisam e o fazem juntas. Constituem suas trajetórias e processos, de maneiras diferentes, pululam aqui e ali a montagem de um percurso de encontro com seus desejos, enfim, consigo mesmas. As interlocutoras se propõem pensar a si e seu coletivo. O que se processa é uma espécie de exercício de elasticidade de um eu e um nós. Ou ainda, nas palavras de Virgínia Woolf "peço-lhes que escrevam todo tipo de livros, não hesitando diante de nenhum assunto, por mais banal ou mais vasto que sejam. (...) para seu bem e para o bem do mundo em geral" (1985, p. 143).

Fazer ciência em Psicologia, nestes termos, é estar radicalmente comprometida com transformações psíquicas, sociais e políticas para quem investiga e para quem é investigada ou

investigado. É certo que o que produzimos foi a resultante de um nós que se produz no exercício de pensar sobre as experiências, a fim de fazer o pensamento se associar com vivências, transformando em significação e experiência pessoal, social, política e científica.

Os meus encontros com Sandra Azerêdo, Jaileila Menezes, Paula Bacellar e Elcimar Pereira me levaram a lugares que eu desconhecia. Muitos dos processos e das experiências que ouvi, mas que não estão guardadas nesta tese, com certeza, ainda estão por emergir em outros momentos do meu trilhar acadêmico. Fui em busca de psicólogas cientistas feministas e as encontrei. Fui em busca de mim, queria ouvir mais que falar e foi o que tentei fazer, falar com elas e a partir delas.

Nesse sentido, pensar experiência, como uma categoria útil de análise da realidade social, a partir das lentes científicas/políticas/sociais da teoria feminista, significa dizer que afirmamos uma conexão entre vivência e experiência, mas não se resume a isso. Tem a ver com pertencer em coletividade, em ir do pensamento ao ato de uma união e aliança entre mulheres, ancorando-se na empatia, alteridade e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum.

As experiências das cientistas feministas do *campo psi*, aqui investigadas, são percebidas como um campo aberto que articula vivência, posicionamento político, científico, conscientização, projeto de sociedade. Sendo assim, ouvir, ler, conectar, sentir, é emergir nas histórias contadas e escritas em um processo de (re) conhecimento interior, no qual me deixo seduzir pelo processo de escrita de si, de (des) estabilização e transformação. Neste sentido, compreender a experiência destas mulheres é considerar os aspectos da vida e do trabalho interligados.

A experiência torna-se, então, a maneira pela qual expresso minhas inquietações e questionamentos: de que maneira as cientistas feministas do *campo psi* se tornam o que são e como elas apreendem o que fazem e desenvolvem ‘verdades científicas’? (Judith Butler, 2015). A partir deste ponto de vista, a construção de sentido de si possibilita transcender, ao menos no campo de uma prática feminista, uma outra noção de ciência centrada na ruptura determinista em que tempos e espaços são ritualizados. Rompendo com os regimes de autorização discursiva do discurso dominante, estabelecendo um campo de atuação que contribua para a emergência de vozes historicamente interrompidas.

Em um exercício autocrítico, a que o feminismo convida todas e todos, penso, olhando para o processo de escrita, que é importante ter uma reflexão sobre limites que identifico na pesquisa. Ainda há muito o que delinear sobre o ato de centrar em experiências vividas, e este

é um limite que, neste momento, ainda imersa no processo, consigo observar. Trata-se do desafio de pensar um conhecimento construído em torno da ética do cuidado feminista, que se operacionaliza na prática, e que me instiga a contribuir com reflexões quanto à metodologia e ao método.

Uma outra questão que se mantém para mim, e que identifico como um horizonte para novas pesquisas, passa pela compreensão do corpo. Como capturar este corpo que se produz e (re) atualiza em seguidas trocas internas e também externas?

Sigo pensando sobre como a minha reflexão do presente agirá sobre minhas escolhas de futuro. Tenho a impressão que elas, as minhas interlocutoras, também se deparam com alguns destes dilemas, visto que, ao desconstruírem essa cisão presente, que é a separação entre ensino, pesquisa e extensão, elas parecem identificar que tudo isso faz parte de um projeto de psicologia de fundamentação feminista em que transgridem fronteiras para terem liberdade em seus pensamentos e proposições.

Por fim, retomemos os capítulos e a proposta desta pesquisa, caminhando para o fim de um longo ciclo. O capítulo introdutório configurou o início do processo de colecionar perguntas em busca de um encontro com o meu tema, ou seja, como e por que mulheres psicólogas cientistas feministas produzem ciência no contemporâneo. Para tanto, desenvolvi uma reflexão sobre a posição teórico-política que norteou esta tese, um exercício feminista. O capítulo dedicou-se também à nomeação e reflexão acerca dos procedimentos éticos e estéticos, entendendo a ética feminista como imprescindível para a compreensão de uma ciência crítica, posicionada e comprometida com a transformação social da realidade, assim como o processo de encontro com o método, com as cientistas pesquisadas, as interseções e os dissensos entre elas.

No capítulo intitulado 'Mas afinal como falar delas? - a apresentação das cientistas', dediquei-me a percorrer as trajetórias em uma perspectiva genealógica, me atentando a como as minhas interlocutoras desejaram contar suas vivências e acontecimentos. Os capítulos 'Ciência, mulheres e Psicologia' e 'Ensinem-me a transgredir', trazem as reflexões sobre as mulheres na interface com a ciência psicológica em um diálogo com as mulheres cientistas psicólogas pesquisadas sobre os feminismos e a ciência, atentando-se aos lugares em que se capturam os movimentos e as articulações entre estas duas perspectivas, a partir de um levantamento bibliográfico, assim como uma avaliação do percurso profissional e pessoal das pesquisadas.

Em 'Experiência como categoria analítica: aproximações teóricas e éticas' me debrucei sobre o exercício de conceituar a experiência como categoria analítica, reconhecendo as diferenças entre o processo de experienciar e vivenciar. Caminhando para a importância da localização dos sujeitos e seus lugares de fala, entendo como estes lugares produzem uma escrita de si. Atentando-me como as interlocutoras reconhecem seus próprios processos e a experiência como uma categoria de pesquisa.

No momento seguinte, 'Ensinem-me a transgredir', investiguei como e por que as mulheres cientistas psicólogas feministas têm produzido ciência. E, para isso, investiguei a concepção de ciência, as metodologias e relação pesquisadora e sujeito estabelecidas pelas cientistas, bem como a compreensão da relação entre ciência, Psicologia, sociedade e a transformação social.

O tempo destinado aos últimos apontamentos aqui apresentados, foi uma busca por elucidar o desejo de uma pesquisa que investiga e se produz a partir de um olhar feminista à Psicologia. Ou seja, esta foi uma pesquisa que, além do desejo de apresentar a história de mulheres psicólogas cientistas que se intitulam feminista, buscou também inspirar outras como elas, como nós, a serem infames, inapropriáveis, ou dito de outro modo, a reflexão nos próprios 'pensamentos de si' de cada uma/um.

Finalizo o que me pareceu um árduo trabalho de acreditar, em um momento em que a utopia nos mantém firmes em um projeto democrático de governo e autogoverno. Aqui, continuo concluo um projeto epistêmico que tem início nos projetos de iniciação científica, projetos de extensão e nas ruas, tendo continuado durante o mestrado, e agora na atuação docente e no processo de doutoramento. O que desejei foi contribuir para um movimento de ruptura, que me parece necessário, no pensamento e na ação com as normativas e dominações do modelo científico hegemônico tradicional. Modelo este, que materializa-se a partir de bases epistêmicas racista, sexista, patriarcal e que nega o poder de agência e mudança da ciência, ao mesmo tempo em que distancia o agenciamento político das pessoas classificadas como subalternas, sejam elas mulheres, negros e negras, latino-americanos, LGBTQs, indígenas, pobres etc. A essas pessoas que foram deslegitimadas, a nós que tivemos negado o direito ao "mundo da mente" (bell hooks, 1995), ou dito de outro modo, que tivemos o agenciamento epistêmico recusado pela razão cartesiana, hoje propomos uma mudança a partir dos feminismos em suas expressões decoloniais, terceiro mundistas, negras, que tem suscitado uma desobediência epistêmica (Gayatri Spivak, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adrião, Karla Galvão; Menezes, Jaileila de Araújo; Souza, Leyllyanne Bezerra de; Falcão, Raissa. (2017). Mulheres e homens jovens: gozos e interdições, poder e desigualdades. *Psicologia e Sociedade* (impresso), v. 29, 1-11.

Aita, Elis Bertozzi; Facci, Marilda Gonçalves Dias. (2011). Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, 32-47. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&nrm=iso . Acessos em 10 jan. 2019.

Alves, Claudia de Oliveira (2013). Psicologia e perspectiva feminista produção de conhecimento, prática e programas de prevenção em saúde mental. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Amancio, Lígia. (2001). O gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, Lisboa, v.15, n.1, 9-26. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492001000100001&lng=pt&nrm=iso . Acessos em 08 jan. 2019.

Amorós, Celia (2000) (org.) *Feminismo y filosofía*. Madrid: Síntesis.

Andrade, Darlene Silva Vieira; Santos, Helena Miranda dos (Org.) (2013). *Gênero na Psicologia: Articulações e Discussões*. 1. ed. Salvador: Conselho Regional de Psicologia, 3a. Região, 2 v. 1. 194p.

Antunes, Mitsuko Aparecida Makino (2005). Materialismo histórico-dialético: fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 105-117). Petrópolis: Vozes.

Anzaldúa, Gloria E. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(1), 229-236.

Anzaldúa, Gloria E. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 8(1), 229-236.

Anzaldúa, Gloria Evangelina. (1987). *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute Books.

Anzaldúa, Gloria. (1999). *La conciencia mestiza. Towards a New Consciousness*. Traducciones de Irene Gon. San Francisco. Routledge.

Anzaldúa, Gloria. (2007). Como domar una lengua salvaje. In: García, Cristina. *Voces sin frontera: antología vintage español de literatura mexicana y chicana contemporánea*. Nueva Cork: Vintage books.

Arrazola, Laura Suzana Duque. (2002). Ciência e Crítica feminista. In: Costa, Ana Alice; Sardenberg, Cecilia. (orgs.) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador, Redor/NEIM/UFBA, 67-76.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata. (1975). O papel do diagnóstico psicopatológico em julgamentos criminais: estudos de 5 casos legais. Programa de pós-graduação em Psicologia. Mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata. (1986). Representations of Sexual Identity and Domestic Labor: Women's Writings in Brazil, Marroco and the United States. Doutorado em History of Consciousness. University of California at Santa Cruz.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata. (2002). O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22(4), 14-23.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata. (2007). *Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos*. São Paulo: Cortez, Preconceito, v.1, 120p.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata (2008). Grupo e Crítica no Ensino e na Pesquisa em Psicologia. Departamento de Psicologia. Concurso para Professora Titular (Tese não publicada).

Azerêdo, Sandra Maria da Mata. (2010). Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, 18(1), 175-188.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata. (2014). O que é mesmo uma perspectiva feminista de gênero? In: Stevens, Cristina; Oliveira, Susane Rodrigues de; Zanelo, Valeska. *Estudos Feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 74-85.

Azerêdo, Sandra Maria da Mata. (2003). “Era uma vez... uma análise”. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas (20), 205-216.

Azerêdo, Sandra Maria M. (1998). Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em Psicologia. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, n.11, 55-66.

Azerêdo, Sandra Maria M. (2002a). O Político, o Público e a Alteridade Como Desafios para a Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão* (Impresso), Brasília, v. 22, n.4, 14-23.

Azerêdo, Sandra Maria M. (2002b) A ânsia, o sino e a transversalidade na relação entre empregadas e patroas. *Cadernos Pagu* (19), 323-334.

Azerêdo, Sandra Maria M. (2011). *Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 1. 120p.

Azerêdo, Sandra Maria M. (2013). Em defesa do posicionamento na pesquisa em Psicologia. In: Fernando Teixeira Filho; Wiliam Peres; Carina Rondini; Leonardo de Souza. (Org.). *Queering: problematização e insurgência na psicologia contemporânea*. 1ed. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 2013, v. 1, p. 123-139.

- Bacellar, Paula Rita Gonzaga. (2016). "Eu quero ter esse direito a Escolha": Formações Discursivas e Itinerários Abortivos em Salvador. Mestrado em Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia.
- Bach, Ana (2010). El rescate del conocimiento. TEMAS DE MUJERES Año 6, n° 6, 05- 30 .
- Bandeira, Lourdes. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 288, 207-228.
- Barreto, Carmem Lúcia Brito Tavares; Morato, Henriette Tognetti Penha. (2008). A dispersão do pensamento psicológico. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 147-160. Recuperado em 28 de dezembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Bastos, Antônio Virgílio Bittencourt, Gondim, Sônia Maria Guedes; Borges-Andrade, Jorge Eduardo. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In: Yamamoto, O. H.; Costa, A. L. F. (Orgs.) *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRN, 257-271.
- Bauman, Zygmunt. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Inquietações da vida contemporânea e suas formas atuais de organização: uma relação de imanência.
- Benjamin, Walter. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense.
- Bernardes, Lúcia Helena. (2007). *Subjetividade: um objeto para a Psicologia comprometida com o social*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Histórias da Psicologia no Brasil).
- Betto, Frei (2017). *Ofício de escrever*. Anfiteatro: Rio de Janeiro.
- Bock, Ana Mercês Bahia. (org.). (2003). *A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia* / Ana Mercês Bahia Bock (org.). – São Paulo: Cortez.
- Bock, Ana Mercês Bahia. (2007). Silvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”. *Revista Psicologia e Sociedade*.
- Bock, Ana Mercês Bahia. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
- Bomfim, Elizabeth de Melo. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte, Edições do Campo Social.
- Bonassi, Bruna Camilo; Muller, Rita Cássia Flores. (2013). A feminização da profissão e a presença das Mulheres na Psicologia. In: Louise A. Lhullier. (Org.). *Quem é a Psicóloga Brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. 1ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, v. 1, p. 79-91.

- Bordo, Susan (1986). *The Cartesian Masculinization of Thought*; Signs, V.II, no.3.
- Borges, Lenise Santana. (2014). Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289.
- Botomé, Silvio P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, 5 (1), 1-15.
- Bourdieu, Pierre. (2002). *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (1974). *A economia das trocas simbólicas*. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, Pierre. (1983). O campo científico (pp. 122-155). In: Ortiz, Renato (Org.). Bourdieu – *Sociologia*. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- Bourdieu, Pierre. (2004). *Coisas ditas*. (trads. Cássia R. da Silveira & Denise M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense.
- Brah, Avtar. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*. v. 26, pp. 329-376.
- BRASIL, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). (2010). Diretório dos Grupos de Pesquisas e Tabulações Especiais do Sistema de Bolsas, Censos e Estatísticas Históricas da Assessoria Estatística e de Informação, Site www.cnpq.br, acessos nos meses de novembro, dezembro de 2009 e em fevereiro de 2010.
- Brožek, Josef.; Massimi, Marina (1998). *Historiografia da Psicologia Moderna*: Versão brasileira. São Paulo: Loyola/Unimarco.
- Butler, Judith (2015). *Relatar a si mesmo*: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autentica Editora.
- Butler, Judith (2002). *Cuerpos que importan* – sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”. Buenos Aires, Anagrama.
- Butler, Judith. (2001/1997). *Mecanismos psíquicos del poder*: Teorías sobre la sujeción. Madrid: Ediciones Cátedra-Universitat de València-Instituto de la Mujer.
- Butler, Judith. (2003). *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. (trad. Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calvelli, Haudrey Germiniani; Lopes, Maria de Fátima (2011). A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In *Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV*, pp. 347-353. Recuperado em 03 de janeiro de 2019 de: www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf.
- Cambaúva, Lenita Gama; Silva, Lucia Cecília da; Ferreira, Walterlice. (1998). Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. *Estudos de Psicologia História da Psicologia*, 3(2), 207-227.

Candiotto, Jaci de Fátima Souza (2012). A teologia feminista e seus giro hermenêuticos: reinterpretações de Deus, do ser humano e da criação. Tese de Doutorado (Departamento de Teológica) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Canevacci, Máximo (2013) Prefácio. Em: Zanella, Andréa Vieira (2013). *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas* (p.11-15). Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS.

Carneiro, Anni de Novais; Rosa, Laila (2016) Escrivências feministas: caminhos de autoria e processos de individuação. (p.38-53) Em: Denega, Darlene S. V. Andrade; Santos, Helena M. dos. *Gênero na psicologia: saberes e práticas*. Salvador: CRP-03.

Chassot, Attico (2004). Ciência é masculina? É, sim senhora... *Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ*, 19 (71/72), 9-28.

Chauí, Marilena. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (História do povo brasileiro).

Chaves Lima, Maria Lucia; Uziel, Anna Paula. Gênero e sexualidade na formação e prática profissional em psicologia. Em: LHULIER, Louise (org). Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres*, 2013.

Clímaco, Danilo de Assis. (2009). Tráfico de mulheres, negócios de homens, leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as masculinidades e o masculino. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa

Collins, Patricia Hill. (1991). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge.

Conceição, Antonio Carlos Lima da; Aras, Lina M. Brandão de (2013). Por uma ciência e epistemologia(s) feminista(s): avanços, dilemas e desafios. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v.2, n.1, p. 115-128, 2013.

Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v.10, n.1, p. 171-188. Florianópolis.

Cruz, Joliane Oliveira da (2007). *Mulheres na ciência: representação ou ficção*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo: USP.

Delany, Samuel R. (1988). *The Motion of Light in Water: Sex and Science Fiction Writing in the East Village, 1957-1965*. New York : New American Library, p. 143-77.

Dewulf, Jeroen. (2006). “Por vozes nunca dantes ouvidas”: a viragem pós-colonial nas ciências humanas (pp. 131-140). In: Amaral, Ana Luísa & Cunha, Gualter (org.). *Estudos em Homenagem a Margarida Losa*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Dias, Maria Odila Leita da Silva (1994). Novas subjetividades na historiografia feminista: hermenêutica das diferenças. *Revista de Estudos Feministas*. 2(2), pp.373-382.

Diniz, André Geraldo Ribeiro (2013). Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Evaristo, Conceição. (2006). *Becos da Memória*. Belo Horizonte: Mazza.

Evaristo, Conceição. (2005). Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia, 201-212.

Evaristo, Conceição. (2017). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Editora Malê.

Farganis, Sandra. (1997). O Feminismo e a reconstrução da ciência social. In: Jaggar, Alisson M.; Bordo, Susan R.(orgs.), *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, pp.224-240.

Farias, Kamila Gadelha; Castro, Heloísa Maria da Silva (2016). Psicologia Feminista: uma abordagem comprometida com a mudança social. *Anais do XII Colóquio Nacional Representações de gênero e sexualidades*.

Ferreira, Arthur Arruda Leal. A psicologia como saber mestiço: o cruzamento múltiplo entre práticas sociais e conceitos científicos. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2006, vol.13, n.2, pp.227-238.

Ferreira, Maria Cristina. (2010). Psicologia: teoria e pesquisa. Em. *Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais*. v.26. p 51-64.

Figueiredo, Luis Claudio. (1996). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.

Figueiredo, Luis Claudio. (1993). Sob o signo da multiplicidade, *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, 1, 89-95.

Figueiredo, Luis Claudio. (2004). *Revisitando as psicologias: Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Figueiredo, Luis Claudio; Santi, Pedro Luiz de (1997). *Psicologia: uma (nova) introdução* – São Paulo: Educ.

Figueiredo, Luiz Cláudio (1991). *Psicologia: uma introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: Educ.

Foucault, Michel. (1979). Poderes e estratégias. In: Carrilho, M. Maria (Org.). *Dissidência e nova filosofia*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Foucault, Michel. (1984). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel. (1992). *O que é um autor?* Tradução de Antonio Cascais e Edmundo Cordeiro. Portugal: Passagens/Veja.

- Foucault, Michael (1992). A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. pp. 129-160.
- Foucault, Michel. (1999). *Em defesa da sociedade*, curso no Collège de France (1975-1976) São Paulo, Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (1995). *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria.
- Foucault, Michel. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense
- Foucault, Michel. (2002). *As Palavras e as Coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel. (2003). A vida dos homens infames. In: Foucault, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222. (Coleção Ditos e Escritos, IV).
- Foucault, Michel. (2004). *Ditos e Escritos V*. Org. Manoel B. da Motta; Trad. Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michael (2004). *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal.
- Foucault, Michel. (2011). O estilo da história. In: Foucault, Michel. *Ditos & Escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOX KELLER, Evelyn Fox. Feminism and science. In: KELLER, Evelyn Fox, and LONGINO, Helen (eds.). *Feminism and Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. pp.28-90.
- Fox Keller, Evelyn. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. In: Lopes, Maria Margareth (Org.). *Cadernos Pagu: Ciência, Substantivo Feminino Plural*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, n. 27, p. 13-34.
- França, Thais (2013). Mulheres que imigram através da academia: articulando gênero, raça e feminismo na produção de conhecimento. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: *CLACSO- E-Book*, (28), 5-20.
- Freire, Paulo. (2011). *Educação como prática de liberdade*. São Paulo.
- Freitas, Maria de Fátima Quintal de. (2000). O movimento da lente focal na história recente da psicologia social latino-americana. In: Campos, Regina Helena de Freitas; Guareschi, Pedrinho (Org.). *Paradigmas em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Friedan, Betty (1971). *Mística Feminina: O livro que inspirou a revoltadas mulheres americanas*. Tradução portuguesa por Editora Vozes Limitada. Rio de Janeiro.

Furlin, Neiva (2012). A categoria de experiência na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3), 955-972.

Furlin, Neiva (2014). Relações de gênero, subjetividades e docência feminina: um estudo a partir do universo do ensino superior em teologia católica / Neiva Furlin – Curitiba. Tese (Doutorado em Sociologia).

Galvão Adrião, Karla. (2015). Feminismo, Psicologia, e Justiça social: um encontro possível? Uma entrevista com Michelle Fine. *Psicologia & Sociedade*, vol. 27, núm. 3, septiembrediciembre, pp. 479-486.

Garazi, Debora. (2016). Experiencia, lenguaje e identidad: Algunas notas sobre el concepto de experiencia en la obra de Joan W. Scott. *Trabajos y Comunicaciones* (43), 013. *Memoria Académica*. Disponible en: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7179/pr.7179.pd

Gay, Roxane (2016). *Má feminista: ensaios provocativos de uma ativista desastrosa*. Barueri: Novos Séculos Editora.

Gergen, Kenneth J. (1993). A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social”. In: GERGEN, Mary McCarnney (Ed.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; Brasília/EdunB, p. 48-69.

Gergen, Mary McCarnney. (1993). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Brasília/EdunB.

Giffin, Karen Mary. (1991). Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 190-200.

Gomes, Amandio. J. (2005). Uma Ciência do Psiquismo é possível? Uma questão histórica, um problema atual. *Revista do Departamento de Psicologia* (UFF), v. 17, p. 103-111.

Bacellar, Paula Gonzaga; Aras, Lina. (2016). Descriminalizar o aborto para não (re) escravizar mulheres negras: Uma pauta para o Feminismo Negro Brasileiro. In: Felipe Asensi; Roseni Pinheiro; Paula Arévalo Mutiz. (Org.). *Saúde e Direitos Humanos*. 1ed.Rio de Janeiro: Multifoco, v. 3, p. 399-419.

Bacellar, Paula Gonzaga; Aras, Lina M. B. (2017). O silêncio e a escuta: Por uma Psicologia que escute as mulheres que interromperam gestações. In: Denega, Alessa; Andrade, Darlane Silva Vieira; Santos, Helena Miranda dos. (Org.). *Gênero e Psicologia: Saberes e Práticas*. 2ed.Salvador: CRP-03, p. 101-125.

González Rey, Fernando Luis. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.

Gonzalez, Lélia. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Silva, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244.

- Goode, William J. & Hatt, Paul K. (1969). *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Guareschi, Pedrinho. (2012). *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Guha, Ranajit. (2002). *History at the limit of World-History*. Columbia University Press.
- Hanisch, Carol (1969). *The Personal is Political*. Notes from the Second Year: Women's Liberation.
- Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41.
- Harding, Sandra (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, 1 (1).
- Harding, Sandra and Kathryn Norberg. (2005). New Feminist Approaches to Social Science Methodologies: An Introduction. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 30:2009–2016.
- Harding, Sandra. (1987). Is there a feminist method? (pp.1-14). In: Harding, Sandra (org.). *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press.
- Harding, Sandra. (1996). *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata.
- Harding, Sandra. (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Harding, Sandra. (1992). *Whose science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca: Cornell University Press.
- hooks b., Brah A.; Sandoval, C.; Anzaldúa, G. (2004) *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Madrid, Traficantes de sueños.
- hooks, bell. (1995). Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, 3 (2), 464-478.
- hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- hooks, bell. (2010). Vivendo de amor. In: *Geledes*, s/p. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-degenero/4799-vivendo-de-amor> Acesso: janeiro de 2019.
- Jacó-Vilela, Ana Maria; Rocha, Marisa Lopes da; Mancebo, Deise. (2003). *Psicologia social: relatos na América Latina*. São Paulo.
- Jazbón, José (1996), Historia y experiencia. *Entrepasados Revista de História*, 5(10).
- Schiebinger, Londa. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, São Paulo: EDUSC.

- Koyré, Alexandre. (1973). *Estudos de História do Pensamento Científico*. Ed. UnB: Brasília.
- Kuhn, Tomas. (1975). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Lane, Silvia T. M. (2000). Diálogos: Uma psicologia para transformar a sociedade [Entrevista]. *PSI Jornal de Psicologia*, São Paulo, 18(122), 4-6.
- Lane, Silvia T. M.; Codo, Wanderley. (Orgs.). (1989). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 8 ed.
- Lane, Silvia. T. M. (1985). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In Lane, Silvia T. M.: Codo, Wanderley. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 11-19). São Paulo: Brasiliense.
- Latour, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos: Ensaios de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Lauretis, Teresa de. (1984). Semiótica y experiencia. In: Lauretis, Teresa de. *Alicia ya no: feminismo, semiótica, cine*. Madrid: Ediciones Cátedra, p. 251-294.
- Leta, Jacqueline (2003). As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*. 17 (49), 271-284.
- Lhullier, Louise A.; Roslindo, Jéssica J. (2013b). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: Lhullier, Louise A. (org.). *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lhullier, Louise. (Org) (2013). *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lima, Nádia Regina Loureiro de Barros (2002). As mulheres na ciência: o desafio de uma passagem... a passagem do privado para o público (pp. 51-66). In: Costa, Ana Alice & Sardenberg, Cecília M. B.(Orgs). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*, Salvador: NEIM/UFBA: Redor
- Longino, Helen; Fox keller, Evelyn (eds.). (1996). *Feminism and Science*. Oxford: Oxford University Press.
- Lopes, Denilson. (2002) Experiência e Escritura. Em: *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Macleod, Catriona; Marecek, Jeanne., Capdevila, R. (2014) Feminism & Psychology going forward. *Feminism & Psychology* 24(1): 3-17.

Maffia, Diana (2002). Crítica feminista à ciência (pp. 25-38). In: Costa, Ana Alice & Sardenberg, Cecília M. B.(Org). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Redor.

Maheirie, Kátia. (2002) Constituição do sujeito, Subjetividade e Identidade. *Interações*. v. VII, n. 13, p. 31-44.

Martín-Baró, I. (1985). *Conflicto social e ideología científica: de Chile a El Salvador*. Conferência pronunciada em Caracas, em 9 de julho de 1985, no XX Congresso Interamericano de Psicología.

Martín-Baró, Ignacio (1998). *Psicología de la Liberación* (org. Amalio Blanco), Madrid, Editorial Trotta.

Martín-Baró, Ignacio (2001). *Acción e ideología-psicología social desde Centroamérica* (11ª ed.). El Salvador: UCA Editores.

Martín-Baró, Ignacio (2009). Para uma psicologia da libertação. Guzzo, R. Lacerda, F. (orgs). *Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea.

Martín-Baró, Ignacio. (1985) La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Boletín da AVEPSO XIII*(3), 3-9.

Martín-Baró, Ignacio. (1986/2011). Para uma psicologia da libertação (Trad. Fernando Lacerda Jr.). Em Raquel. S. L. Guzzo., & Fernando Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 181-198). Campinas: Alínea.

Martín-Baró, Ignacio. (2012). *Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica* (2ª ed.). San Salvador: UCA Editores.

Martínez, Albertina Mitjás. (2003). O Compromisso Social da Psicologia: Desafios para a formação dos psicólogos. In: Ana Mercês Bock. (Org.). *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, p. 89-97.

Mattos, Amana. (2015). Feminist psychology - researches, interventions, challenges. Em Ian Parker. (Ed.), *Handbook of Critical Psychology*. Routledge: London e New York.

Mayorga, Claudia; Oliveira, Julia; Gonzaga, Paula (2017). ?O pessoal é político?: aborto e ação política. In: Emerson Fernando Rasera; Maristela de Souza Pereira; Dolores Galindo. (Org.). *Democracia participativa, estado e laicidade* [recurso eletrônico]: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção. 1ªed.Porto Alegre: Abrapso Editora, p. 81-100.

Mayorga, Claudia (2014). Algumas contribuições do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), p. 221-236. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>

Mayorga, Claudia; Coura, Alba; Miralles, Nerea; Cunha, Vivane Martins (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 21(2): 336, 466-484.

Mayorga, Claudia; Joana Ziller, Magalhães, Manuela; Silva, Silvia. (2010). O Problema que não tem nome: sobre metodologias para estudo das desigualdades (pp. 151-180). In: Mayorga, C. (Org.). *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Mclaren, Margaret A. (2016). *Foucault Feminismo e Subjetividade*. São Paulo, Intermeios, (coleção entregêneros). 284 p.

Melo, Hildete Pereira de; Lasres, H.M.M. (2006). Ciência e tecnologia numa perspectiva de gênero: o caso do CNPq. In: SANTOS, Lucy W. dos. (org.) *Ciência, Tecnologia e Gênero: desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina, Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

Mendes, Jose Manuel Oliveira (2003). Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficinas on line*, 1-27. Recuperado em 12 de outubro de 2013 de <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/194.pdf>

Menezes, Jaileila A. (1996). Algumas contribuições ao estudo da constituição da subjetividade nas sociedades modernas. *Reflexo Caderno do Pet Capes de Psicologia da Ufc*, Fortaleza.

Menezes, Jaileila de Araújo. (1999). Literatura de auto-ajuda: uma perspectiva de produção da subjetividade na contemporaneidade. Programa da pós-graduação em Psicologia. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Menezes, Jaileila de Araújo. (2004). Do si mesmo ao outro: vicissitudes da subjetivação política na contemporaneidade. Programa da pós-graduação em Psicologia. Doutorado em Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Menezes, Jaileila de Araújo; Bezerra, Jucinara Rodrigues. 2016. Significados e práticas sobre o campo dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos: os/as jovens e sua rede de convívio e apoio. XXIII Congresso de Iniciação Científica da UFPE (Conic), VII Congresso de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da UFPE (Coniti) e IV Encontro de Iniciação Científica do Ensino Médio da UFPE (Enic).

Menezes, Jaileila de Araújo; Colaço, Veriana de Fátima R.; Adrião, Karla Galvão. (2018). Implicações Políticas na pesquisa-intervenção com jovens. *Revista de Psicologia da UFC*, v. 9, p. 8-17.

Menezes, Leopoldina Cachoeira (2013). Mulheres e pesquisa em ciências exatas da Universidade Federal da Bahia: uma análise preliminar. In: *Anais do Fazendo Gênero 10*, Florianópolis. Recuperado em 22 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385129218_ARQUIVO_LeopoldinaCachoeiraMenezes.pdf

Menezes-Santos, Jaileila A.; Costa, Mônica R. (2010). Desafios para a Pesquisa: o campo-tema Movimento Hip-Hop. *Psicologia e Sociedade* (Impresso) , v. 22, p. 457-465.

Mignolo, Walter (2005). Un Paradigma Otro: colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. *Dispositio*, n°. 52, vol. XXV, p. 127-146.

Minayo, Maria Cecília de Souza (1994). *O desafio do conhecimento*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.

Minayo, Maria Cecília de Souza (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: Minayo, Maria Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, p. 09-30.

Minayo, Maria Cecília de Souza (2006). O desafio do conhecimento. São Paulo: Editora Hucitec, 9a. ed. *Revista e Aprimorada*.

Mohanty, Chandra Talpade. (1991). Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses (pp. 333-358). In: Mohanty, Chandra Talpade; Russo, Ann & Torres, Lourdes. *Third World Women and the Politics of Feminism*. EEUU: Indiana University Press.

Mombaça, Jota (2017). Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>

Monte, Livia Espíndola. (2015). Um retrato da psicóloga brasileira. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 279-281.

Montero, Maritza (1982). Fundamentos teóricos de la Psicología Social Comunitaria en Latinoamérica, *Boletín de la AVEPSO*, Caracas, vol. V, n° 1, 1982: 15-22.

Montero, Maritza. (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista latinoamericana de Psicología*, 16(3),387-400

Nardi, Henrique Caetano. (2016). A diversidade epistemológica e a política da pesquisa em psicologia no brasil: a avaliação tem sido equitativa no interior da área? Em, Marcelo Santana Ferreira; Marcia Moraes. (Org.), *Políticas de Pesquisa em Psicologia Social* (pp. 237-251). Rio de Janeiro: Nova Aliança.

Narvaz, Martha Giudice; Koller, Silvia Helena. (2007). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654.

Narvaz, Martha. (2009). A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem política (Tese de doutorado). Programa de pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Neves, Sofia; Nogueira, Conceição. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia e Sociedade*. 15 v.2, p. 43-64.

Nicholson, Linda. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 9-41.

Nogueira, Conceição (1997). Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social. Tese de Doutoramento. Braga: universidade do Minho.

Nogueira, Conceição. (2000). *Feminismo e psicologia social: contribuições para uma perspectiva crítica*. Universidade Fernando Pessoa.

Nogueira, Conceição. (2001) Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia e Sociedade*. UFRGS, 13(1), 107-128.

Nogueira, Conceição. (2004). Ter ou fazer o gênero: o dilema das opções epistemológicas em psicologia social. In: Guareshi, N. (Org.). *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 249-284.

Nogueira, Conceição. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de género na psicologia. *Ciclo de conferências do centro de investigação do Instituto Universitário ISPA*.

Nogueira, Conceição. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova Psicologia do género. *Cadernos de Pesquisa*, v. 112, p. 137-153.

Nuernberg, Adriano H. (2005). Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Nuernberg, Adriano., Toneli, Maria Juracy Filgueiras., Medrado, Benedito; Lyra, Jorge. (2011). *Feminism, Psychology, and Gender Studies: The Brazilian Case*. Em Alexandra Rutherford, e col., *Handbook of International Feminisms* (pp. 109-127).

Oliveira, João Manuel de; Amâncio, Lúcia. (2006). Teorias e teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, núm. 3, setembro-dezembro, pp. 597-615.

Oliveira, João Manuel de; Da Costa, Carlos Goncalves; Carneiro, Nuno Santos. (2014). Problematizando a humanidade: para uma psicologia crítica feminista queer. *Gender and Sexuality. Annual Review of Critical Psychology*, 11, Instituto Universitário de Lisboa, ISPA, Universidade do Porto, Portugal.

Oudshoorn Nelly (2000). *L' Invention du naturel*. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin. Editions des Archives contemporaines.

Penna, Antonio Gomes (1991). *História das idéias psicológicas*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Imago.

Penna, Antonio Gomes (1997). *Repensando a Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago.

Schultz, D.P. & Schultz, S.E. (1981). *História da Psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix.

Pereira, Elcimar Dias (2008). A escrita em processo e o processamento da escrita. Texto publicado na *Circular 14/abril 2008*. Essa Circular é de distribuição interna entre os/as bolsistas

do Programa Internacional de bolsas de pós-graduação da Fundação Ford (IFP). www.programabolsa.org.br . Edição: Fúlvia Rosemberg e Rosângela Ramos Freitas.

Pereira, Elcimar Dias. (2008a). Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade. Mestrado em Psicologia (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Pereira, Elcimar Dias. (2014). Programa de ação afirmativa do instituto Rio Branco: discursos de diplomatas e candidatos/as à diplomacia. Doutorado em Pós-graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Pereira, Elcimar Dias; Moraes, Enoe Isabela de. (2017). Mulher negra e o saber psicológico. (2017). *III Simpósio sobre Psicologia Social realizado na Universidade Federal de Goiás - Unidade Jataí*, dias 04 a 06 de julho de 2017. Não publicado.

Pereira, Maria do Mar; Santos, Ana Cristina (2014) Introdução. Epsitemologias e metodologias feministas em Portugal: contribuindo para velhos e novos debates. *Ex aequo*, n.º 29, 2014, pp. 9-21.

Perrot, Michelle (1992). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. De Denise Bottman. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Perrot, Michelle (1995). Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, (4), pp. 9-28.

Perrot, Michelle. (2007). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto.

Pino, Nádia Perez. (2007). A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. *Cadernos Pagu*, (28), 149-174.

Platão. (1999). *Protágoras*. Tradução, Introdução e Notas de Ana da Piedade Elias Pinheiro. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Prado Filho, Kleber. (2005) Uma história crítica da subjetividade no pensamento de Michel Foucault. In: Falcão, L.F.; Souza, P. (Orgs.). *Michel Foucault: perspectivas*. Rio de Janeiro: Achiamé, p.41-50.

Prado Filho, Kleber; Martins, Simone. (2007). A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Jan. 2019.

Prado, Marco Aurélio Máximo. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 59-71.

Prado, Marco Aurélio Máximo; Machado, Frederico Viana (2008). *Preconceito contra homossexualidades: hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.

Preciado, Beatriz. (2002). *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*.

Madrid, Pensamiento Opera Prima.

Prehn, Denise Rodrigues; Hüning, Simone M. (2005). O movimento feminista e a psicologia. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 23, n. 42 p. 65-71, jul./set.

Quijano Anibal (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17 (37). Recuperado em 12 de junho de 2013, de http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

Quijano, Aníbal (1999). Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In. Castro-Gómez, S.; Guardiola-Rivera, O. e Millán de Benavides, C. (eds.) *Pensar (en) los intersticios*. Teoría y práctica de la crítica poscolonial (Bogotá: CEJA).

Rago, Margaret. (1998). Epistemologia Feminista, Gênero e História (pp. 21-42). In: Pedro, Joana M. & Grossi, Miriam P. (Org.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres.

Rago, Margareth (2011). Escrita de sí, parrésia e feminismos. In: Viega-Neto, A.; Castelo Branco, G (orgs). *Foucault, Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora(p.251-267).

Rago, Margareth (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 341 p.

Ravazzola, Maria C. (1997). “Doble Ciego” o “No Vemos que No Vemos”. In. M. C. Ravazzola (Org.), *Histórias Infames: los Maltratos en las Relaciones* (pp. 89-105). Buenos Aires: Ed. Paidós.

Reis, Jandira Gualberto Los. (2003). Relações de gênero no cotidiano escolar: visões e concepções do corpo discente. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.

Ribeiro, Djamila (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* Companhia da Letras.

Ribeiro, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017. 112p.

Rohden, Fabíola. (2008). O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 15 (supl.), 133-152.

Rose, Nikolas. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 155-164, Aug. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Jan. 2019.

Rosemberg, Fúlvia. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4, 6-12.

Rossi, Janaína. (2014). Psicoterapia feminista. *Tumblr*. Acessado em: 20 abril de 2016, de: <https://psicoterapiafeminista.tumblr.com/search/%C3%A1rtemis>

Roza, Luiz Alfredo Garcia. (1977). Psicologia: um espaço de dispersão de saber. *Rádice. Revista de Psicologia*, ano 1, nº 4.

Rutherford, Alexandra. (2012). O feminismo precisa da psicologia? Reconstruindo a história de uma relação. Em Francisco Teixeira Portugal., & Ana Maria Jacó-Vilela. (Orgs.), *Cliopsyché: Gênero, Psicologia, História* (pp. 23-41). Rio de Janeiro: NAU.

Saavedra, Luísa; Nogueira, Conceição (2006). Memórias sobre o feminismo na psicologia social: para a construção de memórias futuras. *Memorandum*, 11, 113-127.

Said, Edward. (2003). *Orientalism*. Londres: Penguin Books.

Said, Edward. (2007). *Orientalismo, O Oriente Como Invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras.

Said, Edward. (1983). *The World, the Text, the Critic*. Cambridge: Harvard University Press.

Saldanha, Marília. (2018). Sobre Psicologias e Psicoterapias Feministas no Brasil e Portugal. Doutorado em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Saldanha, Marília. (2013). Pontos de intersecção: psicologia, feminismo e violências. *Diálogo*, Canoas, n. 24, p. 35-44.

Saldanha, Marília; Nardi, Henrique Caetano. (2016). Uma Psicologia Feminista brasileira? sobre destaques, apagamento e posição periférica. *Revista de Psicologia Política*, v.16, p.35-52.

Saldanha, Marília; Scarparo, Helena Beatriz Kochenborger; Strey, Marlene Neves. (2013). Porque não somos todas feministas? *Diálogo*, Canoas, n. 22, p. 107-116.

Sandoval, Salvador A. M. (2000). O Que Ha de Novo na Psicologia Social LatinoAmericana. In: Regina Helena de Freitas Campos; Pedrinho Guareaschi. (Org.). *Paradigmas em Psicologia Social: A Perspectiva Latino-Americana*. 1ed.Petropolis: Editora Vozes, v. 1, p. 101-109.

Santos, Maria Cecília Mac Dowel dos (1995). Quem pode falar, onde e como? uma conversa "não inocente" com Donna Haraway. *Cadernos Pagu*, Campinas, (5) 1995, 43-72.

Sardenberg, Cecilia. (2007). Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? *Labrys. Estudos Feministas*, v. 11, p.45.

Schiebinger, Londa. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Bauru/ SP: EDUSC.

Schultz, Duane P.; Schultz, Sydney Ellen. (2011). *História da Psicologia Moderna*, São Paulo: Editora Cultrix.

Schussler-Fiozenza, Elisabeth (2009). Caminhos da sabedoria: Uma introdução à interpretação bíblica feminista, Nhanduti, p.256.

Schwartz, Yves (1998). *Expérience et Connaissance du Travail*. Paris: Messidor/Éditions Sociales.

Scott, Joan W. (1990). Gênero: uma categoria de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2), 5-22.

Scott, Joan. (1999). Experiência. In: Silva, Alcione Leite da; Lago, Mara Coelho de Souza; Ramos, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, pp. 21-55.

Showalter, Elaine. (1994). A crítica feminista no território selvagem. In Hollanda, Heloísa Buarque de (org.) *Tendências e Impasses*. O Feminismo como Crítica da Cultura. Rio de Janeiro: Rocco, p.29-44.

Silva, Fabiane Ferreira da (2008). A (In)Visibilidade das Mulheres no Campo Científico *Democratizar*, 2 (1).

Silva, Fabiane Ferreira da (2012). *Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias*. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

Silva, Fabiane Ferreira da (2012). *Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias*. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.

Silva, Fabiane Ferreira da (2013). Conciliando identidades: Mulher, mãe , esposa cientista... In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p.1-12. Recuperado em 30 de dezembro de 2013, de http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384792028_ARQUIVO_FabianeFerreiradaSilva.pdf

Silva, Tomaz Tadeu da (2005). *Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Sofia Neves; Nogueira, Conceição (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psicologica*, 36, 15-32. Disponível em: Acesso em 02/05/2018.

Spink, Mary Jane Paris; Spink, Peter Kevin. (2014). A psicologia na atualidade. Em Ana Maria Jacó-Vilela., Arthur Arruda Leal Ferreira; Francisco Teixeira Portugal. (Orgs.) *História da Psicologia: Rumos e percursos*, (pp. 679-699). Rio de Janeiro: Nau.

Spivak, Gayatri Chakravorty (2010). (trads. Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa & André Feitosa). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Stone-Mediatore, Shari. (1999). Chandra Mohanty y la revalorización de la experiencia. *Hiparquia*, (X), p.p. 85-107.

Strey, Marlene. Neves (2002). Gênero. In: M. G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos; T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes.

Tabak, Fanny (2006). Sobre avanços e obstáculos. In: BRASIL. Presidência da República. *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*. Pensando Gênero e Ciência: encontro nacional de núcleos e grupos de pesquisa. Brasília: SPM, p. 27-40.

Tabak, Fanny. (2002). *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Tavares, Isabel (2008). A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento. In: RISTOFF, Dilvo [et al]. *Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Thompson, Edward P. (2012/1963). *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. Madrid: Capitán Swing.

Tosi, Lúcia (1998). Mulher e ciência e revolução científica: a caça às bruxas e a ciência moderna. *Cadernos Pagu*, Campinas, (10), 369-397.

Velho, Léa; León, Elena. (1998). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, 10, pp. 309-344.

Wallerstein, Immanuel (1998) *Impensar las ciencias sociales* (México: Siglo XXI).

Wolf, Virgínia. (1985). *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Worell, Judith. (2000). Feminism in psychology: revolution or evolution? *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 571(1), 183-196.

Zanella, Andréa Vieira (2013). *Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas*. Porto Alegre: Sulina Editora da UFRGS.

ANEXO I

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Apresentação: Prezada entrevistada, com este roteiro de entrevista tenho o objetivo conhecer dos processos de produção de si de mulheres cientistas do campo psicológico que se intitulam feministas. No encontro com estas mulheres me apresento com a hipótese de que me depararei com uma certa, indisciplina. Em outras palavras, busco conhecer como elas têm se integrado ao campo científico, quais relações elas estabelecem neste espaço, e como e porquê têm produzido ciência. Para tanto, solicito, por meio da concessão dessa entrevista, algumas informações sobre sua vida profissional e acadêmica. Sua participação é voluntária e de grande importância para nós atingirmos nossos objetivos. Desde já, agradecemos pela sua contribuição.

Entrevistadora: _____

Entrevistada: _____

Data da entrevista: _____

Duração da entrevista: _____

Pergunta Central:

Como e por que você faz ciência? E que tipo de ciência psicológica você desenvolve?

Perguntas:

1.0 Das escolhas aos sentidos

Como você sintetizaria a sua trajetória acadêmica e pessoal até aqui?

Quais as oportunidades, vivências e experiências contribuíram para você chegar nesta posição atual?

Como se deu a escolha pela Psicologia (Ciências Humanas) na sua trajetória acadêmica?

Quais foram as principais influências na sua escolha profissional? Alguma pessoa teve influência decisiva? E na sua entrada para a vida acadêmica?

Para você qual a relação entre vida privada e vida científica?

E entre o feminismo e suas escolhas pessoais e acadêmicas?

2.0 Por que fazer ciência

O que é ciência, para você?

Quais as características de uma boa cientista?

Você se considera uma cientista?

Como uma pergunta científica se constitui para você?

3.0 Como fazer ciência

Quais temas de pesquisa têm te interessado nos últimos anos e por quê?

Você tem desenvolvido pesquisas atualmente, qual o escopo epistemológico, público envolvido e quais metodologias tem utilizado?

Quem são as pessoas que trabalham junto com você em suas pesquisas? Quais os critérios que você entende como sendo importantes de se levar em consideração na seleção das pessoas que trabalham com você?

Qual a importância do trabalho em colaboração nas suas pesquisas?

Você ocupa ou já ocupou uma posição de prestígio como coordenador/a de um curso de pós-graduação, foi uma escolha pessoal assumir esta posição? Detalhe a sua chegada a este lugar.

Hoje você desenvolve atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão? Qual é o peso relativo a cada um destes seguimentos na sua rotina acadêmica?

Você prefere dedicar-se às atividades de ensino ou às atividades de pesquisa? Por quê?

4.0 Psicologia e o feminismo

Você considera a ciência masculina? Por quê?

Na sua experiência homens e mulheres tem o mesmo acesso a ciência?

Qual a relação entre o feminismo e a sua produção científica?

Para você, como a Psicologia se encontra com a prática feminista?

Existe uma ciência feminista?

Para você, o que é uma ciência transformadora?

5.0 Ciência e a vida cotidiana

Em termos de tempo (importância) a pesquisa ocupa bastante tempo na sua vida?

Como fica a sua vida particular? Você tem cobranças familiares em relação ao tempo que você investe no trabalho/pesquisa?

Como é sua relação com seus/suas colegas de departamento e de Instituto de maneira geral?

6.0 Ciência dentro e fora dos muros

Quais foram as influências que você recebeu na escolha de seus temas de pesquisa?

O que despertou seu interesse para esse tema?

Sua linha de pesquisa hoje é relacionada com sua(s) pesquisa(s) de Mestrado e Doutorado?

A quem se destinam os resultados da sua pesquisa? Em outras palavras, qual é seu grupo de referência, a principal audiência para seus resultados de pesquisa: - comunidade científica internacional - comunidade científica nacional - grupos externos ao meio acadêmico. Quais?

Você considera importante divulgar seus resultados de pesquisa? Por quê? Quais são as motivações principais que levam você a publicar?

Quais os principais e mais eficientes canais para atingir tal audiência ou grupo de referenda?

Como você escolhe como e onde publicizar o conhecimento científico produzido por você?

Você acredita que as condições para publicar no país e no exterior no interface da Psicologia com o feminismo são satisfatórias?

Tem dificuldades para obter financiamento para as suas pesquisas e publicar os seus trabalhos que poderiam estar associados a como você produz ciência?

Que tipo de reconhecimento você espera pelo seu trabalho acadêmico?

Que tipo de reconhecimento você recebe por parte de seus colegas? E pelas agências de financiamento? E pelas sociedades científicas da sua área?

7.0 Outras Considerações

Você gostaria de acrescentar alguma informação a essa entrevista?

Alguma sugestão específica para as mulheres que buscam a carreira científica?

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada professora/pesquisadora,

Gostaria de convidá-la a participar da pesquisa “Psicólogas, Cientistas e Feministas: a produção de si e de uma ciência psicológica posicionada”, de minha responsabilidade, Tayane R. Lino, aluna de doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A pesquisa visa conhecer os processos de produção de conhecimento e de produção de si de mulheres cientistas do campo psicológico que se intitulam feministas. Com esse intuito busco me encontrar com mulheres cientistas psicólogas feministas, afim de saber como elas têm se integrado ao campo científico, quais relações elas estabelecem neste espeço, e como e por que têm produzido ciência. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Me comprometo a fornecer todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que todas as informações serão divulgadas com a sua anuência e consentimento, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações por você desejada. Será realizada uma entrevista que abordará questões referentes à sua prática científica/profissional em Psicologia e sua interface com o feminismo e vida pessoal, desafios e expectativas para essa área de conhecimento. O áudio da entrevista será gravado e disponibilizado para você caso deseje, assim como a transcrição para sua apreciação. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevistas, derivados de entrevista, ficarão sob a minha guarda.

Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. Caso aceite participar, esclarecemos que todas as informações acessadas e coletadas serão utilizadas exclusivamente nesta pesquisa e artigos resultantes desta pesquisa. Você será informado sobre os resultados deste estudo por e-mail, na forma de tese e artigos científicos, podendo estes serem publicados posteriormente ou apresentados em congressos e espaços de diálogo científico/político.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode me contatar através do telefone ou pelo e-mail. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

Data: __/__/____